Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais

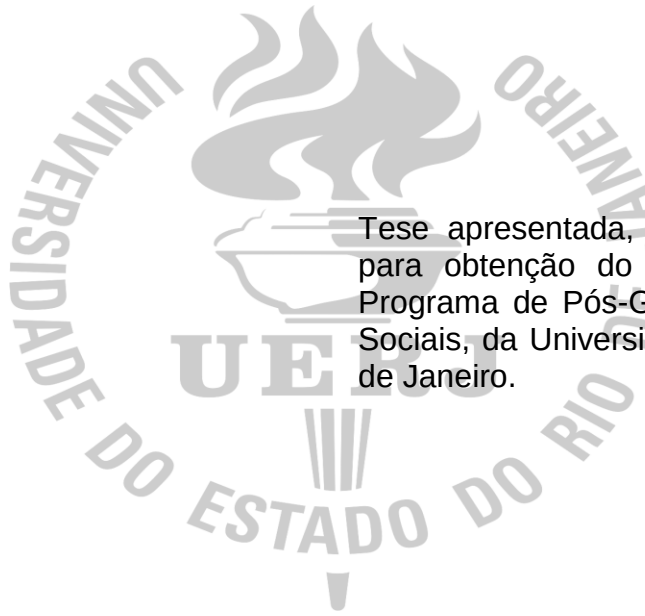
Lorena Lima de Moraes

Entre o público e o privado: a participação política de mulheres rurais do sertão pernambucano

Rio de Janeiro
2016

Lorena Lima de Moraes

Entre o público e o privado: a participação política de mulheres rurais do sertão pernambucano



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

M827 Moraes, Lorena Lima de.
Entre o público e o privado: a participação política de mulheres rurais no sertão pernambucano /Lorena Lima de Moraes. – 2016.
264 f.

Orientador: Clara Maria de Oliveira Araújo.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.
Bibliografia.

1. Mulheres na política – Brasil, nordeste – Teses. 2. Mulheres do campo – Teses. 3. Trabalhadoras rurais – Teses. I. Araujo, Clara Maria de Oliveira, 1954-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 396:32

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Lorena Lima de Moraes

Entre o público e o privado: a participação política de mulheres rurais do sertão pernambucano

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de março de 2016.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo (Orientadora)

Instituto de Ciências Sociais - UERJ

_____

Prof. Dr. Paulo Mesquista D´Ávila Filho

Instituto de Ciências Sociais - UERJ

_____

Prof.ª Dra. Vera Lucia Marques da Silva

Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

_____

Prof.ª Dra. Sonia Maria Giacomini

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

_____

Prof.ª Dra. Maria do Socorro de Lima Oliveira

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Às mulheres rurais do Sertão do Pajeú.

AGRADECIMENTOS

À minha amiga Laeticia, que me apresentou o Sertão do Pajeú e me deu coragem e força para eu ampliar os horizontes da vida e por me inserir nesse campo (de pesquisa) encantador que é o estudo com as mulheres rurais.

À Casa da Mulher do Nordeste pela parceria e oportunidade de contribuir com o lindo Projeto Mulheres na Caatinga.

Às mulheres do Grupo Doce Esperança e Fórum de Mulheres de Mirandiba pela hospitalidade e pela troca de conhecimentos.

À minha mãe e à tia Sandra, que sempre estão perto, acompanhando-me, dando-me amor, apoio e força mesmo diante da distância geográfica.

Ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UERJ e à CAPES.

À minha orientadora, Clara Araújo, pela confiança que depositou em mim e por ter encarado comigo todas as minhas mudanças, sempre paciente, otimista e inspiradora.

Às amigas Michelly Aragão, Tayse Muniz, Thácya Clédina e Michele Couto pela sororidade e pelos diálogos pessoais e acadêmicos.

Às amigas Socorro Lima e Anastácia Brandão pelos diálogos e pelas palavras certas nas horas certas. Às alunas Palloma, Leydiane e Ana Cáscia pelo comprometimento e parceria nas visitas de campo.

Aos colegas do NEPPAS, que me mostraram uma outra perspectiva de fazer pesquisa e me apresentaram a agroecologia.

Às amigas e aos amigos da UAST, Cleber Ataíde, Eudes Santos, Filipe Lima, Thaís Ludmila e Emanuel Cordeiro,a Gleymerson Almeida e Roberta Meneses, sem vocês, tudo seria mais difícil em Serra Talhada.

À Jandira Queiroz, Jimena De Garay, Virgínia Figueiredo e Flávia Brasil pela amizade que permanece igual, mesmo com a minha distância, pelo carinho e por poder reciclar meus ideais feministas com vocês.

Ao meu amigo Márcio Ranauro, sempre companheiro e com os ouvidos sempre disponíveis e pacientes.

À amiga Haylene Dantas pela sua alegria contagiante, fundamental para me reanimar nos momentos de angústia.

A Alexandre Fernandes pela contribuição na tese e pelo companheirismo.

A Sarita Bitu pela parceria, paciência e pelo trabalho atencioso com a minha tese.

Aos meus três gatos, Estrela, Pandora e Atobá, pela companhia, acalanto e por renovar a energia do meu lar, sendo fundamental para o processo de escrita.

Obrigada!

RESUMO

MORAES, Lorena Lima de. **Entre o público e o privado:** a participação política de mulheres rurais do sertão pernambucano. 2016. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta tese tem como objetivo perceber como a participação política das mulheres rurais do sertão pernambucano influencia no âmbito da sua vida privada. Diante dos vários estudos referentes à saída da esfera privada em direção à inserção das mulheres (rurais e urbanas) nas esferas públicas e políticas por meio da participação, a proposta desta pesquisa visa apontar o sentido contrário: as implicações que o retorno das mulheres, da esfera pública para a esfera privada, provocam em suas relações interpessoais e intersubjetivas. A fim de construir uma sequência lógica dos debates que compreendem a participação política, partiu-se da discussão teórica acerca da democracia, da participação e seus modelos e da representação política em direção à discussão sobre os movimentos sociais e a ação coletiva. Esse trajeto segue em direção às reflexões construídas pela teoria política feminista, que destaca a crítica em torno da separação entre as esferas pública e privada, que tem como princípio os padrões de gênero materializados na divisão sexual do trabalho, tornando-se a base da nossa discussão. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central (MMTR-SC) foi tomado como referência primeira para evidenciar a organização, a mobilização e a participação política das mulheres rurais localizadas no sertão pernambucano. Esse movimento se coloca no cenário político brasileiro, há três décadas, como um movimento de resistência e luta das mulheres rurais em defesa do reconhecimento, valorização e visibilidade das mulheres enquanto trabalhadoras rurais, detentoras de direitos, de demandas específicas e capazes de ocupar as diversas esferas da sociedade. Dentre as formas de participação política, as mulheres renovam os espaços de participação e criam novas ações coletivas. Nesse sentido, os grupos produtivos de mulheres aparecem como formas alternativas de participação, que rompem com o isolamento social e político, fortalecendo o processo de empoderamento de suas integrantes. A tese foi construída a partir de pesquisas bibliográficas, levantamentos de dados primários e secundários, além de entrevistas com as mulheres rurais de dois grupos de mulheres do sertão pernambucano, que ocupam papéis de lideranças em suas comunidades e cargos de decisão nos espaços sociais e políticos que participam e que possuem mais de dez anos de participação política. O perfil das mulheres rurais entrevistadas foi necessário para apontar as implicações que a sua trajetória política provoca em suas relações cotidianas. Assim, perceberam-se pequenas mudanças na organização doméstica, no que tange à divisão sexual do trabalho, que permanece como o principal desafio à participação das mulheres nas esferas pública e política. A participação política é tida como um importante mecanismo de construção da autonomia e empoderamento das mulheres nas esferas privadas (família e comunidade), além de proporcionar uma ampliação de possibilidades sociais, afetivas, profissionais e de mobilidade.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Participação política. Movimentos sociais. Divisão sexual do trabalho. Esfera pública e privada.

RESUMEN

MORAES, Lorena Lima de. **Entre lo público e lo privado:** la participación política de mujeres rurales del sertão pernambucano. 2016. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta tesis tiene como objetivo percibir de qué forma la participación política de las mujeres rurales del sertón pernambucano influye en el ámbito de su vida privada. Frente a varios estudios referentes a la salida de la esfera privada en dirección a la inserción de las mujeres (rurales y urbanas) en las esferas públicas y políticas por medio de la participación, la propuesta de esta investigación busca señalar el sentido contrario: las implicaciones que el regreso de las mujeres de la esfera pública hacia la esfera privada provoca en sus relaciones interpersonales e intersubjetivas. Con el fin de construir una secuencia lógica de los debates que comprehenden la participación política, se partió de la discusión teórica acerca de la democracia, la participación y sus modelos y la representación política en dirección a la discusión sobre los movimientos sociales y la acción colectiva. Ese trayecto sigue en dirección a las reflexiones construidas por la teoría política feminista, que destaca la crítica en torno a la separación de las esferas pública y privada, que tiene como principio los patrones de género materializados en la división sexual del trabajo, convirtiéndose en la base de nuestra discusión. El Movimiento de Mujeres Trabajadoras Rurales – Sertón Central (MMTR-SC) fue tomado como referencia primordial para evidenciar la organización, la movilización y la participación política de las mujeres rurales localizadas en el sertón pernambucano. Ese movimiento se coloca en el escenario político brasileño, hace tres décadas, como un movimiento de resistencia y lucha de las mujeres rurales en defensa del reconocimiento, la valorización y la visibilidad de las mujeres como trabajadoras rurales, detentoras de derechos, de demandas específicas y capaces de ocupar las diversas esferas de la sociedad. Entre las formas de participación política, las mujeres renuevan los espacios de participación y crean nuevas acciones colectivas. En ese sentido, los grupos productivos de mujeres aparecen como formas alternativas de participación, que rompen el aislamiento social y político, fortaleciendo el proceso de empoderamiento de sus integrantes. La tesis fue construida a partir de investigaciones bibliográficas, levantamientos de datos primarios y secundarios, además de entrevistas con las mujeres rurales de dos grupos de mujeres del sertón pernambucano, que ocupan papeles de liderazgo en sus comunidades y puestos de decisión en los espacios sociales y políticos en los que participan y que poseen más de diez años de participación política. El perfil de las mujeres rurales entrevistadas fue necesario para señalar las implicaciones que su trayectoria política provoca en sus relaciones cotidianas. Así, se percibieron pequeños cambios en la organización doméstica, en lo respectivo a la división sexual del trabajo, que permanece como el principal desafío a la participación de las mujeres en las esferas pública y política. La participación política es considerada un importante mecanismo de construcción de la autonomía y empoderamiento de las mujeres en las esferas privadas (familia y comunidad), además de proporcionar una ampliación de posibilidades sociales, afectivas, profesionales y de movilidad.

Palabras clave: Mujeres rurales. Participación política. Movimientos sociales. División sexual del trabajo. Esfera pública y privada.

RÉSUMÉ

MORAES, Lorena Lima de. **Entre le public et le privé:** la participation politique de femmes rurales du sertao pernamboucain. 2016. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

La présente thèse a comme objectif de saisir comment la participation politique des femmes en milieux rural, du sertão de Pernambuco (région Nord-est du Brésil), influence le cadre de leurs vies privées. Face aux nombreuses recherches sur la sortie des femmes (en milieux rural et urbain) de la sphère privée vers une insertion dans les sphères publiques et politiques par le biais de la participation, la proposition de cette recherche pointe le sens contraire : les implications que le retour des femmes de la sphère publique à la sphère privée provoque dans leurs relations interpersonnelles et intersubjectives. Afin de construire une séquence logique des débats qui comprennent la participation politique, nous sommes parties de la discussion théorique autour de la démocratie, de la participation et ses modèles et de la représentation politique envers la discussion sur les mouvements sociaux et l'action collective. Ce trajet suit la direction des réflexions construites par la théorie politique féministe, qui met en valeur la critique autour de la séparation entre les sphères publiques et privées, qui ont pour principe les standards du genre matérialisés dans la division sexuelle du travail, devenant la base de notre discussion. Le mouvement de *Mulheres Trabalhadoras Rurais– Sertão Central* (MMTR-SC) a été pris comme première référence afin de mettre en évidence l'organisation, la mobilisation et la participation politique des femmes rurales localisées dans le sertão de Pernambuco. Ce mouvement se situe, depuis trois décennies, dans la scène politique Brésilienne comme un mouvement de résistance et de lutte des femmes rurales pour la reconnaissance, la valorisation et la visibilité des femmes en tant que travailleuses rurales, qui détiennent des droits, des demandes spécifiques et capables d'occuper les diverses sphères de la société. Entre les formes de participation politique, les femmes renouvèlent les espaces de participation et créent de nouvelles actions collectives. En ce sens, les groupes productifs de femmes apparaissent comme des formes alternatives de participation, qui brisent avec l'isolement social et politique, en fortifiant le processus d'*empowerment* de leurs intégrantes. Cette thèse a été construite à partir de recherches bibliographiques, de production de données primaires et secondaires, en plus d'entretiens avec les femmes rurales, qui ont un rôle de *leadership* dans leurs propres communautés, de deux groupes de femmes du sertão de Pernambuco, et des postes de décisions dans les espaces sociaux et politiques où elles participent et dont elles ont plus de dix années de participation politique. Le profil des femmes rurales interviewées a été nécessaire pour pointer les implications que leurs trajectoires politique provoque dans leurs relations au quotidien. Ainsi, il a été perçu des petites transformations dans l'organisation domestique, en ce qui concerne la division sexuelle du travail, qui continue à être le principal défi pour la participation des femmes dans les sphères publiques et politiques. La participation politique est vue comme un important mécanisme de construction de l'autonomie et de l'*empowerment* des femmes dans les sphères privées (famille et communauté), en plus de fournir un élargissement des possibilités sociales, affectives, professionnelles et de mobilité.

Mots clés : Femmes rurales. Participation politique. Mouvements sociaux. Division sexuelle du travail. Sphère publique et privée.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do estado de Pernambuco e suas microrregiões..... 33
Mapa 2 – Localização do Sertão do Pajeú no estado de Pernambuco..... 34
Mapa 3 – Mapa do Sertão do Pajeú..... 36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atividades econômicas por município 37

Quadro 2 – Municípios compreendidos dentro dos polos sindicais do Sertão do Pajeú e Sertão Central, Pernambuco 39

Quadro 3 – Número de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher por estado considerados de tradição participativa 112

Quadro 4 – Distribuição por gênero pelas legislaturas..... 141

Quadro 5 – Número de delegadas por conferência nacional de políticas para as mulheres definidas em regimento interno 144

Quadro 6 – Número de Conselhos de Direitos da Mulher por estado da região Nordeste 147

Quadro 7 – Média de horas dispensadas com trabalho doméstico, por sexo e situação de domicílio – 2013 166

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1 e 2 – Mulheres reunidas no Grupo Doce Esperança 42
Fotografias 3 e 4 – Mulheres reunidas no Fórum de Mulheres de Mirandiba 45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Declaração de cor segundo as mulheres pesquisadas – em número absoluto 49

Gráfico 2 – Titularidade da terra – números absolutos 51

Gráfico 3 – Distribuição percentual das famílias com pessoa de referência do sexo feminino por tipo de família – Brasil – 2012 124

Gráfico 4 – Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhas/os de 0 a 3 anos, por frequência das/os filhas/os na creche – Brasil – 2012 125

Gráfico 5 – Distribuição percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos, por condição de ocupação no mercado de trabalho, segundo a frequência das/os filhas/os na creche – Brasil – 2012..... 126

Gráfico 6 – Distribuição dos conselheiros por sexo, segundo a área temática do conselho (%) 148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação em grupos sociais segundo estado civil 41

Tabela 2 – Frequência de participação no Brasil – WVS 2006 (%)..... 101

Tabela 3 – Pessoas em idade ativa (15 anos ou mais de idade), por gênero, segundo a associação e o sindicato em qualquer área de trabalho em 2011 e 2012 149

Tabela 4 – Modalidades de associativismo entre deputadas federais, por legislatura (%) 157

Tabela 5 – Frequência das declarações sobre autoidentificação 188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEGRE	Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia
AIMTR-Sul	Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul
AMUTRES	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo
AMQCM	Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
CAMUTRA	Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre
CECOR	Centro de Educação Comunitária Rural
CENTRU	Centros de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CEM/FETAGRO	Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia
CIPD	Conferência Internacional de População e Desenvolvimento
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CMN	Casa da Mulher do Nordeste
CMS	Conselhos Municipais de Saúde
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT
CNDI	Conselho Nacional do Direito do Idoso
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
COB	Confederação Operária do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONAETI	Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA	Conselho Nacional da Segurança Alimentar
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu
MMA-SC	Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina
MMA-SP	Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR-NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MMTR-RS	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MMTR-SE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe
MMTR-SC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central
MPMP	Movimento Popular de Mulheres do Paraná
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEPPAS	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Práticas Agroecológicas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
P1MC	Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência no Semiárido: Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
Pronaf	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PT	Partido dos Trabalhadores
RD	Região de Desenvolvimento
Rede LAC	Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SDT/MDA	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STR-SC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UMIAB	União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	20
1	**OS MODELOS DE DEMOCRACIA E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO**	54
1.1	**A democracia liberal e elitista**.....	54
1.2	**Democracia republicana e participativa**	63
1.3	**Democracia deliberativa**	69
1.4	**Democracia representativa: caminhos e desafios para fazer-se democrática**	76
2	**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MOVIMENTOS SOCIAIS, AÇÃO COLETIVA E AS EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS DO BRASIL**	85
2.1	**Alguns aportes sobre ação coletiva e movimentos sociais: elementos fundantes da democracia participativa**	86
2.2	**Modalidades de participação**	96
2.3	**Um breve panorama da participação política no Brasil**	102
2.3.1	A participação política em Pernambuco: um caso de tradição participativa no Nordeste brasileiro	109
3	**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO BRASIL: CONCEITOS-CHAVE DE DISCUSSÃO, CONQUISTAS E ENTRAVES**..	115
3.1	**Uma compreensão de gênero**	115
3.2	**A separação entre as esferas pública e privada no debate da teoria feminista**	118
3.3	**O poder que empodera as mulheres**	128
3.3.1	Empoderamento como mecanismo para a autonomia e participação	131
3.4	**Participação das mulheres no Brasil**	134
3.4.1	Constituição do movimento feminista no Brasil: história, agenda política e conquistas – um breve relato	134
3.4.2	Mulheres, participação e instituições participativas	138
3.4.3	Alguns apontamentos sobre a representação política das mulheres segundo a teoria feminista	151
4	**A LUTA DAS MULHERES DO CAMPO: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA**	160

4.1 **O campo da prática política: aporte teórico para o estudo da participação das mulheres do campo** 160
4.2 **A divisão sexual do trabalho no meio rural** 163
4.3 **A questão agrária e o sindicalismo rural no Brasil** 167
4.4 **A entrada das mulheres no sindicalismo rural** 172
4.5 **O movimento de mulheres (trabalhadoras) rurais** 177
4.6 **Marcha das Margaridas: uma importante ação coletiva das mulheres rurais na atualidade** 184
4.7 **Conquistas e avanços: um balanço das políticas públicas destinadas às mulheres rurais** 190
5 **ENTRE AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES RURAIS DO SERTÃO PERNAMBUCANO** 197
5.1 **As dificuldades, avanços e desafios da participação política das mulheres rurais** 198
5.2 **As mulheres rurais da esfera pública e as implicações na vida privada**..... 208
5.2.1 A divisão sexual do trabalho *ainda* como um entrave da participação 208
5.2.2 As estratégias, negociações e enfrentamento das mulheres rurais diante da organização doméstica e intrafamiliar 210
5.2.3 Sobre “ficar falada”: a vida pública e política das mulheres rurais diante dos olhos da comunidade 215
5.3 **As portas da vida que se abrem a partir da participação política** 219
CONSIDERAÇÕES FINAIS 226
REFERÊNCIAS 234
APÊNDICE A 246
APÊNDICE B 248
APÊNDICE C 249
APÊNDICE D 252
APÊNDICE E 254
ANEXO A..... 255
ANEXO B 260
ANEXO C 262

INTRODUÇÃO

APROXIMAÇÃO E DEFINIÇÃO DO TEMA

A presente pesquisa nasce da aproximação com mulheres rurais[1] do sertão pernambucano, sendo necessária uma breve apresentação do contexto no qual propiciou a minha entrada nesse campo de discussão e meu ímpeto para fazer uma brusca e desafiadora mudança quanto ao meu objeto de pesquisa.

Inicialmente, meu tema de pesquisa estava centrado nas questões do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), a fim de entender como os atores sociais que construíam esse movimento social percebiam a discussão sobre a criminalização da homofobia. No entanto, em 2013, deparei-me com uma mudança radical na minha vida ao passar no concurso para professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST).

As mudanças de região, de estado e do meio urbano para o meio rural me abriram um novo horizonte de questões, percepções e questionamentos ante uma realidade muito diferente da qual sempre estive inserida. Foi nesse contexto que tive a oportunidade de participar de projetos de extensão e pesquisa que me mostraram um pouco da realidade das mulheres rurais e que, em um processo de "apaixonamento", levou-me a modificar radicalmente o meu tema de pesquisa para a tese de doutorado.

Em junho de 2013, integrei a equipe das ações do projeto "Mulheres na Caatinga[2]", por meio da parceria entre a UFRPE/UAST e a Organização Não

[1] Às mulheres rurais, referimos-nos aquelas mulheres que vivem no meio rural e que possuem as diversas ocupações: agricultora, dona de casa, mãe, artesã, professora, comerciante, estudante etc. Veremos, no capítulo 4, a luta das mulheres para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais, denominando, assim, um dos principais movimentos organizados de mulheres rurais. No entanto, em nossa pesquisa, bem como na pesquisa da Marcha das Margaridas, percebemos que nem todas as mulheres se identificam a partir da terminologia "trabalhadora rural", desse modo, iremos nos referir às mulheres da nossa pesquisa como mulheres rurais ou lideranças rurais, para fazer alusão tanto ao modo e ao meio de vida nos quais estão inseridas e à sua expressão de liderança política em suas localidades e espaços que participam.

[2] A Caatinga é a vegetação típica do Nordeste brasileiro e de parte do Norte de Minas Gerais, em que predominam plantas xerófilas, como árvores e arbustos decíduos durante a estação seca, frequentemente armados de espinhos e também de cactáceas, bromeliáceas e ervas. A Caatinga é um bioma típico do clima semiárido – quente, com baixa umidade, com chuvas escassas no inverno.

Governamental Casa da Mulher do Nordeste[3] (ONG/CMN). O projeto foi financiado pelo Programa Petrobrás Socioambiental, foi aprovado em chamada pública pela Casa da Mulher do Nordeste e tinha como objetivo principal mobilizar as mulheres rurais que vivem no Território do Sertão do Pajeú/PE para intervirem na recuperação de áreas degradadas da vegetação da Caatinga. Para essa mobilização, o projeto permite o acesso das mulheres à Educação Ambiental feminista com viés de gênero – promovendo mudanças de práticas, ideias e crenças em prol da conservação ambiental e da melhoria para a vida das mulheres.

O projeto “Mulheres na Caatinga” teve como objetivo desenvolver as suas ações em treze municípios do território, totalizando 33 comunidades rurais participantes, sendo 210 mulheres diretamente envolvidas.

Na condição de professora da UAST e integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Práticas Agroecológicas (NEPPAS) dessa instituição, acompanhei o projeto “Mulheres na Caatinga”, desde o seu início, com o principal objetivo de executar uma de suas atividades-chave: a formação feminista das mulheres participantes do projeto, por meio da realização de oficinas sobre feminismo e direitos das mulheres. Além da minha participação, as oficinas foram construídas e realizadas por outras professoras da universidade, alunas bolsistas e técnicas da Casa da Mulher do Nordeste.

As oficinas eram as primeiras atividades do projeto, que visavam proporcionar a reflexão da importância do papel das mulheres na sustentabilidade da vida, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e produtoras de conhecimentos, capazes de contribuírem com mudanças de práticas e atitudes, seja nas relações familiares, seja nas comunidades ou organizadas para a incidência política em favor de um modelo ambientalista sustentável que propicie a conservação do bioma Caatinga, mas também em favor da redução das desigualdades nas relações de gênero no meio rural.

O nome Caatinga significa, em tupi-guarani, "mata branca", cor predominante da vegetação durante a estação seca, na qual quase todas as plantas perdem as folhas, o que diminui a evaporação e a perda de água armazenada em seus galhos. Algumas plantas possuem uma película impermeável, que também controla a perda de água.

[3] A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) é uma ONG feminista com escritórios em Recife e em Afogados da Ingazeira – ambas em Pernambuco. Fundada em 1980, seu objetivo é contribuir para a autonomia econômica e política das mulheres com base no feminismo. Assim, a CMN pode ser considerada a primeira organização brasileira voltada para a transformação da condição feminina, incorporando à sua missão questões econômicas relativas à mudança das relações das mulheres com a produção. Ver mais em: http://www.casadamulherdonordeste.org.br/quem-somos.php.

Por meio das oficinas, tive a oportunidade de me aproximar de grupos organizados de mulheres de diferentes comunidades rurais do sertão pernambucano. Dessa forma, foi possível perceber que, para algumas mulheres participantes do Projeto, esses temas não eram desconhecidos. As oficinas foram compostas por mulheres de diferentes idades e de diferentes trajetórias de participação política. Algumas mulheres participam de conselhos, sindicatos, associações e já participaram de várias oficinas, seminários e encontros de mulheres, e outras nunca se depararam com a discussão de gênero e, tampouco, possuem experiência de participação.

As comunidades rurais integrantes do projeto “Mulheres na Caatinga” caracterizam-se por apresentarem grupos produtivos organizados por mulheres trabalhadoras rurais (agricultoras e artesãs), já acompanhados por organizações e instituições externas à comunidade, como a universidade, organizações não governamentais e associações.

Diante desse contexto e principalmente dos depoimentos das mulheres participantes das primeiras oficinas, surgiu o interesse de realizar uma investigação sobre as mulheres trabalhadoras rurais que participam de espaços políticos – como conselhos, associações e sindicatos – fazendo uma relação com a construção de sua autonomia na esfera privada, uma vez que os depoimentos sobre estratégias e desafios que enfrentavam para participar eram latentes.

As oficinas do projeto “Mulheres na Caatinga” aconteceram em 33 comunidades rurais. No entanto, ao serem distribuídas entre as diversas profissionais que integravam a equipe do projeto, tive a oportunidade de participar em cinco comunidades. A partir do nosso interesse para a investigação que compõe esta tese, elencamos duas comunidades rurais, localizadas nos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Mirandiba (PE).

O feminismo que amplia a teoria e a prática política

Partimos do feminismo por entender que, além de fomentar a prática da militância organizada, nas últimas décadas, tem se tornado um componente teórico fundamental na teoria política. As primeiras reivindicações das mulheres, que

giraram em torno dos direitos políticos (voto e representação), não foram acompanhadas de uma discussão teórica consistente, tratava-se de extensão de direitos diante da arbitrária exclusão das mulheres à cidadania. A partir de meados do século XX, o feminismo é marcado principalmente pela obra[4] de Simone de Beauvoir, de 1949, que aponta para uma análise crítica da posição da mulher na sociedade e destaca as desigualdades em torno dos papéis sociais destinados às mulheres e aos homens.

Essas primeiras reivindicações e questionamentos embasam a formação de uma teoria política feminista, que destaca "as relações entre as formas de constrangimento à autonomia das mulheres e as instituições políticas que colaboraram para reproduzir sua posição subalterna" (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 7). Assim, compreende-se que as transformações diante da posição da mulher na sociedade dependem das transformações nas relações interpessoais e nas diversas instituições sociais.

O *slogan* feminista dos anos 1970, "o pessoal é político"[5], questiona a separação das questões da esfera pública e privada, que reforça a condição de subordinação das mulheres nas dimensões da ação política, mas, principalmente, na esfera da vida privada e doméstica. A teoria política feminista conduz os debates sobre democracia, participação, representação, esfera pública, autonomia, identidade, Estado, dentre outras questões do *campo* político, partindo da constatação que a separação das esferas pública e privada reproduz as relações de poder que oprimem e excluem as mulheres ou, ainda, as colocam em situações de desigualdades frente aos privilégios masculinos.

Assim, o feminismo promove a redefinição da teoria política e da teoria social ao colocar em xeque a neutralidade de categorias consagradas nesses campos teóricos, que se estabeleceram, até então, a partir de um caráter universal, invisibilizando e excluindo as questões da esfera privada e doméstica que estão diretamente relacionadas às mulheres, distanciando-as do acesso à cidadania e à justiça social. A teoria feminista vem reforçar que as transformações sociais nas relações de gênero, nos mais diversos âmbitos, somente serão possíveis se houver mudanças nas relações hierárquicas e opressoras da esfera pública.

---

[4] *O segundo sexo.*

[5] Dentre os estudos feministas, tal *slogan* é interpretado de diversas formas, nem sempre adquire um consenso. Algumas feministas ressaltam o valor da intimidade e apontam para as ambiguidades que essa máxima exprime. Ver Okin (2008).

É nesse sentido que esta tese se constrói, ao partir das concepções feministas para compreender e identificar a trajetória de participação política das mulheres urbanas e rurais no Brasil, com seus entraves, conquistas e desafios. Diante dos inúmeros trabalhos que versam sobre a participação política das mulheres urbanas, esta pesquisa prioriza a organização das mulheres rurais, na expressão das suas identidades, especificidades e realidades distintas.

As mulheres rurais brasileiras construíram uma história de organização e participação política ao longo de 30 anos. Organizadas principalmente em movimentos sociais e com experiência nos movimentos sindicais, elas obtiveram muitas conquistas em relação às suas demandas, mas também enfrentaram muitos desafios e conflitos até se estabeleceram no cenário público e político.

No que compreende a literatura das Ciências Sociais, com viés nos estudos feministas, são vários os trabalhos que discutem a participação política das mulheres rurais com destaque para a organização; mobilização; trajetórias de luta para a inserção das mulheres na esfera pública, por meio dos movimentos sindicais; as principais bandeiras do movimento; o reconhecimento e a valorização das mulheres enquanto trabalhadoras rurais (CAPPELLIN, 1989; CARNEIRO, 1994; ABREU E LIMA, 2010; ESMERALDO, 2012; 2013; CORDEIRO, 2004; JALIL, 2013; BORDALO, 2011).

Diante dos trabalhos que se reportam a essa temática – que relatam o processo de mobilização, organização e participação política das mulheres rurais; os conflitos e desafios enfrentados pelas mulheres rurais para se inserirem nos sindicatos e se posicionarem enquanto trabalhadoras; o enfrentamento de olhares e comentários de reprovação por estarem deixando seus lares e seus filhos para irem para reuniões; e as estratégias das mulheres para participarem sem faltar com as suas responsabilidades domésticas – ocorreu- nos investigar o caminho de volta. A maioria dos estudos foca na saída “da casa para a rua”, ou seja, do espaço privado – culturalmente estabelecido para as mulheres, local de exercício dos “papéis femininos” – para o espaço público – culturalmente estabelecido como espaço masculino.

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de partir dos estudos que priorizam o processo de saída do privado para o público, a fim de observar como essas mulheres retornam do público para o privado. Quais são as influências que a participação política provoca na esfera privada da vida das mulheres rurais? Esse

retorno, regado de conflitos e desafios, interfere em suas relações sociais com a família e com a comunidade? Elas conseguem aplicar em casa as questões discutidas nos espaços públicos que participam politicamente – sobre direitos das mulheres, divisão sexual do trabalho, relações de gênero etc.? O que mudou em suas vidas após a participação nos grupos de mulheres? Essas questões norteiam o nosso trabalho e nos impulsionam a refletir as esferas pública e privada de maneira não dicotômica, mas complementares na vida das mulheres rurais.

A participação política das mulheres rurais está estreitamente relacionada com as questões da vida privada (familiar e doméstica), pois as mulheres sendo as principais e, às vezes, únicas responsáveis pelas tarefas domiciliares, acumulam com essas tarefas – que as relações de gênero lhes determinaram – as atividades políticas, necessitando fazer um grande esforço para estarem nos espaços de participação, ocuparem cargos de decisão e de poder e exercerem as suas tarefas políticas com êxito, sem prejudicar a sua função de mãe, esposa e mulher.

Como fizemos? Decisões coletivas, trocas e companheirismo

Com interesse nas temáticas que integram a esfera pública e privada da vida das mulheres, desde a graduação e mestrado, estudei as questões da saúde reprodutiva associadas às políticas específicas e aos projetos de lei apresentados no Congresso Nacional brasileiro, percebendo como as questões da vida privada das mulheres são tratadas nas esferas políticas, definidas e decididas pelos atores sociais que integram esses espaços – em sua maioria, homens decidindo sobre os corpos femininos.

A oportunidade de conhecer a realidade das mulheres rurais em espaços públicos levou-me a repensar as questões do privado, mas, agora, a partir do ponto de vista das mulheres. Não se tratou de uma ideia refletida unicamente por mim, a reflexão em torno das questões públicas e privadas no exercício da vida das mulheres rurais partiu de manifestações empíricas nos momentos das oficinas, ocorridas tanto em Santa Cruz da Baixa Verde como em Mirandiba. O embasamento para essas questões entre público e privado – as relações de gênero; a divisão sexual do trabalho; a participação política; os movimentos sociais; as ações

coletivas; as relações de poder; e, sobretudo, o processo de empoderamento das mulheres rurais – apareceu nas discussões empíricas, mantendo-se e consolidando-se enquanto conceitos e pressupostos que partem do campo empírico para o campo teórico e se retroalimentam.

Como anunciamos anteriormente, as oficinas desenvolvidas por meio do Projeto Mulheres na Caatinga nos permitiu uma aproximação com mulheres rurais de comunidades rurais do Sertão do Pajeú/Sertão Central, nas quais as atividades estiveram sob minha responsabilidade. As oficinas desse projeto nos aproximaram das mulheres, proporcionando empatia e certa intimidade, devido aos temas sobre relações de gêneros, direitos das mulheres, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos.

Diante disso, os grupos de mulheres escolhidos para desenvolver a nossa pesquisa estão localizados nos municípios de Santa Cruz da Baixa Verde e Mirandiba. Como a pesquisa não se trata especificamente da formação do grupo e da atuação política das mulheres, mas sim das questões que compreendem e inteferem as suas relações dentro da esfera privada, as mulheres participantes da nossa pesquisa não serão identificadas por seus nomes.

Apesar de entendermos a importância de evidenciar essas mulheres enquanto “atrizes sociais”, que possuem uma atuação e posição no espaço social e político a partir de suas histórias, projetos e experiências, optamos por não expor os nomes das mulheres, pois, em alguns momentos, serão relatadas situações da intimidade de suas vidas e, ainda, por vezes, envolvendo a família. Assim, os espaços políticos, cargos, profissão e outras características que poderão identificar as mulheres serão apresentados de modo mais genérico possível. Dessa forma, as mulheres serão identificadas com pseudônimos referentes às espécies de plantas endêmicas da Caatinga[6].

Tentamos estabalecer uma metodologia participativa, de modo que as mulheres participassem de algumas definições metodológicas, como, por exemplo, as questões de privacidades que foram dialogadas e definidas pelas mulheres. A princípio, eu considerava que não deveria revelar apenas os nomes das mulheres, mas elas me sinalizaram que as comunidades também deveriam ser preservadas.

[6] Em homengaem ao Projeto Mulheres na Caatinga, que me proporcionou a entrada no meio rural e no cotidiano das mulheres rurais e o contato com as mulheres agricultoras e sertanejas que possuem as características de força, resistência e resiliência, assim como a Caatinga, nomearemos as nossas entrevistadas com nomes de espécies desse bioma.

O critério da aproximação estabelecido nas oficinas foi importante porque foi construída uma relação de confiança entre mim e as mulheres, possibilitando o diálogo sobre questões íntimas de suas vidas. Além disso, outro critério determinante para a escolha das organizações foi o tempo de existência da organização (igual ou mais de 10 anos de existência), para então tentarmos perceber mudanças na vida das mulheres por meio da trajetória de sua participação na organização e em outros espaços políticos.

As mulheres selecionadas para serem as nossas interlocutoras deveriam seguir os seguintes critérios: participar da sua organização desde o seu surgimento; ter forte atuação na organização; participar ou já ter participado de outros espaços políticos (sindicato, associação, conselho), ocupando cargos de poder e decisão (direção, coordenação, presidência etc). Uma questão observada durante as oficinas e que favoreceu a seleção desses grupos foi a trajetória de participação de algumas lideranças. Algumas provenientes do movimento negro (Mirandiba), e outras por terem iniciado a sua história de participação política com a importante liderança pernambucana e sertaneja Vanete Almeida[7], em Santa Cruz da Baixa Verde.

Diante dos critérios que atenderiam os nossos objetivos e outros que foram manifestados na aproximação com as mulheres, como os seus históricos de experiências participativas, escolhemos as mulheres entrevistadas a partir da indicação das próprias mulheres dos grupos. Foram elas que nos ajudaram a identificar quais mulheres se encaixavam no perfil que gostaríamos. Bem como no caso de Mirandiba, foi-nos sugerido entrevistar mulheres de diversas comunidades rurais que compõem o Fórum, e acatamos a sugestão. Tal decisão coletiva é percebida como um fator que reforça o empoderamento das mulheres rurais frente à academia, afastando a ideia de reduzi-las a objeto de pesquisa e encará-las como sujeitos de conhecimentos, que possuem experiências, saberes e condições de construir a pesquisa conosco, ainda que seja nas decisões metodológicas.

[7] Vanete Almeida costumava se definir como mulher negra e sertaneja e vivia em um distrito do município de Santa Cruz da Baixa Verde. Em 1980, ela iniciou seu trabalho com as mulheres rurais com o objetivo de conscientizar as mulheres de seus direitos e da situação de submissão em que viviam. A partir de 1996, tornou-se coordenadora internacional da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC), que ajudou a fundar. Foi ainda assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape). De 1996 a 2003, integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Em 2005, foi indicada, juntamente a outras 51 mulheres do Brasil, ao Prêmio Nobel da Paz. Até 2012, ano de sua morte, era presidenta do Centro de Educação Comunitária Rural(CECOR), sediado em Serra Talhada.

Partimos do instrumento tradicional de pesquisa, que é a entrevista, devido à especificidade da investigação que adentra a esfera privada da vida, no entanto, percebemos a nossa metodologia um tanto quanto participativa ao nos abrirmos para o envolvimento direto das mulheres nas decisões que encaminharam o alcance do objetivo, valorizando as suas ações e aprendizados conjuntos.

As mulheres que participaram desta pesquisa, além de concederem as entrevistas e nos auxiliarem nas questões metodológicas mencionadas acima, organizaram a logística para que a pesquisa fosse realizada, pois algumas mulheres nos receberam em suas próprias casas, outras se deslocaram para as associações de suas comunidades, e outras apoiaram as suas companheiras que moravam distantes de onde a entrevista foi realizada. Os locais onde ocorreram todas as entrevistas foram definidos pelas próprias mulheres. Porém, nem sempre tal local apresentava facilidade para todas elas, mas, diante da percepção da importância da pesquisa e da vontade de contar as suas histórias, as mulheres tomaram a frente da organização da realização das entrevistas.

Isso nos deixou lisonjeadas e agradecidas, mas, acima de tudo, cientes de que as mulheres estavam inseridas, assumindo posições e participando efetivamente do processo da pesquisa. De acordo com Kummer (2007, p. 69),

> O verbo “participar” significa tomar parte de um processo e os indivíduos são sujeitos deste processo. É um princípio e uma conquista básica da democracia, que possibilita que as pessoas tenham uma intervenção ativa e importante em todas as decisões que influenciem suas vidas. A participação é um processo democrático e sistêmico. O processo de participação acontece em grupos, projetos ou programas, e vai dar certo a partir do momento em que cada envolvido se sentir responsável pelo trabalho de seu grupo, projeto ou programa e, assim, pelo processo autodeterminante de desenvolvimento (ownership). As pessoas que se motivam ou são motivadas a participar ativamente no processo de alcançar os objetivos previstos mostram, a depender do grau da sua motivação, que são mais participativas e integradas no processo.

Ainda que as mulheres estivessem interessadas e envolvidas com a nossa pesquisa, durante as entrevistas, alguns fatores as dispersavam, como a demanda dos filhos pequenos – na ocasião daquelas que optaram por realizar a entrevista em suas casas – e o transporte – para aquelas que se deslocaram de outras comunidades, uma vez que já iriam participar de atividades em horário anterior. Porém, as mulheres não aceitaram a proposta de continuar a entrevista em outro

momento, paravam, eram interrompidas, mas faziam questão de retomar de onde estavam.

Veremos, ao longo da tese, que a divisão sexual do trabalho e a mobilidade das mulheres que aparecem como fatores de dispersão para as nossas entrevistas são tidos como limitadores da participação das mulheres nos espaços públicos. No caso das entrevistas, elas não deixaram de acontecer, no entanto, essas questões reforçam as dificuldades que as mulheres encontram para desenvolver outras atividades, que vão além da esfera doméstica.

As entrevistas tiveram uma duração entre uma hora e meia a duas horas. Podemos perceber que as mulheres, inicialmente, ficaram um pouco tímidas e inseguras, devido ao receio de não saber “a resposta correta”. Contudo, ao perceber que o tema da pesquisa compreendia as suas vidas e ninguém melhor do que elas para relatar, sentiram-se confortáveis e dialogaram naturalmente. Umas das entrevistas tornou-se bastante especial, em virtude do teor de confissão e emoção ao tratarmos da questão da violência doméstica.

A entrevistada aproveitou o momento em que se sentia segura e confortável e contou-me, bastante emocionada, uma situação de violência provocada pelo seu companheiro. Ela afirma que a agressão física aconteceu apenas uma vez ao longo do seu relacionamento, mas foi o suficiente para ela nunca mais encará-lo da mesma forma e sempre repensar a respeito da sua relação conjugal. Com vergonha do ocorrido, ela declarou que nunca havia contado essa história, que nem seus familiares nem as mulheres do grupo tinham conhecimento. Esse foi o único caso de violência relatado pelas mulheres durante as entrevistas.

Por limitação de tempo devido ao compromisso profissional e letivo[8], mas também por limitação de dados mais consistentes decorrentes das entrevistas, dois quesitos que dialogam e fundamentam as questões feministas e de gênero, sobretudo, no meio rural, não foram devidamente abordadas: raça/etnia e violência. Esses pontos se entrecruzam, principalmente, no que se refere à violência de gênero que atingem as lideranças rurais no Brasil: mulheres, negras e lideranças políticas rurais – três características que afrontam as relações de poder que se sustentam no patriarcado, racista e capitalista.

[8]Vale apontar que o período de escrita da tese aconteceu paralelamente ao período do estágio probatório, no qual assumi, além das atividades de sala de aula, pesquisa e extensão, atividades administrativas e demais compromissos acadêmicos.

Casos de assassinatos de mulheres negras e lideranças rurais que lutam por melhorias frente às questões trabalhistas e pelo acesso à terra têm sido recorrentes, com destaque para o assassinato de Margarida Alves, em 1983, na Paraíba, que teve a sua devida repercussão e marca o movimento das trabalhadoras rurais, e o caso mais recente da quilombola Francisca das Chagas Silva, em fevereiro de 2016, em Mirandiba do Norte, no Maranhão. As duas, mulheres, negras, sindicalistas e lideranças rurais.

A violência contra as mulheres rurais perpassa pelas questões das relações de gênero e domésticas. As mulheres sofrem as diversas violências tanto na esfera pública como na esfera privada. No âmbito doméstico, os principais agressores são os seus companheiros[9], e na esfera pública e política, sofrem por serem mulheres que enfrentam e ameaçam os poderes do capital diante dos conflitos de terra. Além disso, os dados que compreendem a violência de gênero contra as mulheres negras têm aumentado em comparação aos dados que se referem às mulheres brancas, que estão diminuindo (WAISELFISZ, 2015)[10].

A violência contra as mulheres rurais apresenta especificidades que dificultam o seu enfrentamento: a subnotificação dos casos, ou seja, ausência de dados; concentração dos serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência nos municípios de maior porte; isolamento geográfico; e a dificuldade de acesso das mulheres rurais à infraestrutura social de enfrentamento à violência contra as mulheres (SPM[11], 2011). Logo, aponta para a necessidade de mais estudos sobre a temática e da elaboração de políticas públicas eficazes e específicas para essa realidade.

Abrimos este parêntese para apontar as limitações desta pesquisa, mas também para destacar a importância de tais questões diante dos estudos feministas e de gênero, que merecem ser ampliados e atentos às questões das especificidades e diversidades das mulheres rurais.

Nesse sentido, percebemos esta tese como uma tentativa de estender os estudos que priorizam o questionamento da dicotomia entre as esferas pública e privada, tomando como referência as mulheres rurais em seus exercícios políticos, mas destacando as relações de gênero que caracterizam o modo de vida no meio rural. Porém, os limites desta pesquisa pressupõem a abertura para novos trabalhos

[9] Ver: IPEA, 2013b.
[10] Ver: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.
[11] Secretaria de Políticas para as Mulheres.

que abarquem outras questões que são importantes para compreender o trânsito das mulheres rurais entre as suas esferas, como: identidade, sexualidade, raça/etnia e violência doméstica e de gênero.

Outro parêntese cabe ser aberto, ainda na introdução, para localizarmos a percepção adotada nesta tese em relação ao conceito de patriarcado. Na literatura feminista, o entendimento acerca do patriarcado não se estabelece de maneira consensual, algumas estudiosas/os rejeitam o termo (THERBORN, 2006) por julgá-lo enfraquecido e não adequado às relações familiares construídas nas sociedades contemporâneas; ou por considerar o conceito como um sistema estável que não permite mudanças nas posições sociais das mulheres (KERGOAT, 1996); ou por considerá-lo apenas uma expressão que refere a coibições de abuso e de autoridade masculina, e não a um sistema de organização social.

Bourdieu (2005), por exemplo, julga mais propício adotar o termo dominação (masculina), para fazer referência aos padrões sociais de gênero que são incorporados por meio dos *habitus* e produzem disposições permanentes, que se expressam sutilmente nas relações e nas esferas sociais, promulgadas nas estruturas sociais de dominação – principalmente, a esfera doméstica.

Sob a argumentação da forma adjetiva na qual o conceito tem sido utilizado – família patriarcal, ideologia patriarcal – faz referência ao conceito weberiano de patriarcalismo que “trata-se de um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237).

Na concepção de Weber, o patriarcado se remete a um período anterior ao Estado, na defesa do domínio de um patriarca sobre toda a comunidade doméstica ou econômica, não se adequando às sociedades capitalistas e contemporâneas (DELPY, 1981; CASTRO; LAVINAS, 1992). Nessa perspectiva, a referência clássica de patriarcado é compreendida como uma estrutura natural de constituição da sociedade de maneira universal e invariável.

No entanto, algumas autoras defendem a utilização de patriarcado para fazer referência às situações de dominação e exploração sofridas pelas mulheres, não somente nas esferas privadas, mas também em outras esferas da vida, como na política, na mídia, no trabalho, na religião e nas relações capitalistas, entendendo o patriarcado em sua formulação mais abrangente, compreendida na dinâmica social

como um todo e adaptada à complexidade das relações e instituições contemporâneas (SAFFIOTI, 2004; WALBY, 1990)

Pateman (1993) em referência ao “contrato social e sexual”, afirma que o patriarcado é a base do contrato original, que toma as mulheres como objeto de sujeição dos homens. Desse modo, não se deve abandonar o único conceito que expressa de maneira clara essa relação de opressão e que evidencia a garantia de direito político que todos os homens exercem simplesmente por serem homens. A autora defende que abandonar o termo significa colocar esses fatos na obscuridade, favorecendo novamente aos homens.

Walby (1990), em concordância com Pateman, defende a permanência da utilização teórica do conceito de patriarcado, uma vez que se reconfigura as relações entre homens e mulheres, a partir de um contexto capitalista – que produz a cisão entre a esfera pública e privada. A autora argumenta que as formas de dominação patriarcal se adaptam de acordo com as mudanças históricas, e o conceito deve ser retomado de modo que acompanhe as ditas transformações, no entanto, sem apagar a sua trajetória histórica.

Nesse sentido, defendemos a utilização do conceito de patriarcado percebendo-o como um mecanismo de dominação e exploração das mulheres rurais e urbanas, no contexto das sociedades complexas e contemporâneas, diante das relações de poder que se concretiza por meio do seguinte personagem: masculino, branco, heterossexual, urbano e com posses. Contudo, não significa que esse “personagem” tenha de agregar todas essas características, pois, mesmo desmembradas, são suficientes para hierarquizar as mulheres entre si.

O conceito é adotado tanto pela academia como pela militância feminista, que manifesta a sua luta para combatê-lo. A nossa percepção compreende o patriarcado como um conceito que remete a um conjunto de atitudes coletivas e individuais e que reproduz o “sexismo”, o “machismo”, a “dominação masculina” e a “opressão das mulheres”, nas diversas esferas da vida, no entanto, não se define num sistema que se reduz a si, a-histórico e que desconsidera as possibilidades de mudanças quanto à posição das mulheres na sociedade, ou seja, o seu empoderamento.

Por onde andamos: localização e contextualização territorial da pesquisa

Com a pretensão de situarmos geográfica, econômica e socialmente a região onde estão localizadas as mulheres que integram a nossa pesquisa, apontamos brevemente o contexto no qual se deu a interiorização do estado de Pernambuco, as características socioeconômicas dos territórios demarcados por meio de políticas do governo federal, assim como por meio da organização política dos municípios, destacando os Sertões que se relacionam com as mulheres que interessam para a nossa pesquisa.

O estado de Pernambuco é divido em territórios que adquirem uma variedade de características proveniente não só das diferenças geográficas, como também das diferentes influências culturais, econômicas, sociais e políticas. Nesse sentido, o estado é dividido em mesorregiões e microrregiões, a fim de agrupar tais características que são naturais, sociais, políticas e geográficas.

Mapa 1 – Localização do estado de Pernambuco e suas microrregiões.

Fonte: JALIL, 2013

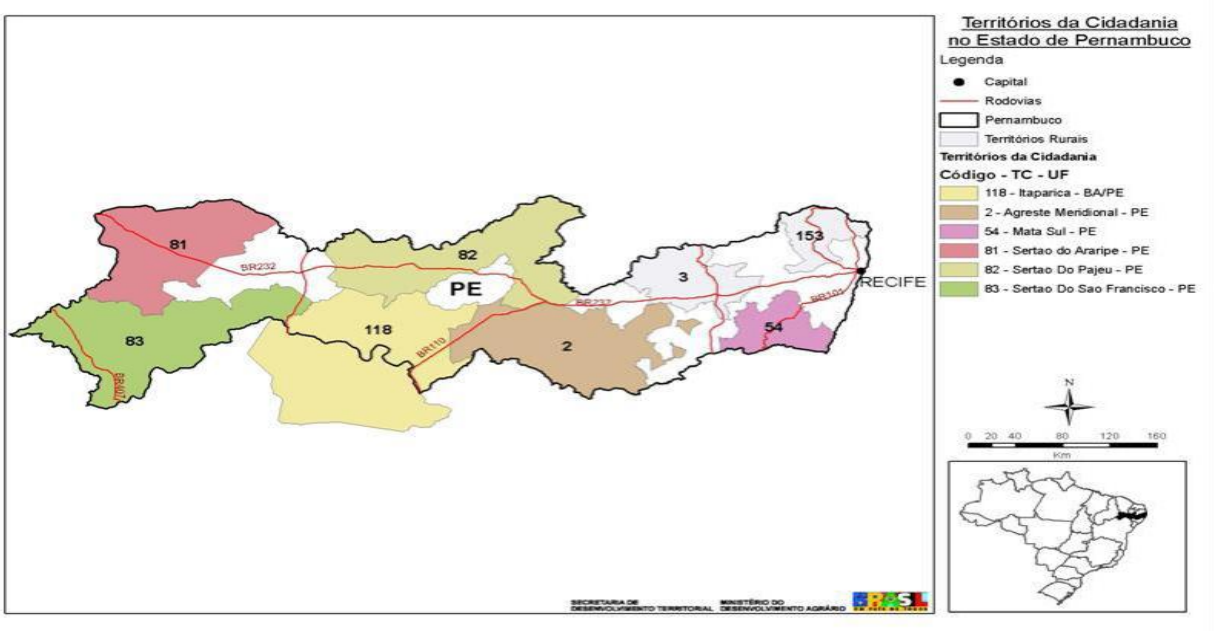
Em 2008, o governo federal lançou o Programa Territórios da Cidadania, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável,

mediante participação social e integração das ações entre governo federal, estados e municípios.

O estado de Pernambuco possui seis territórios rurais enquadrados como Territórios da Cidadania: Agreste Meridional, Mata Sul, Sertão do Araripe, Sertão do Pajeú, Sertão do São Francisco e Itaparica. Para a presente pesquisa, iremos evidenciar o território do Sertão do Pajeú, que é composto por vinte (20) municípios:Itapetim, Tuparetama, São José do Egito, Santa Terezinha, Brejinho, Afogados da Ingazeira, Tabira, Sertânia, Carnaíba, Quixaba, Iguaraci, Ingazeira, Solidão,São José do Belmonte, **Santa Cruz da Baixa Verde**, Serra Talhada, **Mirandiba**, Flores, Triunfo e Calumbi.

De acordo com o MDA (2011), o Governo do Estado de Pernambuco afirma que a Região de Desenvolvimento (RD) do Pajeú difere geograficamente do Território da Cidadania do Sertão do Pajeú, uma vez que este integra três municípios a mais que a RD, onde Mirandiba e São José do Belmonte integram a RD do Sertão Central, e o município de Sertânia, a RD do Moxotó.

Mapa 2 – Localização do Sertão do Pajeú no estado de Pernambuco



Fonte: MDA, 2011, p. 19.

Motivado pela mistura de etnias e culturas[12], o “pajeuzeiro” tem um forte sentimento de identidade com o seu território, valorizando seus diversos elementos culturais e ambientais, como a dança, as comidas típicas, a poesia, a vegetação, a Caatinga, o Rio Pajeú (que dá nome ao território), a força e a resistência do sertanejo (MDA, 2011).

> A definição de Território rural proposta pela SDT[13] é um espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais tais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Possui população formada por grupos sociais relativamente distintos que se interrelacionam interna e externamente por meio de processos caracterizados por um ou mais elementos que indicam identidade, coesão e sentido de pertencimento (MDA, 2011, p. 14).

O Território do Sertão do Pajeú abarca características que contribuem para o objetivo do Programa Territórios da Cidadania, pois reúne um conjunto de experiências em torno do desenvolvimento rural, construídas historicamente com a presente atuação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, de organizações não governamentais e movimentos sociais integrados às lutas de trabalhadores/as rurais e agricultores/as, garantindo um forte poder de mobilização e articulação dos atores sociais locais. O MDA (2011, p.21) percebe que “para haver uma efetiva participação e democratização do mundo rural brasileiro [...] é preciso chamar ao diálogo a sociedade civil e os poderes públicos, empoderando, sobretudo, os mais fragilizados[14]”.

O MDA também se baseia nos entendimentos de Wanderley (1997) sobre as características fundamentais que definem o meio rural. De acordo com a autora, o meio rural se define a partir das relações específicas que os habitantes do campo estabelecem com a natureza, como também pelas relações sociais baseadas em pequenos grupos, nas relações de solidariedade e interconhecimento.

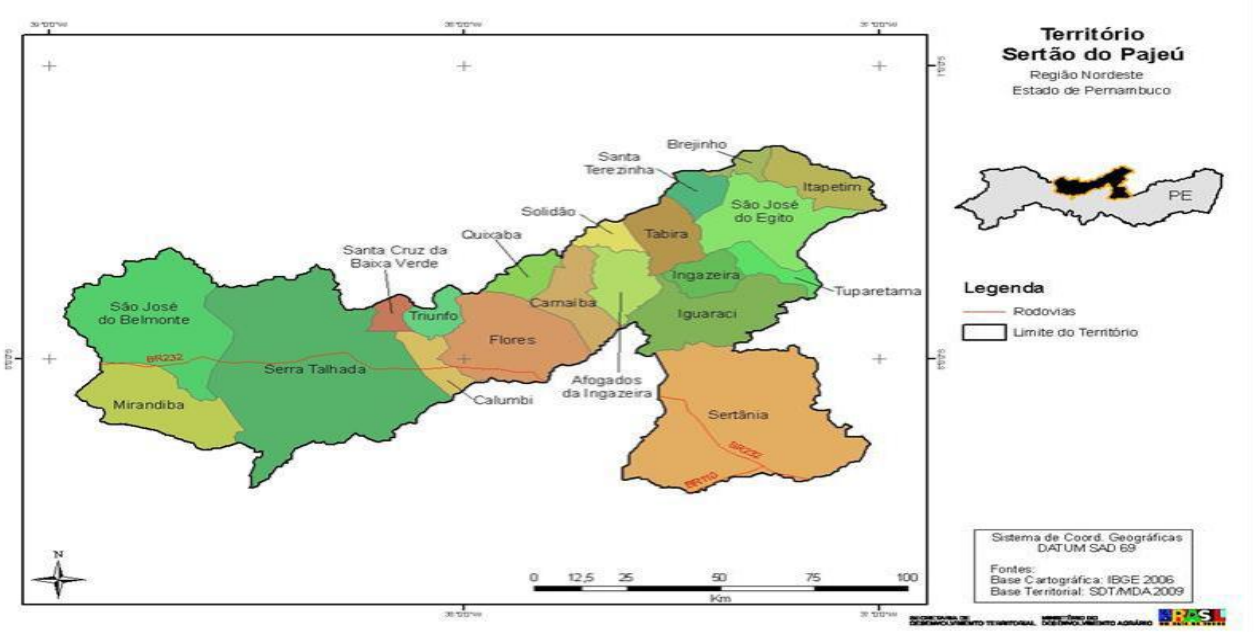
---

[12] Atualmente, o território do Pajeú integra dezesseis (16) comunidades de remanescentes de quilombos já reconhecidas. “O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, considera os remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (MDA, 2011, p. 21).

[13] Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

[14] Refere-se aos agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, trabalhadores/as extrativistas, mulheres, jovens etc.

Mapa 3 –Mapa do Sertão do Pajeú.



Fonte: MDA, 2011, p. 20.

Conforme os dados do Censo 2010, o Território do Sertão do Pajeú possui uma população estimada em 395.293 habitantes, sendo 39% dos habitantes residentes da área rural. O Território comporta uma área de 13.350,30 Km². Os dados afirmam que a população da área rural vem diminuindo nos últimos anos, de forma que, em 2007, correspondia a 42,34% do total dos habitantes do Território. O Sertão do Pajeú possui 33.804 agricultores/as familiares, 1.810 famílias assentadas, 16 comunidades quilombolas e 1 terra indígena, com um IDH médio de 0,65 (MDA, 2011).

A distribuição populacional do Território por sexo é bastante equilibrada, as mulheres correspondem a 51% da população, e os homens representam 49%.

Em relação à dimensão econômica do Território do Sertão do Pajeú, a população economicamente ativa da região corresponde a 125.240 habitantes, distribuídos nas seguintes atividades: agropecuária (51,6%), comércio e serviços (12,0%), administração pública (5,3%), educação (5,0%) e 26,1% estão distribuídos em outros setores produtivos como indústria, construção civil, alojamento e alimentação, serviços domésticos, entre outros (MDA, 2011, p. 75).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Território compreende 1,8% do PIB do estado de Pernambuco, que se refere a dados agregados pelos diferentes setores econômicos (indústria, comércio, serviços e agropecuária), com mais de 93% do PIB

do Território concentrado nos setores industrial e de serviços, tendência observada na maior parte dos municípios quando considerados individualmente. Abaixo, podemos observar o número de emprego gerado por cada um dos setores, com destaque para Serra Talhada[15], que apresenta o maior PIB do Território, e para os municípios por nós selecionados, que, mesmo apresentando uma população rural significativa (50%), o setor agropecuário não provoca impacto na geração de empregos.

Quadro 1– Atividades econômicas por município.

MUNICÍPIO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA
Serra Talhada	571	2.939	1.633	64
Santa Cruz da Baixa Verde	13	27	8	3
Mirandiba	1	87	26	-

Fonte: A autora, 2016. Com dados do MDA, 2011.

O MDA (2011) alerta para a utilização de dados agregados e destaca o setor agropecuário, pois, mesmo que este apresente pouca relevância quando comparado aos outros setores de atividade econômica, na geração de emprego formal e na conformação do PIB, a utilização de metodologias quantitativas tradicionais pode esconder alguns fatores relevantes, pois a atividade agropecuária possui considerável relevância na economia, na medida em que apresenta o maior número de estabelecimentos (com 96,67%), além de gerar uma expressiva renda não monetária, dado à produção destinada ao autoconsumo, que, muitas vezes, fica invisível nas estatísticas e não apresenta contabilidade econômica visível.

No que consiste à questão do desenvolvimento humano no Território do Sertão do Pajeú, conforme os parâmetros do Índice de Desenvolvimento Humano

[15] Em alguns momentos, faremos referências ao município de Serra Talhada, por ser um município considerado importante na região, devido ao comércio, à concentração de instituições de ensino e saúde, e, principalmente, por ser onde se localiza a sede do Polo Sindical Sertão Central, onde nasce o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central (MMTR-SC).

(IDH)[16], em contraponto ao índice atingido, em 1991, em que todos os municípios apresentavam um IDH inferior a 0,499 (baixo), no ano 2000, todos os municípios do Pajeú atingiram Desenvolvimento Humano Médio (0,630). Ainda que haja uma tendência a melhorias nos diversos aspectos que compõem o índice, no estado de Pernambuco, as desigualdades são enormes, expressas em um insuficiente acesso a serviços básicos de educação, saúde, saneamento, esgoto e disposição de resíduos, dentre outros aspectos relevantes (MDA, 2011).

As informações acima foram apresentadas com o intuito de localizar as nossas questões de pesquisa num contexto social, econômico e demográfico, que é peculiar a essa região brasileira e, sobretudo, ao Território do Sertão do Pajeú. Veremos que as mulheres rurais dessa localidade enfrentam, como primeiro obstáculo, a pobreza e tomam a participação política como um instrumento de acesso às políticas públicas, à cidadania e, principalmente, à autonomia.

Sertão do Pajeú e Sertão Central: sertões que se complementam

O movimento sindical rural do estado de Pernambuco estabelece uma delimitação política do território estadual, que nem sempre coincide com outras delimitações, como a desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA)por meio dos Territórios da Cidadania. Já a definição política sindical divide o estado de Pernambuco em polos, de acordo com as ações sindicais nos territórios: Polo Sindical da Mata Norte, Polo Sindical da Mata Sul, Polo Sindical do Agreste Setentrional, Polo Sindical do Agreste Central, Polo Sindical do Agreste Meridional, Polo Sindical do Submédio São Francisco, Polo Sindical do Vale do São Francisco, Polo Sindical do Sertão do Pajeú, Polo Sindical do Sertão Central, Polo Sindical do Sertão do Araripe (JALIL, 2013).

De acordo com Jalil (2013), o recorte que compreende o Polo Sindical do Sertão do Pajeú exclui alguns municípios importantes, que passam a integrar o Polo Sindical do Sertão Central. Com efeito, para a nossa pesquisa, destacamos Mirandiba e Santa Cruz da Baixa Verde dentre esses municípios que, conforme a

[16] IDH até 0,499: Desenvolvimento Humano Baixo; IDH entre 0,500 e 0,799: Desenvolvimento Humano Médio; IDH acima de 0,800: Desenvolvimento Humano Alto.

delimitação sindical, integram o Polo Sindical do Sertão Central, como podemos visualizar abaixo.

Quadro 2 – Municípios compreendidos dentro dos polos sindicais do Sertão do Pajeú e Sertão Central, Pernambuco.

Polo Sindical	**Municípios compreendidos**
Sertão do Pajeú	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Iguaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Terezinha, São José do Egito, Sertânia, Solidão, Tabira, Tuparetama.
Sertão Central	Betânia, Calumbi, Cedro, Custodia, Flores, **Mirandiba**, Salgueiro, **Santa Cruz da Baixa Verde**, São José do Belmonte, Serra Talhada, Serrita, Terra Nova, Triunfo,Verdejante.

Fonte: JALIL, 2013, p. 137.

Considera-se importante destacar tais delimitações territoriais e políticas, pois a localização dos referidos municípios influenciao acesso às políticas públicas, como também a organização política das mulheres rurais. No caso das mulheres por nós entrevistadas, elas estão localizadas no Território do Pajeú, mas também integradas ao Polo Sindical do Sertão Central, onde estabelecem relação direta com o histórico do surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sertão Central (MMTR-SC). Contudo, diversas políticas públicas direcionadas para as mulheres são implementadas no marco do Território do Sertão do Pajeú, que compreende a delimitação oficial do governo brasileiro (JALIL, 2013).

Características culturais permitem a complementariedade e continuidade desses Sertões, pois suas raízes históricas são similares devido à colonização e à ocupação do território a partir da pecuária extensiva, construindo assim características peculiares do povo sertanejo. O Sertão pode ser percebido como um mosaico de características culturais, econômicas e políticas que produzem unidade e homogeneidade, contudo, também apresenta características muito heterogêneas, como no caso da agricultura (irrigada e de autoconsumo[17]); do próprio solo, em

[17] A autora fala em agricultura de subsistência, no entanto, corroboramos com Gazzola e Schneider (2007, p. 91), que compreendem a agricultura de autoconsumo como “parcela da produção animal,

alguns municípios apresentam desertos, quando outros possuem solos férteis e clima ameno; há latifúndios e propriedades com menos de um hectare; há vilarejos e cidades de médio porte etc. (CORDEIRO, 2004).

Portanto, a ênfase nas diferentes delimitações geográficas e de ação sindical se refere ao fato das mulheres do MMTR-SC definirem o Sertão Central como um território da construção da sua organização e ação política. Assim, “o Sertão Central para o MMTR-SC é um lugar de reconhecimento, de luta, de resistência e de ressignificação” (JALIL, 2013, p. 139).

Apresentação dos grupos de mulheres

Estudos sobre grupos autônomos de mulheres rurais ainda são escassos na literatura da sociologia rural e feminista. Devido a maior expressividade das ações coletivas, os estudos se voltam para os movimentos sociais (MMTR, por exemplo) e sindicais. No entanto, as mulheres que integram esses grupos, em sua maioria, são as mesmas que participam dos espaços sindicais e dos movimentos, inclusive, elas realizam as suas formações políticas nesses espaços.

---

vegetal ou transformação caseira que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades”. Os autores defendem que os agricultores familiares para atender às necessidades do grupo doméstico possuem sua lógica de produção e reprodução social assentada tanto no mercado, por meio da compra e venda de produtos, como na produção para o autoconsumo, e descartam a ideia da “agricultura de subsistência”, restrita somente às necessidades do grupo familiar, sem passar por transações mercantis.

Tabela 1 –Participação em grupos sociais segundo estado civil.

Participação em grupos sociais segundo estado civil

Grupos sociais	Solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas (universo: 237)		Casadas ou união estável (universo: 374)		Total (universo: 611)	
	Quantidade	% do universo	Quantidade	% do universo	Quantidade	% do universo
Sindicato de trabalhadores	179	76	301	80	480	79
Partido político	84	35	108	29	192	31
Cooperativa	44	19	68	18	112	18
Movimento social	88	37	112	30	200	33
Grupo religioso	113	48	196	52	309	51
Clube de mães	29	12	50	13	79	13
Associação comunitária	112	47	202	54	314	51
Grupo de mulheres	114	48	198	53	312	51
Conselhos estaduais/municipais	77	32	107	29	184	30
Outros	14	6	9	2	23	4
Nenhum	7	3	7	2	14	2
(vazio)	0	0	1	0	1	0
Total geral	**861**		**1.359**		**2.220**	
Participação média em grupos sociais	3,6		3,6		3,6	

Fonte: IPEA, 2013b.

Como podemos verificar na tabela acima, as mulheres se encontram em diversos espaços políticos-sociais, e os grupos de mulheres possuem significativa adesão, tanto por mulheres casadas[18] (53%) como pelas não casadas (48%).

Os grupos de mulheres podem ter caráter produtivo ou não produtivo. Os grupos por nós estudados têm caráter político e produtivo. O Grupo Doce Esperança já surge com caráter produtivo, ainda que sem formalização jurídica, e o Fórum de Mulheres de Mirandiba surge com a finalidade de resgatar a autoestima das mulheres e incentivar e apoiar a participação política nos movimentos locais e sociais. Contudo, ao longo da trajetória do Fórum, este foi adotando estratégias de ação produtiva junto às mulheres.

De acordo com Jalil (2013, p.17), “o grupo produtivo se configura como um ‘espaço de mulher’, onde elas se fortalecem para as ações, tanto na esfera pública, quanto no enfrentamento às questões privadas”. Butto acrescenta que

> os grupos produtivos são organizações pequenas, em sua maioria sem formalização jurídica, com escasso acesso à infraestrutura para a produção e restrito acesso às políticas de apoio à produção e comercialização e pequena capacidade de auferir renda (BUTTO, 2011, p. 24).

[18]Entende-se por mulheres casadas, tanto as casadas formalmente como aquelas que vivem com um companheiro em união estável.

Os grupos (produtivos) de mulheres são espaços que propiciam o rompimento da invisibilidade do trabalho produtivo das mulheres rurais, possibilitando uma renda monetária (ainda que seja modesta)[19] e acesso à capacitação e à comercialização. Esses grupos também possibilitam a saída de casa, a socialização das mulheres com outras mulheres, o compartilhamento de experiências, o fortalecimento político e de autoestima, contribuindo para a construção da autonomia nas dimensões econômica, cultural, social e política.

Grupo Doce Esperança

Fotografias 1 e 2 – Mulheres reunidas no Grupo Doce Esperança.

(1) (2)
Fonte: A autora, 2016.

O município de Santa Cruz da Baixa Verde é conhecido como a “Terra dos engenhos – Capital da Rapadura”, devido à sua expressividade na produção de rapadura, e é um dos menores municípios da região[20]. Santa Cruz é um município jovem, que foi criado, em 1991, pela Lei Estadual de nº 10.620, quando foi

[19] Butto (2011) afirma que 97,9% das mulheres rurais conseguem se remunerar até um salário mínimo, porém a maioria delas (83,7%) alcança apenas meio salário mínimo. Normalmente, as mulheres vendem a sua produção diretamente em mercados locais por meio de entregas diretas e participação em feiras livres e eventos.
[20] Ver Mapa 3.

desmembrado do município de Triunfo. O município é composto pelo distrito sede, pelo distrito de Jatiúca e sítios circunvizinhos.

Santa Cruz da Baixa Verde comporta uma população estimada em 11.610 habitantes, apresentando uma diferença mínima de apenas uma centena entre homens e mulheres, conforme o Censo de 2010. A sua economia gira em torno de serviços e atividades agrícolas. Em decorrência da ausência de políticas públicas estruturantes para a convivência com o semiárido, os/as habitantes de Santa Cruz se tornam vulneráveis às condições climáticas características da região. No entanto, o poder público insiste em ações pontuais de “combate à seca”, impedindo, assim, que os/as sertanejos/as garantam a sua autonomia – principalmente em relação ao acesso à água – diante das características climáticas e geográficas da região (JALIL, 2013).

Jalil (2013) afirma que Santa Cruz da Baixa Verde é um dos municípios “exportadores” de mão de obra masculina, pois, historicamente, os homens migram para trabalhar no corte da cana ou na colheita de café em outros municípios e estados do sudeste brasileiro. A migração, consequentemente, gera uma reorganização familiar na medida em que possibilita a mudança na ordem doméstica e na vida das mulheres rurais. Elas passam a ocupar espaços públicos e políticos (em reuniões da associação, do sindicato, conselhos municipais etc.), antes ocupados pelos homens (pais ou maridos), participam de cursos e capacitações, passam a cuidar do roçado, acumulando, assim, as distintas tarefas determinadas pela “divisão sexual do trabalho” e pelos distintos papéis de gênero.

A referida modificação na configuração social do município/região em relação à migração dos homens economicamente ativos reflete na feminização do meio rural, e as mulheres passam a chefiar as suas famílias e se deparam com a necessidade de lidar com dinheiro e com tomadas de decisão. “Elas passam a ser responsáveis tanto pelo cuidado da família, como pela administração da unidade produtiva. Também passam a participar diretamente dos sindicatos, associações, conselhos” (JALIL, 2013, p. 140). Dessa forma, a saída dos homens do campo promove um acúmulo de atividades exercidas pelas mulheres, que preferem quando os homens estão por perto, pois afirmam que trabalham menos.

Em Santa Cruz da Baixa Verde, particularmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-SC), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho de Saúde e outros espaços políticos são constituídos

majoritariamente por mulheres, que também ocupam cargos de presidência, diretorias, secretarias e coordenações[21]. Configurando, assim, uma redefinição dos espaços e papéis de mulheres e homens rurais decorrente da migração.

Tal contexto instigou o MMTR-SC a incentivar a criação de grupos produtivos de mulheres para proporcionar a mobilização, organização e fortalecimento das mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central, em articulação com os sindicatos locais. A partir de 2003, foram lançadas diversas políticas públicas promovidas pelo governo federal, por meio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), do MDA, visando à promoção das igualdades políticas e culturais de gênero, proporcionando a inserção das mulheres trabalhadoras rurais em espaços de comercialização, fortalecendo a sua identidade de trabalhadora rural e garantindo-lhes autonomia.

Assim, o Grupo Doce Esperança foi formado, em 2005, a partir de reuniões entre as mulheres rurais e técnicas da ONG Casa da Mulher do Nordeste e, atualmente, integra a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú[22]. A iniciativa partiu de um grupo de mulheres que produzia artesanato na comunidade, almejando a troca de conhecimentos, a interação com outras mulheres, a possibilidade de geração de renda e autonomia.

Conforme dito acima, o município de Santa Cruz da Baixa Verde possui um histórico de luta sindical muito significativo, pois é desse município a liderança histórica do MMTR-SC, Vanete Almeida. No entanto, boa parte das mulheres do Grupo Doce Esperança já possuía experiências de organização e participação devido à presença nas reuniões lideradas por Dona Netinha, como era conhecida Vanete Almeida.

---

[21] O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa (STR-SC) tem a sua diretoria composta integralmente por mulheres, compreendendo os seguintes cargos: presidência, secretaria de formação, secretaria política e secretaria de finanças. Em contato com a secretária de finanças, Claudeci Pereira, o STR-SC está em processo de recadastramentos de sócias e sócios, no entanto, ela afirma que o sindicato é composto por aproximadamente 700 trabalhadoras rurais, frente a 300 (aproximadamente) trabalhadores rurais. Santa Cruz da Baixa Verde apresenta 19 associações de produtores rurais, e 16 destas são presididas por mulheres. O Conselho Municipal de Saúde é composto por 10 mulheres e 2 homens. Esses dados apontam para a forte presença de mulheres nos espaços políticos e de decisão do município, que tradicionalmente seriam ocupados por homens.

[22] A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, existente desde o ano de 2005, quando se constituiu numa Rede de articulação de 10 grupos de mulheres na Região do Pajeú com o objetivo de quebrar o isolamento das mulheres rurais e de periferias urbanas de baixa renda, que lutavam em suas comunidades por dignidade, renda e segurança alimentar". A Rede tem a missão de fortalecer a organização produtiva das mulheres contribuindo para sua autonomia econômica e política. Ver mais em: http://redemulheresprodutoraspaje
u.org/quem-somos/missao-e-visao.

O Grupo Doce Esperança é formado por 20 mulheres, com idades entre 18 e 71 anos, todas as mulheres são oriundas de comunidades rurais, com exceção de uma que mora na cidade, e a maioria delas é casada.

Fórum de Mulheres de Mirandiba

Figura 3 e 4 – Mulheres reunidas no Fórum de Mulheres de Mirandiba.

(3)

(4)

Fonte: A autora, 2016.

Mirandiba é um município novo, criado, em 1958, quando foi desmembrado do município de São José do Belmonte. O município comporta 14.308 habitantes, conforme o Censo de 2010 (MDA, 2011), com a sua população bastante equilibrada entre habitantes da zona rural e da zona urbana. Com relação à sua distribuição por sexo, a população também se encontra paritária, com as mulheres compreendendo 50,26% da população.

Como um típico município do Semiárido pernambucano, Mirandiba sofre com algumas dificuldades que são de necessidade básica para a população, como o acesso à água, ao transporte público e o desemprego (ZIMMERMANN; FERREIRA, 2008). Entre os anos de 1998 e 1999, o município chegou a declarar estado de calamidade pública devido à escassez de água para a população, sobretudo, para a população rural. A água do subsolo de Mirandiba, além de ser escassa, é salobra, ou seja, imprópria para o consumo. A zona rural do município é a que mais sofre com a escassez da água e, embora haja barreiras, poços, cisternas e cacimbas, tal

infraestrutura não se faz suficiente para atender às necessidades humanas e animal.

A baixa densidade pluviométrica e o clima seco, que são características da região, são fatores responsáveis pelas dificuldades que a agricultura enfrenta para se estabelecer no município e, consequentemente, fomentam a pobreza local. Contudo, Zimmermann e Ferreira (2008) nos alertam para outro ponto de vista em relação a esse discurso:

> *En general, la sequía y la irregularidad de las lluvias son consideradas como las grandes responsables por la pobreza que domina el semiárido nordestito. Entretanto, los estúdios minuciosos y los trabajos consistentes que entidades organizadas en la Articulación del Semiárido Brasileño (ASA) han realizados en los últimos 10 años, cuestionan esta forma de tratamiento dada a la región. El discurso del "combate a la sequía" sale del escenario en este contexto y surge el discurso de la "convivencia con el semiárido". Las ONGs, las comunidades eclesiales de base y los movimiento sociales pasan a ser relevantes, cuando buscan el objetivo de comprender el semiárido como un bioma, por lo que la estrategia no consiste en convivir con la sequía, sino con el semiárido. El ASA piensa que lo importante es desmistificar la idea que la sequía, un fenómeno natural, como la responsable por el hambre y la miséria que predomina en la región. La estrategia de convivencia con el semiárido propone que la vida se desarrolle en las condiciones socioambientales de la región, considerando sus límites y potencialidades, relacionándose con el médio ambiente con base en nuevas formas de convivencia (ZIMMERMANN; FERREIRA, 2008, p. 44).*

A partir dos anos 1980, as comunidades de Mirandiba começaram a se reunir e procurar soluções para os problemas enfrentados no que tange às relações de poder estabelecidas no município, principalmente em relação à exploração de mão de obra (corte de cana) e à escassez de água. Com o apoio da Igreja Católica, surgiram várias lideranças que hoje fazem parte da ONG Associação Conviver no Sertão[23].

A ONG surgiu em 2001 e foi fundada por agricultores e agricultoras familiares e técnicos em Agronomia do município de Mirandiba, com a perspectiva de discutir estratégias de convivência com o Semiárido, desenvolvimento local, integral e sustentável a partir de experiências locais. A ONG Associação Conviver no Sertão

[23]"La ONG se propone promover el desarrollo local sostenibles, no apenas del punto de vista económico, sino también en términos sociales, políticos y culturales. Adopta una metodología participativa y los temas y medidas que se adoptan se definen en función de las aptitudes y potenciales locales. La Conviver trabaja con base en tres tópicos: recursos hídricos, apoyo a la producción y comercialización agrícola y políticas públicas. La cuetión de los recursos hídricos se trata por medio del fomento a la construcción de cisternas, barreiros, presas y pozos, capacitando a las familias para la gestión sostenibles de estos recursos y estimulando la organización de fondos comunitarios con base en las construcciones. El apoyo a la producción y comercialización agrícola se concretiza atravez de la producción y el beneficiamiento de alimentos destinados a programas sociales, implantando huertas orgánicas, bancos de semillas y mudas y criando cabras y abejas" (ZIMMERMANN; FERREIRA, 2008, p. 45).

desenvolve um trabalho alinhado com diversas causas sociais, apoiando-se ao movimento negro e à luta pelos direitos das mulheres. E estabelece parcerias com diversas organizações, como o Centro de Cultura e Cidadania Zumbi dos Palmares[24] e o Fórum de Mulheres de Mirandiba.

Há mais de uma década, a ONG ActionAid[25] desenvolve ações em Mirandiba a fim de fortalecer a luta pela defesa dos direitos das mulheres e apoia projetos de formação, geração de renda e inclusão digital voltados para elas. Nesse sentido, essa organização sugeriu à Associação Conviver no Sertão um trabalho conjunto e específico para as mulheres rurais, e, assim, em 2005, surgiu o Fórum de Mulheres de Mirandiba.

O Fórum tem como objetivo promover a autonomia e o fortalecimento das mulheres, resgatando a autoestima, incitando discussões sobre seus direitos e incentivando a participação nos movimentos sociais locais, além de trabalhar as diversas temáticas, como gênero, saúde, projetos produtivos de geração de renda, racismo, entre outras voltadas para as mulheres do campo. E estabelece parcerias com as organizações feministas Casa da Mulher do Nordeste e faz parte da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú.

OFórum é composto por uma média de 30 mulheres que participam diretamente, e indiretamente chegam a participar mais ou menos 300 mulheres[26]. Inicialmente, mulheres da cidade também integravam o Fórum, mas, atualmente, o Fórum está mais voltado para as mulheres rurais e é composto por mulheres de quatro comunidades rurais, sendo duas comunidades quilombolas e uma indígena. As reuniões do Fórum ocorrem na sede da Associação da Comunidade Quilombola do Sítio Feijão e Posse, que é presidida por uma das integrantes do Fórum de Mulheres.

---

[24] O Centro de Cultura e Cidadania Zumbi dos Palmares surgiu, em 2001, no município de Mirandiba, com uma de suas atividades voltadas para difundir as danças entre jovens negras e negros das comunidades rurais e dos bairros da periferia da cidade.

[25] A ActionAid é um movimento global de pessoas que trabalham juntas para promover os direitos humanos e superar a pobreza. Fundada em 1972, a ActionAid é uma organização sem fins lucrativos, cujo trabalho atinge cerca de 15 milhões de pessoas em 45 países. A ActionAid está no Brasil desde 1999 e envolve 25 organizações parceiras em 13 estados, beneficiando mais de 300 mil pessoas em cerca de 1.300 comunidades. Sobre o trabalho que a ONG desenvolve com as mulheres rurais, ver: http://www.actionaid.org.br/o-que-fazemos/direitos-das-mulheres#sthash.vtd7pBL3.dpuf.

[26] As reuniões do Fórum não agregam todas as suas participantes, mas as lideranças de cada comunidade têm a função de multiplicar as informações para as demais mulheres rurais que nao podem estar presentes nas reuniões.

O Fórum, ao longo dos anos, tem proporcionado algumas mudanças na vida das mulheres, como a expansão da sua autonomia para saírem de casa; participarem de intercâmbios intermunicipais e interestaduais; as trocas de experiências e conhecimentos umas com as outras; a se organizarem coletivamente para promoverem melhorias em suas comunidades; a obtenção de segurança nas tomadas de decisões e aumento da autoestima; além do aumento da geração de renda para suas famílias, bem como veremos em alguns depoimentos.

Dentre as integrantes do Fórum, foram selecionadas cinco mulheres para serem as nossas interlocutoras neste trabalho. Nós procuramos a principal liderança do Fórum e pedimos para que ela nos indicasse mais quatro mulheres que participam do Fórum desde o seu surgimento e que fossem mulheres que ocupam outros espaços políticos. Ela nos sugeriu que fossem mulheres das diferentes comunidades que comportam o Fórum, e nós aceitamos a sua sugestão.

Diferentemente de certa homogeneidade, observada entre as lideranças do Grupo Doce Esperança, o Fórum de Mulheres de Mirandiba possui uma liderança que se destaca dentre as demais, devido à sua trajetória de militância ser decorrente de outros movimentos.

Quem são as mulheres que dialogamos?

Podemos visualizar no Apêndice A o perfil sociodemográfico das mulheres rurais entrevistadas, porém iremos destacar algumas questões, a fim de confrontar com os dados da Pesquisa da Marcha das Margaridas[27], realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013b). Para o nosso trabalho, foram entrevistadas dez mulheres, com idade entre 27 e 54 anos. A idade média das mulheres entrevistadas estima 43,8.

Com relação à ocupação, prevaleceu a autoidentificação como agricultora, com a exceção de apenas uma mulher, que se identificou como professora, e duas

[27] A pesquisa intitulada “Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta” foi realizada pelo IPEA durante a Marcha das Margaridas em 2011. A pesquisa contou com a participação de 611 mulheres, sendo 420 residentes no meio rural, 122 mulheres com domicílio urbano e 69 mulheres que transitam entre o rural e o urbano. Foram entrevistadas mulheres de todos os estados brasileiros, concentrando a sua maioria proveniente da região Nordeste (44,48%).

mulheres fizeram questão de destacar que, além de agricultoras, também são donas de casa. Outras duas mencionaram que também são artesãs, e uma delas apresentou como ocupação o cargo político de presidente da Associação de Moradores. Aqui, estamos diante de uma situação inversa: em muitas pesquisas, ou mesmo no cadastro de acesso às políticas públicas, muitas mulheres se declaram apenas como donas de casa, não evidenciando o trabalho que executam no campo. Dentre as nossas entrevistadas, há uma reprodução da invisibilidade do trabalho doméstico ao se declarem apenas como agricultoras.

Em relação à declaração referente à cor, cinco mulheres da nossa pesquisa se declararam negras e três pardas.

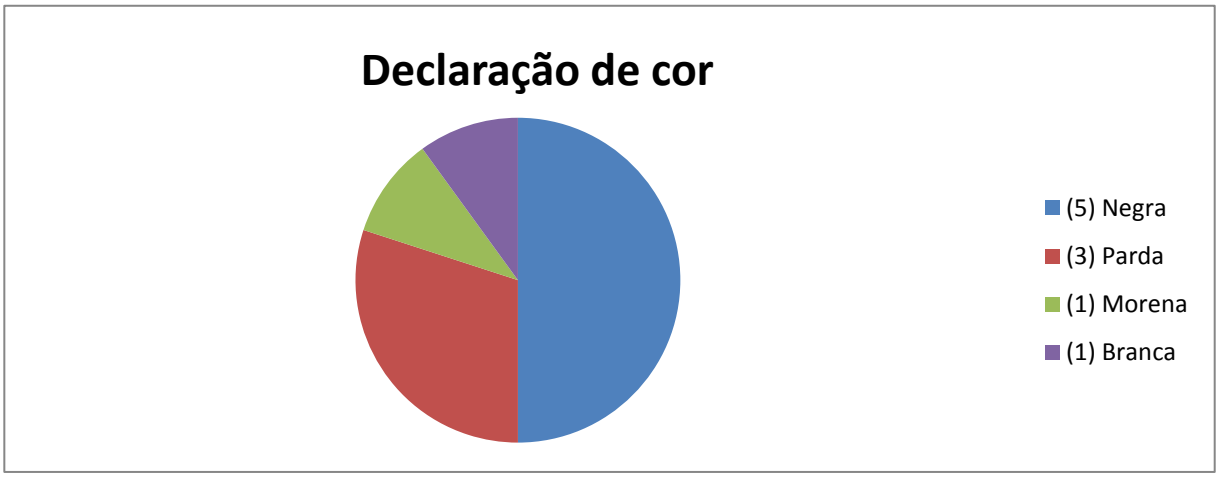


Gráfico 1 – Declaração de cor segundo as mulheres pesquisadas – em número absoluto.

Fonte: A autora, 2016.

É válido ressaltar que as mulheres de Mirandiba, por possuírem uma discussão mais aprofundada sobre o reconhecimento da origem quilombola e devido à atuação do Movimento Negro no município, reconhecem e visibilizam a sua identidade negra.

O IPEA (2013b) chama atenção para os dados do Censo Demográfico 2010, que mostrou que 60% das mulheres rurais se declaram negras. E na Pesquisa Marcha das Margaridas, tal proporção sobe para 77,6%. O Instituto supõe que o predomínio da população negra no conjunto das entrevistas na Marcha exprime a autoafirmação étnica e o maior grau de politização dessas mulheres, devido ao

engajamento em movimentos sociais e sindicais, corroborando com os motivos da expressividade dos nossos dados, sobretudo em Mirandiba (3 negras e 2 pardas).

De todas as nossas entrevistadas, apenas uma é solteira, e das 374 mulheres casadas da pesquisa da Marcha, compreendendo 61,2%, 80% delas participam de Sindicatos e 53% de Grupos de Mulheres (Ver Tabela 1). Com isso, verificamos a expressiva participação das mulheres rurais casadas em espaços sociais e políticos, sobretudo, na Marcha das Margaridas. Outro fator interessante entre as nossas entrevistadas é o número médio de filhos de 3,6, mostrando que, mesmo com três ou mais filhos, as mulheres não deixam de participar dos espaços públicos.

As mulheres sertanejas, exceto duas mulheres, recebem Bolsa Família e complementam a renda com a venda de sua produção agrícola, artesanal (bolos, doces, pães, crochê), e uma delas é revendedora de cosméticos. Seus maridos e filhas/os trabalham na roça, mas não são assalariados. Apenas uma mulher citou a obtenção de recursos proveniente de outra política pública no momento da entrevista. No entanto, sabemos que várias mulheres já acessaram outros recursos provenientes do Garantia Safra e Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar(Pronaf) Grupo B.

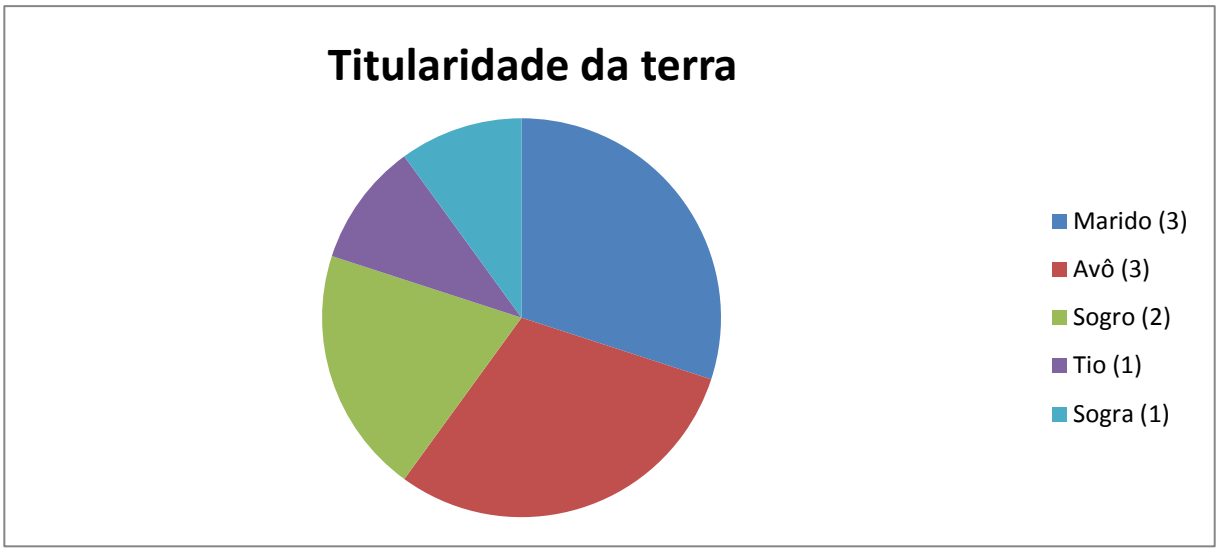
Percebemos que o trabalho das mulheres é ainda invisibilizado (inclusive por elas), pois, ao perguntarmos a sua ocupação, predominou a agricultura, mas, no decorrer das entrevistas, identificamos as diversas atividades desenvolvidas pelas mulheres para complementarem a renda familiar. Ellis (2000 apud GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007) fala em *diversificação das estratégias de vivências*, ou seja, o "processo pelo qual as unidades domésticas constroem um incremento diversificado de suas carteiras de investimentos (portfolios) de atividades e ativos para sobreviver e para melhorar o seu padrão de vida". Outros autores chamariam de *pluriatividade* na agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003; BAUMEL; BASSO, 2004), que se caracteriza pela busca de formas alternativas às atividades agrícolas, a fim de ampliar as fontes de renda familiar – como podemos evidenciar por meio das variadas atividades desenvolvidas pelas mulheres entrevistadas.

Ainda que se tenha tido avanços legais em relação à titularidade da terra, conjunta e obrigatória, ou mesmo com a possibilidade da mulher ser a única titular, percebemos que a realidade das mulheres sertanejas entrevistadas ainda reflete as desigualdades de gênero e as interferências culturais, políticas e econômicas que as excluem do acesso ao domínio da terra. O gráfico abaixo evidencia que nenhuma

das mulheres da nossa pesquisa possui o título da terra, prevalecendo o domínio da terra pelos homens da família (marido, avô, sogro e tio).

Para Deere e León (2002), a propriedade da terra é crucial para o empoderamento das mulheres, pois aumenta o poder de barganha das mulheres dentro da família e da comunidade, além de garantir autonomia econômica e promover o seu bem-estar e dos seus filhos. As autoras acrescentam que a posse da terra proporciona uma base mais sólida para a participação social e política, desafiando as desigualdades a partir de vários aspectos.

Gráfico 2 – Titularidade da terra – números absolutos.



Fonte: A autora, 2016.

Apresentados os fatores que me aproximaram do tema estudado, os objetivos da investigação, as limitações encontradas, o contexto no qual estão inseridas as mulheres participantes da pesquisa e os indicadores que as caracterizam, apresentaremos os capítulos que estruturam esta tese a fim de estabelecer uma construção lógica em torno da participação política das mulheres rurais e da influência que a inserção na esfera pública causa na esfera privada de suas vidas, por meio da relação entre os conceitos trabalhados, as discussões teóricas, as trajetórias históricas, os dados secundários e as percepções empíricas adquiridas nas entrevistas e conversas.

Apresentação dos capítulos

O Capítulo 1 visa anunciar os modelos de democracia (liberal, republicana, deliberativa e representativa) para localizar a discussão teórica que fundamenta a democracia participativa, na qual daremos maior destaque ao longo da pesquisa. Este capítulo foi construído com a finalidade de apresentar o debate teórico instaurado nas ciências sociais sobre democracia, apontando as suas contradições, possibilidades e desafios em termos de participação e representação política, que nos ajudam a refletir o processo democrático do Brasil, no último e no presente século, para darmos o ponta pé na reflexão da trajetória participativa das mulheres rurais brasileiras.

O Capítulo 2 se dedica à discussão teórica sobre os entendimentos acerca dos conceitos de movimentos sociais e ação coletiva, com base em renomados autores que discutem a temática, com o intuito de estender para outras formas democráticas de participação. Em seguida, localizamos o debate apontando para o panorama da participação política do Brasil democrático, identificando as formas alternativas de participação, que garantiram a maior inserção da sociedade civil nos processos políticos de participação e deliberação. Assim, faz-se interessante apresentar um breve histórico do contexto político e participativo construído no estado de Pernambuco, onde localiza-se a nossa pesquisa, a fim de desmistificar na literatura das ciências sociais a ideia do Nordeste como uma região não participativa, além de afirmar a tradição participativa desse estado, que tende a explicar o destaque e a originalidade da organização do movimento das mulheres trabalhadoras rurais.

O Capítulo 3 se reporta às categorias conceituais da teoria feminista, que embasam a discussão chave da nossa pesquisa. Se os capítulos anteriores estiveram dedicados à participação política e democrática de forma geral, este capítulo insere o debate que a teoria feminista agrega à teoria política a partir das questões de gênero, da polêmica dicotômica do público e do privado, da divisão sexual do trabalho, das relações de poder e do processo de empoderamento das mulheres, a fim de compreender a permanência e o enfrentamento das limitações acerca das condições de participação política das mulheres. Assim, resgatamos os

aportes que contribuíram para o surgimento e consolidação do movimento feminista; as ações coletivas que garantiram a participação nos espaços políticos; o cenário que reconhece como e em quais esferas as mulheres estão inseridas nas instituições participativas, além de destacarmos o debate em torno dos entraves e desafios da participação.

O Capítulo 4, seguindo a nossa construção lógica, direciona-se para a participação política das mulheres rurais, especificamente. Apresentamos brevemente o contexto das questões agrárias, que mobilizam as lutas políticas no meio rural, por meio do movimento sindical incialmente, para então localizarmos as mulheres rurais neste cenário político e social. As mulheres rurais enfrentam dificuldades e conflitos para se inserirem no movimento sindical, devido ao seu rompimento com os papéis de gênero a elas definidos, e reforçam a necessidade de serem reconhecidas e valorizadas como trabalhadoras rurais. É nesse espaço que as mulheres rurais se formam politicamente e adquirem autonomia para se organizarem em movimentos de mulheres (trabalhadoras) rurais, consequentemente, alcançam direitos, reconhecimento, inserem-se e constroem políticas públicas específicas, por meio da participação política. A divisão sexual do trabalho no meio rural aparece recorrentemente como um fator basilar de suas lutas e entraves para a participação política das mulheres rurais.

O Capítulo 5 possui um caráter mais descritivo, à medida que apresenta os depoimentos das mulheres rurais entrevistadas por nós, apontando para o objetivo principal desta investigação. Diante de todo o trajeto teórico e empírico de participação discutido até então, adentra-se a vida privada das mulheres rurais, a fim de perceber as mudanças decorrentes de suas trajetórias participativas nas suas relações com a família, com a percepção da comunidade, frente à ampliação dos papéis sociais abarcados por essas mulheres e suas próprias percepções sobre as diversas transformações que a participação lhes trouxe. Os fatores limitantes da participação também são ressaltados, bem como as estratégias e negociações intrafamiliares que as mulheres rurais criam para não deixarem de participar e de cumprir as responsabilidades nos espaços sociais, políticos e doméstico.

1 OS MODELOS DE DEMOCRACIA E A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO

A participação política das mulheres rurais, no que tange, principalmente, à participação em espaços alternativos, depende de uma cultura democrática participativa forte que favoreça a existência desses espaços de participação e a presença das mulheres.

O presente capítulo propõe anunciar os modelos de democracia (liberal, republicana, deliberativa e representativa) com o objetivo de localizar brevemente a discussão dos modelos democráticos em um campo teórico da Sociologia Política, destacando a democracia participativa, que se alinha às discussões centrais do nosso trabalho. Não se trata de defender modelos democráticos lineares e fechados, pois um modelo adquire características de outro e pode se efetivar no trânsito dessas características.

Este capítulo tem um caráter teórico a fim de nos ajudar a refletir (nos capítulos seguintes) como o Brasil caminha dentro de um processo democrático no século XX e início do século XXI, ampliando, assim, as suas possibilidades de participação e construindo uma sociedade mais democrática para as mulheres.

1.1 A democracia liberal e elitista

É sabido que o conceito de democracia na teoria social adquire diversos entendimentos, principalmente no que tange às diferentes linhas que admitem a democracia como fundamental para compreender a dinâmica dos processos políticos e sociais em diferentes contextos.

O entendimento da democracia como forma de governo e organização da sociedade vem desde a Grécia Antiga. A democracia grega ou clássica se caracteriza pela defesa do governo pelo povo, ou seja, pelos próprios cidadãos, o que significa, em termos, a palavra democracia. Contudo, a compreensão de “cidadão” excluía mulheres, estrangeiros, escravos e menores de 18 anos.

O conceito de democracia liberal e representativa emergiu a partir do século XVII, ainda influenciado pela tradição da democracia grega, marcando a participação dos cidadãos na vida pública. Aqui, daremos destaque para a alguns autores clássicos que contribuíram com os ideais da democracia liberal e que também pensaram a participação política dentro do contexto democrático, seja positivamente ou negativamente, mas que marcaram os estudos da democracia firmando-se no campo da teoria política moderna: Max Weber e Joseph Schumpeter.

Na concepção de Weber, a democracia direta só poderia ser possível e viável de se concretizar em sociedades pequenas e simples, bem como sugeria a democracia clássica. Já nas sociedades complexas, marcadas por um pluralismo competitivo, a participação, ou mesmo o governo direto do povo, não era vista como viável, propiciando a representação ou democracia representativa. Weber, que era defensor da democracia elitista, entendia que o povo deveria ser privado de toda forma de poder e não deveria ter a oportunidade de participar das decisões políticas, que deveriam ser restritas somente aos seus líderes.

Nesse sentido, Weber (1970) alegava que, para assumir cargos de poder (político), era necessário um corpo especializado de funcionários, o que nos remete ao seu entendimento da democracia como um mecanismo de apropriação e concentração de poder nas mãos de pessoas determinadas. Contudo, percebe-se que o autor não permite a emergência de outros sujeitos reflexivos com a capacidade de desenvolver outras ações que não sejam racionais e previstas dentro do sistema político competitivo (TEIXEIRA, 2013; MIGUEL, 2014).

A participação política das massas, proveniente da expansão do sufrágio universal, proporcionaria uma identificação com o líder carismático, impedindo, assim, a expressão do parlamento enquanto fórum privilegiado de reflexão racional orientada pelo interesse público e formado por indivíduos especializados para essa tarefa. Weber, em defesa da burocratização especializada, acredita que a participação pública proporciona a difusão de aparatos técnicos destinados ao controle das funções públicas e políticas e dá abertura para identificar o desejo do povo (LIPSON, 1966).

Joseph Schumpeter, em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, aponta a necessidade de se pensar a democracia para além da concepção clássica. Para o autor, a democracia clássica personifica os ideais da participação popular na política e nas relações com o Estado. Schumpeter (1961, p. 295) entende que a

democracia “é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa)”.

Carole Pateman (1992), ao discorrer sobre as teorias democráticas, afirma que o trabalho de Schumpeter é fundamental para o entendimento das teorias democráticas mais atuais, na medida em que esse autor se lança como referência para diversos outros, no momento em que expõe a sua crítica à ideia clássica de democracia. Schumpeter afirma que a “doutrina clássica” é irrealista ao considerar a participação e tomada de decisões por parte do povo, concordando que a democracia se expressa a partir da competição daqueles que se lançam à representação – escolhidos por meio do voto do povo. E acrescenta que “a competição pela liderança é a característica distintiva da democracia, permitindo que se diferencie o método democrático de outros métodos políticos” (PATEMAN, 1992, p. 13).

No entanto, para o autor, nem todas as pessoas eram passíveis de exercer o cargo de líder, embora a democracia sugira a liberdade de qualquer cidadão para tal. Além disso, Schumpeter discordava inclusive do sufrágio universal, uma vez que, para ele, as qualificações referentes à propriedade, à raça ou à religião eram suficientes para definir os eleitores[28].

Schumpeter alegava que era necessária uma classe política ou dominante para fornecer estrutura aos candidatos à liderança, ou seja, o candidato deveria ser imbuído de capital político. Em concordância com Weber, ele defende uma democracia legitimadora de eleições para a seleção de líderes, desde que estes não sejam provenientes dos partidos de massa, com interesses em defesa do proletariado, ou seja, Schumpeter desconsidera a participação dos movimentos sociais como característica importante da constituição da democracia e defende que esta não significa a expressão da “vontade coletiva popular”.

> Democracia não significa e não pode significar que o povo governe em qualquer dos sentidos de “povo” e de “governo”. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governá-lo [...]. Assim um aspecto disto pode ser exposto dizendo-se que a democracia é o governo dos políticos (SCHUMPETER, 1961, p. 347).

[28] A teoria de Schumpeter foi motivada pelos preceitos da chamada “teoria das elites”, fundada por Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, que defende a desigualdade na sociedade, principalmente a desigualdade política, de modo que sempre haverá uma minoria dirigente e uma maioria dirigida, embasando, assim, a percepção de que o “governo do povo” é uma fantasia inatingível (MIGUEL, 2014, p. 31).

Schumpeter também sugere, como condição do método democrático, a existência de um “caráter nacional”, ou cultura política, em outros termos, de um grupo ou elite especializados burocraticamente e com experiência comprovada, ainda no sentido de afirmar que a participação excessiva tende a produzir a mobilização do povo ameaçando a geração de consequências negativas para o “autocontrole democrático”. Para Miguel (2014), o ponto crucial da crítica de Schumpeter versa em torno da sua percepção negativa sobre o eleitorado. Para ele, as pessoas não têm capacidade de determinar o que é melhor para elas diante das decisões políticas, não há uma vontade comum dos cidadãos, apenas impulsos emocionais vagos, equivocados e desinformados (SCHUMPETER, 1961).

Na teoria de Schumpeter, a participação direta (seja por meio de cartas ou outras formas de diálogo) dos cidadãos é completamente negada, pois o autor acredita que a pressão ou cobrança provenientes da sociedade civil enfraquecem o conceito de liderança, além de serem contrárias ao espírito do método democrático. Nesse sentido, a sua teoria não considera a participação política de forma mais ampla, como um elemento central do jogo democrático. A participação, para ele, limita-se ao voto, no intuito de manter a máquina eleitoral e os arranjos institucionais, de modo que garanta uma representação eficiente e especializada (PATEMAN, 1992).

Carole Pateman (1992) afirma que a democracia, para Weber, sugere uma visão individualista, além de ser uma forma de assegurar a liderança política nacional efetiva. Desse modo, as relações entre a sociedade civil[29] e o Estado estariam submetidas às forças políticas, que são características do desenvolvimento do capitalismo industrial por meio da racionalização da produção capitalista, do conflito de classes e da expansão burocrática.

Contudo, assim como Weber, Schumpeter percebe a democracia como um instrumento de competição que possibilita indivíduos e grupos decidirem políticas e regras que atendam aos seus próprios interesses e, a partir de tal visão elitista da democracia, os referidos autores tampouco se importavam com controle popular em relação às deliberações políticas provenientes da elite. Os autores concordam que a

[29] Tomaremos o conceito de sociedade civil conforme Leroux, que entende tal conceito, à luz da democracia deliberativa – tratada mais adiante – como “um conjunto de movimentos, associações civis, organizações sociais, associações culturais, opiniões públicas, iniciativas cidadãs etc. Que, por meio de ações coletivas na esfera pública, levam adiante suas demandas e reivindicações e conquistam espaços de ação sociopolítica e cultural” (LEROUX, 2006 apud GOHN, 2009, p. 57).

democracia é um método político que torna possível a escolha livre de seus representantes, uma vez que os candidatos possuam uma capacidade racional e eficiente para ocupar tal cargo (PATEMAN, 1992).

Weber e Schumpeter defendem o individualismo democrático e desconsideram a participação da sociedade civil e as decisões coletivas, exaltando a democracia representativa a fim de cumprir isoladamente o papel de deliberar – no sentido que a escolha dos líderes por meio de eleições legitimam o método democrático.

Já Robert Dahl (1996) defende uma teoria democrática um pouco mais ampla ao afirmar que a manutenção da democracia não depende apenas do processo de seleção de líderes, mas considera a importância do conflito e do envolvimento do maior número de sujeitos nesse processo, sugerindo, assim, uma autonomia social a partir da diversidade de ideias e interesses em debate. Dahl entende que a democracia se firma a partir do equilíbrio de forças, e os diversos interesses em conflito passam a influenciar as decisões políticas. Para o autor, a democracia se sustenta na contestação e na participação, e o pluralismo e a competição restringem os impedimentos à participação política de grupos minoritários. Dahl acredita que a democracia se define na síntese entre a participação social e nas "regras do jogo"[30] democrático.

No entanto, apesar de reconhecer a importância da participação política da sociedade civil no processo democrático, Dahl (1996) demonstra certo temor diante da desestabilização que a participação das classes economicamente menos abastadas pode provocar na democracia, uma vez que dá a abertura a personalidades não especializadas e, por vezes, autoritárias, que possivelmente podem surgir de tais classes. Essa ideia segue o preceito elitista já defendido por Weber.

[30]As "regras do jogo" democrático exercem um papel funcional para a realização do mesmo, são elas: 1) Todos os cidadãos que tenham alcançado a maioridade etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo devem gozar de direitos políticos, isto é, cada um deles deve gozar do direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele; 2) o voto de todo o cidadão deve ter igual peso; 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si; 4) devem ser livres também no sentido de que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que tenham programas distintos e alternativos; 5) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado eleito o candidato ou será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos; 6) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar, por sua vez, maioria em igualdade de condições (BOBBIO, 2000, p. 422).

Diante da relação tensa entre sociedade civil e Estado quanto à participação política, conforme os argumentos acima, que visam relacionar ou não com as características de uma teoria democrática elitista, Norberto Bobbio tenta encontrar mecanismos para mediar tais conflitos com a intenção de estabelecer certo equilíbrio das duas esferas na construção de uma sociedade democrática contemporânea.

Contudo, tomando por base as ideias de Schumpeter, Bobbio defende que a democracia se estabelece a partir de regras (primárias ou fundamentais) que devem ser seguidas por todos aqueles envolvidos nos processos políticos. Ou seja, as "regras do jogo" democrático contribuem para estabelecer as decisões coletivas, as pessoas com capacidades para tomar essas decisões e quais os procedimentos permitidos. De acordo com Bobbio (2000, p. 443), as "regras do jogo" devem ser compartilhadas e aceitas por seus jogadores, em suas palavras:

> Diferentemente de todas as outras regras, as regras de jogo democrático devem ser aceites por unanimidade, pela simples razão de que a não-aceitação de um único jogador, torna impossível o jogo.

Bobbio afirma que o processo democrático não é estabelecido somente por meio das "regras do jogo", das decisões coletivas, do direito de participação de um número elevado de indivíduos ou do conhecimento dos procedimentos institucionais, mas também é necessário que todos os "jogadores", tanto os líderes quanto quem os escolhem, sejam colocados diante de alternativas reais e em condição de igualdade para poderem escolher em qual dessas posições gostariam de atuar no jogo democrático. Com isso, o autor considera como elementos fundamentais da democracia as liberdades individuais das minorias, da competição por meio do "Estado de direito", que aponta para o surgimento do Estado liberal (TEIXEIRA, 2013).

> Para que se realize esta condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. – os direitos à base dos quais nasceu o estado liberal e foi construída a doutrina do estado de direito em sentido forte, isto é, do estado que não apenas exerce o poder *sub lege*, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos "invioláveis" do indivíduo (BOBBIO, 1986, p. 20).

Contudo, Bobbio alega que nos Estados democráticos a realidade não se instaura conforme os seus ideais. Cada vez mais, os sujeitos que possuem relevância política se agrupam, formam grandes organizações ou associações de diferentes naturezas, reúnem-se em sindicatos profissionais, partidos políticos, ou seja, formam aglomerados de poder. O autor que pensa a democracia como a possibilidade do exercício da autonomia parte da ideia de que os indivíduos são soberanos e entram em acordo com outros indivíduos soberanos para, assim, criarem a sociedade política sem corpos intermediários – deveria ser assim de acordo com a doutrina democrática (BOBBIO, 1986). Porém, ele reconhece que o que acontece é justamente o contrário.

> Os grupos e não os indivíduos são os protagonistas da vida política numa sociedade democrática, na qual não existe mais um soberano, o povo ou a nação, composto por indivíduos que adquiriram o direito de participar direta ou indiretamente do governo, na qual não existe mais o povo como unidade ideal (ou mística), mas apenas o povo dividido de fato em grupos contrapostos e concorrentes, com a sua relativa autonomia diante do governo central (autonomia que os indivíduos singulares perderam ou só tiveram num modelo ideal de governo democrático sempre desmentido pelos fatos) (BOBBIO, 1986, p. 23).

De acordo com a democracia representativa existente e em funcionamento, o autor reconhece que o princípio inspirador do pensamento democrático, liberdade como autonomia – que dita quem dá e quem recebe as regras – significa uma renúncia ao ideal da democracia. E levanta um questionamento em torno da participação política que reconhece que, mesmo com o sufrágio universal alcançado, a pergunta que devemos nos fazer não é “quem vota?”, mas sim “onde se vota?”, para sabermos se a democracia está se desenvolvendo em determinada sociedade. Segundo Bobbio (1986), para alcançarmos essa percepção em torno do desenvolvimento democrático, devemos olhar para quais instâncias (institucionais e não institucionais) possíveis de exercer a participação, e não somente para o número de indivíduos que exerce o direito de votar. Nesse sentido, ele afirma que

> [...] para dar um juízo sobre o estado da democratização num dado país o critério não deve mais ser o de “quem” vota, mas o do “onde” se vota (e que fique claro que aqui entendo o “votar” como o ato típico e mais comum do particular, mas não pretendo de forma alguma limitar a participação ao voto) (BOBBIO, 1986, p. 56).

Assim, o autor afirma que a "democracia integral"[31] ainda encontra dificuldades e distanciamento para se estabelecer, uma vez que há tantos centros de poder não democráticos. A partir do momento em que tomarmos a sociedade civil como parte importante da construção de uma sociedade democrática, devemos considerar outros espaços de poder que vão além do Estado, defende Bobbio.

Ainda que faça referência à sociedade civil, Bobbio integra o grupo de teóricos da democracia elitista que estabelece uma ligação entre o liberalismo e o individualismo metodológico. O autor percebe a importância da participação social desde que tal participação se enquadre nas "regras do jogo" e não se estenda aos movimentos sociais e às minorias sociais como mulheres, negros, trabalhadores/as e outros que lutam por direitos no âmbito da sociedade civil, caracterizando, assim, a "sua democracia" ainda em estado minimalista.

Teixeira (2013) nos aponta algumas reflexões sobre os estudos que indicam a transição democrática na sociedade contemporânea no intuito de problematizar as relações entre indivíduo, esfera pública e democracia à luz das influências teóricas provocadas pelas ideias de Schumpeter, que tendem a levar em conta a complexidade da dinâmica da vida social moderna.

O período entre as décadas de 1970 e 1990, momento de redemocratização em vários países do sul e leste europeu, da América Latina e da África, foi marcado por estudos que demonstram a influência das instituições e das elites sobre o processo de transição nos sistemas multipartidários[32]. Tais estudos priorizavam "as regras do jogo" democrático, tomando a democracia como um método político de governo em que os cargos "são preenchidos através de eleições competitivas e livres, sufrágio inclusivo e o 'direito' de qualquer um candidatar-se a cargos eletivos no governo" (TEIXEIRA, 2013).

Assim, a democracia, nesse período de transição, é entendida como jogos políticos que permitem a todos os cidadãos adultos a participar da formação das instituições representativas por meio das eleições, contudo, não é levada em consideração a participação dos movimentos sociais no que tange à participação direta para além do voto na resolução e decisões de problemas sociais, políticos e econômicos. Nesse sentido, percebemos que ainda se mantinha uma reserva em

[31] A democracia integral para Bobbio compreende a democracia que compartilha dos ideais defendidos por ele: o cumprimento das regras do jogo, a integração da sociedade civil e do Estado na tomada das decisões, as condições de participação igualitárias para todos os participantes do jogo democrático.

[32] Teixeira (2013) destaca autores como Huntington (1994), Przewoski (1994), Linz & Stepan (1999).

torno da abertura para a participação poder ser uma ameaça à estabilidade das instituições políticas consolidadas e especializadas, reforçando, assim, o distanciamento da participação efetiva da sociedade civil.

Os estudos da transição democrática, ainda muito influenciados pela teoria elitista da democracia, não conseguem reconhecer a existência da disputa entre concepções alternativas da democracia, em que a correlação de forças entre movimentos sociais e atores políticos tem papel decisivo, sobretudo, no que se refere aos diferentes interesses. Pois a participação moderada dos movimentos sociais favorece o "equilíbrio" do Estado democrático impedindo o choque de divergências, a propensão de ajustes e mudanças. Teixeira (2013, p. 45) complementa:

> No entanto, a teoria democrática pluralista não enxergou que o processo democrático é interminável, não linear, complexo, cheio de tensões e interrupções, não se esgotando na representação eleitoral por meio de eleições periódicas dos representantes. Isso porque a democracia representativa, restrita às "regras do jogo", não é um fim em si mesma.

As abordagens pluralistas[33] que contemplam a dimensão institucional e as "regras do jogo" visam alcançar o equilíbrio de poder entre as instituições políticas representativas a fim de proteger o exercício da liberdade, da autonomia e dos direitos individuais, como preza o liberalismo democrático. Assim, a relação da ação política dos indivíduos com os Estados é relacionada diretamente com a eleição de líderes, destinando mínima atenção para a organização coletiva dos indivíduos e para a disputa de interesses por meio da formação de grupos, organizações e sindicatos.

Teixeira é assertivo ao evidenciar os elementos presentes nas teorias elitistas e ao relacioná-los aos outros elementos ou atores sociais que são fundamentais para que alcancemos uma sociedade democrática exitosa e com menos desigualdades em relação à participação política.

> Não obstante, os pensadores dessa teoria negligenciam que a combinação de direitos coletivos com os de minorias em uma sociedade, com os direitos

[33]"O modelo do estado democrático fundado na soberania popular, idealizado à imagem e semelhança da soberania do príncipe, era o modelo de uma sociedade monística. A sociedade real, sotoposta aos governos democráticos, é pluralista" (BOBBIO, 1986, p. 23).

> dos indivíduos plenamente reconhecidos, é a maneira mais fácil de articular a dimensão política e social do processo democrático. Isso porque o respeito às “regras de jogo”, assim como a combinação entre eleição e representação não levam, necessariamente, à consolidação do regime democrático. Ou seja, não garante, por exemplo, que as imensas desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas que caracterizam a sociedade contemporânea, especialmente em novas democracias, tenham soluções imediatas. O sucesso dos novos regimes, de acordo com Moisés e Albuquerque (1989, p. 14), dependerá principalmente da capacidade de governo e sujeitos de construir um modelo de sociedade capaz de mudar a qualidade de vida da maioria da população e de incluir as minorias na tomada de decisões coletivas, ao contrário do modelo liberal pluralista. (TEIXEIRA, 2013, p.47).

Portanto, reconhecemos que a democracia é entendida de variadas maneiras, conforme os diversos entendimentos de sociedade, de participação, modelos econômicos, questões sociais, interesses políticos, percepções teóricas, de método político e, ainda, relacionada a diversos contextos sociais. Assim, Teixeira esclarece que a democracia pode ser interpretada a partir de um conjunto de condições que sugere a *liberalização*, a *transição* e a *consolidação*. Sendo a *liberalização* a abertura do espaço político-autoritário para o processo de novas demandas; a *transição*, a incorporação dos direitos de participação, de organização e de associação conforme as regras estabelecidas no jogo democrático; e *consolidação* se refere ao processo da ampliação da democracia, na medida em que garante a justiça social e sugere a articulação da dimensão política com a dimensão social (TEIXEIRA, 2013, p.48).

Nesse sentido, após mostrarmos brevemente alguns aportes teóricos da democracia elitista e algumas propostas da expansão do jogo democrático ao considerar a participação (ainda que nos termos propostos), trataremos a democracia com base na via da participação política, que é o foco da nossa discussão, como proposta de transformação social, de garantia de direitos, de justiça social e de cidadania.

1.2 **Democracia republicana e participativa**

O republicanismo do século XVIII não corresponde à percepção de República que conhecemos atualmente. Os filósofos republicanos aristocráticos buscavam

uma aristocracia baseada na virtude, na competência e na riqueza e repulsavam a democracia, de modo que dificultavam e limitavam os recursos que pudessem garantir a cidadania para as pessoas[34]. Nesse sentido, Rousseau distinguia república de democracia, uma vez que a primeira carregava preceitos elitistas e aristocráticos.

Ainda no século XVIII, o liberalismo enfrenta o republicanismo em nome da liberdade política, e não em nome da igualdade. Pois o liberalismo, assim como o republicanismo, rejeitava os preceitos democráticos que garante pleno direito de voto aos cidadãos, independente do sexo, educação, classe ou religião (BRESSER-PEREIRA, 2005). O sufrágio universal foi adotado nos países desenvolvidos somente após a revolução capitalista, quando esses países se tornaram democracia.

Alexis de Tocqueville (2014) foi um dos primeiros teóricos a cunhar os preceitos republicanos da democracia com base na liberdade e na igualdade, ainda no século XIX. Diferentemente dos ideais aristocráticos, porém, com características liberais, Tocqueville (2014) defendia a ampla participação dos indivíduos, bem como nos poderes executivos, legislativos e judiciários e também na vida da comunidade. O autor afirma que a igualdade que se estabelece entre os indivíduos e a liberdade política fomenta a motivação pela participação das decisões políticas, e o direito de participar é uma condição necessária para a consolidação da democracia[35].

Devido à conformidade dos ideais de participação exaltados por Tocqueville, a democracia republicana se confunde, ou também é chamada de democracia participativa. Bresser-Pereira (2005) afirma que se propõe a chamar de republicana a democracia participativa, chamando atenção que não se reporta ao conceito comunitarista que visa substituir o Estado pela sociedade civil, mas, pelo contrário, o autor entende que o republicanismo moderno oferece a possibilidade de fortalecer o Estado a partir da participação ativa das organizações da sociedade civil.

Ainda que no século XIX, a discussão sobre democracia tenha tomado força, agregando os diversos entendimentos por democracia, foi no século XX que a

[34] Miguel (2014, p. 32) afirma que para os aristocratas a desigualdade é natural e eterna, assegurando, assim, o seu caráter elitista. Desse modo, a igualdade social se torna impossível, de maneira que sempre haverá um grupo “naturalmente” mais capacitado e detentor dos cargos de poder.

[35] Miguel (2014) ressalta que, Tocqueville, como um bom nobre francês, não era democrata, porém, para ele, igualdade e democracia são interdependentes, além de perceber a democracia como o regime político do futuro, questionando, assim, a desigualdade.

democracia se tornou o regime político dominante, quando o sufrágio universal foi alcançado. Contudo, a democracia liberal com seus preceitos elitistas permaneceu para consolidar a prática restrita de legitimação de governos. De acordo com Boaventura dos Santos e Avritzer (2002), o debate sobre a democracia ao longo do século XX, se limitou acerca de duas concepções hegemônicas:

> uma primeira forma de hegemonia baseada na suposição de que a solução do debate europeu do período entre guerras teria sido o abandono do papel da mobilização social e da ação coletiva na construção democrática (Huntington, 1969); uma segunda forma de hegemonia é aquela que supunha que a solução elitista para o debate sobre a democracia, com a consequente supervalorização do papel dos mecanismos de representação, poderia ser hegemônica sem que esses últimos precisassem ser combinados com mecanismos societários de participação (Manin,1997) (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 43).

Nosdois casos, a democracia representativa elitista se sobressai, com o intuito de disseminar o modelo de democracia liberal-representativa dos países do norte para todo o mundo, sem considerar as experiências provenientes dos países do Hemisfério Sul. Nesse sentido, os autores recorrem ao debate travado na segunda metade do século XX, que visa a uma proposta contra hegemônica e compreende a democracia como “forma de aperfeiçoamento da convivência humana”, ou seja, “uma gramática da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade” reconhecendo a pluralidade humana (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 51).

Para Santos e Avritzer, a democracia constitui uma nova gramática sócio-histórica, uma vez que tais formas não são provenientes de leis naturais. A democracia se forma a partir das rupturas com as tradições estabelecidas, instituindo novas normas e novas leis. Nesse sentido, a participação é apontada como um importante instrumento que fomenta a emancipação social nos campos políticos e sociais. Portanto, nos próximos parágrafos iremos nos deter mais diretamente à discussão teórica sobre participação e a sua expressão enquanto modelo democrático.

Para Carole Pateman (1992), a democracia participativa é construída à medida que os indivíduos e suas instituições são percebidos de forma articulada, e, para que qualquer indivíduo se torne um sujeito ativo e participativo, basta que ele/a desenvolva as atitudes e as qualidades psicológicas que serão adquiridas por meio

da própria participação. Para ela, a existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia.

Pateman defende que a participação deve acontecer em outras instâncias, nas esferas locais e mais próximas dos indivíduos, nas quais estes serão socializados ou “treinados” a participar. Seu pressuposto básico consiste que são nas esferas locais que o indivíduo “aprende a democracia” e tende a se interessar pelas questões locais e nacionais. De acordo com a autora, “a principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos” (PATEMAN, 1992, p. 60-61).

Nesse sentido, a autora se nega a transferir maiores preocupações para a desestabilidade do sistema político, ao contrário, Pateman acredita que a participação é a mola propulsora da estabilidade, na medida em que o sistema participativo “se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo”. Ela alega que, conforme os indivíduos participam, no fazer-se participar, eles vão se qualificando e atendendo às necessidades do processo político participativo e constata que “a teoria da democracia participativa afirma que a experiência da participação, de algum modo, torna o indivíduo psicologicamente melhor equiparado para participar ainda mais no futuro” (PATEMAN, 1992, p. 65).

Pateman argumenta que o sistema democrático sustenta seus resultados a partir do processo participativo, por meio da ação coletiva que é dotada de sentido e orientada para a mudança (TEIXEIRA, 2013). Essa ação coletiva, na visão de Pateman, gera da participação a decisão, mas, principalmente, propicia o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo e, em sua função educativa, as decisões políticas retroalimentam a participação.

Tom Bottomore (1981) também se reporta à democracia liberal com críticas. O autor reconhece o caráter minimalista desse modelo, que centra o poder nas elites e supervaloriza o comportamento eleitoral baseado em cálculos numéricos de votos, limitando a participação do povo a essa prática. Bottomore integra o grupo dos pensadores defensores da democracia social/participativa e concorda com as autoras acima no sentido que a democracia elitista e liberal cerceia a capacidade dos sujeitos coletivos de participarem no exercício do poder político, além de

defender que a participação efetiva da sociedade civil no governo desenvolve e aprimora o modelo democrático.

O autor compreende a democracia como a luta dos indivíduos pela construção das condições sociais para que eles próprios se apropriem e participem dos espaços políticos em prol das suas demandas específicas. “A democracia é um ‘movimento histórico’ que visa estender a área na qual os membros de uma sociedade podem governar a si mesmos, livres de qualquer regulamentação da vida coletiva” (BOTTOMORE, 1981, p. 26).

De acordo com Macpherson (1979 apud TEIXEIRA, 2013), a democracia participativa propõe um conjunto de condições que seriam características do modelo democrático coletivista:

> a) a diminuição da desigualdade social, econômica e política; b) o desenvolvimento de sentimento coletivo, no qual os atores passam a se ver não mais como simples consumidores, mas como agentes produtores de sua própria história; e c) a criação das condições pelas quais se viabiliza o aumento da participação política numa democracia participativa (MACPHERSON, 1979 apud TEIXEIRA, 2013, p. 51).

O autor destaca não só a importância da participação política dos sujeitos coletivos, mas também as condições nas quais essa participação deve estar ancorada, e, para isso, a redução das desigualdades socioeconômicas e a formação de um sentimento coletivo e de grupo são fundamentais, sobretudo, para ir de encontro à lógica do sistema capitalista que oferece propostas (e deliberações) prontas para serem consumidas e limitam o poder de criação de alternativas que condizem com as próprias necessidades da sociedade civil.

John Dewey foi um dos pensadores que orientou os argumentos de Carole Pateman. Esse autor entende a democracia como a própria ideia de comunidade, ou seja, ele percebe a democracia como “a pura consciência de uma vida comunal, com todas as suas implicações [...]” (DEWEY, 1927, p. 149 apud FERES JUNIOR; POGREBINSCHI, 2010, p. 146).

Dewey entende que a democracia ultrapassa as instituições políticas formais do Estado e, quando não está revestida de sua “forma política”, ela se torna muito mais ampla. Para ele, a democracia começa em casa, na sua comunidade, na escola, nas fábricas e associações e todas as formas de associação humana. Nos espaços comunitários, os indivíduos têm mais facilidade para dialogar, para

interagirem uns com os outros, compartilharem reivindicações e ações coletivas (FERES JUNIOR; POGREBINSCHI, 2010).

> A democracia é a solidificação das possibilidades inerentes à vida comunitária; é um todo único no qual se incluem as potencialidades e as capacidades dos indivíduos, as quais são desenvolvidas através de atividades cooperativas levadas a cabo pela comunidade. (Ibidem. p. 146-147).

Dewey (1939 apud FERES JUNIOR; POGREBINSCHI, 2010) exalta a democracia como um “modo de vida” pessoal dos indivíduos, no entanto, esse “modo de vida” não pode ser algo imposto de fora da comunidade e dos hábitos cotidianos dos cidadãos. Para o autor, a democracia se constitui a partir das atitudes pessoais, do caráter e do desejo dos indivíduos perante as questões da vida. Seria algo que vem de dentro da comunidade, a partir das atitudes e hábitos pessoais e das relações de coletividade, alcançando a sociedade como um todo. Nesse sentido, Dewey alega que são as instituições políticas que devem se adequar ao modo de vida dos indivíduos, correspondendo às “expressões, projeções e extensões” da vida dos cidadãos comuns, e não o contrário, ou seja, os cidadãos se adaptarem às “regras do jogo”.

Com isso, a democracia abrange diversas atividades associativas, e o governo e suas instituições formais compreendem apenas uma delas. De acordo com a percepção de Dewey, os cidadãos não precisam de um governo que os comande ou os represente, na verdade, os cidadãos precisam estar organizados, em comunicação e em atividades participativas diretas e ativas, na regulação dos termos da vida política e na busca do bem comum (Ibidem).

Outro autor que argumenta sobre a democracia com base nos pensamentos de Dewey é Benjamin Barber. Ele alega que há dois tipos de democracia: a forte e a fraca. A “democracia forte” compreende a forma moderna de democracia participativa, que está em oposição à “democracia fraca”, ou seja, a democracia representativa. A democracia forte se refere à “autolegislação”. E, assim como Dewey, Barber reforça que todos os indivíduos devem portar-se como sujeitos autores e destinatários das ações sociais e coletivas, de modo que interfiram ativamente nas decisões políticas que os afetam, objetivando um sentimento de comunidade.

> Mais especificamente, a democracia forte baseia-se na ideia de uma comunidade autogovernada na qual os cidadãos unem-se por uma educação cívica (e não apenas por interesses homogêneos) e tornam-se capazes de objetivos comuns e ação mútua em virtude de suas atitudes cívicas e das instituições participativas da comunidade (e não por altruísmo ou pela sua boa natureza) (FERES JUNIOR; POGREBINSCHI, 2010, p.151).

Já a democracia fraca, caracteriza-se de forma oposta à democracia forte, pois ela apresenta um "caráter instrumental, representativo e liberal", conforme os ideais da democracia elitista e liberal apontados por Bobbio. Para Barber, a democracia forte se apresenta como uma alternativa ao modelo liberal, com base na participação, na política do conflito, na educação cívica e na separação entre o público e o privado. A democracia forte, uma vez embasada pela participação política dos cidadãos, tem a capacidade de provocar um processo transformativo na sociedade, na medida em que a participação influencia na constituição do ser e no "modo de viver"[36] da coletividade.

Esse modelo democrático desenvolve cidadãos participativos, capazes de deliberar e decidir sobre questões públicas e políticas que dizem respeito aos interesses da coletividade (FERES JUNIOR; POGREBINSCHI, 2010). Contudo, assim como Pateman, Fraser e Young, Barbar também ressalta a necessidade de instituições que garantam as condições de participação política dos cidadãos e cidadãs, de forma contínua, efetiva, ativa e propositiva nas definições das demandas e na formulação de políticas públicas.

Para lembrar, as "regras do jogo" democrático de Bobbio não asseguram as condições necessárias para a participação efetiva dos sujeitos coletivos, aliás, isso sequer é uma intenção dentro do modelo elitista. A democracia participativa e social, em contrapartida, sugere a promoção da capacidade de atores sociais para se constituírem como agentes de mudança de seus próprios destinos e garantirem uma transformação social por meio da ação coletiva.

---

[36] Barber apresenta a "democracia forte" como "um modo de viver (*a way of living*), e não um mero modo de vida (*a way of life*), como fizera Dewey com sua ideia de democracia. Compreendida como um modo de viver, a "democracia forte" consiste em um modo pelo qual seres humanos com naturezas diferentes e maleáveis e interesses sobrepostos e conflitantes podem conseguir viver juntos não apenas em seu mútuo benefício, mas também em benefício de sua mutualidade (BARBER, 1984 apud FERES JUNIOR; POGREBINSCHI, 2010).

1.3 **Democracia deliberativa**

Habermas (1995) estabelece alguns pontos em relação ao processo democrático, que nos esclarece sobre a diferença entre a democracia liberal e a democracia republicana. De acordo com o autor, o processo democrático liberal se preocupa em programar o Estado de acordo com o interesse da sociedade, de modo que considera o Estado um “aparato de administração pública e a sociedade como o sistema, estruturado em termos de uma economia de mercado, de relações entre pessoas privadas e do seu trabalho social” (HABERMAS, 1995).

No processo democrático liberal, a política leva em consideração interesses particulares, que, diante do aparato estatal especializado, podem alcançar os interesses coletivos. Em contrapartida, a concepção republicana da democracia não entende a política como mediadora de interesses privados, mas como um elemento constitutivo do processo de formação da sociedade de maneira global e ética.

Nesse caso, a política constitui o meio pelo qual os membros de comunidades solidárias se percebem como dependentes entre si, estabelecendo uma relação solidária e recíproca, e, contudo, percebem-se como sujeitos portadores de direitos livres e iguais. Ainda na concepção republicana da democracia, o espaço público e político e a sociedade civil são percebidos como parte da infraestrutura e assumem um significado estratégico na medida em que suas funções giram em torno da garantia da força integradora e da promoção de autonomia entre os cidadãos (HABERMAS, 1995).

Para a democracia liberal, o direito e o papel do cidadão se firmam na luta por posições políticas que os garanta a capacidade de alcançar o poder administrativo, e isso se dá mediante a disputa entre os atores coletivos que agem estrategicamente para obter esse fim – por meio da obtenção de votos. Habermas afirma que esse processo ocorre por intermédio de barganha, e não da argumentação, e os instrumentos utilizados não são reivindicações ou razões, mas sim “ofertas condicionais de serviços e abstenção”. Para o autor, o processo político liberal ocorre “seja formalmente incorporado num voto ou num contrato ou simplesmente efetivado de modo informal em condutas sociais, um resultado estratégico não representa um juízo coletivo da razão, mas uma soma vetorial num campo de forças” (HABERMAS, 1995, p. 43).

O processo republicano da democracia, ao contrário da concepção liberal, não forma a opinião e a vontade política no espaço público e no parlamento por meio das estruturas de mercado, dos interesses privados impostos pela influência, vontade e preferência. A concepção republicana concebe a política como um processo de argumentação racional, orientada para propor os aspectos da vida referentes às relações sociais e à cultura de forma ética, justa e dialogada. O sentido republicano concebe a "auto-organização da sociedade por cidadãos unidos comunicativamente" em prol dos interesses coletivos que constituirão a sociedade para todos (HABERMAS, 1995).

Por todas as características da concepção republicana apresentadas acima, Habermas reconhece que essa concepção compreende por si mesma um processo vantajoso para a sociedade, contudo, o autor não deixa de reconhecer que, por outro lado, percebe a democracia republicana passível de um idealismo exagerado, colocando o processo democrático à mercê de cidadãos orientados para o bem comum. Ele afirma que não é possível que a sociedade siga orientada por um discurso coeso de autocompreensão.

Habermas (1995, p. 45) acredita que deve haver um meio termo entre os dois modelos de democracia comparados, a partir do "equilíbrio de interesses e compromissos, mediante a escolha racional de meios com respeito a um fim, mediante justificações morais e exames de coerência jurídicos".

A democracia deliberativa para Habermas é um conceito que remete uma tensão, ou seja, estabelece uma oposição binária entre o plano formal e institucionalizado, somando-se aos domínios informais da formação da opinião. Sobre esse modelo, o autor esclarece ainda que

> Uma prática deliberativa de autolegislação só se pode desenvolver na interacção entre, por um lado, a formação da vontade parlamentar institucionalizada nos procedimentos legais e programada para tomar decisões e, por outro, a formação da opinião política através de canais informais de comunicação política (HABERMAS, 1992, p. 275 apud SILVA, 2001, p. 128).

Nesse sentido, o autor propõe a perspectiva deliberativa como um terceiro modelo de democracia em que a deliberação não estaria dependente das questões éticas de atores coletivos nem da liberdade dos interesses individuais. A democracia

deliberativa se estabelece em sociedades predominadas pela pluralidade de formas e sujeitos de comunicação.

A teoria do discurso de Habermas relaciona ao processo democrático o lugar da formação de opinião e da vontade comum dos indivíduos, expressas no modelo republicano, e a estruturação da sociedade em termos de Estado de direito – de maneira a institucionalizar os pressupostos comunicativos do modelo democrático. Contudo, a teoria do discurso "realiza na forma institucionalizada das deliberações nas redes de comunicação dos espaços públicos e nas instituições parlamentares" (HABERMAS, 1995, p. 48). Essa teoria conta com a "intersubjetividade" na medida em que as comunicações não são atribuídas a um sujeito global, adquirindo um caráter mais racional da opinião e da vontade pública acerca de temas sociais relevantes, mas que "precisam" de regulação e legitimidade na esfera pública.

Para Habermas, a esfera pública é um espaço legítimo de poder na qual o discurso se estabelece, além de permitir o diálogo de sujeitos plurais por meio da participação pública e igualitária na formulação de decisões e demandas junto ao Estado (TEIXEIRA, 2013). O autor entende como público o espaço que está acessível a qualquer um, que não se encontra fechado aos interesses da sociedade. Dessa maneira, o Estado é o "poder público" e deve exercer a tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos. A esfera pública para Habermas (2003, p. 14) é um campo no qual o setor público contrapõe-se ao privado e estabelece a opinião pública, que, por vezes, se contrapõe ao poder público.

A esfera pública é o espaço institucionalizado de interação discursiva, na qual cidadãos pensam e analisam assuntos comuns. Ela não tende a ser um ambiente de trocas e imposição de interesses econômicos, permitindo-nos compreender as distinções entre os aparatos do Estado, mercados econômicos e associações democráticas – distinções centrais para a instauração da democracia (FRASER, 1999).

O entendimento da esfera pública, bem como a teoria do discurso, para a promoção de uma democracia mais justa e plural é contestada por autoras feministas, como Nancy Fraser e Iris Young, ao alegarem que a perspectiva de democracia (deliberativa) defendida por Habermas é limitada, excludente e burguesa.

Fraser (1999) reconhece – como premissa básica – que a esfera pública tem a sua importância para a teoria social crítica e para a concepção de modelos

alternativos de democracia, que transborda os modelos liberal e republicano. Contudo, a autora alega que a proposta de Habermas não é suficiente e a sua ideia de esfera pública deve ser questionada com mais criticidade, atentando para as questões que limitam a participação e a comunicação de diversos grupos sociais que não se encaixam em sua esfera especializada de discurso e práticas.

A autora afirma que, por Habermas não considerar outras esferas públicas que não são liberais ou burguesas, o autor idealiza a “esfera pública” liberal e a reconhece como a única possibilidade de comunicação e participação.

Grupos de mulheres, povos étnicos e classes sociais economicamente menos privilegiados constroem outras formas de participação política e pública que não a da esfera pública oficial de Habermas – apesar da exclusão social. Tais grupos encontraram formas próprias de ação coletiva a fim de se imporem diante da sociedade contra a privatização do político.

De acordo com Pierre Rosanvallon (2010, p. 73), o político pode ser compreendido tanto como “uma modalidade de existência da vida comum” quanto como “uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política”. O autor se refere ao político considerando o poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade, da justiça, da identidade, da cidadania e da civilidade, ou seja, considera tudo o que constitui a *polis*, ultrapassando as relações de competição e concorrência características do exercício do poder, das ações partidárias e da vida ordinária das instituições.

Fraser afirma que as mulheres, dentre todas as classes e etnias, foram excluídas da esfera pública oficial simplesmente pelo motivo de serem mulheres, já os homens plebeus foram excluídos por não possuírem propriedade. Contudo, em muitos casos, reconhece a autora, mulheres e homens foram excluídos da participação política devido à sua etnia, cor da pele ou cultura. Para Fraser, participar significa poder falar com sua própria voz e, assim, poder construir e expressar a sua identidade cultural por meio do idioma e estilo.

Nancy Fraser emite uma lúcida crítica à esfera pública sugerida por Habermas e afirma que a diferença da participação política no modelo democrático liberal para a teoria do discurso defendida pelo autor, na democracia deliberativa, é que, nesta, a dominação e a repressão ocorrem de modo consentido e deliberado por meio do acordo dialógico. Nesse sentido, a autora se baseia nas ideias de Geoff Eley e sustenta a ideia de que

> [...] la esfera pública burguesa y oficial es el vehículo institucional para una transformación histórica fundamental en la naturaleza del dominio político. Esta transformación consiste en el cambio de un modo represivo de dominio a un modo hegemónico; de un gobierno fundamentado en la aceptación de una fuerza superior a un gobierno fundado en el consenso apoyado por una cierta cantidad de represión. El punto es que este nuevo modo de dominio político, al igual que el anterior, garantiza la capacidad de un estrato de la sociedad para gobernar a los demás. La esfera pública oficial entonces era, y aún es, el sitio institucional primordial para la construcción del consenso que define el nuevo modo hegemónico de dominación (FRASER, 1999).

A autora também aponta um aspecto curioso sobre a esfera pública, no sentido do que constrói e da própria expressão, e questiona o significado daquilo que é público e do que é privado. Na esfera pública burguesa, Habermas a percebe como um espaço em que “pessoas privadas” deliberam sobre “questões públicas”. Assim, Fraser enumera alguns exemplos de questões públicas que compreendem a nossa vida em sociedade e que são colocadas ao oposto das questões privadas: 1) o que é relacionado ao Estado; 2) acessível a todos; 3) da incumbência de todos; e 4) relacionado a um bem comum ou um interesse compartilhado. Além das referidas questões, 5) a propriedade privada em uma economia e a 6) vida íntima ou pessoal, incluindo a vida sexual – que, à primeira vista, compreende as questões da vida privada – não adquirem a devida atenção e interesse que comumente são destinados às primeiras, consideradas de âmbito público.

> En el discurso político son términos poderosos desplegados frecuentemente como para deslegitimizar a algunos intereses, puntos de vista, temas y para valorizar a otros. Esto me conduce a los dos otros sentidos de “privado” que a menudo funcionan ideologicamente para delimitar las fronteras de la esfera pública en formas que dejan a grupos sociales subordinados en desventaja. Estos son el sentido (5), pertinente a la propiedad privada en una economía de mercado, y el sentido (6) pertinente a la vida doméstica íntima o privada, incluyendo a la vida sexual. Cada uno de estos sentidos está en el centro de una retórica de la privacidad que historicamente ha sido utilizada para restringir el universo de la contestación pública legítima (FRASER, 1999).

Diante da percepção restrita das questões públicas e privadas, na qual a esfera pública se propõe a compreender, Nancy Fraser alega que se trata de uma concepção burguesa e machista da esfera pública e não é adequada para a teoria crítica contemporânea, ao passo que tal proposta não reflete sobre as

desigualdades sociais e, no entanto, permite a sua invisibilidade ou, até mesmo, sugere a sua inexistência.

É nesse sentido que Iris Young constrói a sua crítica sobre a esfera pública de Habermas. No seu entendimento, o autor propõe um modelo de democracia deliberativa, mas não leva em consideração os vários aspectos da vida social que seguem interligados, como: o econômico, o político, o social e o cultural, além da desconsideração das relações de gênero[37], nas quais as mulheres não adquirem posição igualitária (aos homens) e reconhecimento no âmbito da participação social.

Diante da crítica à perspectiva de Habermas, que, segundo Young (2001), gera exclusão ao invés de incluir os cidadãos e construir uma "unidade", a esfera pública oficial sugere a comunicação mediante argumentos centrados em escolhas racionais e munidos de um "discurso competente" portado por participantes diferenciados em relação à posição social, material e simbólica.

Em oposição ao modelo de Habermas, Young propõe uma democracia comunicativa, que está em conformidade com a concepção feminista, comportando duas tendências metodológicas: a primeira, vinculada à teoria da democracia comunicativa, que enfatiza as dimensões objetivas da democracia e atribui fundamental importância às condições socioeconômicas dos sujeitos e, a segunda, enfatiza a subjetividade das diferenças. A autora defende que as diferenças devem ser colocadas "à mesa" durante a interação comunicativa como forma de evidenciar as diferentes posições nas quais os indivíduos ocupam. Porém, não significa que essa atitude reafirme as desigualdades e estimule a distinção (YOUNG, 2001).

A autora defende que somente a interação comunicativa diferenciada e contra a dominação permite o avanço da democracia e, para tal, é necessário levar em consideração as diferenças, as restrições e perspectivas contra quaisquer mecanismos de simplificações perante as posições dos sujeitos. Assim, Young (2001) afirma que a formação da "unidade" da vontade coletiva está relacionada com a liberdade comunicativa plena do sujeito, e não do simples consenso, que pode esconder as diferenças e desigualdades de posições por trás da deliberação.

Bresser-Pereira (2005) chama atenção ao afirmar que devemos ser realistas para reconhecer que as condições históricas para a democracia deliberativa não se

[37]As relações de gênero expressas em sua desigualdade que foram apontadas por Fraser e agora reforçada por Young serão trabalhadas mais especificamente em torno da definição da categoria "gênero" em tópico específico. Contudo, essa categoria não se descola de toda a discussão proposta neste trabalho.

apresentam instauradas em nenhum país do mundo. O autor ressalta que Joshua Cohen, em seu trabalho sobre democracia deliberativa, baseando-se em Habermas, foi o primeiro teórico político a definir a democracia deliberativa de modo ideal.

> Seu conceito de "deliberação ideal" envolve cinco aspectos: a deliberação deve ser livre, no sentido de que os participantes estão obrigados apenas pelos resultados de sua deliberação; deve ser justificada, no sentido de que as partes devem declarar seus motivos para apresentar, apoiar ou criticar propostas; deve ser formalmente igual, no sentido de que os procedimentos não podem distinguir os participantes; deve ser substantivamente igual, "no sentido de que a distribuição existente de poder e recursos [entre os participantes] não determina suas chances de contribuir para a deliberação"; e, por fim, "a deliberação ideal objetiva chegar a um consenso racionalmente motivado" (COHEN, 1989 apud BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 81).

As críticas sobre a democracia deliberativa se formam em torno da impossibilidade de consenso (admitida por Cohen) e pela exigência irreal de que os participantes sejam substancialmente iguais, conforme ressaltam as autoras feministas (citadas acima) críticas da democracia deliberativa de Habermas.

No entanto, Bresser-Pereira não considera razão suficiente para rejeitar o conceito de democracia deliberativa, pois alega que esse conceito permite um novo espaço normativo para o aperfeiçoamento da democracia, ainda que a sua análise não seja de caráter normativo, tampouco a nossa. Contudo, o autor afirma que o modelo de democracia que emerge nas sociedades mais avançadas é a democracia participativa ou republicana. Esse modelo é menos exigente, no sentido de não exigir "igual poder substantivo entre os participantes do debate público nem presume que o consenso será atingido" (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 82).

Diante dos três modelos de democracia até agora apresentados, o nosso trabalho destaca a democracia participativa ou republicana, mas não deixa de reconhecer as condições que são propostas pelo debate, que permite uma participação substancial das organizações da sociedade civil, admitindo a interação com o Estado (sempre que necessário), seguindo as regras básicas da ação comunicativa, principalmente no que se refere ao respeito mútuo pelos argumentos que defendem cada posição.

A democracia deliberativa, bem como a democracia participativa, é um conceito republicano moderno. Ainda que a participação e a deliberação não signifiquem a mesma coisa, "todos os arranjos deliberativos são formas amplificadas de participação" (AVRITZER, 2000, p. 43). Portanto, reconhecemos a importância

teórica da democracia deliberativa e seu caráter normativo, ressaltamos as críticas, mas não a desconsideramos, pois na base da democracia deliberativa está a participação, por meio da ação coletiva de atores orientados para o interesse público e comprometidos com os assuntos políticos e sociais.

1.4 **Democracia representativa: caminhos e desafios para fazer-se democrática**

No debate sobre as formas de maior participação ou novos formatos de deliberação, vários autores destacam alguns aspectos não resolvidos por correntes da teoria participativa e ressaltam que a representação permanece como um desafio (PITKIN, 1967; 2006; FERES JUNIOR; POGREBINSCHI, 2010; URBINATI, 2006a; 2006b; MIGUEL; 2014).

Hanna Pitkin (1967) é uma das principais teóricas contemporâneas da Ciência Política e desenvolveu um importante estudo sobre representação, definindo tipologias das concepções da representação política. A autora alega que a representação, conforme compreendemos atualmente, origina-se do termo em latim *repraesentare*, que, utilizado pelos romanos, tinha o significado de trazer literalmente à presença algo previamente ausente (PITKIN, 1967). Até o século XVII, esse conceito não carregava sentido político, porém, a partir deste século, “a ação pela qual uma pessoa age por outra” (representação), passou a ser aproximada ao conceito de democracia.

Pitkin traz para o debate o paradoxo entre o ato de tornar presente algo que se faz ausente. Nesse sentido, a representação é entendida enquanto *standing for* – torna presente algo ausente pelo reflexo ou semelhança; ou, enquanto *acting for* – que torna o ausente presente na ação do representante, quando este age pelo representado como se o próprio estivesse agindo. Assim, podemos entender que fazer um ausente presente significa que o ausente, de alguma forma, faz-se presente. O paradoxo em torno da representação, ressaltado por Pitkin, evoca a simultaneidade entre a presença e a ausência.

A presença do representante justifica-se e se valida pela ausência do representado, da mesma forma que a ausência do representado justifica-se e se valida pela presença do representante. A “presença da ausência”, assim, torna a

representação nada menos que o ato de “tornar presente algo que, no entanto, não está literalmente presente” (PITKIN, 1967, p.144). Contudo, “ser representado significa ser feito presente em algum sentido, enquanto não estando presente literalmente ou plenamente de fato” (PITKIN, 1967, p. 153).

Para a ciência política, “o modo pelo qual o representante lida com a presença da ausência do representado é um problema normativo que, contudo, expressa-se a partir de fortes consequências empíricas”. Pois cabe ao representante se fazer presente na ausência de seu representado e, sobretudo, lidar com a constante “presença de sua ausência”. Daí o paradoxo da representação política: a dualidade dos argumentos acerca da relação entre o “mandato do representante” – este deve fazer estritamente o que os seus representados desejam seguindo as suas instruções? – e a “independência da sua ação” – ou cabe ao representante a liberdade de agir conforme a maneira que ache melhor para os seus representados? (FERES JÚNIOR & POGREBINSCHI, 2010, p. 139).

A representação (em termos políticos) carrega um problema, que, para Pitkin (1967), é conceitual. A autora afirma que qualquer questão prática da política acarretada pela representação não será sanada enquanto o problema conceitual não for solucionado. Nesse sentido, Nadia Urbinati (2006a) também assume que a representação é um problema para a democracia, mas a autora aponta meios de compreender a relação entre representação e democracia, de modo que a representação possa seguir por caminhos democráticos se tornando um modo de participação política, possibilitando formas de controle e supervisão dos cidadãos e, principalmente, diferenciando-se da democracia elitista baseada no sistema eleitoral. Contudo, a autora alerta sobre a importância de se esclarecer primeiramente sobre qual tipo de representação política se está falando.

Urbinati (2006) apresenta dois tipos de representação política, aquela ancorada na ideia do modelo elitista, com a sua base no sistema eleitoral, como já demonstrado, e o modelo representativo democrático. Este último sugere que a participação popular não se restrinja em um ato de autorização e de consentimento popular (voto) para que outros indivíduos “especialistas” representem a sociedade civil, ao contrário, esse modelo apresenta outra visão em relação ao exercício do voto: “a eleição como a expressão do direito de participar em algum nível da produção das leis não como um método de transferência das preferências

idiossincráticas das pessoas a profissionais políticos selecionados" (URBINATI, 2006, p. 193).

A autora toma como referência Hanna Pitkin e Bernard Manin com o intuito de demonstrar que "a representação política é um processo circular" de relação entre as instituições estatais e as ações sociais. A democracia representativa se recria constantemente e se aperfeiçoa a partir de um elemento fundamental, que é a soberania popular, expressa nas diversas possibilidades de opiniões e decisões que se formam e se reformam constantemente. Esse modelo democrático, para ser considerado enquanto tal, deve ter em sua composição a participação efetiva dos cidadãos. Conforme afirma Urbinati (2006, p. 192), a soberania popular deve ser entendida "como um princípio regulador 'como se' guiando a ação e o juízo políticos dos cidadãos, é um motor central para a democratização da representação".

Desde o século XVIII, lembra-nos Urbinati, os teóricos defensores da democracia representativa (como Paine e Condorcet) a compreendiam enquanto um "misto complexo de deliberação e voto", no qual esse modelo democrático e representativo tende a comportar a autorização dos cidadãos pelas vias formais (eleição) com a influência informal, proveniente das ações coletivas da sociedade civil.

A soberania popular citada por Urbinati compreende a participação política efetiva e presencial de cidadãos, além de se colocarem nos espaços políticos e formais por meio da comunicação oral, defendendo leis e políticas que visam à justiça social, bem como contrariando aquelas percebidas como injustas para a sociedade. Dessa forma, a democracia representativa só faz sentido em seus próprios termos, a partir da expressa participação política da sociedade civil.

> Pode-se dizer que a representação política provoca a disseminação da presença do soberano e sua transformação em uma tarefa contínua e regulada de contestação e reconstrução da legitimidade. Portanto, embora a autorização eleitoral seja essencial para se determinar os limites e a responsabilidade do poder político, ela não nos diz muito a respeito da verdadeira natureza da política representativa em uma sociedade democrática. As eleições "engendram" a representação, mas não "engendram" os representantes. No mínimo, elas produzem um governo responsável e limitado, mas não um governo representativo (URBINATI, 2006, p. 193).

Para a autora, o representante tem o seu papel fundamental no jogo político e é essencial não somente por representar o povo que o escolheu na hora das

decisões, mas porque ele deve ser essencial na defesa dos interesses daqueles que os escolheu e, para isso, o povo deve participar, orientar e formar o seu representante

> A ideia de representatividade (*representativity*) indicaria mais do que uma mera adesão do representante às segmentações sociais politicamente preexistentes à constituição da relação de representação. A representatividade, ao lado do conceito de "defesa" (*advocacy*), seria um dos aspectos irredutíveis que caracterizariam uma representação como democrática (Urbinati, 2006, p. 44-45 apud MIGUEL, 2014, p. 142).

Miguel (2014), apesar de defender a necessidade da representação, não deixa de questionar a contradição na própria origem do termo "democracia representativa", assim como Urbinati. Na medida em que democracia em sua origem (clássica) se refere ao governo do povo e pelo povo, o povo não participa efetivamente dos processos de tomadas de decisões. De fato, as decisões políticas são tomadas frequentemente por um grupo restrito que compõe a elite da sociedade, com recursos financeiros abastados e provenientes de famílias de influência.

Diante dos modelos de democracia já discutidos neste capítulo, alguns autores fazem a defesa de que o espaço político deve ser ocupado por indivíduos de conhecimento especializado e que se encaixam nas "regras do jogo", por outro lado, os defensores da democracia social priorizam a participação popular e a integração da população com os problemas sociais e com suas possíveis soluções por meio da interlocução direta com o Estado.

No entanto, Luis Felipe Miguel (2014) afirma que as questões políticas são de fato complexas e se faz necessária a especialização de governantes, além de que o cidadão comum que trabalha, estuda, cuida da casa e da família não teria tempo suficiente para se dedicar às tarefas políticas cotidianas e acaba ficando restrito à participação política e ações coletivas pontuais. O autor acrescenta que, com o surgimento de diversos grupos sociais organizados, nos dois últimos séculos, a mediação se torna indispensável, assim, "seja qual for a justificativa, não resta dúvida de que a representação política é incontornável para qualquer tentativa de construção da democracia em Estados nacionais contemporâneos" (MIGUEL, 2014, p. 13).

Tais razões afastam esse modelo político da concepção de democracia, que preza por uma forma de organização com seus fundamentos na igualdade de participação e influência de todos os cidadãos nas decisões políticas, independentemente de suas origens ou recursos. A democracia “concede às pessoas comuns a capacidade de decidirem coletivamente seu destino” (MIGUEL, 2014, p. 29). O autor admite que nenhum dos regimes políticos considerados democráticos são governados por cidadãos comuns e, além disso, ratifica que há uma série de desafios que está em jogo no que tange à democracia representativa.

O primeiro desafio da democracia representativa, colocado pelo autor, refere-se à manutenção de uma sociedade unificada e ordenada, diante da livre expressão dos diversos e divergentes interesses dos indivíduos e de grupos sociais. Contudo, Miguel se reporta a Claude Lefort, que alega que o primeiro passo da democracia é assumir a existência do conflito. Cabe ao representante político compreender e direcionar o conflito para o atendimento de causas mais urgentes e justas.

O segundo desafio versa sobre “a capacidade diferenciada dos indivíduos de determinar suas próprias preferências e interesses de acordo tanto com os recursos cognitivos de que dispõem, quanto com a posição em que se encontram na sociedade” (MIGUEL, 2014, p. 14). O autor ressalta as desigualdades sociais reais que estão além da possibilidade de participação, mas, sim, há um problema anterior que é a capacidade de perceber as suas urgências e como podem se colocar politicamente diante delas. Para Miguel (2014) é preciso entender que existem diferentes potenciais de apropriação dos espaços de participação política, regulados pelas assimetrias sociais.

O terceiro desafio proposto pelo autor parte da “possibilidade de manipulação da determinação da ‘vontade coletiva’, através do uso estratégico das normas de agregação de preferências”. Nesse sentido, os representantes têm a possibilidade de manipular as pautas e demandas que julgam mais urgentes e se fazem amparados por instrumentos normativos e legais.

Além dos desafios expostos, Miguel nos coloca diante da realidade da democracia representativa e de seus inúmeros problemas e dificuldades de se estabelecer enquanto democrática. Pois, atualmente, existe uma considerável distância entre a população e a elite política. E essa distância é perniciosa à democracia, na medida em que os representantes reproduzem práticas e normas que reforçam as desigualdades sociais. O político é o representante da sociedade

civil e o porta-voz de suas demandas, porém distancia cada vez mais as suas ações de seus discursos e, ao invés de representar os interesses do povo, representa os interesses da elite que compõe o sistema institucional da política.

Sem esquecer o papel e a posição que o povo ocupa no âmbito da política, Miguel reforça que *povo* "é uma categoria política, que reúne as pessoas que estão submetidas a um governo", nesse sentido, povo se opõe necessariamente àqueles que estão no governo. O autor defende que povo e governo são categorias antagônicas e compreendem aos extremos da relação de dominação política, portanto, a etimologia de democracia, "governo do povo", é uma contradição em termos (MIGUEL, 2014).

Condizente com a proposta de democracia representativa defendida e ressaltada por Urbinati (2006), Miguel (2014), apesar de expor alguns delineamentos realistas da representação democrática, também alega que a proposta desse modelo se concretiza na relação da sociedade civil com o representante político e chama atenção para as ações coletivas concretas e propositivas provenientes dos grupos sociais, que não podem deixar de exercer a sua participação nesse processo, sobretudo, para pautar as suas questões identitárias e reivindicações específicas.

Surgiram, assim, propostas que visam atender às necessidades da inclusão política nos processos democráticos de maneira que haja uma maior representação das minorias sociais, frequentemente, sub-representadas nos espaços públicos e de poder. Como exemplo, temos a sub-representação das mulheres no poder legislativo brasileiro, no qual é majoritariamente composto por homens, que não representam devidamente as mulheres em suas demandas específicas.

Porém, a discussão sobre fazer presente as minorias nos espaços políticos por meio dos seus representantes é bastante polêmica. Se, por um lado, seria uma forma de dar voz às demandas dos grupos marginalizados, em busca de soluções efetivas que diminuam a injustiça social, por outro, coloca-se o receio de "exclusões opressivas" na medida em que o/a representante de determinando grupo se fecharia em torno das reivindicações expressas por seus/suas companheiros/as que o elegeram.

Contudo, Young critica as propostas de representação especial de grupos sociais alegando que um único representante não poderia falar por apenas um grupo específico, já que, além dele, os próprios indivíduos mantêm relações entrecruzadas

(YOUNG, 2006). Ou seja, a autora se apega à lógica identitária para explicar tal impossibilidade, pois os membros de determinado grupo têm suas histórias de vida e que perpassam sempre por mais de uma identidade. Como exemplo: uma mulher, indígena, jovem e lésbica apresenta, nesse caso, quatro identidades diferentes que possuem interesses e posicionamentos ideológicos distintos. Dessa forma, essa proposta de representação especial "buscaria congelar relações fluidas numa identidade unificada, o que pode recriar exclusões opressivas" (YOUNG, 2006, p. 142).

Assim, a proposta da representação especial também é polemizada por Anne Phillips. A autora nega os argumentos que defendem que a boa representação política deve estar livre de influências de ideias que dizem respeito à identidade de um ou outro grupo específico. Por outro lado, a autora defende a "política da presença"[38], ou seja, a necessidade da presença física dos grupos excluídos nos espaços de decisão política.

Phillips (2001) argumenta que não se trata de excluir uma ou outra forma de representação, mas sim, buscar formas de incorporar tanto as ideias como a presença dos grupos sociais identitários para alcançarmos uma representação mais democrática e justa. Pois não se pode garantir que uma mulher, por exemplo, defenda os interesses do movimento feminista, contudo, alega a autora, as reivindicações das mulheres serão mais facilmente atendidas se houverem representantes parlamentares, porém isso não quer dizer que as ideias (demandas) das mulheres e feministas não possam ser defendidas por representantes homens.

Young (2006) reforça os argumentos apresentados anteriormente sobre a participação política como a principal forma de se fazer uma democracia representativa, evidenciando não só a presença de grupos sociais, bem como fazer com que as suas ideias também sejam representadas nos espaços de poder e, para que isso seja possível, depende do envolvimento participativo dos maiores interessados – os movimentos sociais. Além disso, é dever do Estado propiciar as condições e os espaços públicos para que a sociedade civil possa agir efetivamente diante das decisões governamentais. Assim, a autora afirma que não se pode fechar os olhos para as complexidades do processo democrático e ingenuamente colocar a representação em oposição à participação (YOUNG, 2006, p. 144).

[38]Como exemplo da "política da presença" temos, no Brasil, a adoção de cotas eleitorais para mulheres nos partidos políticos.

Em consonância com a discussão realizada neste capítulo, podemos confirmar a expressão de Miguel (2014, p. 25) que afirma que “representação e democracia são ‘territórios em disputa’”. No sentido em que esses regimes políticos tanto podem perpetuar as assimetrias e as relações de poder e dominação como podem dificultar tais relações e contribuir para combatê-las em prol da justiça social. Sabendo que nenhum regime democrático é governado pelo povo e que a representação é pautada por relações de poder e desigualdades políticas, a teoria política contemporânea assume o paradoxo que envolve a democracia representativa e reconhece seus limites e desafios e sugere a criação de novas formas de fazer política, evidenciando principalmente a participação e a deliberação a partir de meios alternativos.

Neste capítulo, tivemos o objetivo de apresentar modelos democráticos distintos, porém, diante da compreensão do trabalho como um todo, compartilhamos com os autores da democracia social e participativa na defesa da inserção da sociedade civil nas esferas públicas e políticas com a proposta de expor as demandas sociais da população e, diante das atuais formas de participação, reivindicar políticas públicas[39] que atendam a tais demandas.

Neste sentido, propusemo-nos apresentar, ainda que de maneira breve, o debate presente em torno das democracias – elitista, fundada na perspectiva liberal; a democracia republicana ou participativa – que priorizam a participação política dos movimentos sociais, as ações coletivas, a solidariedade e coletividade de grupos identitários, as reivindicações por justiça e oportunidades socioeconômicas e de participação, além do sistema eleitoral; a democracia deliberativa – aos moldes da esfera pública habermasiana com suas devidas críticas e destaques – e a democracia representativa – diante de seus desafios e conflitos teóricos.

Destacamos as críticas presentes no campo teórico, sobretudo, no que tende a excluir as minorias – com destaque para as mulheres - que são subalternizadas em suas cidadanias e na oportunidade de participação, como sugere a esfera pública de Habermas.

Ainda que o tema da representação não ganhe destaque no decorrer deste trabalho, essa discussão se faz importante diante da baixa representatividade de mulheres nas instâncias de poder, justamente pela história de cerceamento da

[39] Por políticas públicas, por sua vez, entendam-se as políticas que de fato constituem as necessidades e os interesses do público; as necessidades e interesses “comuns”, no sentido de serem necessidades e interesses da comunidade (FERES JUNIOR; POGREBINSCHI, 2010, p. 147).

participação política das mulheres, as críticas à representação política e ao sistema político por um lado, mas, por outro, a incessante busca pelo poder, como forma de inserir no debate político demandas específicas das mulheres, bem como, sentirem-se representadas. A busca por acesso à representação surge de diferentes meios e trajetórias, e não só nos espaços políticos formais, mas, também, nos movimentos sociais e coletivos, nas associações, nos grupos locais de participação etc.

No próximo capítulo, apresentaremos o entendimento de ação coletiva e de movimentos sociais, no qual estamos partindo para embasar a nossa discussão, e ainda discutiremos a participação política ancorada no âmbito nacional, com destaque para o estado de Pernambuco, de modo a destacar, também, a discussão da participação local.

2 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: MOVIMENTOS SOCIAIS, AÇÃO COLETIVA E AS EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS DO BRASIL

Este capítulo chama a atenção para a discussão teórica vigente acerca dos movimentos sociais e da ação coletiva, para então localizarmos outras formas participativas, para além dos movimentos sociais, no contexto brasileiro e, especialmente, no estado de Pernambuco.

A discussão teórica atual sobre movimentos sociais se firma cada vez mais no campo sociológico, com distintos enfoques que caracterizam as suas respectivas correntes teóricas. Nesse sentido, recorremos à Maria da Glória Gohn, que, além de ser uma especialista em movimentos sociais no Brasil, dialoga a sua teoria com diferentes expressões dos movimentos sociais brasileiros de forma que corrobora com os nossos entendimentos e perspectivas analíticas.

Contudo, outros autores como Charles Tilly, Touraine, Habermas são importantes referências nos estudos dos movimentos sociais e da ação coletiva e também nos ajudaram em nossa análise nos próximos capítulos, além das teorias mais recentes que ressaltam as questões do reconhecimento, redistribuição, identidade e justiça social (HONNETH, 2010; FRASER, 2002a; 200b; 2007; 2010).

Antes de apresentarmos a breve revisão teórica acerca dos conceitos de movimento social e ação coletiva, segundo os autores selecionados, é válido apresentar o conceito cunhado por Gohn (2005, p. 30), que entende a participação como:

> Um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

Veremos a seguir que o conceito de participação de GOHN (2005) toma como base entendimentos nos quais os autores da corrente culturalista-identitária argumentam sobre a motivação dos movimentos sociais e das ações coletivas enquanto instrumentos de participação democrática.

2.1 Alguns aportes sobre ação coletiva e movimentos sociais: elementos fundantes da democracia participativa

A democracia participativa parte da capacidade de participação dos atores sociais na política, mas, para que isso se concretize, depende de um sentimento de pertença entre esses atores que o façam identificar-se e aparecerem diante da sociedade como sujeitos coletivos para buscarem a transformação de maneira cooperada.

Para a composição do entendimento de ação social, Touraine revela necessária uma "análise centrada no desempenho dos atores sociais enquanto sujeitos que atuam na sociedade mais geral, com suas culturas, seus pertencimentos e sua historicidade" (GOHN, 2009, p. 94). O autor defende que a ideia de sujeito está diretamente ligada ao entendimento sobre movimento social, pois o sujeito se expressa mediante a sua vontade, resistência e luta – adquiridas por meio da ação coletiva e da experiência que ele adquire no grupo (TOURAINE, 1997). E, portanto, o movimento social só se faz enquanto tal com a presença desse sujeito que se coloca disponível para buscar as mudanças sociais na sociedade.

Como grande teórico da ação social, Max Weber é a matriz referencial das várias abordagens acerca da ação coletiva ainda nos dias atuais (GOHN, 2009). O clássico afirma que, para compreender a ação social, deve-se buscar a racionalidade que move essa ação social, pois os valores, os meios e os fins da ação explicam o seu próprio sentido (WEBER, 1969).

Para interpretar a ação social, é necessário relacionar aquilo que foi pensado com a prática em si, ou seja, os valores que direcionam a ação e a ação praticada. Gohn (2009, p. 21) resume: "de forma simplificada pode-se dizer que a teoria weberiana busca o sentido da ação coletiva, a intencionalidade dos fenômenos e processos".

Na concepção de Weber, as ações possuem um sentido para os seus praticantes, e, de acordo com Gohn (2009), não significa que haja uma essência a ser desvelada nas ações dos indivíduos, mas há atribuições de sentidos e significados que podem ser compreendidos a partir da ação efetuada. Pois as ações sociais são orientadas por valores e motivações diretamente relacionados com a visão de mundo dos sujeitos praticantes das ações. Logo, para Weber (1969), as

ações coletivas são resultados dos conteúdos simbólicos e culturais que direcionam as intenções e interesses do comportamento coletivo de um grupo social.

Gohn registra que, na abordagem norte-americana, oriunda da Escola de Chicago, os comportamentos e ações coletivas eram provenientes dos conflitos sociais decorrentes das diferenças sociais e culturais da população. Ou seja, para a autora, os movimentos sociais surgiam em função de crises institucionais e debilidades sociais, que, combinadas as frustrações e os medos às ideologias homogeneizadoras, já se faziam elementos suficientes para a eclosão dos movimentos sociais (GOHN, 1997).

Os movimentos sociais são organizados e motivados por lideranças que, diante da situação de confronto, tem o papel de catalisar as demandas e os clamores e direcioná-los para a promoção das mudanças nas estruturas sociais por meio da pressão popular e reivindicações a fim de diminuir e extinguir as diferenças sociais, que consequentemente prejudica a população mais fragilizada economicamente. Os líderes devem se colocar na posição de mediadores e evitar confrontos mais sérios que possam se voltar até mesmo para os atores sociais integrantes do movimento.

Gohn (2009, p. 27) afirma que, diante dos estudos dos movimentos sociais, pode-se definir três correntes teóricas decorrente do surgimento das ações coletivas, de como participam os atores sociais, como definem as suas ações e as motivações, como estabelecem seus objetivos e de quais estratégias se utilizam para agirem coletivamente, são elas: a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista.

A corrente *histórico-cultural* pode ser caracterizada incialmente pelas ideias de Marx, que, apesar de não ter se dedicado a estudar as ações coletivas, traçou os elementos de um movimento social concreto – o movimento dos proletariados, que visava transformar as relações sociais existentes – além de ter influenciado diversos autores.

Gohn (2009) alega que as abordagens influenciadas pela teoria marxista, até os anos 1950, colocavam no cerne do movimento social as lutas de classe, as relações de dominação entre subordinados e detentores do poder (ou dos meios de produção). No entanto, outros teóricos se integraram a essa corrente, como é o caso de Claus Offe que elenca outros aspectos da sociedade em seus estudos referentes à crise da sociedade e do trabalho.

Nessa transição, se podemos nos referir assim, surgem os “novos movimentos sociais”, que se constituíram em espaços políticos não institucionalizados e reinventaram sua maneira de atuação, tomando como valores centrais a autonomia e identidade. Os “novos movimentos sociais” questionavam as formas de controle centralizadas nas instituições políticas e de poder econômico e, como enfrentamento, atuavam de maneira informal para negar as formas convencionais e limitadas de participação (GONH, 1997).

Offe (1989) argumenta que, nos “novos movimentos sociais”, os ativistas não estão necessariamente relacionados às esferas institucionais ou às doutrinas políticas definidas, ampliando, assim, o exercício das ações coletivas pela sociedade como um todo, e, consequentemente, as ações coletivas não se restringem apenas aos ativistas, pois elas se capilarizam em várias esferas da sociedade. Para ele, os “novos movimentos sociais” e suas mobilizações coletivas surgiram como respostas ao modelo político que prezava pela ordem e pela restrita participação popular.

Gohn (1997) observa que o princípio motivador da criação dos “novos movimentos sociais” parte dos problemas ideológicos encontrados na vida cotidiana e da construção de uma identidade coletiva dos indivíduos integrantes, que reivindicavam junto às elites dirigentes os seus direitos civis e democráticos.

A segunda corrente teórica destacada pela autora é a *culturalista-identitária*, que teve a sua expressão entre as décadas de 1960, 1970 e 1980. Marcada pelas contribuições teóricas de Habermas, Bobbio, Arendt e Giddens. Essa corrente se abre para as questões sociais da vida e tira debaixo do tapete as temáticas que, até então, não tinham espaço na cena pública, como as mulheres, os jovens, os índios, os negros etc.

O que caracteriza essa corrente é o destaque para a identidade dos movimentos sociais e a crítica em relação às abordagens marxistas que detinham as análises em torno das classes sociais restritas às questões econômicas, evidenciando os indivíduos trabalhadores e suas questões, sem considerar os outros atores sociais relevantes (GOHN, 2009).

Contudo, a autora frisa que, apesar da crítica, os estudiosos que se identificam com a corrente culturalista-identitária não descartam as questões econômicas e de classe, apenas não as reduziam em si para explicar as ações dos sujeitos coletivos. Gohn conclui que “o grande saldo dessa corrente foi apresentar

ao mundo a capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social" (GOHN, 2009, p. 30).

Destacando o conceito de ação social de Habermas, que toma por base o mundo da vida e as normas práticas discursivas, como foi visto em sua defesa pela democracia deliberativa com ênfase na teoria do discurso e na esfera pública, a ação social, de acordo com o seu entendimento, é a concretização das práticas discursivas e racionais na esfera do campo político, com vistas à ação social emancipatória por meio da linguagem.

A construção de uma racionalidade emancipatória, alega Gohn, ocorre no movimento contraditório em que se colocam os padrões existentes no mundo da vida (do cotidiano) mediante o agir comunicativo, por um lado, e, por outro, se dá a comunicação orientada pelo agir instrumental, ou seja, pelas normas institucionais e especializadas.

Assim, os movimentos sociais na perspectiva de Habermas (1987) são entendidos como uma "expressão de racionalidade comunicacional", que se estabelecem em dupla perspectiva:

> [...] primeiro como expressão de racionalização comunicacional; já que tem a capacidade de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social, eles colocam em questão a validade dos padrões existentes do mundo da vida e ampliam o espaço público. Segundo: eles oferecem resistência à colonização no mundo da vida por mecanismos sistêmicos de racionalização, econômicos e políticos, que anulam processos de comunicações (GOHN, 2009, p. 34-35).

A terceira corrente apresentada é a *institucional/organizacional-comportamentalista*, que, segundo Gohn, tomou expressão nos Estados Unidos, mas também em alguns países europeus como Inglaterra, Holanda e Alemanha, com estudos de abordagens neoutilitaristas com origem nas teorias liberais e utilitaristas.

Ao contrário das características que embasaram os movimentos da segunda corrente, na terceira corrente as ações coletivas estavam voltadas para fins econômicos e buscavam alcançar a organização institucionalizada. Com destaque para os trabalhos de Mancur Olson (1999), Gohn afirma que a corrente institucional/organizacional-comportamentalista tem como objetivos a organização formalizada, o alcance de interesses econômicos e recursos, a busca de oportunidades e estratégias direcionadas para a óptica utilitarista e econômica.

Mancur Olson foi um dos grandes autores das Ciências Sociais norte-americana, que, na década de 1960, destacou-se com a criação da sua teoria da mobilização de recursos, que enquadrava os movimentos sociais em grupos de interesses. Essa teoria visa examinar a variedade de recursos necessários para a efetivação de uma ação coletiva, de forma a planejar os custos decorrentes da participação dos atores sociais, a fim de favorecer o desenvolvimento e a continuidade da mobilização.

Olson (1999) defende a lógica racional da ação do sujeito, ou seja, a ação atende a sentimentos egoístas ou altruístas do sujeito desde que direcionados para o fim pretendido. Assim, para o autor, as ações coletivas devem ser racionalmente calculadas com o propósito de estimar os possíveis ganhos que poderão ser alcançados.

Charles Tilly é encaixado na terceira corrente, ainda que se diferencie de modo geral dos autores que defendem a óptica prioritariamente economicista. Contudo, a sua abordagem também ressalta a institucionalização e o utilitarismo das práticas sociais. O autor elenca cinco componentes que devem ser analisadas nas ações coletivas: os interesses, a organização, a mobilização, as oportunidades e as ações coletivas propriamente ditas (TILLY, 1978).

Tilly define os movimentos sociais como organizações que detêm interesses delimitados e que organizam a sua dinâmica diante de quadros históricos mais amplos. Ele afirma que a história ajuda a explicar algumas características específicas na expressão dos movimentos sociais, ou seja, em cada época, o "repertório[40] de ação coletiva" é diferente, adequando-se ao contexto vigente.

As ações coletivas, para o autor, significam reações dos sujeitos integrados mediante laços sociais de pertencimento em direção às condições estruturais impostas pela sociedade dominante (governamentais ou privadas).

> [...] movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. Os movimentos sociais devem envolver os estratos significativos da sociedade, como os trabalhadores, os grupos de mulheres, os estudantes, os jovens e o componente intelectual. Esses vários setores de interesses da sociedade serão articulados em torno de uma insatisfação

[40]A ideia de repertório remete ao conjunto de formas de ação política que emergem numa determinada época e que são aprendidas e compartilhadas pelos atores sociais. De acordo com Charles Tilly, os repertórios são criações culturais que emergem da luta, são maneiras de agir que surgem e se sedimentam de forma temporal e coletiva diante do contexto político e social (TILLY, 1995).

> comum que, na maioria dos casos, será a percepção comum da falta de democracia em um contexto político específico (TILLY, 2010, p. 133).

O autor também alerta que as ações coletivas não são necessariamente contra alguma ordem econômica, política ou social, mas também podem estar a favor de demandas que integram os sujeitos mediante um sentimento comum de pertença.

Na concepção de Tilly, os movimentos sociais funcionam como uma espécie de termômetro histórico de uma sociedade democrática, pois, se os movimentos sociais começarem a desaparecer, indicará o fim de um importante meio de participação popular nos espaços públicos e políticos, no entanto, se os movimentos sociais se proliferam, significa que a sociedade está garantindo oportunidades democráticas para sua população (TILLY, 2010).

Seguindo com a perspectiva histórica para analisar os movimentos sociais, Tilly observa as transformações ocorridas nas ações coletivas conforme o tempo, além de atentar, também, para as mudanças nas posturas dos atores sociais e conclui que houve um deslocamento no foco das mobilizações sociais, antes centralizadas nas questões trabalhistas, conflitos ilegais e protestos locais e, atualmente, voltadas para ações sociais toleradas, que são globais e, ao mesmo tempo, de identidade.

Outro autor que se destaca nessa corrente é Sidney Tarrow, que também já publicou com Tilly, com o propósito de analisar os efeitos das identidades criadas pelos movimentos sociais, levando em consideração os laços sociais estabelecidos entre os atores coletivos, estudar os processos de democratização e as relações entre as questões identitárias e de desigualdades.

Seguindo a perspectiva da corrente organizacional, baseada em pensamentos racionais e de interesse, Tarrow alega que os movimentos sociais surgem com a ampliação das oportunidades políticas, na medida em que se tem um grupo consolidado de indivíduos que compartilham o mesmo propósito, e as vulnerabilidades dos oponentes se encontram aparentes (TARROW, 1994).

Gohn (2009) ressalta que, a partir do fim dos anos 1970 e início da década de 1980, na América Latina surgiram estudos sobre movimentos sociais voltados para questões populares e urbanas (acrescento os estudos rurais), chamando atenção para atores sociais pouco estudados até então, como mulheres, crianças, índios, negros e outras populações marginalizadas.

Ao longo do surgimento das diferentes correntes que caracterizam os estudos dos movimentos sociais, a partir da década de 1980, os estudos que enfatizavam os sujeitos históricos com missões predeterminadas – como os proletários que caracterizaram os estudos de Marx e outros estudos marxistas (corrente histórico-estrutural) – passam a ser substituídos por estudos menos homogêneos em relação às demandas sociais e ao modo de vida, enfatizando, sobretudo, questões identitárias, de justiça social e equidade. Gohn (2009) afirma que esses estudos passam a ressaltar os processos de inclusão dos marginalizados na sociedade, em detrimento da ênfase (de até então) na exclusão social.

A autora ainda reconhece que categorias como cidadania coletiva, exclusão social e globalização ou mundialização se destacaram nos estudos da década de 1990. Além disso, percebeu-se a necessidade de pensar como as instituições, organizações e grupos sociais podem exercer a cidadania de maneira coletiva, propondo soluções e estratégias por meio da participação política a fim de romper com o estado de injustiça e desigualdades sociais.

Já no final da década de 1990 e início do século XXI, surgem novos referenciais voltados para os estudos dos movimentos sociais, como a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) e Fraser (1992, 2002a, 2002b); os estudos sobre multiculturalismo de Boaventura de Souza Santos; a análise dos efeitos dos novos meios de comunicação por Castells[41], com destaque para os efeitos da internet na vida social; Alexander focou na esfera pública, dentre outros.

Dentre os novos referenciais, destacamos a “teoria do reconhecimento” de Axel Honneth. O autor se ampara primeiramente no conceito de reconhecimento de Hegel[42] e na psicologia social de George Mead, que fundamenta os estudos sobre a formação da identidade para compreender a origem das relações e ações sociais conflituosas e o processo evolutivo das sociedades por meio do conflito, luta social e busca pelo reconhecimento.

---

[41]Para Castells, “os movimentos sociais constituem ações coletivas propositivas que resultam – na vitória ou no fracasso – em transformações nos valores e instituições da sociedade” (GOHN, 1995, p. 42).

[42] Honneth se apoia na teoria do reconhecimento do jovem Hegel, que propõe que toda identidade se constrói num ambiente dialógico, e esse ambiente é anterior a qualquer prática social ou política. Esse contexto marca o aspecto intersubjetivo ou de interação na constituição dos sujeitos, pois estes se percebem enquanto tal, a partir de sua própria autointerpretação, a qual só se dá dentro de um contexto moral e cultural em que estão inseridos. Hegel entende que o reconhecimento preexistente sugere a existência de direitos que devem ser explícitos e conscientes para os sujeitos se reconhecerem e travarem a luta social. Essa luta não objetiva o poder, mas sim a luta por reconhecimento, que, por meio do conflito, desenvolve as distintas dimensões da subjetividade humana em busca do desenvolvimento moral da sociedade.

Sem priorizar as justificativas materialistas e econômicas como originárias dos conflitos sociais, Honneth (2003) defende que as lutas sociais se originam a partir das experiências morais vivenciadas pelos sujeitos em suas subjetividades, bem como da ausência de reconhecimento intersubjetivo e social. Para o autor, é por meio do reconhecimento subjetivo que os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma autorrelação marcada pela integridade, na medida em que são reconhecidos por seus parceiros de interação.

A “teoria do reconhecimento” de Honneth sugere que a busca pelo reconhecimento acontece por meio de três dimensões: do amor, da solidariedade e do direito/justiça. Nesse sentido, os indivíduos e grupos sociais formam as suas identidades somente quando são reconhecidos e aceitos nas relações com o próximo (amor); quando se estabelecem na prática institucional (direito/justiça) e diante da convivência em comunidade (solidariedade).

Concordando com suas referências teóricas básicas, Honneth confere às experiências individuais dos sujeitos a sua devida importância, à medida que os sentimentos de abandono, injustiça e exclusão são sentidos primeiramente nos planos individual e subjetivo. Contudo, esses mesmos sentimentos possuem potencial para provocar lutas sociais a partir da dinâmica das experiências morais que integram os sujeitos na busca pelo reconhecimento. Honneth afirma que

> [...] saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende, sobretudo, de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política (HONNETH, 2003, p. 224).

Honneth afirma que a luta pelo reconhecimento intersubjetivo e social pode ser considerada como o ponto de partida para as mudanças sociais e, consequentemente, para a evolução das sociedades (HONNETH, 2003).

> [...] são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades (HONNETH, 2003, p. 156).

De acordo com as premissas de Honneth, o aprofundamento da democracia na sociedade contemporânea está necessariamente relacionado com o reconhecimento da diferença, na eminência de evitar os mecanismos que favorecem a exclusão e as desigualdades.

A luta pelo reconhecimento, portanto, é uma luta dos movimentos sociais em prol dos princípios éticos da vida, tendo na democracia um espaço de lutas, interesse e projetos antagônicos, porém, nesse espaço, busca-se o equilíbrio para a construção da hegemonia mediante a explicitação das diferenças.

Desde a década de 1990, Fraser trava uma crítica à "teoria do reconhecimento" de Honneth e defende que, para se alcançar a justiça social e a construção de uma sociedade mais justa, requer-se tanto redistribuição como reconhecimento.

O autor percebe a redistribuição como parte do reconhecimento, já Fraser defende que são coisas distintas ainda que possam ser tratadas conjuntamente. Ela aponta que a redistribuição buscaria o fim do fator de diferenciação grupal de modo mais amplo na sociedade, no que tange às desigualdades socioeconômicas, enquanto o reconhecimento estaria centrado naquilo que é particular aos membros do grupo, em relação às questões identitárias que os agrupam e os diferenciam.

Diante de seu próprio questionamento, Fraser ressalta que a luta pela igualdade no âmbito econômico, ao mesmo tempo em que se luta pela diferença no plano identitário, poderia gerar uma "esquizofrenia filosófica". E, para resolver esse dilema, a autora, que em outro momento sugeriu a adoção de políticas transformativas a fim de corrigir as desigualdades socioeconômicas, propõe uma medida mais contextualizada no que tange à paridade de participação social.

Fraser alerta que a luta por reconhecimento pode caminhar ao lado da luta por redistribuição de poder e riqueza, dependendo da maneira de como o reconhecimento é abordado e da ênfase que é dada a este diante das injustiças sociais e políticas. A autora sugere que os conflitos por reconhecimento possam ser integrados aos conflitos pela redistribuição, invés de deslocá-los e debilitá-los (FRASER, 2010, p. 116).

Para a autora, a desigualdade econômica não pode ficar aquém das diferenças culturais e identitárias, o não reconhecimento é um dano cultural, mas não pode ser visto como independente da injustiça distributiva. Contudo, ela

apresenta como uma alternativa e sugere que o reconhecimento seja tratado como uma questão de status social.

Nessa perspectiva, Fraser chama atenção para o status social que determinado grupo adquire na sociedade e alerta que “o não reconhecimento não significa a depreciação e deformação da identidade de grupo, mas subordinação social – no sentido de ser impedido de participar como um igual na vida social” (FRASER, 2010, p. 120).

> Para reparar isto, a injustiça ainda precisa de uma política de reconhecimento, mas no “modelo de status” isso não é mais reduzido a uma questão de identidade: em vez disso, significa uma política voltada para o domínio da subordinação, através do estabelecimento da parte não reconhecida como um membro completo da sociedade, capaz de participar na mesma condição que o resto (FRASER, 2010, p. 120).

Além da defesa pela política de redistribuição, Fraser reconhece que a política de reconhecimento não deve ser reduzida a uma questão de identidade, pois os grupos sociais devem ter a mesma oportunidade de participação social nos espaços públicos da sociedade democrática. Daí surge a crítica da autora referente à esfera pública de Habermas citada na parte anterior – que exclui vários grupos sociais da participação comunicativa da esfera pública devido à injustiça distributiva e de reconhecimento.

Diante das ideias de vários autores sobre as teorias dos movimentos sociais, ação coletiva e outros conceitos e categorias que versam em torno dessa temática que culmina na busca por uma sociedade democrática e justa, apresento resumidamente as ideias de Gohn (1995), que, além de fazer com maestria um percurso pelas teorias dos movimentos sociais, expõe as suas próprias ideias.

Para a autora, os movimentos sociais representam “ações coletivas de caráter sociopolítico que são construídas por atores sociais que pertencem a diferentes classes e camadas sociais”. Os atores sociais criam uma identidade coletiva para o movimento que, a partir de um interesse comum, politizam as suas demandas e as inserem em “um campo político de força social na sociedade civil” (GOHN, 1995, p. 44). As ações coletivas são motivadas devido às situações de conflitos sociais e disputas que sugerem a subordinação social de um grupo por outro, ainda que um dos grupos seja representado pelo Estado.

Corroborando com o conceito de Gohn (1995, 2009) e com a segunda corrente teórica, a culturalista-identitária, entendemos os movimentos sociais como a expressão de uma ação coletiva que evidencia os laços de pertencimento entre os atores sociais; parte de demandas que configuram sua identidade, delimitando, assim, os seus interesses; buscam reconhecimento e formas de justiça social, apoiando-se no contexto histórico da época para a construção do "repertório da ação coletiva", com base nas mudanças históricas, como defende Tilly (que integra outra corrente, mas que nos ajuda a pensar os movimentos conforme os percebemos).

Contudo, as novas teorias dos movimentos sociais preconizam que os novos movimentos sociais devem ser interpretados como atores coletivos que se opõem às classes dominantes que impedem os dominados de falar e agir em prol de seus interesses. Assim, surgem os movimentos sociais com novas demandas, novas racionalidades, com novas formas de organização, tendo como objetivos principais a busca pelo reconhecimento de seus direitos, a mudança na sua forma de participação, a mudança nas regras e formas de representação da sociedade, ou seja, buscam transformação por meio do conflito.

Os diferentes entendimentos por movimentos sociais e ação coletiva embasam as novas teorias e os novos movimentos organizados atualmente, com diferentes demandas e formas de atuação e de participação. Nesse sentido, a próxima seção irá expor outras modalidades de participação política que, com o passar do tempo, foi acompanhando as transformações sociais, ampliando, assim, o "repertório" político da participação política.

2.2 **Modalidades de participação**

Os estudos que se debruçam sobre o tema da participação política têm sido motivados e se expandido devido ao declínio do exercício eleitoral e do ativismo partidário, frente ao surgimento das novas formas de protestos, ações coletivas e participação, independentemente do período eleitoral (BORBA, 2012; MIGUEL, 2014). Diante desse contexto, os entendimentos e conceitos sobre participação também foram se modificando, com a intenção de abarcar as transformações na forma de participar.

Os estudos sobre participação política nos apresentam várias definições conceituais e várias formas de participação. Assim, nesta seção, recorremos a alguns cientistas políticos que vêm pensando as formas de participação política ao longo das últimas décadas, para então refletirmos a participação política das mulheres rurais – que se trata de uma particularidade dentro dessa temática.

O capítulo anterior iniciou a discussão sobre os modelos de democracia e, juntamente com as propostas participativas e de deliberação, apresentou também a problematização sobre a participação política em um contexto de ideias elitistas e liberais, ainda que de forma breve. No entanto, Tocqueville, um dos precursores da teoria democrática e defensor da participação política e social, como exercício e instrumento básico da democracia, diferencia-se entre os autores citados que percebem a participação de maneira limitada à inserção do povo, ou mesmo que a veem como um perigo para o fazer-se governar.

A Ciência Política e a Sociologia Política, desde a década de 1950, têm discutido conceitos e formas de participação, além de tentar medir a participação política dos cidadãos e cidadãs, a partir da aferição dos níveis de participação política, identificados por meio de instrumentos de pesquisa como as *surveys*, com o intuito de construir tipologias.

Diante da discussão sobre participação política, recorreremos à revisão teórica e metodológica realizada por Julian Borba (2012) em seu elucidativo artigo intitulado *Participação política: uma revisão de modelos de classificação*, acerca da literatura internacional sobre as tipologias classificatórias das modalidades de participação política. Recorremos a Borba, devido a sua síntese em torno dos conceitos de participação que será relevante para a nossa discussão, uma vez que, o autor destaca os conceitos mais simples de participação, até aqueles que consideram as formas mais contemporâneas e complexas.

A partir da compilação de Borba (2012), destacamos algumas percepções de participação política que irão orientar a nossa discussão a fim de aproximarmos o processo de participação vivenciado pelas mulheres em suas diferentes épocas, abordagens, formas e tipos de reivindicações até os movimentos atuais.

Borba apresenta como marca do início da tradição desse estudo o conceito de Milbrath, que “definia a participação como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral”, assim, os cidadãos estavam divididos em três grupos, relacionados ao seu engajamento: a) os passivos, aqueles que não participam; b) os

espectadores, cidadãos com envolvimento político mínimo; e, c) os chamados “gladiadores”, que eram os ativistas (MILBRATH, 1965; BORBA, 2012).

Nesse sentido, a participação política, principalmente na década de 1960, foi limitada à esfera eleitoral – por meio do direito ao voto e do direito de ser votado (representar). Defensor do “modelo da centralidade”, Milbrath (1965) afirmava que apenas os cidadãos mais centrais da estrutura social e mais atuantes poderiam se envolver com as atividades mais complexas de participação, corroborando com os preceitos de Weber e Schumpeter sobre a importância da seleção dos atores passíveis de participação.

Borba ressalta que, desde os anos 1960, os entendimentos acerca da participação política estavam sendo ampliados e os repertórios políticos se direcionavam para além das iniciativas de influenciar decisões governamentais, pois, já havia iniciativas de ações políticas que visavam à mobilização política em torno da propagação de valores coletivos para a sociedade.

O segundo teórico destacado por nós a partir da revisão de Borba é o autor italiano Pizzorno, uma das contribuições teóricas mais ambiciosas dentro dos estudos da participação política.

O italiano concentra o seu argumento principalmente na problematização e crítica ao “modelo da centralidade” defendido por Milbrath (1965). Assim, defende o modelo da consciência de classe, alegando que a participação se trata de um produto do campo político e que deve ser compartilhada pelos atores sociais inseridos, e, ao contrário do “modelo da centralidade”, Pizzorno defende que o modelo da consciência de classe é mais abrangente, conseguindo se expressar em diversos contextos (BORBA, 2012).

Além disso, a proposta de Pizzorno antecipa modelos de participação que serão discutidos somente dez anos depois, ao apontar tipos não convencionais ou tradicionais de participação, incluindo os movimentos sociais como modalidades de participação política. Borba (ibidem) também ressalta que Pizzorno já apontava para a discussão sobre identidade no âmbito da participação, antecipando, assim, a discussão feita por Verba, Scholzman e Brady na década de 1990.

No entanto, a ideia de identidade de Pizzorno, em relação à participação, refere-se a uma dimensão organizacional da vida associativa, priorizando o coletivo e as formas de solidariedades políticas, de modo a propiciar habilidades ainda que

seja diante da falta de recursos de tempo e financeiro. Dessa forma, a teoria de Pizzorno considerava a participação multidimensional (BORBA, 2012, p. 268).

Ao longo de sua revisão, Borba apresenta pesquisas que reconhecem os protestos políticos, dentre outras formas de participação "não convencional", como: participar de abaixo-assinado, de manifestações legais, boicotes, ocupação de prédios desabitados, bloqueio do tráfego com performances de rua, fazer greves, boicotar o consumo de determinados produtos etc. Contudo, no contexto do século XXI, podemos dizer que essas formas de participação, além de serem reconhecidas, são bastante frequentes e deixaram de ser, necessariamente, endereçadas ao governo.

Umas das primeiras pesquisas empíricas acerca do fenômeno da participação política foi desenvolvida por Verba, Nie e Kim (1971; 1972; 1978 apudBORBA, 2012), apontando quatro modalidades que estruturariam a participação: *voto, atividade de campanha, contato política e atividade cooperativa*. A partir de testes de correlação interna entre essas variáveis, foram propostos diversos agrupamentos de participação, definindo tipologias que já apresentavam um caráter de participação para além do voto e para além das demandas direcionadas somente ao governo – ainda que estas variáveis não tenham sido descartadas devido a sua importância, mas aparecem entrecruzadas com a "atividade cooperativa", por exemplo.

A quarta modalidade de participação destacada por Borba (2012) tem base na pesquisa realizada por Barnes e Kaase (1979), que reconhece as ondas de protestos políticos como participação, afastando a ideia de instabilidade política ou de crise na democracia[43], mas reconhecendo as transformações políticas e econômicas conforme o contexto da época. A pesquisa *Political Action* foi um marco nos estudos da participação política ao reformular as formas de classificação e mensuração da participação a partir da divisão entre "modalidades convencionais" e "não convencionais" de participação, ampliando, assim, as dinâmicas e expressões da participação.

Contudo, Borba (ibidem) não deixa de reconhecer que a distinção entre as "formas convencionais" e "não convencionais" de participação já não se encaixam no contexto atual, uma vez que as formas consideradas "não convencionais" se convencionalizaram.

[43] Conforme temia Schumpeter.

Após a pesquisa *Political Action*, na década de 1990, os trabalhos de Verba, Schlozman e Brady se destacaram seguindo essa abordagem e passaram a considerar as chamadas modalidades “não convencionais” como modalidades de participação, além de visibilizar as modalidades que não se direcionavam ao governo, e incorporaram também as formas sociais de participação, como o voluntariado. Os autores defendem que o processo de engajamento político depende de recursos como tempo, dinheiro e habilidades individuais, porém a participação é uma resultante das motivações dos indivíduos.

Sendo um estudo de classificação, Verba, Schlozman e Brady desenvolveram uma tipologia formada por nove elementos que caracterizam o caráter multidimensional da participação: votar, trabalhar em campanhas políticas, contribuição para campanhas, contato com oficiais, protesto, trabalho informal na comunidade, membro de um conselho local, filiação a uma organização política e contribuição a uma causa política.

Esses elementos, afirma Borba (ibidem), possibilita a articulação entre a participação política e a participação social. Contudo, essa articulação não foi bem recebida de forma unânime na literatura, pois autores como Van Deth criticaram essa abordagem multidimensional em sua ampliação, por receio de uma “teoria do tudo” (BORBA, 2012, p. 274).

A tipologia multidimensional da participação política de Verba, Schlozman e Brady resgata as percepções acerca da democracia e da participação política defendida por Tocqueville (2014).

O autor clássico também se destaca por considerar fatores geográficos e históricos situados na América, no início do século XVII, para entender as motivações de participação – ampliando, assim, a sua percepção diante de várias dimensões – além de considerar a igualdade entre os cidadãos, fator que permitiu a construção da democracia na América, e, consequentemente, alcançar a liberdade, que era o objetivo dos colonos ingleses.

Tocquiville considera questões culturais, econômicas, sociais e geográficas para entender a participação dentro do contexto por ele estudado, mas também restringe a participação como sendo meio para alcançar decisões políticas, como fins. Para o nosso estudo, a análise multidimensional alçada por Tocqueville e que influencia Verba, Schlozman e Brady e outros autores contemporâneos que levam em consideração as modalidades chamadas, na década de 1970, de “não

convencionais” nos oferecem alguns caminhos para a reflexão da participação no contexto das ações coletivas e movimentos sociais.

Ribeiro e Borba (2011) se valem da base de dados do World Values Survey (WVS, 2006) para apontar os tipos de associações e instituições tradicionais (partidos e sindicatos) de participação; instituições participativas “não convencionais” e as respectivas frequências de participação no Brasil. Os autores também apresentam modalidades de protesto e ressalta que a referida pesquisa não abarca as formas de contato dos cidadãos com membros ocupantes de cargos públicos, tampouco, identifica o envolvimento comunitário na solução de problemas locais, sem estr centralizado na participação em associações.

Tabela 2 – Frequências de participação no Brasil – WVS 2006 (%).

Modalidade	Não pertence	Pertence, mas não participa	Pertence e participa
Igreja	23,4	25	51,6
Assoc. de Caridade	80	5.8	14.2
Assoc. Artística/Musical/Cultural	85.4	4.3	10.2
Assoc. Esportiva/Recreativa	81.2	6.5	12.3
Sindicato	81.1	10.2	8.7
Partido	89.7	5	5.3
Assoc. Ambiental	93	3.4	3.6
Assoc. Profissional	85.8	5.5	8.7
Assoc. de Consumidores	96.1	1.8	2
	Não faria nunca	Poderia fazer	Já fiz
Abaixo-Assinado	16.9	27.6	55.5
Boicotes	66.8	25.3	7.8
Manifestações	41.9	39.8	18.2

Fonte: Ribeiro e Borba (2011).

A partir dos dados da WVS, realizada em 2006 com uma amostra de 1500 indivíduos, Ribeiro e Borba (2011) identificam a expressiva participação com envolvimento efetivo em igrejas (51,6%) e instituições de caridade (14,2), apresentando os maiores percentuais. Vale destacar os percentuais pouco expressivos no Brasil, no que confere a participação em instituições participativas convencionais, partidos (5,3%) e sindicatos (8,7%). Em relação às formas de

protesto, tiveram destaque os maiores índices que indicam a realização de abaixo-assinados (55,5%), a não realização de boicotes (66,8%) e a não participação em manifestações, indicando a preferência da população brasileira pelas formas de protesto documentadas e sem enfrentamento direto.

O relatório do Latinobarômetro[44] constatou que, nos últimos dez anos, a participação não convencional aumentou e que passamos do "hiperpresidencialismo", da década de 2000, para a "hipermobilização", da década de 2010, na América Latina. O relatório indica que a participação (convencional) em manifestações autorizadas duplicou de 13% para 27% entre 2005 e 2015.No que se refere à participação em abaixo-assinados, houve um aumento de 16% para 35% no mesmo período. Atentos à participação não convencional, verificou-se que a participação em manifestações não autorizadas (não convencionais) aumentou sete vezes, passando de 3% para 21% na última década.

Ribeiro e Borba (2011) constatam a multidimensionalidade dos atos participativos no Brasil, admitindo as distintas modalidades de participação nas quais participa a população brasileira, que corrobora com a realidade observada em outras democracias. Contudo, os autores argumentam que, embora a multidimensionaidade tenha sido confirmada em seu estudo, não garante que as estratégias e repertórios dos ativistas políticos sejam os mesmos em todos os lugares, corroborando com os entendimentos de Tilly (2010) sobre a perspectiva histórica e contextual que influencia os repertórios da ação coletiva.

A breve síntese das tipologias estudadas por Borba, a fim de evidenciar os diferentes entendimentos e reconhecimentos acerca das modalidades de participação, a partir da compilação da literatura internacional, até chegar na definição de caráter multidimensional, ajuda-nos a refletir sobre as variadas formas de participação política estudadas por outros estudiosos brasileiros e, especialmente, sobre o nosso trabalho que evidencia a participação das mulheres rurais – organizadas em movimentos sociais, em associações comunitárias, membros de conselhos locais, membros de instituições religiosas, membros de instituições governamentais e não governamentais e diversos outros tipos de organismos coletivos de sociabilidade, solidariedade e mobilização.

[44] Ver: http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15817.pdf.

2.3 **Um breve panorama da participação política no Brasil**

Esta seção será dedicada a um breve histórico da participação política no Brasil democrático com o intuito de apresentarmos outras formas de participação que se expandiram no país ao longo dos séculos XX e XXI. O surgimento dos movimentos sociais e as políticas participativas terão destaque com o objetivo de tentar traçar um contexto no qual nasceram o movimento de mulheres e o MMTR no Brasil – ainda que esses movimentos sejam destacados no próximo capítulo.

Para esta e para a próxima seção, "Participação política em Pernambuco: um caso de tradição participativa no Nordeste brasileiro", recorremos basicamente aos diversos trabalhos de Leonardo Avritzer (2007ab; 2009; 2010), por se debruçar na temática da participação social e política no Brasil, mapeando as suas diversas expressões, mas também sem deixar de considerarmos outros importantes autores da área (SINGER, 1980; SADER, 1988; GOHN, 1991;AVRITZER; NAVARRO, 2003; AVRITZER; PEREIRA, 2005; GUIMARÃES, 2009).

De 1950 a 1964, o povo brasileiro já iniciava um processo de "autoformação" como cidadãos democráticos que repensavam as suas origens, as suas identidades e seus destinos; enquanto que, nas primeiras décadas do século XX, o processo era de "formação" do povo brasileiro enquanto nação (GUIMARÃES, 2009).

Entre a década de 1950 e 1960, estavam em debate questões em torno da constituição da nação, a defesa de seus interesses frente aos interesses imperialistas e a defesa da ideia da soberania. De acordo com Guimarães (2009, p.14), "no centro da soberania nacional colocava-se o conjunto heterogêneo dos movimentos sociais que se formavam naquela época, na qual houve episódios importantes de lutas históricas da população do país, em termos de movimentos nacionais de auto-organização".

Durante esse ciclo, surgiram as primeiras lutas nacionais organizadas no campo da reforma agrária, com a formação das Ligas Camponesas[45] e a União dos

[45] As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Elas foram abafadas depois do fim do governo de Getúlio Vargas e só voltaram a agir em 1954, inicialmente no estado de Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás. Ver: http://www.ligascamponesas.org.br/?pa

Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)[46]; surge o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – que não possuía legalidade nem reconhecimento, mas foi identificado como a primeira experiência de central sindical dos trabalhadores; o surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), formando o movimento estudantil; e, com destaque, a cidade de Recife desenvolve os primeiros projetos de urbanização de favelas, durante o mandato do governo Miguel Arrais e a experiência de Paulo Freire, com a sua escola de educação popular.

Com o golpe militar em 1964, essa onda de participação, marcada pelas primeiras experiências de organização e mobilização em diversos campos políticos, foi interrompida e perdurou até o fim da década de 1970. No entanto, após o período de ditadura militar, a ideia de democracia e cidadania renasce ainda com mais força e se volta para uma participação ativa.

A partir do final da década de 1970, inicia um novo ciclo de organização e participação política, com a formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que teve apoio da Comissão Pastoral da Terra; também surgem o novo sindicalismo e as novas centrais sindicais, com destaque para a Central Única dos Trabalhadores (CUT); forma-se a Teologia da Libertação[47]; o movimento feminista começa a ganhar maior expressão no Brasil – motivado pela luta acerca dos direitos de participação política das mulheres (votar e representar); o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que, com base em preceitos feministas, direcionavam as suas demandas para a realidade da “mulher do campo” e reivindicava reconhecimento profissional e direitos trabalhistas; e, como movimentos de reconhecimento identitário, surgem o movimento negro e o movimento homossexual brasileiro. No fim da década de 1980, surgem as experiências inovadoras do orçamento participativo decorrentes do contexto de redemocratização e promulgação da Constituição de 1988, estimulado pela participação popular na

---

ge_id=99.

[46] A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em São Paulo, em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ela foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), como também se constituiu na principal força em ação no interior da nova entidade. Ver:ttps://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/glossario/ultab.

[47] ATeologia da LibertaçãoéÉ um movimento apartidário que surgiu na América Latina no final da década de 1960 e engloba várias correntes de pensamento interpretando os ensinamentos de Jesus Cristo como libertadores de injustas condições sociais, políticas e econômicas.

definição de políticas governamentais, proveniente da criação dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas como espaços de controle social[48].

A agenda democrática e de cidadania ativa se estende até os dias atuais, com um movimento nacional fundado na democracia, agregando conquistas institucionais e extrainstitucionais, estabelecendo o que Guimarães (2009, p. 16) chama de “refundação larga das próprias bases da democracia brasileira e do Estado brasileiro”.

Esse período entre 1970 e 1980 é marcado pelo surgimento da sociedade civil, que é percebida como um importante elemento da democratização do Brasil. Contudo, isso se dá de maneira concentrada em capitais das regiões Sul e Sudeste, com sua expansão posterior para cidades de outras regiões, mais especificamente, com destaque para a região Nordeste, com as exitosas experiências na cidade de Recife (AVRITZER, 2007b).

Segundo Avritzer (2009), há uma dificuldade em precisar a primeira experiência de associativismo no Brasil, por falta de registro. Contudo, sabe-se que, entre as décadas de 1970 e 1980, surgem experiências de associativismo comunitário de bairro em São Paulo, que foram registrados na literatura (SINGER, 1980; SADER, 1988; GOHN, 1991) e na cidade de Porto Alegre, caracterizando-se como uma cidade de forte tradição participativa, ao apresentar um associativismo comunitário organizado e anticlientelista, defendendo a sua autonomia frente ao Estado, por meio da Federação das Associações Comunitárias. Trata-se de associações democráticas e predominantemente caracterizadas pela ação voluntária.

Ainda neste período, surge no Brasil uma sociedade civil democrática com a proliferação de outras formas de participação, como, associações civis, com a defesa da ideia de autonomia em relação ao Estado, a defesa de formas públicas de negociação e exposição de demandas frente ao Estado. No final da década de 1980, surgem formas mistas de participação, como os conselhos[4950], compostos pela

[48] Não se trata de mapear todas as experiências de participação e movimentos sociais que surgiram pós ditadura militar, mas destacar algumas experiências que se destacaram no campo da participação política brasileira e que, de alguma forma, dialoga com o nosso trabalho.É válido destacar também a ampliação do panorama dos movimentos sociais em âmbito internacional, tendo o Fórum Social Mundial como um importante espaço de confluência de diversos movimentos. As suas primeiras edições foram realizadas no Brasil, na cidade de Porto Alegre (2001, 2002, 2003, 2005).

[49] Os conselhos de políticas públicas representam uma das formas “alternativas” de participação, que ganharam força após a Constituição de 1988, juntamente com as conferências, consultas públicas, audiências, orçamentos participativos, mas, atualmente, deparam-se com dificuldades em relação à

sociedade civil e por representantes do Estado – chamados de instituições híbridas (AVRITZER; PEREIRA, 2005).

O processo constituinte promove um importante cenário de participação por meio da expansão do associativismo e das formas de organização da sociedade civil. Nos anos de 1986 e 1987, uma onda de movimentos populares se mobilizaram em prol da participação institucionalizada no Estado e, em 1988, a reforma constituinte atende tais reivindicações promovendo significativas modificações nas práticas participativas destinadas às políticas públicas, atendendo às emendas populares que chegaram reunir mais de 30 mil assinaturas.

Outro fator a ser destacado que teve a sua importância na ampliação da participação no Brasil foi a expansão do Partido dos Trabalhadores (PT), que, a partir de 1988, vence eleições em importantes capitais do Brasil e implementa formas específicas de participação local, entre as quais se destaca o orçamento participativo (AVRITZER, 2010). Nesse sentido, o PT agrega a característica de forte incentivador institucional da participação política local no Brasil. Contudo, as experiências de participação provocaram a problematização sobre a relação entre sociedade civil e Estado.

Na década de 1990, foram normatizadas várias instituições participativas que surgiram durante o processo constituinte, como os conselhos de política, conselhos tutelares e formas de participação em nível local, que atendem às legislações locais. O surgimento das legislações locais sobre os conselhos provocou a pluralização da participação local. A partir dos anos 1990, ocorre uma ampliação da participação política no Brasil para além das regiões Sul e Sudeste decorrente dos instrumentos normativos que institucionalizam a participação tanto em nível federal, estadual e municipal (AVRITZER, 2010).

O número de conselhos nacionais aumentou consideravelmente desde o início dos anos 1990. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 1930 e 1989, foram criados apenas cinco conselhos nacionais e, entre

---

estrutura física e ao apoio técnico, sendo regidos por legislações diferenciadas e influenciados por diferentes instâncias de poder – a depender das políticas vinculadas em questão, alguns conselhos possuem dificuldades de deliberar e de representação paritária em relação aos representantes do governo e da sociedade, não dispõem de sistemas de informação sobre orçamento e o acompanhamento da execução das políticas e, como consequência desses fatores, apresentam, hoje, um baixo grau de institucionalidade (SILVA, 2014).

[50] O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado, em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar a sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

1990 e 2009, foram criados mais 26 conselhos (IPEA, 2013a). Para atualizar ainda mais os dados, até 2013, o Brasil contava com 34 conselhos nacionais. Com destaque para as áreas da saúde, criança e adolescente, políticas urbanas e assistência social, que agregam o maior número de conselhos municipais, decorrentes do seu surgimento e incentivo constitucional.

Já o orçamento participativo, além de ser um importante instrumento de participação, funciona como uma forma de balancear a articulação entre representação e participação ampla da população por meio de cessão da soberania por aqueles que a detêm enquanto resultado de um processo eleitoral. O orçamento participativo é sempre uma iniciativa do prefeito e depende do caráter democrático e participativo de sua gestão em prol de diminuir a distância entre representantes e representados, bem como aponta os paradoxos da representação.

> A soberania passa a ser partilhada com um conjunto de assembleias regionais e temáticas que operam a partir de critérios de livre participação. Todos os cidadãos são tornados, automaticamente, membros das assembleias regionais e temáticas com igual poder de deliberação. Principal experiência de OP ate esse momento ocorreu na cidade de Porto Alegre a partir de 1990. Belo Horizonte, São Paulo e Recife são outras capitais de porte que também tem o orçamento participativo. As experiências de orçamento participativo tiveram até 1997, um cunho fundamentalmente partidário, uma vez que a sua grande maioria esteve vinculada ao Partido dos Trabalhadores. A partir de 1997 há uma tendência à expansão do orçamento participativo e à sua pluralização no universo partidário (AVRITZER, 2009, p. 37-38).

Ainda outro fator que merece destaque no quesito participação e constituição da sociedade civil foi a proliferação, a partir da década de 1990, das ONGs[51]. Dois fenômenos marcam a atuação das ONGs no cenário participativo no Brasil: i) a forte reivindicação de autonomia da sociedade civil por parte dos atores sociais; ii) a participação das ONGs nas diversas áreas temáticas das políticas públicas (AVRITZER, 2009, p.31-32).

A primeira década do século XXI foi largamente propícia para a participação política no Brasil, com os mandatos do governo Lula (2003 até 2011) que incrementou as políticas participativas em suas diversas expressões, como: consultascom entidades da sociedade civil para a elaboração do Plano Plurianual

[51] De acordo com a definição do Banco Mundial: “ONGs incluem uma variedade ampla de grupos e instituições que são inteiramente ou largamente independentes do governo, e caracterizadas por serem mais humanitárias ou cooperativas do que por serem comerciais e objetivas”. Ainda que o Banco Mundial aponte o caráter cooperativo, Avritzer reforça que o elemento central da definição é a independência das ONGs quanto ao governo (AVRITZER, 2009, p. 31).

(PPA)[52]; reforçou os conselhos de políticas nas áreas em que eles já existiam e criou novos conselhos em áreas sem tradição de participação; houve a realização de um conjunto de conferências[53], que ajudaram a estabelecer as prioridades dos diferentes ministérios.

As conferências nacionais[54] foram responsáveis pela criação de uma agenda nacional da sociedade civil em diversas áreas importantes de políticas públicas, que, até então, essas agendas tinham caráter locais.

O primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014) se comprometeu em manter e ampliar as políticas participativas iniciadas no governo Lula e, em 2014, instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS)[55], que tem o objetivo de aprofundar e aperfeiçoar a participação social como método de gestão, garantir instâncias permanentes de diálogo e incentivar a participação da sociedade na elaboração, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas.

Destarte, as instituições participativas que influenciaram significativamente as políticas públicas no Brasil foram os conselhos e orçamentos participativos, que são frutos da Constituição de 1988. Tais políticas apresentaram êxito também no quesito relação participação-representação, pois as cidades e estados brasileiros que aderiram a essas experiências participativas perceberam impacto positivo no que tange à continuidade das gestões por meio das reeleições de seus representantes do Poder Executivo (prefeitos e governadores), como foi o caso de Recife.

---

[52] "O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas, construindo um Brasil melhor. Por meio dele, o governo declara e organiza sua atuação, a fim de elaborar e executar políticas públicas necessárias. O Plano permite, também, que a sociedade tenha um maior controle sobre as ações concluídas pelo governo." Ver: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimento s/plano-plurianual.

[53] Até o início de 2010, foram realizadas cerca de 70 conferências nacionais correspondentes a diversas temáticas. Até o presente ano, foram realizadas três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e a quarta Conferência se encontra agendada para março de 2016.

[54] As conferências nacionais consistem em instâncias de deliberação e participação destinadas a prover diretrizes para a formulação de políticas públicas em âmbito federal. São convocadas pelo Poder Executivo por meio de seus ministérios e secretarias, organizadas tematicamente, e contam, em regra, com a participação paritária de representantes do governo e da sociedade civil. As conferências nacionais são usualmente precedidas por etapas municipais, estaduais ou regionais, e os resultados agregados das deliberações ocorridas nesses momentos são objeto de deliberação na conferência nacional, da qual participam delegados das etapas anteriores e da qual resulta um documento final contendo diretrizes para a formulação de políticas públicas na área objeto da conferência (POGREBINSCHI; SANTOS, 2011, p.261-262).

[55] Ver: http://www.secretariageral.gov.br/participacao-social/politica.

No entanto, até 2004, as experiências participativas estavam concentradas em poucos estados da região Sul (Rio Grande do Sul) e sudeste (São Paulo e Minas Gerais) apresentando o limite regional para a expansão de tais experiências no Brasil. Poucas experiências participativas haviam sido registradas no Nordeste, contudo, o estado de Pernambuco sempre teve destaque ao lado dos referidos estados quanto à presença de políticas participativas e experiências exitosas de participação.

Na próxima seção, apresentaremos alguns argumentos que explicam o destaque do estado de Pernambuco frente a outros estados da região, desmistificando a ideia do Nordeste como uma região não participativa e afirmando a tradição participativa desse estado.

2.3.1 A participação política em Pernambuco: um caso de tradição participativa no Nordeste brasileiro

Tomaremos como suporte a obra *A participação social no Nordeste*, de Leonardo Avritzer (2007), que compilou dados sobre a origem da participação, instituições participativas e mecanismos deliberativos e efeitos deliberativos e distributivos das políticas participativas em três estados na região Nordeste (Pernambuco, Ceará e Bahia), que apresentam particularidades em seus contextos políticos e culturais, mas que exibem forte relevância econômica para a região como um todo.

Além de apresentar alguns argumentos que explicam a tradição política do estado de Pernambuco (com destaque por ser o estado onde foi realizada a nossa pesquisa), tem-se o objetivo de desmistificar o contraste entre regiões participativas e não participativas presente na literatura das Ciências Sociais, no que tange aos estudos de participação política (PUTNAM, 1993).

Na região Sul, por exemplo, Paraná e Santa Catarina não apresentam tradição participativa, ao contrário do estado do Rio Grande do Sul. E no caso da região Nordeste, tida como uma região não participativa, apresenta diversas experiências pioneiras de participação ocorridas na cidade de Recife, além do surgimento de vários movimentos sociais nesse estado, como é o caso das Ligas

Camponesas e do MMTR, que têm a sua origem no sertão pernambucano – dois movimentos originados no interior do estado.

Avritzer (2005) afirma que o motivo das regiões Sul e Sudeste historicamente concentrar mais experiências participativas pode se explicar pelo misto de elementos de cultura política mais ativa com elementos da dinâmica política local, bem como pudemos perceber no estado de Pernambuco.

No caso da região Nordeste, o autor constata que é importante considerar as diferenças interna da região – tanto do ponto de vista econômico quanto político-cultural – ao invés de simplesmente caracterizá-las como uma região de tradição não participativa (AVRITZER, 2007).

Um importante fator a ser destacado na região é a cultura açucareira, que se firmou como "base de uma sociedade patriarcal sem propensão para o estabelecimento de relações mais horizontais" (ibidem, p.16), dando origem às práticas antiparticipativas que caracterizavam a região.

No caso do Ceará, não houve a monocultura da cana-de-açúcar, houve pouca escravidão, predominando, assim, o extrativismo. Tal característica econômica desse estado foi desfavorável ao desenvolvimento de uma elite ou baronato e de uma sociedade clientelista, como ocorreu na Bahia e em Pernambuco, mas, também, dificultou a sociabilidade tanto vertical como horizontal no estado cearense.

Sem negar a presença do domínio de grupos políticos oligárquicos que persistia tanto na capital, como no restante do estado, Pernambuco apresenta três fatores que foram fundamentais para a instauração do seu processo de modernização social:

> 1) a mudança da capital de Olinda para Recife em 1827, e o processo de modernização urbana pelo qual a cidade passou entre 1837 e 1865 com a construção de bondes e a integração de novos bairros para os quais irão afluir tanto os migrantes quanto os imigrantes (Levine, 1980); 2) a decadência da economia açucareira com a mudança da relação entre capital e interior; 3) o desenvolvimento de uma vida urbana mais intensa com o aumento do papel das mulheres na vida social, com a criação de clubes sociais e o desenvolvimento de uma imprensa com diversos jornais com circulação significativa (AVRITZER, 2007, p. 18).

Além dos fatores apontados acima, que foram propícios para a vida social e política da capital, a presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB), dos políticos de esquerda na região metropolitana de Recife durante os anos 1950 – época em que nascem as Ligas Camponesas, tendo como uma de suas referências o

município de Vitória de Santo Antão[56] – e do movimento sindical constrói a base política progressista da cidade de Recife. A cidade de Olinda também é uma importante referência por apresentar a presença das forças de esquerda, acompanhando o movimento participativo de Recife.

No contexto da redemocratização brasileira, Pernambuco foi o único estado da região Nordeste que cuja dinâmica participativa propiciou o acompanhamento da onda associativa que acontecia nas regiões Sul e Sudeste. Desde a década de 1950, o associativismo pernambucano estava ligado aos movimentos sociais urbanos da cidade de Recife.

Porém, foi na década de 1980 que o movimento urbano ganhou maior expressão e caráter mais ativo, quando o movimento se encontrou mais organizado, por meio das associações de bairros e com pautas definidas acerca da legalização de ocupações de áreas urbanas ociosas, sendo de suma importância o apoio de Miguel Arrais e Jarbas Vasconcelos – este se elege com forte apoio dos movimentos sociais da capital pernambucana.

Nesse contexto, comprometido com a participação democrática da sociedade civil, Jarbas Vasconcelos introduziu uma forma de orçamento participativo em Recife, antecipando a renomada experiência porto-alegrense. Assim, desde a década de 1980, Recife se destaca apresentando as primeiras experiências de políticas participativas (institucionalizadas) do Brasil.

> No governo Jarbas Vasconcelos (1993-1996), foi proposto um programa social que conjugava a descentralização das ações e do poder decisório, além da ampliação da capacidade gestora através da parceria com setores da iniciativa privada e a abertura do diálogo com setores sociais variados. Vasconcelos, prefeito no período 1986-1988 com o slogan “É povo de novo”, continuou a investir no planejamento estratégico regionalizado com participação popular ao reeditar o Programa Prefeitura nos Bairros, dessa vez sob o título de Orçamento Participativo (COELHO, 2007, p. 95).

Na medida em que Pernambuco vivenciava diversas experiências participativas, destacava-se no contexto participativo brasileiro e sustentava essa tradição, que foi iniciada na década de 1950, percebia-se um alto grau de competitividade política nos municípios do interior do estado, bem como na capital, levando à apropriação da participação de forma ampla pelo sistema político (AVRITZER, 2007; COELHO, 2007).

[56]Vitória de Santo Antão é um município do interior do estado de Pernambuco e integra a Mesorregião da Mata Pernambucana, localizando-se a 55 quilômetros a oeste da capital Recife.

O estado pernambucano ao ter sido berço de movimentos sociais urbanos, no fim da década de 1970, e de formas institucionais de participação, a partir de meados dos anos 1980, propiciou a ampliação de movimentos associativos, bem como a prática democrática no interior dessas associações, como no caso dos conselhos de saúde e da criança e do adolescente. A participação em Pernambuco se caracteriza por partir das demandas dos próprios atores sociais (AVRITZER, 2007, p. 21).

Em pesquisa sobre participação e distribuição nas políticas públicas no Nordeste, dentre outros municípios do estado do Ceará e da Bahia, Avritzer identificou os arranjos participativos locais existentes em oito municípios[57] do estado de Pernambuco.

A cidade de Recife se destaca como o município com o maior número de associações comunitárias (25 conselhos e presença de orçamento participativo), possuindo o associativismo mais forte ligado à geração de políticas públicas. Além de Recife, o município de Petrolina também apresenta forte dinâmica associativa com a presença de 22 conselhos, porém sem orçamento participativo – de acordo com os dados da pesquisa realizada no ano de 2007 (AVRITZER, 2007).

No que tange às instituições participativas referentes às mulheres, Pernambuco é o estado que apresenta o maior número de conselhos municipais da região Nordeste, com a presença do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Pernambuco e 46 (quarenta e seis) Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, abrangendo todas as microrregiões do estado. Em comparação com outros estados de regiões consideradas participativas, Pernambuco só fica atrás de Minas Gerais em números de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher – como podemos visualizar no quadro abaixo.

Quadro 3 – Número de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher por estado considerados de tradição participativa.

ESTADOS	CONSELHO ESTADUAL	CONSELHOS MUNICIPAIS
MINAS GERAIS	1	92

[57] Os municípios que foram selecionados para a amostra apresentam 100 mil ou mais habitantes. Desses oito municípios (Recife, Garanhuns, Olinda, Caruaru, Paulista, Petrolina e Camaragibe), nenhum deles integra o Território do Sertão do Pajeú, onde foi realizada a nossa pesquisa.

PERNAMBUCO[58]	1	52
RIO GRANDE DO SUL	1	45
SÃO PAULO	1	44

Fonte: A autora, 2016. Com dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Em relação às conferências, que têm sido um importante espaço político participativo para a sociedade civil, Pernambuco já realizou 4 (quatro) Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres, assim como os estados de Minas Gerais e São Paulo. Assim, Pernambuco se destaca como um estado participativo também em relação às questões das mulheres.

A capital de Pernambuco se destaca por apresentar uma relação entre a dinâmica associativa (constituída ao longo da trajetória política participativa) e a forte presença de instituições participativas. Como evidência, identificou-se a relação entre a existência de orçamento participativo e o aumento do número de instituições participativas. Esse dado se estende para os outros municípios investigados nos estados da Bahia e do Ceará, como também para o município da região metropolitana de Recife, Paulista – que é o terceiro município em quantidades de conselhos existentes e, ao contrário de Petrolina, apresenta orçamento participativo.

Corroborando com a tradição da existência dos conselhos de saúde, originados desde a Constituição de 1988, os sete municípios pernambucanos investigados, possuem conselhos efetivos nas áreas da saúde e da criança e do adolescente. Esses conselhos apresentam atividades deliberativas, paridade entre a presença da sociedade civil e do Estado, além de já terem sido presididos pela sociedade civil.

Contudo, as instituições participativas do estado de Pernambuco, sendo também a realidade de outros estados do Nordeste e de outras regiões, organizam-se a partir da legislação nacional e de regimentos específicos estaduais e municipais. Além disso, a tradição política de Pernambuco tornou as instituições participativas mais deliberativas que em outros estados, propiciando um forte controle público em seus conselhos municipais.

[58] Os dados referentes ao número de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher do estado de Pernambuco foram atualizados por meio de contato direto com a Secretaria da Mulher. De acordo com as informações disponíveis no sítio da SPM, contam apenas 47 conselhos Municipais dos Direitos da Mulher em Pernambuco, no entanto, recentemente, foram criados mais cinco Conselhos.

O breve histórico sobre a trajetória política de Pernambuco, com destaque para os movimentos urbanos, associativismo comunitário e instituições participativas – que caracterizam formas democráticas de participação local, fornece-nos elementos para entender o surgimento de outros movimentos sociais, ações coletivas e outras formas participativas nesse estado. Tais práticas permitem que o exercício da democracia não se reduza ao sistema eleitoral e possibilita que os cidadãos expressem as suas reivindicações de maneira desvinculada de partidos e políticos profissionais.

Ainda que não tenhamos dado o devido destaque para a participação das mulheres na vida social de Pernambuco nesta seção, veremos no capítulo 5 que as mulheres por nós entrevistadas possuem participação política ativa, são lideranças em suas comunidades, e das dez mulheres que participaram da pesquisa, 8 (oito) são membros de associações comunitárias, 5 (cinco) são membros de conselhos municipais e 7 (sete) são sócias dos sindicatos de trabalhadores rurais de seus municípios.

O próximo capítulo versa sobre a trajetória da participação política das mulheres no Brasil, evidenciando o contexto no qual surge o movimento feminista brasileiro, quem são essas mulheres – majoritariamente, mulheres urbanas – quais as suas demandas, quais as formas de participação adotadas e como se expressam no contexto da participação política dos dados numéricos.

3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO BRASIL: CONCEITOS-CHAVE DE DISCUSSÃO, CONQUISTAS E ENTRAVES

O presente capítulo tem o objetivo de apontar um breve histórico da participação política das mulheres no Brasil, bem como apresentar dados de como essa participação se configura nos dias atuais e quais entraves o movimento feminista ainda encontra no contexto da participação. Contudo, antes de nos direcionarmos para as questões de participação propriamente ditas, é válido explicitar a compreensão de conceitos e debates da teoria feminista que estamos partindo e que se apresentam como basilares na discussão da construção, permanência e enfrentamento das limitações acerca da participação política das mulheres.

3.1 Uma compreensão de gênero

O presente trabalho se insere na perspectiva da literatura que admite o conceito de gênero como uma categoria histórica e analítica, para pensar as desigualdades entre homens e mulheres, sobretudo, no que tange à participação política e aos papéis de gênero firmados nas esferas públicas e privadas.

O conceito de gênero se encontra consolidado na literatura das Ciências Humanas e dispensa uma extensa discussão, até mesmo porque se trata de um conceito polissêmico que questiona desde as representações do masculino e feminino, perpassando por questões de poder e submissão, até compreensões sobre performances[59].

Para as Ciências Sociais e Humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico (fêmea e macho) da espécie humana. Mulheres e homens possuem comportamentos, características e expectativas próprias de acordo com as suas inserções em contextos sociais. A maneira de ser mulher e de ser homem é determinada pelo aprendizado sociocultural dos papéis de

[59] Ver Butler, 2003.

gênero, daquilo que foi determinado socialmente como papel de mulher (feminino) e papel de homem (masculino), e não pela anatomia de seus corpos.

A construção dos gêneros se estabelece na dinâmica das relações sociais. Os seres humanos se constroem na relação um com os outros e, nesse sentido, compreende-se gênero como uma categoria relacional, conforme já afirmaram diversas teóricas (SCOTT, 1990; SAFFIOTI, 1992; FARIA, NOBRE, 1997; BOURDIEU, 2005).

A discussão de gênero nas Ciências Sociais perpassa pela problematização em torno da expectativa que a nossa sociedade (ocidental) alimenta em relação aos papéis de mulheres e homens quanto à família (ARAUJO; SCALON, 2005; SINGLY, 2007), ao trabalho (PAULILO, 2004; KERGOAT, 2009; HERRERA, 2013), à sexualidade (FOULCAUT, 1988; BUTLER, 2003); à vida social (SADER, 1988; SAFFIOTI, 2004; BOURDIEU, 2005), à política (ARAÚJO, 1998; 2011; 2012a; 2012b; PHILLIPS, 2001; FRASER, 2002a; 2009; YOUNG, 2006; PINTO, 2012; BIROLI; MIGUEL, 2012) e a outros âmbitos da vida – trata-se da organização social da relação entre os sexos.

Na maioria das sociedades, a produção social da existência atribui dois gêneros aos indivíduos, feminino ou masculino. Contudo, os gêneros como modelos de comportamentos prescritos pela cultura produzem uma desigual distribuição das responsabilidades atribuídas às mulheres e aos homens e que, muitas vezes, são impostos e cobrados independente da vontade dos indivíduos de desempenhar determinado papel. Além das responsabilidades, atividades e papéis femininos e masculinos serem distribuídos de forma desigual, os valores atribuídos às atividades consideradas “de mulheres” e às atividades consideradas “de homens” compreendem as desigualdades nas relações de gênero.

A divisão entre os sexos está presente em todo o mundo social, está incorporado tanto nos corpos, como nos *habitus* dos indivíduos que funcionam como “sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 2005, p. 17). Esses esquemas de pensamento registram como as diferenças impressas na anatomia dos seres humanos de distintos sexos legitimam as diferenças entre os gêneros, que são definidas pela cultura. Bourdieu defende que as divisões arbitrárias entre homens e mulheres, tidas como naturais, evidentes e inquestionáveis, que relacionam diretamente corpo-sexo-gênero, legitimam a dominação masculina, independentemente das relações de força.

É na divisão sexual do trabalho que se confirma que as divisões de gênero são construídas a partir de uma realidade sexuada, que legitima a dominação dos homens sobre as mulheres, uma vez que “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 2005, p. 23). Ou seja, a construção das diferenças biológicas entre os sexos coloca as mulheres sempre em referência ao homem.

É possível observar a sociedade a partir da sua organização social do trabalho e das relações sociais em diversas culturas, considerando tais diferenças que determinam relações de poder, baseadas na representação binária dos gêneros. Além do gênero, a sociedade também se organiza conforme outras dimensões, como classe, cor, etnia, geração etc. (BUTLER, 2003).

Compreendendo gênero como uma categoria de análise da vida social, ela nos auxilia entender a lógica que se constitui a estrutura da vida das mulheres, possibilitando a desnaturalização da realidade e do reconhecimento das desigualdades que se estabelecem no cotidiano, na linguagem, no trabalho, no espaço doméstico, nos espaços públicos, na comunidade e também consigo mesmo (JALIL, 2013).

> A categoria de gênero, como instrumento de análise, nos auxilia a perceber e descrever as diversas formas de opressão e desigualdade que se organizam e ganham coerência nas práticas sociais, trazendo-as para o campo do ordinário e do cultural, desnaturalizando os discursos, as práticas e percebendo que essas desigualdades não se justificam apenas pelas diferenças sexuais (JALIL, 2013, p. 42).

Dessa forma, essa categoria nos possibilita fazer uma análise do papel das mulheres nas sociedades, bem como perceber, historicamente, como as mulheres têm se colocado e têm sido “colocadas” frente aos processos sociais, políticos, culturais e econômicos, que se encontram na base da construção e formação das relações de poder a que estão submetidas.

Danièle Kergoat (1996) admite que as relações sociais se referem automaticamente às relações de poder. E é nesse sentido que utilizamos a categoria “gênero” para nos auxiliar a enxergar e questionar a naturalização dos papéis sociais que tende a invisibilizar as mulheres na história, colocando-as em posição de submissão ou, simplesmente, esquecidas perante a sua condição de sujeito de direito e de pessoa.

O gênero é capaz de criar as representações sociais do masculino e do feminino, contudo, essa construção, além de ser social, é também histórica e política. Scott (1999) afirma que as relações de gênero podem modificar-se conforme os interesses do Estado. Como exemplo, ela cita a permissão do divórcio na França, que passa a ser legalizado quando se percebe que a harmonia da família também é a harmonia do Estado, ou seja, a boa ordem familiar é o fundamento da boa ordem do Estado.

Atualmente, o Congresso Nacional brasileiro, formado por uma considerável bancada de políticos conservadores, está cada vez mais se voltando para delimitar as relações de gênero por meio de questões privadas, mas que também são políticas, como: direitos sexuais, direitos reprodutivos, definição do conceito de família, violência doméstica etc.

Gênero como uma categoria analítica lança uma luz na relação entre as relações de poder, que se concretizam na igualdade e desigualdade entre homens e mulheres, de forma que essa categoria (gênero) não é explícita nas estruturas hierárquicas que organizam a sociedade.

Nesse sentido, partimos da compreensão de gênero como delimitação metodológica para percebemos a trajetória das mulheres (urbanas e rurais) no campo político, por meio da participação e das ações coletivas. Evidenciaremos alguns percursos marcados pela desigualdade de gênero, que impulsionaram as mulheres para a auto-organização e para a necessidade de reivindicar as suas demandas específicas, além de se colocarem na sociedade como sujeitos políticos de direito, questionando as conveniências e os privilégios que o mundo político favorece aos homens e limita as mulheres.

3.2 **A separação entre as esferas pública e privada no debate da teoria feminista**

Esta seção chama atenção para a dicotomia privado/público, fundamental tanto para a teoria política, como para os estudos feministas e de gênero e, principalmente, no caso da nossa pesquisa, quando essa dicotomia é percebida nos estudos que intercruzam questões de política e gênero. Algumas autoras feministas

(PATEMAN, 1993; PEDREIRA, 1994; OKIN, 2008) têm se debruçado sobre tais questões a fim de esclarecer as ambiguidades que permeiam os conceitos de gênero, público e privado em interlocução, além de questionar as teorias liberais que desconsideram o privado em detrimento da esfera pública.

Partimos inicialmente da crítica acerca da separação entre as esferas pública e privada, na qual iniciamos o debate no capítulo 1, contrapondo a esfera pública de Habermas, que não leva em consideração as especificidades das mulheres nos diversos âmbitos da vida.

Como primeiro passo, é importante retomar, conforme fez Susan Okin (2008), os entendimentos sobre os polissêmicos conceitos de público e privado, pois é a partir da clareza dessas definições que podemos partir para a discussão acerca da deficiência na inclusão social das mulheres e sua tradicional condição de distanciamento da esfera pública.

A autora alerta que, frequentemente, na teoria política, os termos “público” e “privado” têm sido utilizados com pouca preocupação, no que tange a apresentar uma precisão acerca de sua definição, como se fossem termos que apresentam consenso no debate teórico. Por outro lado, os estudos feministas estão cada vez mais fazendo questão de explicitar as ambiguidades que essa dicotomia carrega. De acordo com Okin (2008), a primeira ambiguidade se refere à distinção entre Estado (“propriedade pública, estatal”) *versus* sociedade (“propriedade privada, pertencente a membros da sociedade, onde o Estado não tem acesso”); a segunda ambiguidade diz respeito à vida não doméstica *versus* a vida doméstica, ou seja, Estado *versus* família (OKIN, 2008, p. 306).

A autora argumenta que, nos dois casos, o Estado integra a esfera pública, mas a sociedade civil (como domínio socioeconômico intermediário, nos termos de Hegel) no primeiro momento, integra-se à esfera privada e, no segundo, à esfera pública. Confirmando, assim, que as ambiguidades dessas dicotomias se constroem dependendo do contexto em que estão sendo analisadas, reforçando a preocupação das feministas diante da clareza desses conceitos.

A definição do que pertence ao público e ao privado é relativa, contudo, o debate feminista centra a sua discussão na segunda ambiguidade, pois é a partir da divisão Estado *versus* família que se fundamenta a estrutura de gênero em nossa sociedade (OKIN, 2008).

Rousseau já formulava a divisão entre esfera pública e privada marcando exatamente os papéis sociais de gênero, a partir da naturalização das mulheres em sua associação ao papel de mãe, que define a sua dependência e invisibilidade social. Para ele, a mulher, possuindo a sua fundamental função de ser mãe, não pode atingir a imparcialidade necessária à constituição de uma vontade geral, logo, encontra-se impossibilitada de participar do contrato social (LAMOUREUX, 2009, p. 210).

Carole Pateman (1993) faz uma valorosa crítica aos teóricos do contrato e aos contratualistas. Ao dar origem à esfera pública, o contrato social estabelecia um acordo de “igualdade entre todos”, no qual as mulheres não cabiam. Na verdade, o contrato estabelece a libertação dos filhos em relação aos seus pais e se apresenta como o patriarcado moderno, legitimando a dominação sexual das mulheres.

> A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem, e a sujeição da mulher derivam do contrato original [...] A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios (PATEMAN, 1993, p. 16-17)

Dessa forma, as mulheres não participam do contrato social e, tampouco, a esfera privada foi considerada, politicamente, o contrato de casamento, e as relações de dominação não apresentam relevância política para o contrato social, ou seja, para a esfera política (PEDREIRA, 1994).

É nesse sentido que a teoria feminista se ancora em discutir e criticar a separação entre Estado x família, pois a esfera que compreende o doméstico ficou excluída das discussões políticas, tendo, assim, até mesmo nos debates atuais, a sua existência ignorada.

A teoria liberal compreende “o privado” como “uma esfera, ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial”, e “o público” referir-se a uma esfera mais acessível. Nesse sentido, a teoria liberal desenha a sua justificativa em relação à negligência diante da natureza política da família, da relevância da justiça na vida pessoal e das desigualdades de gênero (OKIN, 2008).

Já a teoria feminista nasce ligada aos preceitos liberais de dignidade humana, liberdade e igualdade. Contudo, o que tem acontecido na prática não condiz com as reivindicações revolucionárias que previam tirar as mulheres da condição de submissão, e, ao contrário, os princípios liberais têm sido poderosos mecanismos de perpetuação do patriarcado.

Na primeira “onda do feminismo”, marcada pelas reivindicações à educação e ao sufrágio, as mulheres não questionaram o papel da mulher no interior da família diante das reivindicações por direitos iguais, ao contrário, justificavam por meio de argumentos essencialistas que, como mães dos cidadãos, poderiam dar uma contribuição importante à política, poderiam tornar-se mães e esposas melhores ou, ainda, levariam a sua sensibilidade desenvolvida na esfera doméstica para a esfera pública. Assim, as feministas, chamadas de liberais (ao lutarem por condições de igualdade na esfera pública) assumiram a disposição para o acúmulo de papéis (na esfera pública e privada), sem abrir mão das atividades domésticas – que entendiam ser de sua responsabilidade – sem reclamar uma transformação ou adaptação às instituições sociais preexistentes, completamente androcêntricas, e sem preparo para atender às suas necessidades particulares.

Tais contradições sobre “a aceitação do duplo papel da mulher” se estenderam até o início da “segunda onda” do feminismo, quando foi reivindicada a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Sob o mesmo descuido, tal reivindicação e conquista se dão sem a devida problematização da divisão sexual do trabalho.

A separação em relação às “atividades de homem” e “atividades de mulher” configura na divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, pelas Ciências Sociais, de divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009).

> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2009.p. 67).

Nesse sentido, o conceito de divisão sexual do trabalho é referência para pensarmos o lugar destinado às mulheres na esfera social, que se constrói na esfera privada, condicionando as mulheres às relações de dominação e exploração a partir

das relações sociais construídas no âmbito doméstico. Os papéis sociais de gênero, que limitam as mulheres à esfera privada, também nega a sua participação na esfera pública, utilizando-se de argumentos essencialistas. Ou seja, as mulheres sendo historicamente identificadas com a natureza[60], devido à sua capacidade biológica de parir e nutrir, são responsáveis pelo trabalho reprodutivo – trabalho este menosprezado pela sociedade e sem valor monetário. Além disso, o ser feminino era ligado à ideia de subalternidade e fragilidade, que são características não compatíveis com a esfera pública.

> As culturas selecionam papéis e maneiras de ser conforme os sexos e, pelo mesmo critério, potencializam ou reprimem certos comportamentos, essas normas e papéis, com seus imperativos e interdições, são transmitidas pela família e pelas diversas instituições com as quais os indivíduos têm contato durante as suas vidas mediante o processo de socialização (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p.169).

Assim, feministas radicais reconhecem a família como a raiz da opressão da mulher e assumem que as mulheres jamais alcançariam sua independência enquanto fossem associadas ao lar, ao marido e aos filhos. Pois o acúmulo de tarefas coloca as mulheres em posição de desigualdade frente aos homens, impossibilitando a sua ascensão no mercado de trabalho, quando eles se encontram em vantagem por não assumirem as obrigações domésticas. Assim, as feministas radicais propõem a extinção da instituição familiar e o controle artificial da natalidade (FIRESTONE, 1971 apud OKIN, 2008).

As duas correntes do feminismo (liberal e radical) ganharam as suas seguidoras, mas também propiciou a formação de outros segmentos que não assumiam explicitamente nenhum dos extremos ou tentavam conciliar a família com a quebra da divisão sexual do trabalho. Fica claro que dentre os debates feministas, a dicotomia público/privado-doméstico sempre teve a família como ponto central.

A dicotomia entre as esferas pública e privada existem e devem ser evidenciadas, não é o caso de tratá-las de maneira similar, tampouco de negligenciar uma em detrimento da outra. Cabe à problematização das esferas no sentido de perceber até onde elas se alcançam, qual o limite entre elas e questionar o porquê da esfera privada estar à margem dos estudos e da prática política.

[60]Nas sociedades ocidentais, a relação da mulher com a natureza é socialmente desvalorizada e considerada de ordem inferior.

Okin (2008) argumenta que a igualdade deve se estabelecer anteriormente na esfera privada, garantindo privacidade e segurança econômica para as mulheres e crianças, sem ser separada das outras esferas da vida social e sendo tomada pela responsabilidade do Estado. Assim, ela ressalta a questão: "o quanto o pessoal é político?" como fonte de tensão para os diversos feminismos (radical, liberal, socialista[61]). E responde:

> Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de *poder*, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p. 314).

Os estudos feministas tem cumprido o papel de evidenciar as desigualdades de gênero e evidenciar que, mesmo diante de várias conquistas alcançadas pelas feministas, nos últimos quarenta anos – no âmbito da educação, trabalho, direitos sexuais e reprodutivos e políticos – elas não conquistaram a igualdade e liberdade plena. Pois às mulheres ainda são impressas as imagens de fragilidade e subalternidade e a instituição familiar ainda é negligenciada nos debates políticos, uma vez que coloca em cheque questões que atingem diretamente os homens, como a divisão sexual do trabalho e a justiça nas relações de dominação.

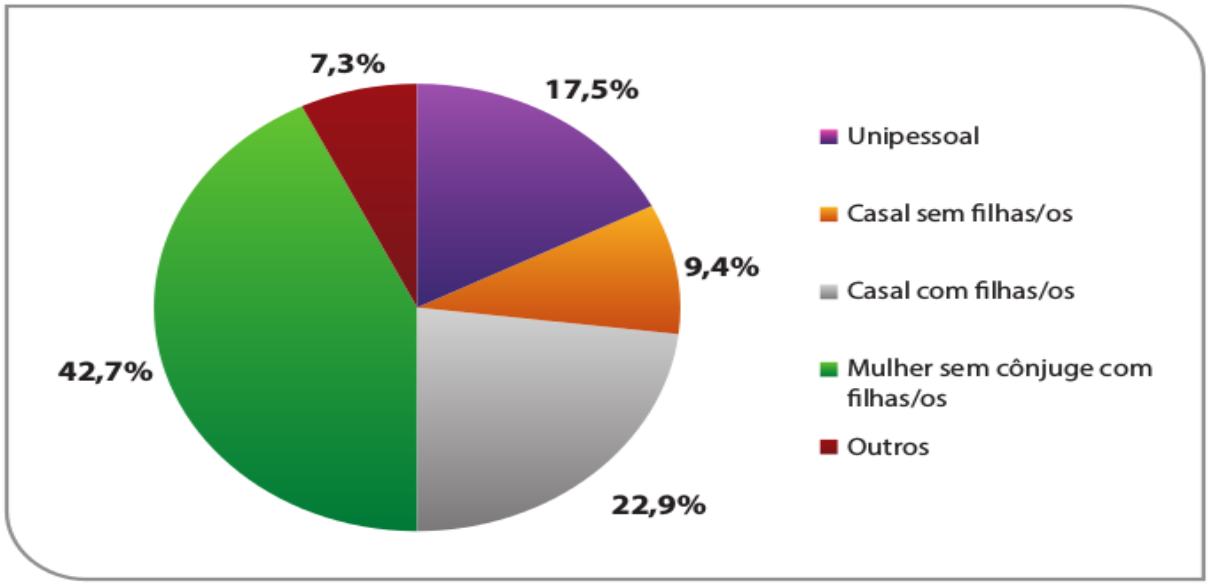
A divisão sexual do trabalho é a base da opressão, da perpetuação das desigualdades entre os sexos e da manutenção das mulheres na instituição familiar, pois a responsabilidade da manutenção da casa e a criação das/os filhas/os (trabalho reprodutivo) recai sobre as mulheres e libera os homens para cuidar das questões políticas e econômicas da vida (trabalho produtivo). Nesse sentido, a negligência do Estado por não intervir na vida privada familiar, conferindo as condições de igualdade para as mulheres adentrarem à esfera pública, garante apenas aos homens o direito de serem livres e iguais diante de outros homens.

Podemos exemplificar tais questões da divisão sexual do trabalho, que se reafirmam desde o contrato social e ainda se reproduzem claramente nos dias atuais, a partir dos dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2012), realizada em todas as regiões brasileiras. Nesse sentido, o gráfico 3

[61] Ver: FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147.

aponta que das25.093 mil famílias da amostra, 42,7% correspondem às famílias com mulheres sem cônjuge e que assumem a responsabilidade das/os filhas/os.

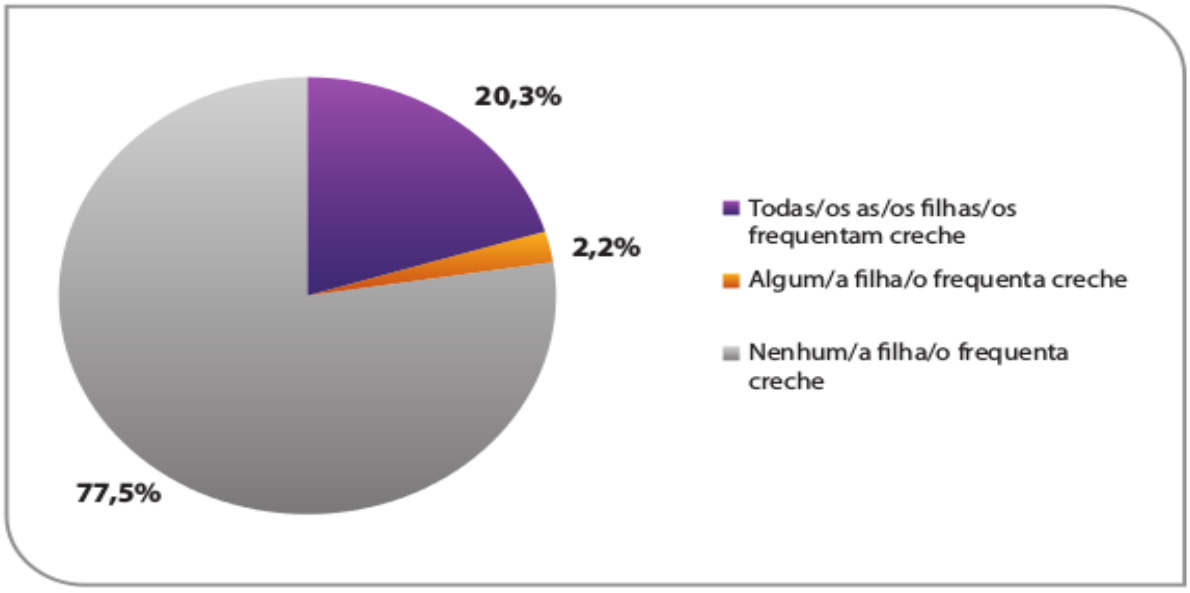
Gráfico 3 – Distribuição percentual das famílias com pessoa de referência do sexofeminino por tipo de família – Brasil – 2012.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.
Elaboração: BRASIL, 2015.

Já o gráfico seguinte denuncia que das 9.044 mil mulheres entrevistas, que estão numa faixa etária (16 anos ou mais) produtiva, podendo estar envolvidas em atividades referentes a estudo ou trabalho, 77,5% delas estão tendo tais atividades prejudicadas ou adiadas, uma vez que seus filhos (de 0 a 3 anos) não frequentam creches.

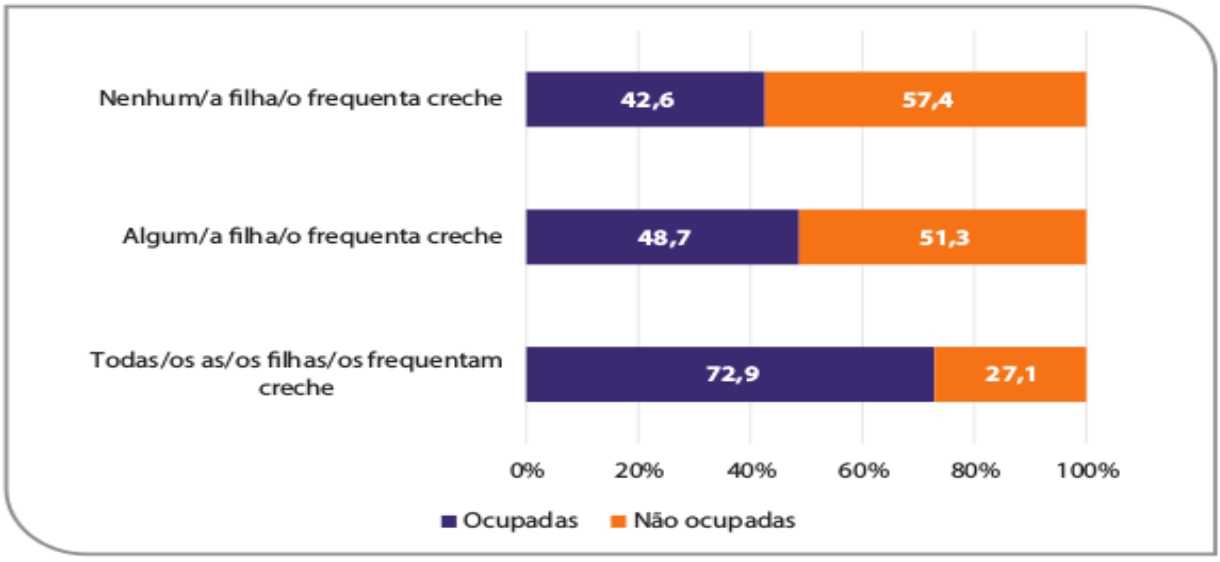
Gráfico 4 – Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade com filhas/os de 0 a 3 anos, por frequência das/os filhas/os na creche – Brasil – 2012.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.
Elaboração: BRASIL, 2015.

O gráfico 5nos mostra que das 9.044 mulheres entrevistas, daquelas que não possuem filhos (de 0 a 3 anos) frequentando creche, 57,4% encontram-se desempregadas. Por outro lado, diminui significativamente o percentual referente às mulheres que possui todos os seus filhos na creche, dessas, 27,1% encontram-se desempregadas. Percebe-se que ter todos os filhos, em seus primeiros anos de vida, frequentando creche influencia diretamente na possibilidade das mulheres conseguirem um emprego.

Gráfico 5 – Distribuição percentual de mulheres de 16 anos ou mais de idade, com filhas/os de 0 a 3 anos, por condição de ocupação no mercado de trabalho, segundo a frequência das/os filhas/os na creche – Brasil – 2012.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.
Elaboração: BRASIL, 2015.

A creche é um equipamento social que contribui para o fim da divisão sexual do trabalho, proporcionando autonomia econômica e social para as mulheres (HIRATA, 2010; MORENO, 2012). Assim, é necessária a implementação de políticas públicas de apoio e acompanhamento do trabalho reprodutivo, que possibilitem às mulheres autonomia econômica, constituindo-se como sujeitos de direito. Nesse sentido, destacamos o Estado como principal responsável pela desconstrução da concepção do lar enquanto lugar natural das mulheres e da disposição de políticas públicas que garantam não só autonomia econômica, mas também o reconhecimento do direito ao trabalho e salários justos[62] condizentes às funções executada. Nesse sentido, reforçamos que o Estado não pode se abster das problemáticas da esfera privada, que também são públicas.

[62] O mercado de trabalho discrimina as mulheres com filhos pequenos, com a justificativa de que elas são mais passíveis a faltarem ao trabalho. As mulheres são vistas prioritariamente como mães, e, por consequência disso, seus salários são menores que os dos homens. Segundo dados do estudo "Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas", realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o rendimento médio da mulher brasileira equivale a 72,3% da renda média dos homens, ou seja, o salário das mulheres permanece 28% inferior ao dos homens. Em 2011, o rendimento médio dos homens era de R$ 1.857,63 contra R$ 1.343,81 das mulheres, apesar de terem mais escolaridade.

Os dados expostos só confirmam os diferentes papéis que homens e mulheres exercem na sociedade e que o Estado deve se colocar como responsável na diminuição e extinção das desigualdades entre os sexos na esfera privada, que, como já apontamos, é a base da reprodução das relações de poder do homem sobre a mulher, em que essa relação de poder se propaga para outros âmbitos da vida, como o religioso, o mercado de trabalho, o direito, a política etc.

O espaço doméstico é muitas vezes um espaço perigoso para as mulheres, pois as relações de opressão, muitas vezes concretizadas em violência física, sexual ou psicológica, acabam sendo acobertadas pela ausência da participação estatal. Como exemplo positivo de uma importante conquista do movimento feminista brasileiro no que confere a intervenção estatal na esfera privada, foi a criação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No entanto, a Lei Maria da Penha é apenas um instrumento, e a luta feminista, assim como a teoria feminista, segue problematizando a separação entre o público e o privado; a negligência do Estado que prioriza aquilo que é público e, automaticamente, beneficia somente os homens; a divisão sexual do trabalho que concede jornada tripla de trabalho (emprego, casa e filhos e marido) às mulheres; a naturalização do papel da mulher como mãe e esposa etc. Esses são fatores que limitam, dentre outras coisas, a participação das mulheres na esfera pública, pois o confinamento histórico da mulher na esfera privada não proporcionou o desenvolvimento das aptidões e qualidades necessárias para que elas competissem em pé de igualdade com os homens[63].

A concepção de Pateman (1993) de cidadania “sexualmente diferenciada” que evidencia a igualdade civil entre os indivíduos, sem deixar de considerar as particularidades de cada gênero, ajuda-nos a fechar esse raciocínio. As pessoas possuem especificidades, e estas devem ser preservadas, não podendo o Estado assumir uma concepção unitária e generalizante dos indivíduos. Para que o Estado minimize as desvantagens causadas pelas diferenças, estas devem ser levadas em conta no momento de estabelecer leis e políticas públicas, de modo que não haja

[63] Veremos nas próximas seções que as mulheres, por não aceitarem a exclusão na esfera pública e política a qual foram submetidas, desde o século XIX, reescreveram a história por meio das suas lutas por reconhecimento e participação política (ARAÚJO, 20112). Assim, mulheres empoderadas e outras em processo de empoderamento desenvolvem ações coletivas, principalmente, mediante movimentos sociais (movimento feminista), na direção de desenvolver e fortalecer as aptidões e qualidades para que as mulheres participem cada vez mais da esfera pública com qualidade.

uma homogeneidade social que, frequentemente, desfavorece os grupos mais fragilizados socialmente.

E, atento às particularidades de cada grupo, o Estado deve fornecer mecanismos de tornar as mulheres (no caso do nosso estudo) capazes de alcançar a sua autonomia, seja no trabalho, no lar, na política, nos sistemas educacionais e onde mais elas queiram adentrar. No entanto, veremos que membros da sociedade civil, organizações não governamentais e movimentos sociais também se encarregam de formar, orientar e "empoderar" as mulheres em prol do acesso aos seus direitos, sobretudo, da participação política e social, que tem o nosso destaque.

3.3 **O poder que empodera as mulheres**

O poder é uma categoria polissêmica, que originalmente foi pensado em termos de exercício de comando, comumente articulado à ideia de política, ou melhor, de governo.

Autores clássicos como Thomas Hobbes e Max Weber já cunhavam seus entendimentos sobre poder como uma relação social, na qual há a presença de um ator que exerce a sua vontade sobre o outro, e, nesse sentido, essa definição foi adotada pelos estudos da ciência política.

No entanto, os conceitos de poder que nos interessa e que se encaixa no debate moderno e contemporâneo da vida social, compreende o poder a partir das relações sociais entre parceiros individuais e coletivos, e que vão muito além da política institucional.

Alguns autores que estudam o tema da participação e representação política em cruzamento com gênero têm resgatado o conceito de poder a fim de problematizar as suas interpretações e evidenciar como o poder aparece de maneira central diante na teoria feminista (RIOT-SARCEY, 2009; FERES JUNIOR, POGREBINSCHI, 2010; ARAÚJO, 2012, PINTO, 2012).

A definição clássica carrega um sinônimo de opressão, enquanto a definição contemporânea é também associada à ideia de emancipação (FERES JUNIOR, POGREBINSCHI, 2010). E é para essa ideia que daremos maior destaque.

> Essas novas abordagens à questão do poder tendem a leva-lo para além de seus objetos mais tradicionais, como Estado, cidadão, violência, coerção, lei e riqueza, ao incluir novas temáticas, como o uso cotidiano da linguagem, imagens e representações pictóricas, alegóricas e metafóricas, gestualidade e corporeidade e a cultura em geral (FERES JUNIOR, POGREBINSCHI, 2010, p. 161).

Hannah Arendt e Michel Foucault são dois teóricos que nos ajudam a pensar o poder em vários âmbitos das relações sociais e do cotidiano, além de pensar como o poder se materializa nas relações de desigualdades que atingem e excluem as mulheres e, ainda, como o poder pode ser percebido para dispor capacidades e agência[64], ou seja, "empoderar".

Hannah Arendt rejeita a ideia clássica de poder e entende esse conceito como uma ação coletiva que se concretiza por meio do compartilhamento das palavras e das ações por um coletivo de atores a fim de atingir um objetivo. No entanto, para a autora, à ação coletiva não cabe coerção e violência, mas sim a capacidade do poder da argumentação para se alcançar o consenso, estabelecer relações e criarem-se novas realidades.

> O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades [...] o poder passa a existir entre os homens quando agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam (Arendt, 1987, p. 212).

Arendt não é tradicionalista, porém considera que o exercício continuado do poder está ligado à existência do espaço público, em que a reunião dos indivíduos com finalidade de deliberação propicia a fundação da comunidade política. A comunicação política, que também pode decorrer em deliberação, é a própria ação política, que gera poder, manifestando a liberdade do ator social, a sua igualdade diante de seus parceiros de interação, revelando, assim, a sua identidade (FERES JUNIOR, POGREBINSCHI, 2010).

A definição de Arendt sobre poder se aproxima da teoria da ação comunicativa de Habermas (1987), ao compreender o poder como uma forma de ação coletiva que tem base na persuasão, que se ancora na habilidade da

[64] Não tomaremos o conceito de agência como central em nossa abordagem, apesar de reconhecermos a sua relevância, contudo, entendemos por agência a capacidade do sujeito de agir, entendendo a sua ação enquanto a executa. De acordo com Giddens (1989), a agência implica nas capacidades reflexivas do ator humano, que, envolvidas de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social, é capaz de agir de modo diferente.

argumentação a fim de atingir o consenso. Para a autora, esse conceito aparece no núcleo da teoria republicana da política ao evidenciar a participação dos atores sociais na esfera pública, por meio da ação comunicativa.

No caminho das percepções de Arendt, Foucault também rompe com as interpretações do poder que privilegiam o caráter belicoso ou repressivo do exercício do poder, bem como o seu caráter contratual por meio de instrumentos jurídicos ou políticos. Para ele, o poder deve ser percebido além das instâncias do Estado e de suas instituições, para que, então, perceba-se o exercício do poder nas microesferas da sociedade.

Para Foucault, o poder se estabelece nas relações sociais, não estando enraizado em uma dimensão ou esfera específica, mas sim se ramificado por toda a sociedade. Dessa forma, o poder é tido como um "modo de ação" (FOUCAULT, 1987, p. 312-3 apud RIOT-SARCEY, 2009, p.184) inerente à sociedade e que também estimula a resistência. A resistência, por sua vez, pode ser reprimida e controlada por aparatos, instituições de dominação.

No entanto, Foucault nos impulsiona a perceber o poder com sentido emancipatório e libertador, basta afastarmos o poder da ideia de repressão e lei. Para isso, deve-se perceber o poder como produtor de conhecimento, que capacita, que habilita. Ou seja, "o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder" (FOUCAULT, 2007, p. 80). Assim, o autor argumenta que o poder se encontra em mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos[65] e geradores de mais poder.

É diante dessa concepção positiva de poder que ressaltamos as ações coletivas das mulheres por meio de sua agenda voltada para o empoderamento[66] e autonomia e também para a inserção nas instâncias decisórias políticas. E é diante desses objetivos que compuseram a agenda feminista nas duas últimas décadas, que Araújo (2012) afirma que nem sempre há consensos diante da interpretação e compreensão de poder pelo movimento feminista.

Segundo a autora, o conceito de poder também apresenta contradições dentro do próprio debate do feminismo contemporâneo. Pois, por um lado, o poder aparece baseado em definições clássicas que o colocam como algo negativo, que oprime, exclui, instalando-se como uma arena de dominação – nesse caso, de

[65] Ver: FOUCAULT, 2009.
[66] O conceito de empoderamento será discutido ainda nesta seção.

homens sobre as mulheres, com destaque para o campo político, no que tange à representação, participação e deliberação, mas, por outro lado, tem-se as demandas de acesso ao poder pelas mulheres, que foram traduzidas na criação de políticas públicas, organismos e setores voltados para as demandas especificas que atendem os direitos das mulheres (ARAÚJO, 2012).

Araújo argumenta que é importante considerar as interações entre gênero, práticas institucionais e mudanças sociais, a partir das possibilidades teóricas para pensar a relação entre os “micropoderes” defendidos por Foucault, e o poder como prática institucional, que constrange, mas também habilita os sujeitos a ocuparem posições na vida social.

3.3.1 Empoderamento como mecanismo para a autonomia e participação

No entanto, faz-se necessário pontuar o debate em torno do conceito de empoderamento. Esse conceito, traduzido do termo *empowerment*, surgiu nos Estados Unidos, com os movimentos de diretos civis. Posteriormente, o conceito foi incorporado por algumas ativistas feministas, diante da discussão de gênero e desenvolvimento.

O termo empoderamento surgiu da prática para a teoria e, diante dessa prática, atrelada às ações de agências, órgãos governamentais e não governamentais que visavam ao desenvolvimento (econômico), o termo chega à academia seguindo dois caminhos distintos: por um lado, sustentam-se os discursos com ênfase no desenvolvimento e na erradicação da pobreza, e, por outro lado, um grupo de feministas se apropria do termo enfatizando a discussão de “poder” e ressaltando um caráter mais político ao termo.

Assim como o próprio conceito de poder, o conceito de empoderamento também não admite um consenso dentro da academia e, quiçá, no debate feminista. Contudo nos apoiaremos em autoras que defendem o termo evidenciando o seu propósito político contra as opressões sofridas pelas mulheres (LEÓN, 2001; DEERE; LEÓN, 2002; SARDENBERG, 2006; LISBOA, 2009).

Carmen Sardenberg (2006) defende que empoderamento é um *processo*[67] de conquista da autonomia e da autodeterminação em prol da libertação das mulheres "das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal", sendo assim, um instrumento/meio e um fim em si próprio. No entanto, a autora ressalva que o conceito de empoderamento que parte dessa perspectiva feminista não minimiza a problematização em relação à pobreza, às guerras ou à fome, porém, frisa que esse conceito tem o objetivo de destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre "nossos corpos, nossas vidas".

Nesse sentido, Deere e León (2002) definem empoderamento como um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações ou as comunidades tomam consciência de suas questões, de sua própria realidade, de seu destino, percebem a sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Dessa forma, León chama atenção para o empoderamento que emerge das ações coletivas, criticando a visão individualista que alguns autores imprimem ao termo (evidenciando conquistas e processos cognitivos individuais) e ressaltando

> as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (LEÓN, 2001, p. 97).

Na verdade, empoderamento admite um processo de mudança tanto individual como coletivo, pois esse processo se constrói de forma coletiva e atinge toda a comunidade. Destarte, Molyneux e Batliwala concordam que o conceito de empoderamento se atrela à noção de interesses estratégicos ao defender a importância da organização e mobilização das mulheres com fins estratégicos (SARDENBERG, 2006).

Batliwala combina com clareza as características acerca do empoderamento, ressaltando o seu caráter político, coletivista, assertivo, questionador, reivindicatório e identitário.

> O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe,

[67] Grifo nosso.

> casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994, p. 130 apud SARDENBERG, 2006, p. 6).

Batliwala não perde de vista o propósito do termo – questionar as relações patriarcais – e atenta que o processo de empoderamento das mulheres deve focar nas mudanças diante do controle dos homens sobre elas, sobretudo, com ênfase no âmbito doméstico (BATLIWALA, 1994 apud SARDENBERG, 2006).

O empoderamento das mulheres é um processo de consciência de sua condição de sua subordinação a uma relação opressora para a busca de liberdade e autonomia frente essa condição. Contudo, essa consciência não se dá naturalmente, afinal, tal relação de poder é construída histórica e culturalmente, na qual a subordinação é interiorizada de maneira quase natural. Nesse sentido, o processo de empoderamento ocorre a partir de fatores e, muitas vezes, a partir de pessoas externas àquela realidade (local), que irão atuar como agentes questionadoras dessa realidade opressora. Desse modo, é necessário às mulheres o convencimento do seu direito à igualdade, dignidade, participação e justiça[68].

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações de dominação dos homens sobre as mulheres, tanto na esfera pública como na esfera privada, especialmente, dentro da família. Veremos, no capítulo 5, as mudanças provocadas na vida das mulheres devido ao seu processo de empoderamento por meio da participação social e política. O contato com ativistas de ONGs feministas e com pessoas da Universidade propiciou debates e discussões em torno da condição de submissão e opressão vivenciada por nós mulheres.

As mulheres entrevistadas participam de atividades em outros municípios, tendo a possibilidade de conhecer mulheres de outros grupos e se identificarem com suas situações de opressão. Assim, o contato com outras mulheres faz com que elas se conscientizem de suas condições de subordinação, questionem-se e provoquem a mudança.

Um caso que chamou atenção dentre as mulheres entrevistadas foi o depoimento de uma delas, em um evento em Recife, quando afirmou que era a

[68] Atores da sociedade civil, ONGs, movimentos feministas e agentes governamentais atuam, sobretudo, com mulheres pobres no processo de empoderamento.

primeira que estava na capital e que estava no processo de se tornar feminista, pois ainda lhe restava 30% de machismo. Em outro momento (durante a entrevista em seu município), essa mulher confessou que já tinha apanhado do marido, que, embora a violência não tenha se repetido, ela ainda se via numa relação opressora e de submissão. Por outro lado, ela estava cada vez mais se envolvendo no grupo de mulheres, era reconhecida como liderança em sua comunidade, estava se permitindo viajar junto com as mulheres do grupo e se encontra em processo de empoderamento.

Ainda citando Batliwala, em sua defesa de que as mudanças em relação à dominação das mulheres só ocorrem mediante as ações coletivas, a autora afirma que “a sociedade só é forçada a mudar quando um grande número de mulheres está mobilizado e pressionando para a mudança” (BATLIWALA, 1994, p. 132 apud SARDENBERG, 2006, p.8). Portanto, o processo de empoderamento deve mobilizar e organizar as mulheres para a ação.

Nesse sentido, entendemos que o empoderamento está vinculado estritamente aos processos democráticos de participação social e política. O empoderamento propicia a participação das mulheres em processos de tomada de decisão, na formulação e implementação de políticas públicas, seja em nível local, regional ou nacional, bem como estimula a criação de formas inovadoras de participação e a ocupação de campos institucionais.

O processo de empoderamento garante às mulheres a saída do individual para o coletivo, por meio da participação. Contudo, no capítulo 5, iremos discutir como o processo de empoderamento age na vida das mulheres ao fazer o processo inverso, dos espaços públicos de participação para o campo privado.

3.4 **Participação das mulheres no Brasil**

3.4.1 Constituição do movimento feminista no Brasil: história, agenda política e conquistas – um breve relato

Registros da constituição da história ocidental já mostravam que as mulheres não aceitaram de forma passiva a sua condição de submissão, opressão e exclusão na sociedade. Desde a Idade Média, existem registros de mulheres que pagaram com sua própria vida a sua luta por liberdade. A construção do Estado moderno, ainda que de outras maneiras, seguiu excluindo as mulheres, negando a participação na vida social em sua condição de cidadã.

A exclusão das mulheres da vida pública se justifica na constituição do Estado moderno, que tem como base a separação das esferas pública e privada, distanciando, assim, as mulheres da política e de tudo que constitui a esfera pública. A partir dessa explícita exclusão das mulheres, começou a surgir no mundo ocidental um movimento feminino em busca do reconhecimento de sua cidadania política e pela igualdade de direitos.

No fim do século XIX, as feministas se organizaram e colocaram o sufrágio como reinvindicação primordial do movimento. Assim, inicia-se o século XX com a luta por cidadania e direitos políticos, caracterizando a “primeira onda do feminismo”. Karawejczyk (2014, p. 70) afirma que“o voto deixou de ser considerado como meramente simbólico e passou a ser visto como a chave para grandes mudanças”, pois as mulheres acreditavam que muitas das desigualdades sociais (econômicas, educacionais), as quais lhes eram submetidas, jamais seriam sanadas enquanto não tivessem direito ao voto.

O Brasil foi um dos primeiros países a aprovar a concessão do voto para as mulheres na América Latina e também foi pioneiro no debate sobre ele no Parlamento, porém o caminho percorrido pelas brasileiras para alcançar essa conquista foi longo e penoso, tendo iniciado o debate em 1927 e, somente em 1932, foi aprovado no Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2003; 2012).

Celi Pinto (2012) afirma que, ainda que se tenha alcançado o sufrágio em alguns países, o esforço da constituição de um movimento feminista, tanto na Europa, nos Estados Unidos como no Brasil, perde forças a partir da década de 1930 e retoma, com importância, na década de 1960. Nessa década, as mulheres levantaram a questão das relações de poder entre homens e mulheres, começaram a ampliar a agenda para questões além dos direitos políticos, estendendo as suas reinvindicações na esfera do público (educação, mercado de trabalho) e do privado (direitos reprodutivos) – caracterizando a “segunda onda do feminismo”.

No entanto, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o contexto propiciava o surgimento de movimentos libertários e identitários, no Brasil instaurava-se um período de repressão política, revolta e dispersão dos grupos de esquerda. Nesse período, feministas exiladas, principalmente em Paris, entraram em contato com o feminismo europeu e retornaram ainda mais entusiasmadas para fortalecer o feminismo no Brasil.

A segunda metade da década de 1970 foi permeada pela discussão acerca da pauta da luta feminista, pois havia um debate político que empenhava a polarização de posições entre a luta geral – pautada pela luta de classe – e a luta referente às questões específicas das mulheres. O debate em torno dessas ideias era polarizado pelas mulheres dos movimentos populares, de um lado, e, de outro, pelas mulheres que priorizavam os partidos políticos.

Assim, a consolidação do movimento de mulheres no Brasil acontece de maneira conflituosa, mas inicia a década de 1980 com uma diversidade de grupos de mulheres espalhados pelo país, que eram unidas pela agenda feminista: a luta pela autonomia – com relação aos homens, aos partidos políticos e ao Estado. Também é nesse contexto que as mulheres rurais se organizam e constituem o MMTR, com suas lutas iniciais com foco no reconhecimento enquanto trabalhadoras.

Com a redemocratização dos anos 1980, dá-se a propagação dos novos movimentos sociais, alterando as formas de fazer política, reivindicando ações democráticas do sistema público e político e, também, intensificando a luta por necessidades básicas e pela garantia de direitos. É nesse contexto que o movimento feminista brasileiro levanta a premissa “o pessoal é político”, na eminência de assumir a cena pública e lutar em busca de romper com as interdições sofridas pelas mulheres decorrentes da separação entre esfera pública e privada/doméstica.

As mulheres de várias regiões do país se encontravam mobilizadas e realizavam encontros nacionais e, em 1985, alcançaram, como uma das mais importantes conquistas do movimento feminista brasileiro, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), decorrente das discussões presentes do VII Encontro Nacional Feminista[69].

[69] Durante a discussão sobre a proposta da criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, houve conflito referente à polarização de ideias em torno da autonomia ou não do movimento frente ao Estado. Algumas feministas criticavam a atuação de outras companheiras em *Conselhos da Condição Feminina* presentes em alguns estados e temiam a ameaça à autonomia do movimento. “Estamos conscientes de que o sistema, através dos órgãos oficiais do Estado, reconhecendo a importância e o alcance das idéias [sic] feministas e de nossa militância e não podendo mais ignorar-

Após a criação do CNDM, lançou-se a campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, que defendia demandas feministas para a Constituinte. O Conselho se tornou um importante instrumento de mobilização dos movimentos de mulheres para a incidência no processo constitucional e na luta pela garantia de direitos e, ainda, atuou de forma direta para incluir no novo texto da Constituinte de 1988 reivindicações que modificariam a vida das mulheres (como a licença maternidade, por exemplo).

O compromissado trabalho do CNDM[70] culminou na formulação da Carta das Mulheres aos Constituintes, decorrente de um Encontro Nacional de Mulheres, que foi mobilizado pelo Conselho. Podemos dizer que a luta do movimento feminista juntamente com outros movimentos garantiu que a participação política fosse reconhecida como um direito dos cidadãos e cidadãs.

A primeira fase do CNDM teve curta duração (apenas quatro anos) e, durante a sua trajetória, articulou-se mais com os movimentos de mulheres, apoiando, estimulando e orientando a participação política das mulheres, do que com o próprio governo, o qual fazia parte – e o grande mérito do Conselho foi justamente este, ter sido parcial diante dos interesses governamentais. Ainda como mérito do CNDM, tem-se a criação de diversos conselhos nos municípios e estados brasileiros.

A Constituição de 1988 absorveu várias das reivindicações populares, tanto das feministas, quanto de outros segmentos, instituiu um conjunto importante de direitos sociais e criou condições para o exercício da participação política pela população, com a possibilidade de interferência sobre as políticas públicas por meio de plebiscitos, referendos, projetos de lei de iniciativa popular, conselhos e conferências.

Araújo ressalta que, entre as décadas de 1970 e 1980, as ações coletivas das mulheres mantiveram seu foco na temática da participação autônoma em movimentos sociais. Já na década seguinte, 1990, percebeu-se um deslocamento no tipo da ação coletiva com foco na inserção institucional. O movimento feminista sofre um processo de profissionalização por meio do surgimento de ONGs que se

---

nos, vem por isso assumindo nosso discurso ideológico. [...] Sabemos, entretanto, que é uma utopia acreditar que as idéias [sic] feministas sejam assumidas pelas entidades oficiais do Estado" (Carta de B.H., abril de 1985 apud SCHUMAHER; VARGAS, 1993, p. 354-355).

[70] Dentre as várias atividades desenvolvidas pelo CNDM, este investiu em campanhas publicitárias, organizou debates em todo o país, diversos encontros e seminários, acompanhou com proximidade o trabalho das comissões, manteve eficiente comunicação com as mulheres de todos os estados mobilizados. Como afirma Schumaher e Vargas (1993), o Conselho criou um verdadeiro *lobby* nacional, apelidado de *lobby* do batom.

direcionam a intervir junto ao Estado a fim de “aprovar medidas protetoras para as mulheres e para buscar espaços para a sua maior participação política” (PINTO, 2012, p. 274). E, ainda, acrescenta Araújo, a agenda política que esteve centrada nas temáticas relacionadas à esfera privada e o alcance de autonomia frente às relações de poder as quais estavam submetidas se direcionavam para temas relacionados à democracia, à cidadania e ao acesso das mulheres às arenas decisórias de poder no interior do Estado (ARAÚJO, 2012, p. 244).

A década de 2000 (até o presente) intensifica tal mudança de foco na agenda política feminista; diversifica as formas de participação, como a criação das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, por exemplo; amplia a relação entre movimentos feministas e Estado; incorpora feministas históricas em seus quadros governamentais e intensifica a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres. No entanto, ações coletivas de mobilização e presença nas ruas também marcaram esta década, como a Marcha das Margaridas e das Mulheres Negras que reuniram milhares de mulheres em Brasília, lutando por suas especificidades e expressando a sua diversidade.

Contudo, é necessário discutir a relação entre as novas formas de participação lançadas após a Constituição de 1988 e os novos processos de subjetividade e socialização contemporâneos, que, em muitos casos[71], retomam as reivindicações da década de 1980, como no caso das mulheres que participaram ativamente das Jornadas de Junho, reivindicando o fim da violência contra a mulher; a ampliação ao acesso à informação; melhores condições de trabalho e salários igualitários; pela liberdade sexual e reprodutiva; pela laicidade do Estado; entre outras questões de âmbitos gerais.

3.4.2 Mulheres, participação e instituições participativas

Apresentada a trajetória do movimento feminista, ainda que de forma breve, já se faz suficiente para seguirmos com a discussão sobre participação política e suas novas modalidades, apresentando dados que expressam a participação das

[71]Referimo-nos à retomada das demandas de outros movimentos sociais como: o movimento LGBT, movimento de mulheres, movimento negro, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, movimentos sindicais etc.

mulheres no Brasil em algumas instituições, nos dias atuais. Não se trata de realizar uma avaliação, aferir níveis de participação ou mesmo analisar a eficácia da participação das mulheres, bem como realizados em outros estudos (RIBEIRO, 2010; COSTA, 2003; 2009; ÁVILA; SANTOS; FERREIRA, 2006), pretende-se, aqui, combinar uma discussão teórica feminista com dados atuais que representam numérica e simbolicamente a participação das mulheres em alguns espaços políticos e apontar algumas contradições que circundam esses espaços.

A construção da política se dá com "o exercício da coisa pública associada com desprendimento para tal – ou suposta capacidade de transcender interesses e visões locais e particulares" (ARAÚJO, 2011, p. 93). Nesse caso, a política e o político, afirma Araújo, formam-se a partir de símbolos, estereótipos e dinâmicas que beneficiam o estilo de vida masculino, este voltado para a esfera pública, política, externa e desprendida das atividades da esfera privada que requer certo recolhimento e também dedicação. A autora defende que as relações sociais estão permeadas pela

> [...] *dualidade* que pauta o paradigma moderno de organização social: esfera pública e esferas privadas; o masculino como o político, o público e o para "fora"; e o feminino como o fixo, o corporificado, o pequeno (doméstico e familiar) e, o invisível (ARAÚJO, 2011, p. 93).

Diante dessa configuração histórica, que é tão arraigada e que sustenta esses valores e concepções, reforça a exclusão das mulheres dos espaços políticos, podendo ser claramente percebida e reproduzida ainda nos dias de hoje.

A exclusão das mulheres dos espaços políticos as distanciam da participação política e, sobretudo, da representação nesses espaços. A política é "feita" diante da organização da vida social, ou seja, das formas sociais que homens e mulheres organizam suas vidas em sociedade. Logo, diante da disparidade, desvantagem e desigualdade das oportunidades e condições de participação entre homens e mulheres, cabe reivindicarmos uma "justiça de gênero" (FRASER, 2007). No escopo da política, as mulheres se encontram subordinadas à cultura política que dita e cria empecilhos para que elas participem de igual para igual com os homens, pois, além dos diferentes papéis de gênero, as mulheres estão em desvantagem econômica e social.

Para Araújo (2011, p. 94), a participação política é "a forma como as práticas, discursos e ações se materializam, se organizam e se manifestam"; e a

representação política se refere “aos indivíduos e/ou coletivos que escolhemos para nos representar nesses espaços, já que a diversidade e intensidade de questões que circulam na sociedade requerem uma atividade mais permanente da prática política, e não esporádica”.

Apesar de alguns avanços na esfera pública e política, em relação à participação e à representação das mulheres nas últimas décadas, podemos perceber que os direitos conquistados não são significativos para provocarem uma transformação na disparidade da presença das mulheres em cargos de poder de instâncias políticas (ARAÚJO, 2011).

É fato que as mulheres são sub-representadas na esfera política e não exercem a sua capacidade para tal, pois faltam-lhes as condições necessárias e, consequentemente, ficam subordinadas às decisões masculinas, que, por vezes, não levam em consideração as necessidades das mulheres e as questões que estão ao seu redor, como as questões da saúde, do cuidado, luta contra o machismo institucional, contra violência doméstica e urbana, melhorias na educação primária etc., que comumente são questões de “ordem” femininas – por estar associada à vida privada e às tarefas do cuidado.

Apesar de corresponder a 57% do eleitorado brasileiro, apenas 9% das mulheres ocupam cadeiras no Congresso Nacional, deixando o Brasil na 156º posição entre 188 países, em relação ao número de representantes mulheres no Poder Legislativo.

Quadro 4– Distribuição por gênero pelas legislaturas.

Gênero	Legislaturas		
	2003 – 2007	2007 – 2011	2011 - 2015
Feminino	52	52	53
Masculino	577	584	531

Fonte: Almeida; Lüchmann, Ribeiro, 2012.

Atualmente, das 23 Comissões Permanentes do Congresso Nacional brasileiro, quatro Comissões se destacam com maior presença das mulheres[72] em

[72] A comparação neste caso é feita a partir do número de mulheres em cada Comissão Permanente e não, entre o número de mulheres e homens em cada Comissão, que obviamente, o número de homens é superior devido a sua esmagadora presença no Poder Legislativo.

comparação às demais, são elas: Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (7), Comissão de Educação (8), Comissão de Legislação Participativa (6) e Comissão de Seguridade Social e Família (10)[73]. É notável que as mulheres aparecem em maior número em comissões de temáticas referentes ao cuidado e ao doméstico (pessoas com deficiência e família), devido à sua construção cultural imersa na esfera privada, e também em comissões que refletem temas da agenda política do movimento feminista (educação e participação).

É inegável que, no último século, os mecanismos de participação ampliaram e se diversificaram, fortalecendo, assim, as premissas democráticas. No início desse século, com o movimento sufragista, alcançamos importantes avanços no que tange ao reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e uma maior abertura para a sua inserção em espaços sociais.

Os avanços da participação política das mulheres, nas últimas décadas, contaram com a importante contribuição dos movimentos de mulheres e movimentos feministas latino-americanos, que lutaram ativamente pela recuperação da democracia, que, por meio de iniciativas de negociação com governos regionais e globais, inseriram-se no debate das importantes conferências mundiais.

Duas Conferências que marcaram a trajetória de mobilização e participação efetiva do movimento de mulheres em escala global foram a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) – que aconteceu em Cairo, em 1994, quando a Plataforma de Ação da CIPD, com o apoio de 179 países, propiciou uma mudança fundamental de paradigmas ao evidenciar a defesa dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, o empoderamento e a importância da participação política das mulheres[74], que, até então, dava-se destaque para premissas mais amplas de políticas populacionais e planejamento familiar como controle demográfico – e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na

[73] Ver Apêndice B.

[74] Destaque para os seguintes trechos da Plataforma de Ação da CIPD de Cairo: o capítulo IV abandona a linguagem neutra do status da mulher, que vinha sendo utilizada desde a última Conferência, realizada em Bucareste, em favor do reconhecimento e questionamento explícito das relações desiguais de poder e recursos entre os gêneros. A Plataforma também avança na formulação e utilização do conceito de "empoderamento" das mulheres; ao mesmo tempo que cobra programas de educação dos homens com o intuito de trabalhar o comportamento mais responsável na esfera do cuidado/privado. O parágrafo 15.9 ressalta que os governos devem garantir o papel e a participação das organizações de mulheres no planejamento e implementação dos programas relativos à população e ao desenvolvimento, além do envolvimento das mulheres em todos os níveis, especialmente no nível gerencial, que é decisivo para alcançarem os objetivos e a implementação desse Programa de Ação.

cidade de Pequim (Beijing), em 1995, na qual tiveram os acordos da Conferência de Cairo assumidos e ampliados.

Vargas (2009) afirma que a opção pelas estratégias de negociação e interação com a esfera pública e política colocou os movimentos feministas no cerne das tensões históricas[75] que "sofrem" os movimentos sociais quando alcançam alguns espaços de poder "dentro das estruturas dominantes", correndo o risco de ter de assumir posições que propiciam a subordinação e a perda de identidade política de suas demandas e valores. Contudo, a autora destaca que essa tensão é ambivalente e pode ser contraditória, pois as estratégias feministas podem, por um lado, ser direcionadas às transformações que aproximam as mulheres da igualdade nos sistemas políticos democráticos e, ao mesmo tempo, pode "subverter, ampliar e radicalizar essas mesmas democracias" (VARGAS, 2009, p. 115).

A partir da década de 1990, consolidaram-se novos mecanismos de participação política no Brasil, são eles: os conselhos, as conferências e, mais tarde, os orçamentos participativos, conforme apontados no capítulo anterior.

No Brasil, entre as duas últimas décadas, foram realizadas 80 Conferências Nacionais sobre os temas: Saúde e Direitos Reprodutivos; Educação; Direitos Humanos; Juventude; Mulheres; Assistência Social; entre outros. Podemos perceber que os temas de destaque foram temas de interesse direto das mulheres, primeiro, devido ao seu papel cultural e social da construção de gênero, que as levam a ter um olhar mais empenhado para tais temáticas, e, segundo, decorrente da necessidade do debate e formulação de políticas públicas (ARAÚJO, 2011).

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) aconteceu somente em 2004 e serviu como diretriz[76] da Política Nacional para as Mulheres[77], a fim de "promover equilíbrio de poder entre homens e mulheres em termos de recursos, direitos legais, participação política e relações interpessoais" e "vislumbra

[75] Essas tensões provenientes de negociações políticas, que, por vezes, comprometem a democracia e assombram a luta dos movimentos sociais, não serão aprofundadas neste trabalho. Apenas fizemos menção à arena espinhosa na qual o movimento de mulheres e feminista está passível de adentrar ao fazer parte da esfera pública e das negociações políticas estando diante de uma estreita margem de manobra para adquirir capacidade de incidência política em políticas públicas, contudo, por outro lado, uma vez inserido, tem a possibilidade de resistir, questionar e até provocar mudanças no sistema.

[76] As diretrizes para a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foram baseadas nos dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Ver: http://www.dhnet.org.br/dados/
cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema6-aula7.pdf.

[77] Ver: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

o maior acesso e participação das mulheres nos espaços de poder como um instrumento essencial para democratizar o Estado e a sociedade"[78]. Contudo, Silva (2014) aponta que essa diretriz está longe de se efetivar de forma satisfatória, sendo necessário haver propostas para aprofundar a democracia brasileira, que possibilitem gerar condições mais igualitárias de participação para as mulheres.

Até o momento, foram realizadas três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, e a quarta Conferência tem data marcada para se realizar em março de 2016. O quadro abaixo apresenta o número de delegadas, dentre mulheres da sociedade civil (60%) e do governo (40%), de acordo com o regimento proposto em cada Conferência[79]. Podemos perceber a expressividade desse mecanismo de participação em termos numéricos e simbólicos.

QUADRO 5 – Número de delegadas por conferência nacional de políticas para as mulheres definidas em regimento interno.

CONFERÊNCIA	ANO	NÚMERO DE DELEGADAS
1ª CONFERÊNCIA	2004	1.993
2ª CONFERÊNCIA	2007	2.800
3ª CONFERÊNCIA	2011	2.781
4ª CONFERÊNCIA[80]	2016	2.862

Fonte: A autora, 2016.

Contudo, há um paradoxo em torno dessas Conferências, pois não se pode negar que se trata de mecanismos importantes e inovadores para a ampliação da participação política e que a presença das mulheres se fez de forma massiva, ampliando, assim, a participação das mesmas e a sua inserção nos espaços públicos. Porém, tal participação não ocorre de maneira efetiva e proporcional, no que tange à efetividade deliberativa de proporcionar a elaboração e execução de políticas públicas, que, de fato, transformem a sociedade e interfira na redução da desigualdade entre homens e mulheres.

[78] Ver: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema6-aula7.pdf.
[79] Ver Apêndice C.
[80] A quarta Conferência ainda não teve a sua realização, porém o seu regimento já foi divulgado, apresentando o objetivo da próxima Conferência, o seu temário, o número de delegadas e as demais informações necessárias para a sua realização.

A experiência da participação está relacionada com a construção da cidadania, com o acesso aos direitos e à democracia participativa, no entanto, a transformação nas lógicas de poder dependem da capacidade de influência dos atores sociais nos espaços públicos e deliberativos. Além disso, os espaços públicos, como espaços sociais, tendem a reproduzir as relações de poder que organizam a sociedade. Ou seja, como ressaltamos na discussão sobre a separação das esferas pública e privada, a mulher se encontra em desvantagem por não possuir condições econômicas e de tempo (devido à divisão sexual do trabalho) para participar em pé de igualdade com os homens.

Entenderemos por “efetividade” a capacidade das instituições (participativas) influenciarem, controlarem ou decidirem a respeito de determinada política. De acordo com Avritzer (2011), a efetividade deliberativa acontece em diferentes momentos ou aspectos contextuais da participação e não deve ser avaliada por uma “vitória ou derrota deliberativa” específica. Considerar outros elementos que integram os processos deliberativos da participação amplia o próprio conceito.

Para dar um exemplo sobre a dificuldade da efetividade deliberativa e a participação das mulheres, Avritzer nos lembra que a desigualdade de gênero não se modifica com a presença ou ausência das mulheres no interior das “instituições participativas”, uma vez que, apesar do aumento da presença das mulheres em conselhos, como nos conselhos de saúde, particularmente, não tem provocado avanços específicos nas políticas frente à ampliação do programa da saúde da mulher, por exemplo.

Em pesquisa sobre as relações de gênero presentes nos Conselhos Municipais de Saúde (CMS), em 13 (treze) municípios brasileiros[81], Ribeiro (2010) identifica, por meio das análises das atas de reuniões, um registro maior nas falas dos participantes do sexo masculino (66%), frente às participantes do sexo feminino (34%), apesar da composição tender para a paridade numérica. Na mesma pesquisa, a autora busca identificar quem ocupa os espaços de poder e de decisão nesses conselhos. Sem contrariar a cultura de participação e representação nos espaços públicos brasileiros, os homens compreendem a maioria dos presidentes

[81] Os conselhos municipais de saúde investigados pela autora localizam-se nos seguintes municípios: Anápolis (GO), Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Blumenau (SC), Brasília (DF), Campinas (SP), Florianópolis (SC), Juiz de Fora (MG), Montes Claros (MG), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

dos conselhos investigados (exceto em Salvador e São Paulo) e estiveram por mais tempo na presidência, durante o período investigado (2003 a 2007).

Dessa forma, percebemos que a participação política das mulheres se coloca frente a um problema mais profundo, que vai além da presença e da representação[82], mas que diz respeito às condições para participação (política, cultural e econômica) que mencionamos anteriormente.

Daremos destaque à participação das mulheres nos conselhos, que nos apresentam dados interessantes para pensarmos a sua presença numérica, o seu poder de decisão (ou não) e as relações de poder que limitam a participação, em contraposição à vontade de participar que se expressa nos números.

Os conselhos têm a finalidade de promover o diálogo entre a sociedade civil e o poder público, são instituições híbridas, uma vez que são compostas pelo Estado e pela sociedade civil, constituindo-se em canais de participação política, deliberação institucionalizada e propagação das ações do governo (AVRITZER; PEREIRA, 2005). Cunha (2007) ainda acrescenta que os conselhos são espaços institucionais inovadores por possibilitar a participação de novos atores sociais e por proporcionar a discussão de novas temáticas.

Conforme mencionado na seção anterior, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher surgiu em 1985 e teve uma duração de quatro anos. E, devido às trocas de mandatos presidenciais, foi desarticulado. Em 1995, o CNDM foi reativado sem estrutura administrativa e sem orçamento próprio e permaneceu sem muita expressão. Em 2003, com o início do Governo Lula, deu-se a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de Ministério e com o CNDM vinculado a esse órgão. Os Conselhos, em geral, necessitam de mobilização da sociedade, e as mulheres vêm se destacando cada vez mais, como lideranças ou participantes de ações coletivas, reivindicando direitos e exigindo novos espaços de participação. Assim, os Conselhos de Direitos da Mulher se disseminaram nos municípios brasileiros e, pode-se afirmar que, muitos deles são frutos dessas lutas.

> Em suma, os conselhos gestores foram conquistas dos movimentos populares e da sociedade civil organizada. Eles são um instrumento de representação da sociedade civil e política. Por lei, devem ser também um espaço de decisão. [...] é necessário desenvolver algumas condições e

[82] Não se trata de diminuir a importância da presença e da representação das mulheres nas esferas políticas, mas sim refletir a qualidade e efetividade da participação atrelada às condições que as mulheres possuem para tal atividade pública.

> articulações; é preciso dar peso político a essa representação e consequência a luta dos segmentos sociais que acreditaram e lutaram pela democratização dos espaços públicos [...] (GOHN, 2000, p. 181).

O Conselho dos Direitos da Mulher não faz parte do conjunto de conselhos Municipais de criação obrigatória. De acordo com Tatagiba (2002), os Conselhos se dividem em três tipos principais: Conselhos de Programas, Conselhos de Políticas e Conselhos Temáticos. Assim, os Conselhos dos Direitos da Mulher se encaixam no grupo dos Conselhos Temáticos e são definidos

> [...] sem vinculação imediata a um sistema ou legislação nacional, existe na esfera municipal por iniciativa local ou mesmo estímulo estadual. Em geral, associam-se a grandes movimentos e idéias [sic] ou temas gerais que, naquele Município, por força de alguma peculiaridade de perfil político social, acolhem ou enfatizam o referido tema em sua agenda [...] os formatos são muito variáveis, embora, em geral, tendam a seguir as características principais dos conselhos de políticas, ou seja, a participação de representações da sociedade e a assunção de responsabilidades públicas [...] (TATAGIBA, 2002, p. 49).

O governo Lula propiciou a expansão dos espaços institucionais de diálogo entre governo e sociedade civil, ampliando o número de conselhos estaduais e municipais de políticas públicas, que discutiam propriedades e diretrizes para inúmeras áreas de governo, especialmente no que diz respeito à política social. No que se refere aos Conselhos de Direitos da Mulher, atualmente, existem 26 Conselhos Estaduais e 467 Conselhos Municipais[83].

Com destaque para a Região Nordeste e para o estado de Pernambuco, onde realizamos a nossa pesquisa empírica, podemos visualizar que esse estado confirma a sua cultura participativa (discutida no Capítulo 1) apresentando um expressivo número de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Contudo, vale apontar que os municípios do sertão pernambucano, Mirandiba e Santa Cruz da Baixa Verde – onde estão localizados os grupos de mulheres rurais pesquisados – não apresentam Conselhos[84]. Porém, a baixa efetividade das resoluções provenientes desses espaços reduziu cada vez mais o caráter deliberativo destes.

Quadro 6 – Número de Conselhos de Direitos da Mulher por estado da região Nordeste. (continua)

[83] Ver Apêndice D.
[84] Ver Apêndice E.

Região Nordeste	Conselho Estadual	Conselhos Municipais
Pernambuco	X	52
Ceará	X	7
Rio Grande do Norte	-	2
Maranhão	X	3
Piauí	X	1
Paraíba	X	4
Alagoas	X	7
Sergipe	X	9
Bahia	X	28
Total:	**8**	**113**

(conclusão)

Fonte: A autora, 2016. Com dados da SPM.

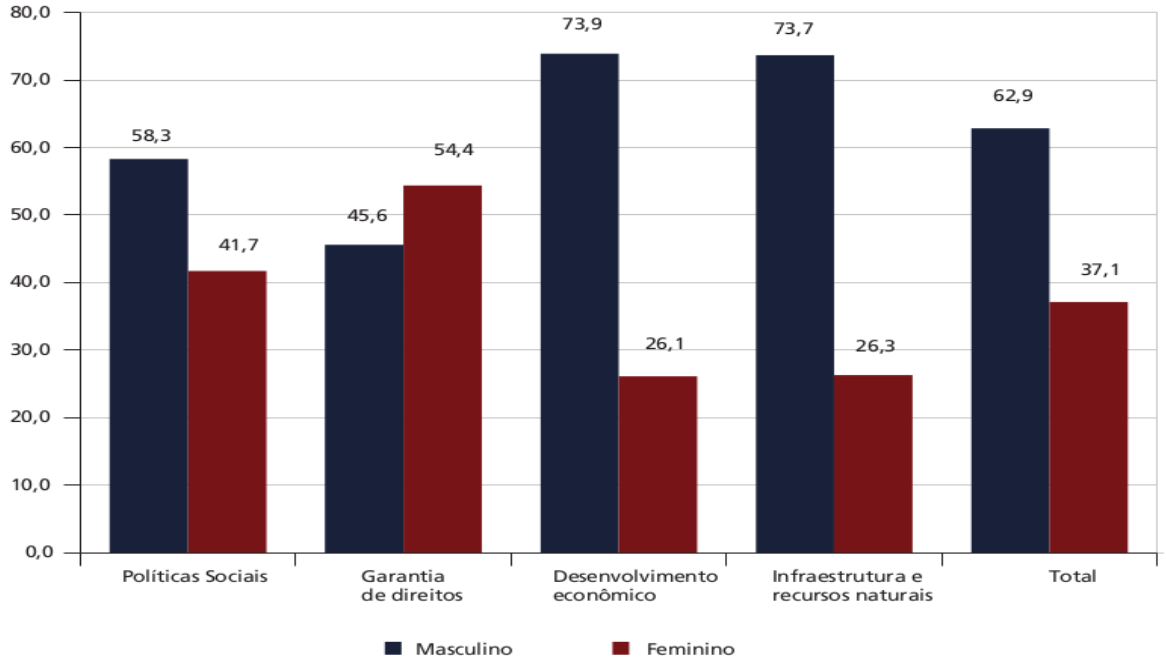
Em termos dos Conselhos Nacionais de diversas temáticas, o perfil dos participantes conforme o sexo possui uma composição predominantemente masculina, 63% de homens e 37% de mulheres (IPEA, 2013a). No entanto, esse perfil de participação em nível nacional se diferencia quando comparado às instituições participativas locais, que apresentam maior participação de mulheres, como nos orçamentos participativos, nos conselhos municipais, MST e em associações diversas da sociedade civil (CUNHA, 2007; RIBEIRO, 2010).

A maior participação das mulheres em instituições locais de participação se explica pela facilidade de conciliar as funções domésticas com as funções participativas, ao contrário dos homens, que por não assumirem as responsabilidades domésticas, permitem-se a participar de espaços que não estão necessariamente próximos ao lar. De acordo com o IPEA (2013a), quanto mais distante do nível municipal, mais se reduzem as chances de participação das mulheres.

Além disso,vale ressaltar que a proporção de mulheres e homens varia conforme a temática do Conselho. Conselhos que se referem às políticas sociais e garantia de direitos apresentam uma composição mais igualitária – de 41% a 54% de mulheres. Nos demais Conselhos, a quantidade de homens supera 70%. Assim como a presença das mulheres nas Comissões Permanentes da Câmara do Congresso Nacional, que correspondem aos temas referentes ao cuidado e às

questões de garantia de direitos; nos Conselhos, as mulheres seguem a mesma lógica, inseridas no grupo de Conselhos de políticas sociais, que abarcam as questões do cuidado e no grupo de Conselhos que reivindicam direitos aos grupos minoritários[85].

Gráfico 6 – Distribuição dos conselheiros por sexo, segundo a área temática do conselho (%).



Fonte: IPEA, 2013a, p. 20.

Além da presença das mulheres em instituições de participação política, Araújo (2011) chama atenção para a importância da presença das mulheres em outras esferas de poder, como, por exemplo, ocupando altos cargos em empresas ou em organizações de representação social e justifica que a presença das mulheres em espaços de poder garante a sua participação na tomada de importantes decisões e na implementação de ações, causando, assim, impactos sobre os outros indivíduos envolvidos simplesmente por estar lá. A autora ainda

[85] A participação das mulheres é mais acentuada no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), Conselho Nacional do Direito do Idoso (CNDI) e Conselho Nacional da Segurança Alimentar (CONSEA). Os Conselhos de garantia de direitos que apresentam maior participação feminina são: Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT (CNCD/LGBT) e Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

reconhece que a ocupação das mulheres em cargos de poder e prestígio público garante certo grau de autonomia e reconhecimento, ainda que tal posição possa ser vista com discriminação, pois, de todo modo, a presença das mulheres incomoda a sociedade que foi regida para dar destaque aos homens.

Outro ponto também ressaltado pela autora sobre as diversas vantagens da participação é que esses espaços podem funcionar, também, como oportunidades de "canais de formação potencial de ações e práticas coletivas, de lideranças e de possíveis interessados em transformar seus anseios e experiências em outras formas de participação, tais como a sindical, legislativa ou executiva" (ARAÚJO, 2011, p. 98).

O mercado de trabalho também contribuiu para a participação política das mulheres, principalmente no que tange à sindicalização. Há um crescimento da sindicalização entre as mulheres, sobretudo, em categorias tradicionalmente reconhecidas pela presença masculina, como, por exemplo, construção civil, indústria, transporte e agricultura. Segundo dados do Dieese (2009), na agricultura, ainda que haja um lento crescimento da sindicalização feminina, 68% dos trabalhadores são homens. Dos 32% representados pelas mulheres, 39% das trabalhadoras são sindicalizadas (ARAÚJO, 2011, p. 99).

Tabela 3 – Pessoas em idade ativa (15 anos ou mais de idade), por sexo, segundo a associação a sindicato em qualquer área de trabalho em 2011 e 2012.

2011			
Sexo	**n**	**Sindicalizados**	**%**
Feminino	39.104	6.493	16,60
Masculino	53.362	9.553	17,90
Total	92.466		

2012			
Sexo	**n**	**Sindicalizados**	**%**
Feminino	39.860	6.392	16,04
Masculino	54.055	9.336	17,27
Total	93.915		

Fonte: A autora, 2016. Com dados da PNAD/ 2012.

O movimento sindical tem significativa importância nas iniciativas para diminuição das desigualdades de gênero nas instâncias de participação política, pois, antes mesmo dos partidos, as centrais sindicais, desde 1980, já definiram cotas para a inserção das mulheres nesses espaços. Contudo, lembra-nos Araújo (2011), que a presença das mulheres nos principais cargos de poder dessas organizações ainda é muito incipiente, o que impede uma transformação social efetiva em termos de participação e representação política, apesar das iniciativas de diminuição das desigualdades numéricas em relação à presença de mulheres e homens.

Araújo (2011) ressalta cinco pontos importantes que traduzem, de certa forma, a posição da participação política das mulheres de acordo com a experiência democrática brasileira, sobretudo, no que tange ao contexto político atual, no qual se encontra o processo mais amplo de participação popular.

O primeiro ponto ressalta que a ampliação dos modos e instrumentos mais democráticos de participação no Brasil é recente; o segundo, em consonância com o primeiro, evidencia a criação das práticas alternativas de participação e controle popular que favorecem maior ampliação de atuação e inserção participativa de mulheres e homens, também em espaços de representação, como em conselhos, por exemplo; o terceiro ponto afirma que, apesar da crescente participação, o país ainda não alcançou uma transformação na cultura política e, comparado aos outros países da América Latina, o Brasil ainda apresenta baixos índices de participação coletiva, associativismo e sindicalização; o quarto ponto faz referência aos valores de gênero da nossa sociedade, diante de contradição na qual se encontram as mulheres, que, por um lado, atualmente, representam quase a metade da força de trabalho e são cada vez mais estimuladas a participarem da vida pública, por outro, à(s) mulher(res) ainda é comumente associado o papel de mãe e de esposa – quase de maneira “natural”; e, quinto, e não menos importante ponto, ressalta a desigualdade social no nosso país que desfavorece a participação política (ARAÚJO, 2011, p. 107-108).

Contudo, quando se trata dos espaços não representativos e eletivos, as mulheres se destacam como lideranças pela sua participação massiva nos movimentos de base territorial, nas mobilizações comunitárias e por seu comprometimento na luta por seus interesses. A literatura pesquisada demonstra

que a participação das mulheres está inserida dentro de um contexto de reprodução das desigualdades e, ainda que existam experiências participativas que propõem a ruptura desse contexto que afasta as mulheres da esfera pública e política, as mulheres alcançam postos de poder e de decisão e ainda permanecem em desvantagem, não numérica, mas de condições para a participação.

3.4.3 Alguns apontamentos sobre a representação política das mulheres segundo a teoria feminista

A representação política das mulheres não é o foco da nossa pesquisa, contudo, não podemos deixar de tocar em alguns pontos importantes que são problematizados na teoria feminista e que andam lado a lado com a temática da participação. Aliás, uma questão importante na discussão do tema mulheres e política é a participação na representação, evidenciada pela sub-representação das mulheres em espaços de poder. Como apontamos, as mulheres possuem maior incidência nos espaços não eletivos e não deliberativos, ou seja, em espaços que não a garantem poder de decisão, e, consequentemente, dificulta a transformação social, política, econômica e cultural referentes a fatores que as colocam em posição de subordinação social.

Citamos anteriormente que, a partir da década de 1990, percebeu-se um deslocamento no tipo de ação coletiva do movimento feminista se direcionando para a inserção institucional e para o debate acerca de questões relacionadas à democracia, à cidadania e ao acesso das mulheres às arenas de poder no interior do estado. E, a partir dessa década, estreitam-se os laços entre movimentos feminista e Estado, no que tange à criação de maquinários específicos a fim de incorporar as políticas públicas que buscam a igualdade de gênero (ARAÚJO, 2012b).

A discussão sobre a inserção nas arenas de decisão do Estado se relaciona com o debate sobre o poder, apresentando visões que nem sempre são convergentes dentro do movimento feminista. No entanto, o movimento passa a considerar o poder dentro de uma perspectiva relacional e positiva, pensando-o como algo que capacita, libera, habilita, ou seja, empodera. Araújo (2012b)

argumenta que tal perspectiva se apresenta decisiva para as estratégias e experiências no âmbito do poder institucional, sobretudo, no que tange à representação política e à construção de uma agenda política mais afirmativa.

Empoderar as mulheres significa criar as condições para que elas se sintam habilitadas a participar e a ocupar os espaços políticos de decisão. Nesse sentido, o poder deixa de ser visto como algo exterior às mulheres e passa a ser um instrumento de autonomia, fortalecimento e conquistas. No redirecionamento da agenda política feminista, a participação se soma à luta pela representação e se expressa no interior dos partidos políticos, dos sindicatos e na relação do movimento com as ONGs e com o Estado (ARAUJO, 2012b).

A autora afirma que a reivindicação do movimento feminista pela ampliação da presença feminina nas instituições políticas não se deu sem as devidas críticas ao próprio modelo institucional, direcionada às transformações das estruturas políticas, que se fundaram como segmentos de exclusão do gênero feminino.

Assim, a agenda política do movimento feminista no século XX se centra nas estratégias de ampliação e participação nas instâncias decisórias e na inserção nos canais partidários, como um dos caminhos para favorecer tal acesso, tendo como propósito de fazer-se presente nesses espaços, mas também questioná-los propondo transformações estruturais e novas formas democráticas de participação política.

A presença feminina nas esferas decisórias como demanda do movimento feminista toma corpo por meio das políticas de cotas e da discussão de paridade de gênero nas instâncias políticas, principalmente nos sindicatos, nos partidos e na representação legislativa.

No Brasil e em outros países da América Latina, as ações afirmativas e as políticas de cotas surgem em um contexto de crise da democracia participativa e representativa. Para Araújo (2002, p. 149), “as ações afirmativas e as cotas emergem num contexto de enfraquecimento de projetos políticos alternativos (específicos às mulheres), quando as atenções se voltam para pensar o aprimoramento da democracia representativa”.

Visando atender ao projeto hegemônico de globalização neoliberal com o intuito de recuperar e fortalecer as instituições da democracia representativa, os partidos políticos buscaram atender às demandas vigentes, inclusive, as demandas

das mulheres. Assim, as ações afirmativas e as cotas para as mulheres na política surgem no contexto das reformas políticas neoliberais (ARAÚJO, 2002).

Sem adentrar nas questões de efetividade política e do fortalecimento da democracia representativa e das políticas neoliberais, destaca-se a importância simbólica e política de tais medidas de ampliação da participação na representação das mulheres, pois coloca luz sobre o problema da sub-representação das mulheres na política institucional (ARAÚJO, 2002).

Na década de 1990, foram aprovadas duas leis sobre cotas no Brasil, a primeira, em 1995, estabeleceu 20% de vagas para mulheres em eleições ao cargo de vereador e, a segunda, em 1997, referia-se a um mínimo de 25% de vagas para cada sexo em todos os níveis de disputa legislativa. Contudo, Araújo afirma que as experiências de cotas no Brasil mostram que essas leis têm apresentado eficácia limitada. Por outro lado, além de reconhecer o efeito simbólico da legislação, a autora argumenta que a ineficácia das leis

> reforça a necessidade de se pensar o gênero na política, inclusive as possibilidades das cotas como caminho político, a partir de uma perspectiva multicausal, envolvendo, por exemplo, a influência de fatores como o contexto socioeconômico, a cultura política, o grau de organização política das mulheres e o sistema eleitoral e partidário (ARAÚJO, 2002, p. 150).

No entanto, tais propostas de minimizar as desigualdades de gênero nas esferas políticas tornam-se significativas, na medida em que propõe o rompimento da “ambivalência na relação do feminismo com o poder”, apontando para a ênfase no argumento de que as mulheres possuem direitos e querem participar dessa esfera de poder; além disso, propõe a discussão teórica e da prática política no sentido de repensar a crise do modelo de democracia representativa, refletindo acerca de quem tem acesso e como se estabelece tal acesso às arenas decisórias (ARAÚJO, 2002; 2012).

Cecília Santos (2007) defende que a presença de mulheres nos espaços de participação e de decisão não garante a sua representação e, ainda, a política de inclusão e os estudos sobre a mesma devem partir de uma abordagem quantitativa e também qualitativa. Ou seja, não se faz suficiente aumentar o número de mulheres nas instituições participativas, “é preciso repensar a ‘paridade de gênero’ para além de uma política de cotas, seja na representação seja na participação” (SANTOS, 2007, p. 244).

Varikas (1996) argumenta que a paridade não significa sinônimo de igualdade na representação democrática, sendo necessário explicitar os princípios políticos e teóricos que a sustentam. A discussão sobre paridade na política não se construiu de maneira consensual na teoria feminista. Em sua forma numérica, paridade designa a representação igual de mulheres e homens nas instituições políticas da República, parte de uma base numérica para, então, conceber uma modalidade específica de igualdade por meio da proporcionalidade demográfica com a finalidade de integrar a população – com base na dualidade sexual.

No entanto, algumas feministas (VARIKAS, 1993; FRASER, 2002; LE DOARÉ, 2009) concordam que a paridade não se constrói apenas a partir de base numérica e, como um fundamento filosófico da política, não chega a ser coerente com o princípio da universalidade, fundador da democracia. Contudo, o mesmo argumento evidencia a negação do espaço político às mulheres, por terem tido negado o status de cidadãs na origem da democracia.

Carmen Silva (2014) ainda acrescenta que a discussão sobre paridade deve adquirir uma perspectiva mais ampla e exige "radicalidade na reforma da democracia", de modo a criar condições para a alteração da correlação de forças na sociedade. A autora não deixa de considerar a importância da alteração da lei no que tange à participação e à representação política das mulheres, mediante diversos instrumentos da atual democracia brasileira e das cotas nos partidos políticos, mas afirma que também é necessário

> **criar as condições para a paridade**[86], o que inclui mudanças nas condições de vida para que elas favoreçam e efetivem a participação e, ainda, o envolvimento de todos e todas que se contrapõem à ordem para construir alterações na cultura política hegemônica (SILVA, 2014, p. 67).

A luta pela paridade política depende de transformações culturais e econômicas mais profundas no sistema político para, assim, favorecer mudanças na democracia brasileira, proporcionando uma participação crítica, ampla e acessível a toda população.

Nesse sentido, Fraser (2002c) defende a sua concepção de paridade de gênero a partir da abordagem bidimensional da justiça, ao levar em consideração a articulação entre distribuição e reconhecimento como base da justiça de gênero.

[86] Grifo nosso.

Assim, são necessárias duas condições: a) a distribuição dos recursos materiais de forma que possibilite independência e “voz” aos participantes (justiça distributiva); e b) requer que as vozes recebam o mesmo “respeito” dos “modelos institucionalizados de valores culturais” e tenham “oportunidades iguais para se alcançar estima social”, condição essa que se relaciona com as “hierarquias do status, definidas culturalmente” (Fraser, 2002, p. 67).

Para Fraser, a concepção de paridade diz respeito a uma “condição qualitativa”, e não quantitativa – referente à igualdade numérica – no sentido de compreender a paridade diante da igual capacidade de participação e representação. A autora estende a sua concepção de paridade para as mais diversas esferas da vida, como mercado de trabalho, família, instituições políticas etc. Além disso, a paridade pode ser compreendida diante de outras categorias identitárias como: sexualidade, etnicidade, religião, raça e nacionalidade, não se restringindo à categoria de gênero (FRASER, 2002c).

Santos (2007) parte da concepção de Fraser e também dos estudos sobre ações afirmativas e políticas de cotas para defender que a paridade de gênero se constitui a partir da (mínima) presença numérica de mulheres nas esferas políticas, como também, a partir do reconhecimento da condição das mulheres de acessar os mecanismos de participação em pé de igualdade com os demais atores sociais. A autora defende que

> sem uma política feminista identitária, não é possível, a meu ver, examinar essa questão numérica e garantir que as “mulheres” falem por si. Isso não significa reificar a categoria de gênero, senão tornar visível, pesquisar e corrigir a desigualdade de gênero na participação. A identidade das “mulheres”, por sua vez, pode ser pensada como uma categoria social mutável e internamente diferenciada, dependendo das circunstâncias concretas e históricas em que se inserem as necessidades e as lutas das mulheres (SANTOS, 2007, p. 245).

Santos (2007) evidencia que a paridade deve ser percebida quanto à sua qualidade e corrobora com Fraser ao considerar o aspecto intersubjetivo de justiça, que leva em consideração se é atribuído valor igual às vozes das mulheres que integram as instâncias participativas – conferindo o aspecto interno da paridade. A autora reconhece que a paridade de gênero também deve ser compreendida a partir do ponto de vista externo, que compreende em perceber se a presença das

mulheres (numericamente), associada à qualidade da participação (por meio da expressão das suas vozes), traduz a representação dos interesses das mulheres.

Os interesses expressos nos espaços de representação e participação são plurais e complexos, mesmo no que se refere aos interesses das mulheres. Santos (2007) chama atenção para a interpretação crítica a respeito dos "interesses representados", pois estes devem ser identificados conforme o contexto social, político e econômico de cada experiência de participação, pois, no próprio grupo de mulheres, existem diversas identidades que as constituem.

A autora afirma que os movimentos de mulheres, as ONGs de mulheres e outros grupos politicamente organizados com interesse na temática das mulheres podem ser identificados como atores sociais que representam os interesses das mulheres, no entanto, não devem ser considerados os únicos legítimos a defender tais interesses (SANTOS, 2007, p. 246).

Nesse sentido, a concepção bidimensional da paridade de gênero defendida por Fraser aponta para os efeitos distributivos da participação na vida das mulheres e para a desagregação da categoria "mulheres", levando em consideração as desigualdades sociais e econômicas, bem como outros eixos de hierarquização social, como raça e etnia, e de acordo com suas "perspectivas sociais" (YOUNG, 2006).

No que se refere à representação política, Butler (2003) também recorre às questões identitárias para refletir essa temática. A autora destaca que não basta atentar para o modo como as mulheres se fazem representar mais plenamente nas esferas políticas, mas perceber como as condições de reprodução do poder e da subordinação se fazem presentes nessas instituições, nas quais elas buscam legitimar-se. Dessa forma, Butler afirma que as mulheres nas instâncias de poder reconstroem na esfera pública a sua condição primeira de mulher, mas também constroem e reafirmam outras identidades a partir da saída da esfera privada – a mulher rural, a negra, a lésbica, a nordestina, a agricultora etc.

Contudo, Pinto (2012) reforça que, na esfera política, devido à sua tradição masculina, a mulher aparece primeiramente como mulher, no entanto, é onde "precisa ser menos mulher" para ser candidata eleita. Assim, defende a proposta de Butler, que afirma a necessidade de "refletir a partir de uma perspectiva feminista sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo" (BUTLER, 2003 apud PINTO, 2012, p. 283).

Diante da diversidade de interesses e identidades em questão, Pinto chama atenção para questionamentos diante da temática da representação política das mulheres e interroga:

> que mulheres queremos nos cenários políticos? Todas as mulheres, independente de classe, posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder? Ou estamos lutando para elegemos, nos parlamentos e nas posições-chaves de poder, mulheres feministas que defendam as grandes causas do movimento? (PINTO, 2012, p. 275).

A autora defende que a presença das mulheres nas arenas de poder político aponta para uma importante conquista do movimento feminista, ainda que essas mulheres não sejam feministas, pois o que está em jogo é o deslocamento da posição da mulher nas esferas da sociedade. A simples presença das mulheres não garante que elas se elejam com plataformas feministas, no entanto, há maior possibilidade das demandas direcionadas às mulheres serem discutidas nessas esferas, se garantida uma presença mais expressiva de mulheres, ainda que não sejam feministas (PINTO, 2012).

A fim de refletir sobre as questões acerca da representação política à luz da paridade de gênero, os questionamentos sobre quem e o que representam se fazem frequentes, e as pesquisas que abordam tais questões nos trazem elementos para percebermos quem são as mulheres que nos representam e como elas estão localizadas no cenário político institucional.

Conforme apresentou a seção anterior, as mulheres inseridas no poder legislativo, ou seja, as deputadas federais se fazem presentes com maior expressividade nas Comissões com temas referentes ao cuidado (pessoas com deficiência e família); à educação; e à legislação participativa. Almeida; Lüchmann e Ribeiro (2012) se voltam para a temática da representação feminina e estudam a atuação associativa e participativa das deputadas brasileiras, com o intuito de perceber onde estas mulheres estiveram inseridas, no que tange às diversas modalidades associativas de participação.

Tabela 4 – Modalidades de associativismo entre deputadas federais, por legislatura (%).

	legislaturas			
	2003-2007	2007-2011	2011-2015	agregado
religiosa	1,9	3,8	9,4	5,1
comunitária	9,6	11,5	9,4	10,2
estudantil	13,5	15,4	9,4	12,7
sindicatos	36,5	32,7	22,6	30,6
profissional	25	9,6	5,7	13,4
assistencial	5,8	5,8	3,8	5,1
organização de mulheres	13,5	13,5	17	14,6
direitos humanos	11,5	9,6	9,4	10,2
defesa de grupos	0	3,8	5,7	3,2
fiscalização de governo	1,9	0	0	0,6
n	52	52	53	157

Fonte: Almeida; Lüchmann e Ribeiro (2012).

De acordo com os dados acima, percebemos um paradoxo, pois a atuação das deputadas nas Comissões Parlamentares, que privilegiam a defesa de grupos específicos como família, criança, pessoas com deficiência, não corrobora diretamente com a sua participação nas bases associativas que destacam tais temas, como “comunitária”, “assistencial”, “direitos humanos”. Assim, conclui-se que que “o perfil de atuação parlamentar das mulheres não tem relação direta com suas bases associativas” (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO 2012, p. 247).

No entanto, frente às modalidades apresentadas na tabela acima, percebe-se maior vínculo associativo das mulheres com sindicatos, seguido das organização de mulheres e organizações profissionais, ou seja, instituições participativas convencionais, corroborando com outras pesquisas sobre modalidades de participação (RIBEIRO; BORBA, 2011). Nesse sentido, Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012, p. 247) afirmam que a participação nessas instituições convencionais se estabelece como uma “importante base social do recrutamento político no Brasil, tanto para homens como para mulheres”.

Essas discussões que pairam sobre quem representa e o que representa, principalmente quando se refere à sub-representação feminina, são temas controversos na literatura e debates políticos. Contudo, Phillips (2001) defende que a ideia pode sobreviver mesmo que não haja a presença, ou seja, pode haver defensores das questões feministas na arena política, ainda que não haja a presença de mulheres, todavia, trata-se de uma situação rara e limitada. Pinto

recorre a Phillips para embasar a sua discussão referente à representação política das mulheres.

> quando a política das ideias é tomada isolamente do que eu chamaria de política de presença, ela não dá conta adequadamente da experiência daqueles grupos sociais que, por virtude de sua raça, etnicidade, religião, gênero, têm sido excluídos do processo democrático. A inclusão política tem sido cada vez mais – eu acredito acertadamente – vista em termos, o que pode ser concretizada somente por política de presença (PHILLIPS, 1996, p. 146 apud PINTO, 2012, p. 277).

Diante dessas questões apontadas por Phillips – ideia e presença – Pinto argumenta que os seus estudos têm identificado que as mulheres que se tornam candidatas aos cargos representativos, seja no executivo ou no legislativo, sequer enfatizam a sua condição de mulher, nem mesmo para exaltar a sub-representação das mulheres na política e se lançar como novidade, e, tampouco, articulam a sua plataforma com as demandas feministas.

A presença política das mulheres em canais institucionalizados de participação não é a única forma possível para se inserir nos espaços públicos e políticos. Apresentados fatos, conquistas e impasses vivenciados pelas mulheres, em sua maioria, mulheres urbanas e de classe média, veremos, no próximo capítulo, um pouco da trajetória da luta das mulheres rurais por reconhecimento e por acesso aos espaços de participação.

Uma vez percebida a necessidade de obter voz e presença nos espaços políticos e públicos, as mulheres passam a se organizar em movimentos autônomos, que são coordenados pelas próprias mulheres. Veremos que essas experiências foram motivadas devido à inserção das mulheres em instituições políticas, como sindicatos, conselhos e associações, mas que se expandiram levando suas reivindicações para as ruas, tomando visibilidade e, principalmente, transformando suas realidades locais. Os novos instrumentos de participação política foram e possuem grande importância, mas sabemos que, ainda, nos dias atuais, deparamo-nos com a (dis)paridade de gênero e, se os instrumentos democráticos de participação alcançam algum sucesso, isso se dá em âmbito local.

4 A LUTA DAS MULHERES DO CAMPO: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Até agora tratamos da trajetória da participação política das mulheres de maneira geral, considerando os processos participativos do movimento feminista de forma mais ampla, sem levar em consideração as “perspectivas sociais” dessas mulheres. Young (2006), em sua discussão sobre representação política e grupos minoritários, retoma a sua ideia de perspectivas sociais, para referir-se às “diferentes experiências, histórias e compreensões sociais” de grupos específicos.

> Conforme suas posições sociais, as pessoas estão sintonizadas com determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas. Eventualmente estas últimas não estão posicionadas sequer de forma a ter consciência deles. A partir das suas posições sociais as pessoas têm compreensões diferenciadas dos eventos sociais e de suas consequências. Uma vez que suas posições sociais derivam parcialmente das construções que elas fazem de outras pessoas em diferentes posições, pessoas diferentemente posicionadas podem interpretar de modos diferentes o significado de ações, eventos, regras e estruturas (YOUNG, 2006, p. 162).

Nesse sentido, podemos dizer que o movimento feminista é composto por diversos grupos sociais que possuem diferentes experiências e conhecimentos derivados de suas posições na estrutura social e que também se organizam em movimentos e realizam as suas ações coletivas, motivados por suas especificidades em relação à sexualidade; à faixa etária; à etnia, à cor, à situação de domicílio etc.

Em relação à situação de domicílio (conforme caracteriza o IBGE), estamos nos referimos às mulheres rurais, e é este grupo social que ganha destaque em nossa pesquisa. Neste capítulo, temos o objetivo de apresentar a trajetória de como essas mulheres se organizaram em um dos movimentos sociais mais expressivos do país – o MMTR – qual a agenda política desse movimento, quais as demandas que motivaram o seu surgimento, quais as reivindicações mais recentes, além de destacar o surgimento de dezenas de movimentos de mulheres rurais e uma importante ação coletiva que surge na última década, a Marcha das Margaridas.

4.1 O campo da prática política: aporte teórico para o estudo da participação das mulheres do campo

No Brasil, já na primeira década do século XX, operários e operárias se organizaram[87] em torno de reivindicações por justiça social e acesso aos direitos. Tais reivindicações estavam pautadas principalmente por demandas redistributivas, ou seja, de cunho socioeconômico, como: salários dignos, mudanças nas jornadas de trabalhos e garantia de direitos trabalhistas. Nessa mesma década, registram-se as primeiras tentativas[88] de organização sindical rural (no plano legal) em prol da reforma agrária e damelhoria das condições de vida no campo (RICCI, 1992).

As primeiras experiências do movimento sindical são remetidas acima, neste momento, apenas para retomar a natureza socioeconômica das agendas políticas desse movimento que corresponde à corrente histórico-cultural (GOHN, 2009), de influência marxista, em contraponto aos *novos* movimentos sociais que levam em consideração outros aspectos, sobretudo, a importância de considerar os aspectos socioeconômicos aliados às questões identitárias, de gênero, raça, etnia, geração etc., a fim de compreender a origem das relações e ações sociais conflituosas e o processo evolutivo das sociedades por meio da luta social e busca por reconhecimento e justiça social.

Nesse sentido, retomamos com Fraser, ao considerar que o discurso da justiça social permanece "dividido entre reivindicações por redistribuição, de um lado, e por reconhecimento, de outro, observando que cada vez mais, as reivindicações por reconhecimento tendem a predominar" (FRASER, 2002a, p.8). Para a autora, a justiça social somente se estabelece a partir da díade redistribuição-reconhecimento. Dessa forma, quatro campos de conhecimento explicam a composição que integra a justiça social, são eles: o campo da filosofia moral; o campo da teoria social; o campo da teoria política e o campo da prática política.

No *campo da filosofia moral*, Fraser propõe que o conceito de justiça deve ser englobado tanto por "reivindicações defensáveis por igualdade econômica", como por "reivindicações defensáveis por reconhecimento da diferença"; no *campo da teoria social*, a autora aponta que é preciso "entender as complexas relações entre

[87] Em 1906, surgiu a Confederação Operária do Brasil (COB).
[88] No entanto, essas iniciativas de organização rural que iniciavam movimentos de resistência e de contestação às condições de trabalho sofreram cerceamento da liberdade de organização por meio de Decreto (979).

economia e cultura" a partir dos conceitos de classe e status na sociedade contemporânea; no *campo da teoria política*, Fraser propõe "imaginar um conjunto de esquemas institucionais que possa remediar tanto a má distribuição quanto a falta de reconhecimento" e, ainda, minimizar as possíveis interferências que podem surgir a partir da busca dessa díade; já no *campo da prática política*, a autora reconhece a necessidade de um "engajamento democrático" para intercalar as duas correntes (reconhecimento-redistribuição) com a proposta de aderir "o melhor das políticas de redistribuição com o melhor das políticas de reconhecimento" (FRASER, 2002a, p.9).

Portanto, é a partir do campo da prática política que identificamos a luta por participação política e por reconhecimento das mulheres do campo, ou rurais, enquanto trabalhadoras, sujeitos de direitos e sujeitos políticos.

Entenderemos *campo*(s) a partir da teoria de Bourdieu (2010), que percebe o campo como um "espaço social de relações objectivas", nas quais atores compartilham e disputam interesses comuns. Trata-se de um espaço de disputa em que a posição, o pertencimento, o conhecimento, a linguagem e a atuação dos agentes são colocados de maneira hierarquizada, ou seja, alcança melhores resultados aquele que conhece bem as regras do jogo e possui melhores condições para tal. Nesse sentido, a estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes engajados na luta.

Dentre os diferentes campos que Bourdieu cita para a construção de sua teoria, destacamos o campo político, no qual ele afirma que

> os **homens**[89] políticos, diretamente implicados no jogo, portanto diretamente interessados e percebidos como tais, são imediatamente percebidos como juízes e partes, logo, sempre suspeitos de produzirem interpretações interessadas, enviesadas e, por isso mesmo, desacreditadas. Eles ocupam posições diferentes no campo político: estão situados neste espaço pela sua filiação num partido, mas também pelo seu estatuto nesse partido, pela sua notoriedade, local ou nacional, etc. (BOURDIEU, 2010 p. 55-56).

Os espaços dos sindicatos e movimentos rurais compõem um campo político nos quais transitam forças e lutas de grupos sociais que, segundo Esmeraldo (2013), produzem uma consciência para a afirmação de um segmento rural da classe trabalhadora, mas que, também, atuam de modo unitário, com um caráter

[89] Grifo nosso.

predominantemente economicista, reafirmando seu discurso político de forma que não reconhecem a organização e o trabalho das mulheres.

A seguir, faremos uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho no meio rural, por se tratar de uma questão teórica e empírica que explica as desigualdades de gênero que mobilizam as mulheres rurais para participação, sobretudo, por não ser reconhecidas como trabalhadoras. Posteriormente, apresentaremos um breve trajeto do sindicalismo rural e da questão agrária, para, então, adentrarmos no processo de inserção das mulheres rurais na esfera política.

4.2 **A divisão sexual do trabalho no meio rural**

Conforme apontamos no capítulo anterior, a segunda onda do movimento feminista surge, na década de 1960, justamente para questionar e denunciar as relações de trabalho, a desvalorização e precarização do trabalho destinado às mulheres – com ênfase nas mulheres urbanas. E é nesse sentido que as mulheres rurais passam a se organizar, a fim de questionar e lutar pela valorização, reconhecimento e visibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, tanto no campo (na roça), mas, principalmente, no que se refere ao trabalho doméstico – aquele que comumente não é tido como trabalho, mas, sim, como uma obrigação e/ou parte do seu papel de mulher e/ou esposa.

A discutida separação entre as esferas pública e privada reforçam os sistemas de dominação e de exploração que constroem as relações sociais com base em mecanismos materiais e simbólicos, que sustentam as desigualdades entre os gêneros e, no meio rural isso não é diferente, talvez, ainda mais problemática. Pois as mulheres não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos. Elas são invisibilizadas enquanto trabalhadoras nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar, reforçando, assim, os mecanismos que alimentam as desigualdades (SILVA; PORTELLA, 2010).

Os diversos estudos sobre relações de gênero no meio rural (PAULILO, 1987; 2004; CARNEIRO, 1994; BRUMER, 2004; FARIA, 2009; SILVA; PORTELLA, 2010), principalmente, quando destacam a questão da divisão sexual do trabalho, reconhecem a invisibilidade e desvalorização do trabalho executado pelas mulheres.

É fato que, além das atividades domésticas, as mulheres rurais cuidam dos pequenos animais e de seus quintais produtivos. No entanto, como essas atividades são direcionadas, em sua maior escala, para o autoconsumo, esse trabalho não é contabilizado, uma vez que não gera recursos financeiros.

As mulheres também trabalham na roça, no entanto, é consenso entre todos esses estudos que o trabalho da mulher na produção agrícola é tido como “ajuda”, e não como trabalho. Contudo, esse trabalho (percebido como “ajuda”) possui frequência diária, logo, é associado ou confundido com as atividades domésticas.

Fora de suas atribuições definidas, o trabalho agrícola da mulher é percebido como “ajuda” e, como tal, não é remunerado e não faz dela um sujeito ativo na decisão da produção, comercialização e da aplicação do dinheiro arrecadado com a produção. Assim, percebe-se claramente as relações de poder entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, admitindo uma relação hierárquica que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou sequer compartilhada (SILVA; PORTELLA, 2010).

As atividades de produção agrícola – ainda que nos âmbitos da unidade agrícola familiar – e de participação no movimento sindical são atribuídos ao homem. Às mulheres são destinadas as atividades reprodutivas, reforçando as atividades ligadas à casa e à família, separando-as dos espaços públicos e políticos e da possibilidade de se perceberem e serem percebidas como indivíduo social e político. Esmeraldo (2012) afirma que

> No conjunto de critérios para se fazer parte de uma classe é a posição no sistema de relações de produção que define a condição de classe de um sujeito social. É, portanto, e basicamente, a relação do homem com o trabalho produtivo, econômico, como prática, que atribui ao gênero masculino uma profissão, a condição central para torná-lo o representante e integrante de um segmento de classe social. Tal propriedade de posição orienta também as condições de existência do gênero masculino e o distingue do trabalho e das condições de existência do gênero feminino. Por esses critérios a mulher não tem posição na classe social, ou seja, na classe trabalhadora rural.

A jornada cotidiana das mulheres rurais é subestimada pela sociedade que não reconhece as diversas atividades exercidas por elas, pois as mulheres rurais se envolvem no trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico. Silva e Portella apontam as características e a importância de definir esses tipos de trabalho: a) *trabalho produtivo*: aquele inserido no mercado de trabalho, que produz mercadorias, que

gera “valor” (simbólico e econômico), por exemplo, às atividades agrícolas que são voltadas para a comercialização[90]; b) *trabalho reprodutivo*: aquele que pode estar inserido no mercado de trabalho, mas que gera condições que garantam a manutenção da vida social e que não estão nas relações mercantis, como as atividades dos serviços de saúde, educação ou manutenção das áreas comuns, “este é o trabalho considerado reprodutivo em âmbito público e é claro que, na situação atual, grande parte dele é privatizado”; c) *trabalho doméstico*: aquele que tem como finalidade a manutenção da família em todos os aspectos: limpeza da casa, das roupas, preparação dos alimentos, cuidado com as crianças e idosos, a coleta de lenha e água etc. Assim, o trabalho doméstico não se limita ao espaço da casa, mas também aos arredores (às vezes nem tão perto)[91] que propiciam a matéria prima para a execução de algumas atividades domésticas (como cozinhar, que necessita da coleta de lenha e água, e lavar roupa no riacho).

Envolvidas em diversas atividades que preenchem o seu cotidiano, as mulheres rurais não convivem com a ideia da jornada de trabalho com marcação definida de tempo, ou seja, que possui um início e um fim. O trabalho das mulheres rurais articula a produção e a reprodução, admitindo um caráter de continuidade e sem definição de começo e término. Essa estrutura a qual se reproduz o trabalho das mulheres rurais, contribuem para a sua desvalorização e invisibilidade.

De acordo com os dados do IBGE (2010), 45,5% das mulheres rurais encontram-se inseridas no mercado de trabalho, contra, 72,2% de homens rurais. Pois, envolvidas em atividades domésticas, reprodutivas e de caráter produtivo na propriedade rural, que também é o seu lar, as mulheres possuem menos oportunidades de se inserir no mercado de trabalho, diferentemente dos homens, que dispendem poucas horas semanais para o trabalho doméstico, como podemos ver no quadro seguinte.

---

[90] Em outros momentos do mesmo artigo, Silva e Portella (2010) reconhecem que o trabalho produtivo não se limita às atividades que geram mercadorias para serem comercializadas. Pois é justamente o trabalho produtivo executado pelas mulheres que são invisibilizados por não gerarem retorno financeiro, já que nem sempre produzem mercadorias a serem comercializadas, mas destinadas para o autoconsumo como apontado anteriormente. E é essa visão mais ampla do trabalho produtivo das mulheres que defendemos. Em relação aos trabalhos reprodutivos e domésticos, frequentemente, na literatura, esses trabalhos são percebidos como componentes da esfera privada e nem sempre são diferenciados.

[91] Nos últimos anos, devido ao desmatamento, as mulheres estão se deslocando para lugares cada vez mais distantes para juntar um feixe de lenha, pois não é possível encontrar a quantidade de lenha necessária em suas comunidades e ao redor de suas casas. Sendo assim, as mulheres chegam a andar até 6 horas em busca de lenha (CMN, 2013).

De acordo com a PNAD (2013), as mulheres rurais em sua maioria (90,8) dedicam 26,1 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto 43,1% dos homens dedicam apenas 10,2 horas semanais para os trabalhos domésticos. Os trabalhos produtivos e reprodutivos no contexto rural são desenvolvidos tanto por homens quanto pelas mulheres, o que diferencia é a quantidade de tempo que se dispende para cada atividade, a responsabilidade e visibilidade de quem executa, que condiz e reproduz as desigualdades de gênero.

Em contrapartida, Butto et al. (2014) afirma que os relatórios das atividades desenvolvidas nos Territórios da Cidadania, entre 2009 e 2010, registraram que as mulheres trabalhavam até 17 horas por dia, iniciando sua jornada às 4horas da manhã e concluindo às 21 horas. Essa informação corrobora com as informações que obtivemos durante as oficinas do Projeto Mulheres na Caatinga, por meio da "dinâmica do relógio", que identificava cada atividade realizada pelas mulheres desde o momento que acordam até a hora que vão dormir.

Das 17 horas de trabalho, as mulheres rurais dedicam a maior parte do seu tempo às tarefas que compreendem o trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho doméstico e do cuidado (BUTTO et al, 2014). Desse modo, percebemos uma grande discrepância nos dados referentes ao registro de tempo do trabalho feminino. Ainda que a PNAD (2013) apresente dados que sugerem as desigualdades na divisão sexual do trabalho, as atividades *in loco* afirmam que essas desigualdades se estabelecem de maneira ainda mais profunda.

As pesquisas sobre o "uso social do tempo" (MOLINER, 2009; CAVALCANTI, 2010; PICANÇO, 2005) geralmente se referem ao cotidiano das mulheres urbanas, sendo possível estabelecer de forma mais delimitada o tempo empregado no trabalho reprodutivo e o tempo gasto com o trabalho produtivo. Diante das atividades cotidianas das mulheres rurais– que são frequentemente confundidas pela família e por elas próprias, dificultando as percepções sobre o que compreende o trabalho reprodutivo e o que compreende o trabalho produtivo, ambos desqualificados (por serem executados pelas mulheres) – essas pesquisas não contemplam a realidade das mulheres rurais, como pudemos perceber na discrepância dos dados da PNAD (2013) e de Butto et al. (2014). Assim, faz-se necessária a adoção de metodologias específicas que compreendam as tarefas desenvolvidas pelas mulheres rurais dentro da organização temporal diária.

Quadro 7 – Média de horas dispensadas com trabalho doméstico, por sexo e situação de domicílio – 2013.

Proporção da População de 10 anos ou mais de idade que cuida de Afazeres Domésticos, por Sexo e média de horas semanais dedicadas, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio (PNAD / IBGE, 2013)						
Localização do Domicílio	Total		Masculino		Feminino	
	Proporção (%)	Média de horas	Proporção (%)	Média de horas	Proporção (%)	Média de horas
Brasil	65,9	19,4	44,7	10,4	85,5	23,8
Urbano	65,8	19,2	45,1	10,4	84,7	23,4
Rural	65,9	20,7	43,1	10,2	90,8	26,1

Fonte: IPEA - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - PNAD / IBGE

Fonte: IPEA – Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – PNAD/IBGE, 2013.

Os dados acima, que compreendem questões da divisão sexual do trabalho, explicita uma realidade mais atual, refletida no último Censo demográfico, contudo, foram essas desigualdades que cercam a vida social no meio rural, as principais motivações da organização das mulheres em movimentos sociais. Pois aos homens faltavam-lhes direitos trabalhistas, mas a sua identidade de trabalhador rural era reconhecida, já às mulheres lhes eram negadas a identidade de trabalhadora, bem como direitos. Além de que o trabalho doméstico (até os dias atuais) sequer era reconhecido como trabalho.

Tal discussão em torno da separação entre as esferas pública e privada e, principalmente, os imperativos da divisão sexual do trabalho, contribuem para o não reconhecimento e a desvalorização do trabalho da mulher rural, além de excluí-la dos espaços de participação política. Neste sentido, tomamos estes fatores que invisibilizam as mulheres trabalhadoras rurais, como fundante para a sua mobilização, organização e participação nos espaços públicos.

4.3 **A questão agrária e o sindicalismo rural no Brasil**

A questão agrária associada à formação histórica e política do sindicalismo rural no Brasil já foi amplamente discutida nas Ciências Sociais (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1989; GRYNSZPAN, 2004, BORDALO, 2011). Registra-se inicialmente a exclusão do “homem do campo”, ou do camponês – como ficou conhecido

(posteriormente) enquanto categoria política, do pacto político, definindo, assim, o seu lugar no processo histórico. Martins (1986) chama atenção para

> A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a *sua participação nesse processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (MARTINS, 1986, p. 25).

O autor aponta que, mais do que uma exclusão no processo político, as disputas dos camponeses por representação política prolongaram a sua invisibilidade (para não dizer ausência) na história política, pois o campesinato era percebido como alheio à política nacional e, consequentemente, foi subordinado a outros setores da sociedade, que não direcionavam a devida atenção para as lutas e conflitos no campo (BORDALO, 2011; MARTINS, 1986).

No Brasil, desde o século XVI, camponeses livres ou, ainda, trabalhadores rurais escravizados se revoltaram contra a sua exploração. Os casos mais famosos são os quilombos de Palmares, no século XVII, a resistência de Canudos no século XIX e o Contestado de 1912 (WELCH, 2006). Contudo, apesar da existência dos conflitos no campo, decorrentes de movimentos organizados envolvendo milhares de pessoas, tais conflitos foram percebidos não como lutas por terras, mas como movimentos religiosos e, de acordo com Bordalo (2011), as próprias Ciências Sociais os caracterizaram como movimentos messiânicos.

Somente a partir da década de 1940, a percepção do mundo rural e de seus atores tomou outro rumo e passou a ser evidenciada a existência de uma questão agrária, tendo como sua origem o latifúndio e apresentando como solução a reforma agrária. É nesse momento que se estabelece uma coerência entre a concentração fundiária e a existência de uma “questão agrária” no país (GRYNSZPAN, 2004 apud BORDALO, 2011).

Com relação à representação do trabalhador rural, também ocorreu uma importante transformação, pois, até o momento, os grandes senhores e as elites agrárias eram os porta-vozes do mundo rural. Já os trabalhadores urbanos, desde a primeira década do século XX, estavam presentes na cena política com sindicatos e centrais e com apoio partidário do Partido comunista Brasileiro (PCB), que surge em 1922 e se propõe a representá-los.

O PCB também propõe interlocução com os trabalhadores rurais, levanta a bandeira da reforma agrária, mas não realiza nenhuma ação efetiva para o meio rural e, para algumas organizações rurais, despertava desconfianças. No entanto, com o apoio do PCB, em 1945, cria-se a Liga Camponesa, com sua primeira experiência, na Zona da Mata de Pernambuco, desenvolvendo contribuição incisiva para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação no campo.

A Liga Camponesa foi marcada por suas diversas ações coletivas (marchas, comícios, congressos) que procura reforçar a sua organização interna, como também ampliar sua base de apoio em outras cidades. “Tais ações projetaram as Ligas nacionalmente, alimentando o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária” (MEDEIROS, 1989).

Contudo, é na década de 1950 que se começa a atribuir ao “homem do campo”, um caráter político, decorrente do surgimento de organizações como as ligas e associações rurais. Em 1954, aconteceu em São Paulo a II Conferência Nacional dos Lavradores[92], um importante evento que tinha como objetivo criar uma organização nacional que reunisse as diversas organizações de trabalhadores existentes no país, a fim de superar o isolamento das lutas que se desenvolviam no campo. Essa Conferência foi bastante representativa, reunindo 303 representantes de 16 estados do país, e dentre as reivindicações por categorias estavam as mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas.

Na década de 1960, com a regulamentação da sindicalização rural[93], em 1962, que impulsionou a criação de centenas de entidades sindicais e da criação de

---

[92] “Diversos temas foram discutidos nesse encontro. Entre eles, o direito de organização em associações e sindicatos, direito de greve, reforma agrária, previdência social e reivindicações específicas das diversas categorias de trabalhadores presentes ao encontro. O exame das reivindicações por categorias, tal como agrupadas na Conferência (trabalhadores das usinas de açúcar e da lavoura canavieira; assalariados agrícolas; empreiteiros e contratistas; trabalhadores das fazendas de café; trabalhadores agrícolas e lavradores da zona sul da Bahia; arrendatários, meeiros e parceiros; posseiros, colonos de terra proprietários; **mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas** (grifo nosso); juventude rural) mostra o peso das reivindicações trabalhistas, tais como salário mínimo, extensão e aplicação de toda legislação social existente para os trabalhadores da cidade ao campo, visando obter jornada de oito horas, pagamento de horas extras, férias e descanso semanal remunerados, estabilidade no emprego, aviso prévio e indenização no caso de dispensa, seguro e previdência social. Indica também que sobressaíam as reivindicações de caráter mais imediato, tais como a baixa das taxas de arrendamento; apoio estatal à produção, através do fornecimento de insumos, concessão de títulos de propriedade aos posseiros, redução de impostos, etc” (MEDEIROS, 1989 p. 32).

[93] Welch (2006, p. 60) afirma que até o fim de 1931 existiam seis sindicatos rurais já reconhecidos pelo governo. No entanto, em 1932, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ), considerado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais (STR) (MEDEIROS, 1989, p. 27). Constituído por pequenos lavradores e cortadores de cana-de-açúcar, sua proximidade à capital nacional no Rio de Janeiro fez com que virasse um sindicato modelo.

federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o reconhecimento da mobilização e organização dos trabalhadores do campo ganhou concretude e se consolidou em leis com o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963.

A legislação que regulamenta o sindicalismo rural também proporcionou a consolidação de uma identidade de classe. Na medida em que a identidade de camponês agregava grupos dispersos, também não era bem quista pelo governo, que contribuía para a dispersão desses grupos, dificultando, assim, a organização. Logo, o termo “trabalhador rural” foi considerado mais neutro, além de evidenciar as questões trabalhistas (PALMEIRA; LEITE, 1997).

E é justamente pelo caráter político, de luta e resistência do camponês que a categoria “trabalhador rural” aparece de forma mais neutra e mais aceitável frente ao contexto político nacional, dando mais destaque para o trabalho do que para o caráter de resistência e enfrentamento que caracteriza a população do campo. Nesse período, os camponeses passaram a se reconhecer e ser reconhecidos como atores políticos inseridos na cena política e “também móvel da disputa entre grupos e partidos que buscavam apresentar-se como seus porta-vozes e legítimos representantes” (GRYNSPAN, 2007, p. 3 apud BORDALO, 2011), além de se organizarem politicamente enquanto trabalhadores.

Por outro lado, o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, fortalecia-se no final da década de 1960 e imprimia características fundamentais para o surgimento de novas formas de exploração, acumulação e dominação. No entanto, a organização dos trabalhadores rurais estava tão consolidada que a repressão não conseguiu impedir ou desmobilizar a luta em torno da questão agrária. Contudo, foi necessária uma reorganização nas estratégias políticas, devido à impossibilidade de mobilização, decorrendo em atividades de trabalho pedagógico em torno da questão da reforma agrária. Sigaud (1979) ressalta a luta por direitos trabalhistas como um fator basilar da organização dos trabalhadores e que foi fundamental para sustenta a luta sindical.

> Os sindicatos, enquanto instrumentos de reivindicação dos trabalhadores, sobreviveram à repressão. Na medida em que a oposição entre trabalhadores rurais e proprietários era um fato irreversível e que as contradições que estavam na base dos conflitos haviam se mantido inalteradas, esses Sindicatos, em pouco tempo, recuperaram sua combatividade e conseguiram retomar as lutas pelo cumprimento da

> legislação trabalhista, assegurando continuidade ao movimento do período anterior (SIGAUD, 1979, p. 13).

Durante o processo de redemocratização, surgiram novas iniciativas de organização de trabalhadores e novos sindicatos, partindo das constantes críticas da prática sindical da CONTAG decorrentes de ações de cunho assistencialista e pouco combativa frente ao Estado[94].

Também é no fim da década de 1960 que surge a Teologia da Libertação sendo base para segmentos da Igreja Católica, que abarcavam a questão agrária e não mediram esforços para dirigir fortes críticas às práticas "contaguianas" e impulsionando "oposições sindicais". De acordo com Medeiros (2005), em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra se consolidando como uma forte rede de influência no sindicalismo rural.

A influência da Igreja Católica provocou uma cisão no sindicalismo rural e ameaçou a hegemonia da Contag ao desenvolver ações coletivas efetivas e apontar críticas às práticas até então desenvolvidas. Assim, as oposições sindicais se articulam ao chamado "novo sindicalismo", já predominante nas áreas urbanas, com bandeiras de caráter nacional apontando para liberdade e autonomia sindical e eleições diretas. Esse novo direcionamento do movimento sindical rural se integra ao acirrado campo de "disputas por representação política dos trabalhadores rurais num contexto de intensificação dos conflitos no campo" (BORDALO, 2011, p. 33).

É importante contextualizar que nesse período (da redemocratização) imbuído por transformações referentes ao cenário nacional político; com a eclosão de novos movimentos sociais; conflitos no campo intensificados; a categoria "trabalhador rural" enfraquecida, sugiram alternativas externas ao movimento sindical, como o caso do MST, que apontaram para a criação de sindicatos que respondessem por categorias específicas ("empregados rurais", "fumicultores", "suinocultores" e, recentemente, "agricultores familiares") (MEDEIROS, 2005).

De acordo com Bordalo (2011), o surgimento do MST, em 1984, quebrou o monopólio da Contag, no que tange à representação dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, o MST se destaca ao desenvolver ações concretas e eficazes de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, além de tornar-se o porta-voz

[94] Ver: Medeiros (1989).

legítimo da luta pela reforma agrária, além de adotar medidas concretas de ocupações de terra, garantindo, assim, novos assentamentos.

A conjuntura da redemocratização, marcada por uma ascensão da crítica social, propiciou que as diversas iniciativas de novas configurações de luta unificassem as bandeiras de luta em prol da reforma agrária, direitos trabalhistas e pelo fim da violência no campo, mantendo como principal ameaça o latifúndio, o patronato e as empresas colonizadoras (BORDALO, 2011). Assim, cada vez mais, a estrutura sindical era criticada e vista como um instrumento de delimitação da ação política dos trabalhadores.

As recorrentes críticas ao sindicalismo rural e a defesa por novas formas de mobilização e de encaminhamentos dos conflitos, convenceu as centrais sindicais em apoiar a ocupação de terras, uma vez que havia reconhecimento que essa forma era necessária para a ocorrência das desapropriações.

Dadas às pressões dos novos atores e das novas formas de ação coletiva diante da luta em prol da questão agrária, a interlocução com poderes públicos e a conquista de assentamentos sugeriram uma reordenação da organização sindical e a necessidade de se adequar às demandas do novo contexto, embora as principais bandeiras de luta ainda sejam, atualmente, a reforma agrária, direitos trabalhistas e previdência social.

O percurso do sindicalismo rural foi tomado aqui como base do surgimento de movimentos sociais rurais e também, como veremos em seção específica, como base de formação para a organização das mulheres. Pois, assim como lembra Martins (1989), acerca da exclusão e do descrédito dos camponeses no cenário político, o processo de mobilização das mulheres rurais também foi desacreditado, sobretudo, pelas feministas urbanas, que defendiam a necessidade de mediadoras que conduzissem as mulheres rurais para o caminho da politização, duvidando da sua capacidade de mobilização devido à inserção irregular e provisória das mulheres rurais no mercado de trabalho, além de reproduzirem valores patriarcais dominantes na sociedade brasileira, sobretudo, no meio rural (BORDALO, 2011).

4.4 **A entrada das mulheres no sindicalismo rural**

A presença das mulheres no movimento sindical não é recente. Desde o início do século XX, quando se deu a origem do movimento operário (urbano) no Brasil, contou-se com a presença feminina nas históricas ações coletivas, do movimento (greves) em prol da luta por direitos trabalhistas.

Contudo, a participação das mulheres nessa época marca um período das "lutas ilusórias"[95], pois, até a década de 1970, as mulheres participavam dos sindicatos, mas não conseguiam romper com a visão patriarcal, e a discriminação das mulheres sequer era uma questão para o movimento operário.

A resistência do Movimento sindical em aceitar a presença feminina, partia do fato de impedir a sua associação, especialmente no que diz respeito aos sindicatos rurais. Com a justificativa da permissão da associação para apenas um membro da família, alegava-se que as mulheres não eram trabalhadoras rurais e dependiam de seus maridos, logo, não haveria a necessidade de associação.

Como apontamos, o sindicalismo rural adquire institucionalidade em somente 1962, e seu discurso que ressaltava as condições de trabalho no campo percebia a classe com um todo, sem valorizar o trabalho das mulheres, tampouco as suas especificidades.

No entanto, autoras (CAPPELLIN, 1989; CARNEIRO, 1994; ABREU E LIMA, 2010; BORDALO, 2011) que se debruçaram sobre o tema do sindicalismo das mulheres rurais, afirmam que as mulheres participaram do movimento sindical (rural) desde o seu início na qualidade de esposas, algumas acompanhavam seus maridos nas atividades sindicais e políticas, outras colaboravam no preenchimento das fichas de filiação dos trabalhadores. Abreu e Lima (2010) lembra o caso de Maria[96], que, em 1968, no município de Timbaúba, em Pernambuco, assumiu o sindicato, no momento em que o seu marido, que era o presidente, estava hospitalizado.

Contudo, desde a década de 1950, há registros de mulheres que já integravam cargos de decisão nos sindicatos rurais de Pernambuco (Mata, Sertão e Agreste): em 1950, Conselho fiscal (1); de 1961 a 1964, na Diretoria-Executiva (1), no Conselho fiscal (1); de 1965 a 1969, Diretoria-Executiva (2), Suplentes da Diretoria (4), suplentes do Conselho Fiscal (8). De 1970 a 1979, foram constatadas

[95]Registra-se que, até 1962, o Código Familiar condicionava a mulher sob dependência e subordinação familiar masculina, fornecendo ao homem o poder de decisão sobre a permanência ou não da mulher no emprego, caso a ausência da mulher no lar demonstrasse "prejuízo" familiar, ele poderia pedir o seu desligamento (CAPPELLIN, 1989).

[96] A autora não especifica o sobrenome de Maria.

67 mulheres dentre os cargos mencionados e, entre 1980 a 1988, foram contabilizadas 251 mulheres ocupantes de cargos nos sindicatos pernambucanos.

Duas lideranças ganharam destaque na literatura sobre as mulheres no sindicalismo rural e até hoje são lembradas como precursoras da inserção política da mulher do campo e a luta sindical contra o latifúndio, contra a exploração do trabalho, pelo acesso à terra e à educação. São elas: *Elizabeth Teixeira*, que firma sua liderança após a morte de seu marido, que era quem protagonizava os espaços sindicais em vida. Após a sua morte, em 1962, Elizabeth assumiu o compromisso com a luta e demonstrou liderança e coragem para ocupar papéis que seriam contraditórios aos papéis atribuídos às mulheres – relacionados à fragilidade, ao recato e à obediência. Elizabeth substituiu o marido como liderança da Liga Camponesa na Paraíba. E *Margarida Alves*, que iniciou sua vida sindical em 1967 e teve quatro mandatos de presidente do sindicato de Alagoa Grande/PB, nas respectivas gestões de 1973, 1976, 1979 e 1982. Margarida Alves[97]participou da fundação do CENTRU[98] (1980) e, em 1983, foi assassinada por motivações consequente de sua luta política, pois a agricultora tinha movimentado 73 ações por direitos trabalhistas de trabalhadores rurais das usinas do brejo paraibano.

Essas duas mulheres tornaram-se líderes sindicais em suas localidades, assumiram o compromisso com a luta, principalmente depois da morte de seus respectivos maridos, ainda sem priorizar as demandas específicas das mulheres (como mulher, agricultora e trabalhadora), mas, sim, levantando as pautas que eram deles, que eram gerais a todo o sindicato.

É fato que a inserção das mulheres no movimento sindical ocorre inicialmente a partir de iniciativas individuais, sobretudo, a partir do envolvimento das mulheres nas causas defendidas por seus companheiros e que, posteriormente, são assumidas para si. Diferentemente das mulheres urbanas, que tomavam conhecimento das entidades sindicais por meio de companheiros de trabalho, as mulheres rurais iniciam a sua trajetória sindical a partir da mediação de familiares, com os quais obtêm as primeiras referências da luta (CAPPELLIN, 1989).

A autora afirma que a resistência pela entrada das mulheres nos movimentos sindicais se explicava pelas seguintes razões que ameaçavam a hegemonia

[97] Seu nome representa um símbolo político e representativo das mulheres trabalhadoras rurais e intitula uma importante mobilização nacional que reúne milhares de mulheres dessa categoria em Brasília. A Marcha das Margaridas já teve cinco edições, com início em 2000, as outras edições ocorreram em 2003, 2007, 2008 e 2009, sendo 2015 a sua sexta edição.
[98] Centros de Educação e Cultura do Trabalhador Rural.

masculina: a) o questionamento da representação política (somente) dos homens, como (único) representante da família trabalhadora; b) a ampliação do processo de contestação acerca das atividades assistencialistas mantida pelas organizações sindicais; c) a aceitação das trabalhadoras como partícipes das tomadas de decisões políticas nas organizações sindicais desarticularia a visão hierárquica das lutas relativas aos conflitos nas relações de trabalho e acerca das condições da reprodução familiar (CAPPELIN, 1989, p. 256).

Assim como as mulheres urbanas, as mulheres rurais participavam de alguns espaços políticos antes da década de 1980, contudo, sem a devida visibilidade, importância, possibilidade de fala e decisão e ampla participação das mulheres. Porém, nessa década, o destaque se dá para a institucionalização dessa participação, que possibilitou às mulheres questionar as desigualdades de gênero de maneira mais ampla (abarcando as esferas públicas e privadas).

Bordalo (2011) argumenta que, devido à hierarquização das lutas, principalmente nos setores sindicais, as demandas apresentadas pelas mulheres tornaram-se "questões específicas", o que provocou a formação e consolidação de uma rede de organizações e movimentos feministas no meio rural. Ainda que as mulheres rurais tenham estabelecido uma relação de parceria com as mulheres urbanas, é inegável que, na década de 1980, período em que o movimento de mulheres rurais estava se consolidando, estas possuíam diferentes demandas de suas companheiras da cidade[99].

O trabalho irregular e sazonal da mulher rural dificultava a identificação das mulheres como trabalhadoras e as excluía dos direitos trabalhistas, até mesmo da filiação sindical – questões já mais avançadas no meio urbano. Nesse sentido, a bandeira das mulheres rurais é erguida em torno dessa reivindicação, pois tanto o Estado quanto os sindicatos rurais não reconheciam as mulheres como trabalhadoras nem como sujeitos políticos, na medida em que a situação mais comum de participação das mulheres era a condição de dependente de seus maridos ou pais e não de sócias do sindicato (ABREU E LIMA; 2010; BORDALO, 2011).

[99] As trabalhadoras urbanas, desde 1979, reivindicavam maior espaço de participação nas organizações sindicais, via criação dos Departamentos Femininos, que visavam: "1) superar o afastamento das mulheres das entidades sindicais; 2) incentivar as práticas de mobilização deste segmento; 3) reduzir o isolamento das lutas das trabalhadoras; 4) fomentar estudos e pesquisas que permitiam o acompanhamento da situação produtiva e discriminatória do trabalho feminino" (CAPPELLIN, 1989, p. 257).

Em 1979, com as greves dos canavieiros na Mata pernambucana, as mulheres começaram a frequentar as assembleias dos sindicatos e os piquetes, devido os seus baixos salários e o não cumprimento da legislação trabalhista. A partir dessas motivações, as “questões da mulher” começaram a ser discutidas nas reuniões.

Em 1982, o Polo Sindical do Sertão Central, a partir da iniciativa de Vanete Almeida, assessora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pernambuco (FETAPE), mobilizou as mulheres para participarem das Frentes de Emergência[100] da seca de 1982. A seca assolava a região, e muitos chefes de famílias precisavam deixar a sua casa para irem à busca de trabalho em outros municípios ou outros estados. Com a ausência dos maridos e em difíceis condições políticas e climáticas, as mulheres se viram na necessidade de buscar trabalho, no entanto, foram excluídas do Plano de Emergência que aceitava apenas o alistamento de homens.

Assim, Vanete Almeida, juntamente com outras mulheres, elaborou um documento denunciando a exclusão feminina das Frentes de Trabalho de Emergência do Governo, reivindicando o alistamento das mulheres, e encaminhou esses documentos para diversas entidades, como: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), CUT e Federações. A reivindicação foi atendida no mesmo ano, além de propiciar a visibilidade da organização das mulheres do Sertão Central, frente aos papéis hierarquizados entre homens e mulheres, que se reproduziam dentro do sindicato (ABREU E LIMA, 2003; 2010; JALIL, 2013).

Em 1985, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, as mulheres rurais denunciaram a discriminação que sofriam diante das condições de participação nas organizações sindicais e propuseram uma moção de apoio à sindicalização feminina. O documento[101] também foi iniciativa do Polo Sindical do Sertão Central de Pernambuco e apresentava as seguintes pautas de reivindicação: 1) ampliação da participação política das mulheres, com a importância de considerar que elas vivenciam todas as consequências das condições de vida dos trabalhadores inseridos no meio rural; 2) o reconhecimento da importância das mulheres na produção e na reprodução familiar; 3) a injustiça salarial perante as

[100] “As Frentes de Emergência eram programas executados nos períodos mais críticos das secas e consistiam em obras de pequeno e médio portes em grandes propriedades. Vale destacar que em anos anteriores, as frentes se destinavam, sobretudo, à realização de grandes obras públicas. Assim, as frentes de emergência desse período teriam ficado conhecida como a “frente dos patrões” (ABREU e LIMA, 2003).

[101] Ver Anexo 1.

mulheres, que recebiam a metade do salário do homem, para executar a mesma atividade; 4) o reconhecimento das questões específicas das mulheres em relação ao fato de parir e gestar, sem serem abordadas como questões discriminatórias para o trabalho.

Num momento em que a pauta principal versava em torno do reconhecimento como "*trabalhadora rural*" e garantia direitos trabalhistas e previdenciários (esfera pública), as questões relacionadas à esfera privada foram incorporadas lentamente ao discurso, às reflexões e às práticas das mulheres rurais.

O movimento sindical dos trabalhadores rurais não reconhecia tais diferenças e tratavam mulheres e homens a partir da identidade coletiva referente ao trabalho agrícola – trabalhador rural. Já o trabalho da mulher desenvolvido na unidade agrícola familiar não admitia valor e nem reconhecimento.

As mulheres que "se metiam" na luta política ainda tinham de lutar com o arraigado machismo que assolava o próprio espaço político, pois, nos sindicatos, o entendimento de que o espaço da mulher era no lar, com os filhos e se responsabilizando pela família, era generalizado. Além de que as demandas das mulheres eram percebidas como uma ameaça de divisão do movimento, pois entendia-se que as mulheres deveriam se organizar separadamente sem interferir nas causas gerais. As reivindicações "específicas" incomodavam o movimento sindical.

Ainda que seja percebida a dificuldade das mulheres de se estabelecerem nos espaços das centrais sindicais, não podemos desconsiderar que esses espaços serviram tanto como escola para a sua formação política inicial como para os primeiros passos em busca de seu reconhecimento profissional e da formação de um movimento social consistente, como veremos adiante.

4.5 **O movimento de mulheres (trabalhadoras) rurais**

A organização das mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, que iniciou dentro do movimento sindical, adquire uma nova fase com o surgimento de movimentos independentes, que atuam na luta da "conformação da mulher rural como 'sujeito

político' fortalecendo suas demandas e suas práticas políticas" (BORDALO, 2011, p. 60).

É nesse contexto que as mulheres se reúnem em torno da reivindicação de serem identificadas como trabalhadoras rurais, do reconhecimento de sua profissão, de constituírem-se enquanto classe a fim de produzir força política nos espaços políticos, econômicos e sociais, além de estabelecerem uma identidade.

A luta das mulheres para serem reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais não garante necessariamente mudanças estruturais nas relações entre cônjuges, do mesmo modo que a entrada da mulher no mercado de trabalho não as tornam (imediatamente) mais independentes de seus maridos e autônomas politicamente. Ainda que saibamos que a ocupação crescente das mulheres em espaços na esfera pública não deixa de ser um passo para essas mudanças estruturais na nossa sociedade machista, Paulilo afirma que, mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros. (PAULILO, 2004, p. 12).

Vimos, anteriormente, que a década de 1980 foi marcada pela ação coletiva e organização de diversos grupos identitários, movimentos sociais e setores que lutavam por direitos e liberdade de expressão em meio à redemocratização do Estado democrático. Também é nessa época, e imbuídos pelo sentimento de reivindicação referente às questões políticas e sociais, que favorece a criação do PT, em 1980, da CUT, em 1983, e do MST, em 1984.

Heredia (2006) chama atenção para o tratamento dado pelo MST às questões de gênero. A autora relata que o Congresso de fundação do movimento, em 1985, contou com a presença de 30% de mulheres e, desde então, o MST estimula a presença das mulheres nas ocupações de terras, nos acampamentos e nos espaços de participação política, evidenciando as questões de gênero em suas ações e discussões.

Pois, nesses campos políticos, as mulheres se fortaleceram e buscaram organizar-se para ter participação política efetiva e lutar por direitos trabalhistas, além de lutar pela valorização e visibilidade da sua força produtiva. E, tendo em vista a constante luta interna das mulheres por se fazer reconhecer suas reivindicações nesses espaços mistos, além de dissociar a sua participação da sua condição conjugal e familiar, surgiram os Movimentos Autônomos de Mulheres Rurais, tendo o MMTR como principal referência no Nordeste.

Assim, o MMTR surge com o objetivo de mobilizar, organizar e capacitar as mulheres rurais e camponesas em torno de lutas por acesso a direitos, ao reconhecimento destas como trabalhadoras e, sobretudo, pela participação e igualdade no acesso à terra, às políticas públicas e a serem reconhecidas como sujeitos políticos. Esse processo de luta e organização incorpora novas ações coletivas, novos movimentos e, consequentemente, novas demandas, que, com o tempo, vão ganhando outras nuances, novas formas de luta política, de organização frente às suas necessidades, questionando, sobretudo, todos os tipos de discriminação e violência sexista, visando à construção de novas relações de gênero e de uma sociedade justa e solidária.

Diante desse contexto político de redemocratização, as mulheres rurais se organizam a fim de lutar pela participação política, por meio do direito de sindicalização e por direitos trabalhistas específicos, como salário-maternidade, aposentaria, auxílio acidente de trabalho e questões da saúde da mulher, além do reconhecimento da profissão como trabalhadora rural. Ainda nessa década, foram feitas as primeiras reivindicações referentes à titulação da terra em nome do casal, ou em nome da mulher chefe de família, e o direito das mulheres solteiras ou chefes de famílias serem beneficiárias da Reforma Agrária.

As primeiras iniciativas ocorrem em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, com Centros de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), a fim de integrar estudiosos e trabalhadores com o objetivo de realizar formações política e atividades de educação popular. De acordo com Esmeraldo (2013), esse Centro promovia alfabetização de jovens e adultos, bem como cursos de formação acerca da conjuntura política. Os cursos direcionados à temática do feminismo aparecem na década de 1990 (ESMERALDO, 2013). Contudo, iniciativas da Igreja Católica do agreste e brejo da Paraíba, desde o início dos anos 1980, já desenvolviam trabalhos que visavam à organização das mulheres do campo.

Em 1981, na Paraíba, surgiu o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo, que tinha como principais objetivos a busca pelo reconhecimento de seu trabalho, a luta por direitos iguais nas relações de trabalho, bem como nas representações nos espaços políticos. No ano seguinte, no município de Serra Talhada, sertão pernambucano, surgem as primeiras atividades do que hoje é conhecido como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-Sertão Central), formado por assessoras sindicais integrantes de pastorais rurais e

mulheres rurais com o intuito de debaterem sobre as condições de existência da mulher e o reconhecimento do sindicato e de outras instituições acerca do seu trabalho produtivo.

Essa década, de fato, foi marcada pelo surgimento de inúmeras organizações de mulheres ao redor do Brasil ano a ano: em 1983, surge o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP); em 1984, o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC); em 1985, surgiram o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) e a Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/FETAGRO); em 1986, surgiram a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); em 1987, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA); e, para finalizar a década, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) e a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu surgiram em 1989 (AMQCM é o atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu- MIQCB) (BORDALO, 2011, p. 58).

O processo de surgimento dos movimentos de mulheres rurais, ao longo da década de 1980, teve influência para a formação de articulações regionais, como: a Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul (AIMTR-Sul), em 1985, e a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em 1995.

Após nove encontros realizados entre 1986 e 1995, a fim de mobilizar as mulheres rurais, organizá-las, fortalecer suas ações no movimento sindical rural e capacitá-las quanto às suas atividades, além de ampliar o debate sobre corpo, saúde coletiva, dimensões biológicas, emocionais e afetivas, as mulheres decidiram fundar oficialmente o MMTR-Nordeste (MMTR-NE)[102], em 1993, com sede em Caruraru, que tem o objetivo de coordenar as ações das mulheres em seus estados, municípios e comunidades rurais, conduzir campanhas de sindicalização, documentação, reivindicações junto ao Estado sobre direitos previdenciários (ESMERALDO, 2012).

[102] Ver Anexo III.

O MMTR-NE também encabeçou lutas por uma representação nos programas governamentais de combate aos efeitos da seca e com a ampliação das atividades e mobilizações em nível de Nordeste, o Movimento se estendeu para quase 900 grupos locais nos nove estados do Nordeste, criando laços com mulheres de outras regiões do país e também da América Latina (THAYER, 2001).

Gema Esmeraldo (2012; 2013) realiza uma importante "cartografia histórica e analítica em torno da construção de categorias que se produzem nos campos profissional e político para a mulher rural no Brasil", sendo assim, além dos dados apresentados acima, a autora enumera características significativas e analíticas que puderam ser percebidas ao longo dessa trajetória de inserção política das mulheres rurais. O primeiro ponto a ser destacado pela autora evidencia que o trabalho pastoral com trabalhadores e trabalhadoras rurais pôde ser encontrado em vários municípios da região Nordeste, sendo realizado por bispos e outros religiosos adeptos da Teologia da Libertação; o segundo ponto versa sobre a "educação política", ou formação, desenvolvida pelos segmentos da Igreja Católica que alertavam para as condições de vida e para as dificuldades que enfrentavam os trabalhadores/as rurais devido às relações de trabalho com os proprietários da terra; como terceiro ponto, evidencia as diversas instituições (ONGs, Igreja, sindicatos) que, organizadas em redes, mobilizaram-se contra o regime militar; o quarto ponto ressalta a dificuldade das mulheres rurais em reivindicar e alcançar demandas próprias nos espaços sindicais, que proporcionou com que as mulheres que militavam nas pastorais tomassem a iniciativa de assessorar as outras na criação de movimentos autônomos de mulheres rurais na luta por autonomia e empoderamento político, assim como abrir o debate para outras temáticas como os direitos reprodutivos da mulher, casamento, insubordinação intrafamiliar etc., essas iniciativas ajudaram a formar o MMTR em diferentes estados; e, quinto e último ponto, a importante aproximação das universidades e movimentos feministas das organizações de mulheres rurais para embasá-las a respeito das questões de relações de gênero e feminismo (ESMERALDO, 2013, p. 244-245).

Além do surgimento dos vários movimentos de mulheres (acima citados), a década de 1980 comportou importantes eventos que se firmaram enquanto espaços políticos. Em 1985, aconteceu o I Congresso Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na cidade de Curitiba, Paraná. Nesse congresso, foi percebida uma significativa participação das mulheres rurais, de forma mais qualificada, ativa e organizada, pois

estas reivindicavam a presença de 30% das vagas de delegados para as mulheres, garantindo, assim, além da presença, a participação; integraram os grupos de trabalho problematizando o modelo de desenvolvimento defendido pelas mulheres, no caso, a agroecologia[103], a luta de classe e as relações de gênero; participaram da comunicação do evento e produziram um documento com reivindicações específicas, que foi incorporado ao documento final do congresso, proveniente da 1ª Assembleia de Mulheres Sem Terra realizada dentro do Congresso (JORNAL SEM TERRA, 1985 apud ESMERALDO, 2013).

Ainda em 1985, aconteceu o IV Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a participação das mulheres correspondia menos de 3% dos delegados, destas, apenas uma representante de Pernambuco[104] – Vanete Almeida. No ano seguinte, o Congresso Nacional da CUT, nos quais foram apresentados a conquista e o reconhecimento da categoria "trabalhadora rural" e os direitos previdenciários para as mulheres, estes incorporados na Constituição Brasileira em 1988. Em 1986, no contexto das mobilizações para a Constituinte, ocorreu a Caminhada das Mulheres da roça, em Brasília.

Em 1991, ocorreu o V Congresso da Contag, apresentando um significativo aumento na participação das mulheres, com a presença de 200 delegadas mulheres, compreendendo 10% dos participantes[105]. Nessa edição do Congresso, foi a primeira vez que uma mulher foi eleita membro efetivo da Diretoria da Contag.

Em 1998, foi realizada a I Plenária Nacional de Mulheres do movimento sindical, que encaminhou as propostas que seriam levadas ao VII Congresso da Contag, que passou a se chamar Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Esse Congresso contou com 42% de mulheres e aprovou a participação mínima de 30% de mulheres nas instâncias do movimento sindical e 50% nos espaços de formação. No Congresso seguinte[106], a participação das

[103]Caporal e Costabeber (2000) afirmam que a agroecologia é compreendida como um campo de estudos que se pautam no manejo ecológico dos recursos naturais, para – por meio de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanquem seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade.
[104] Anais do XI Congresso da Contag.
[105] Anais do XI Congresso da Contag.
[106] Anais do XI Congresso da Contag.

mulheres é de 39% e alcança uma média de 28% de mulheres nas direções das federações estaduais dos sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à Contag.

Outra importante ação coletiva que resulta da organização das mulheres rurais é a Campanha Nacional “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos!” e a confecção de uma cartilha sobre os direitos trabalhistas e civis, em 1997. Essas ações foram coordenadas pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que realizou o seu 1º Encontro, em 1995, com a presença de 22 representações de mulheres de 17 estados do Brasil.

Esmeraldo (2013) faz uma importante ressalva a respeito dos dois movimentos rurais (sindical e MST) que, embora significativos para incitar os primeiros movimentos de organização das mulheres rurais,

> se constituam como movimentos mistos (para homens e mulheres), na sua prática política se fazem representar de forma hegemônica pelo gênero masculino. A presença da mulher é marcada por uma participação invisível e omitida. A conquista de representação e reconhecimento somente se materializa com as lutas de mulheres (Ibidem, p. 257).

Já na década de 2000, O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), formado em 2004, é percebido como mais um processo organizativo de mulheres que sugere amadurecimento para o movimento. A opção pela categoria “camponesa” em detrimento de “trabalhadora rural” é visto como uma estratégia para englobar a diversidade de identidades das mulheres rurais.

A estratégia dos anos 2000 vai justamente de encontro à estratégia utilizada na década de 1960, quando a ideia era unificar a categoria dos militantes rurais. Já o MMC tem a proposta de destacar as diversas identidades que compõem o meio rural.

> Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país (MMC, 2004 apud BORDALO, 2011, p. 62).

Diante do fortalecimento político adquirido ao longo dos anos e das renovações das ações coletivas, as mulheres rurais se encontram cada vez mais ativas e organizadas na construção de um feminismo como instrumento da construção da igualdade, da autonomia sobre seus corpos, do acesso a direitos e a

políticas públicas e do questionamento ao modelo “tradicional” da divisão sexual do trabalho, definida pelas desigualdades nas relações de gênero. Os movimentos de mulheres rurais têm desenvolvido diferentes estratégias para a inserção e o reconhecimento das suas reivindicações, diferenciando-se na forma de ação pública e nas suas articulações com outros sujeitos políticos (como Estado, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais mistos e outros movimentos de mulheres).

4.6 **Marcha das Margaridas: uma importante ação coletiva das mulheres rurais na atualidade**

A Marcha das Margaridas se constituiu num importante espaço político de participação das mulheres rurais, abarcando as mulheres do campo e da floresta. A denominação Marcha das Margaridas é uma homenagem à Margarida Alves, líder sindical, assassinada em agosto de 1983, por fazendeiros locais, no município de Alagoa Grande, Paraíba, onde atuava como presidente do sindicato dos trabalhadores rurais.

Margarida Maria Alves era sindicalista ativa, presidente de sindicato em Alagoa Grande/PB, lutava em prol dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais e combatente das injustiças que ocorriam no meio rural, mais especificamente, nas relações de trabalho. Margarida estava sofrendo diversas ameaças por interferir direta e legalmente nos interesses dos grandes fazendeiros por meio de denúncias trabalhistas e de violência no campo, em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e, em seu último discurso, ao anunciar as ameaças que sofrera, pronunciou a seguinte frase: *É melhor morrer na luta do que morrer de fome*. E, assim, se concretizou o destino de Margarida, morreu na luta e se tornando símbolo das lutas das mulheres rurais.

Margarida enfrentou, além de tudo, questões culturais muito arraigadas, que excluíam as mulheres do espaço público, uma vez que, na sua condição de mulher e camponesa, o espaço que lhe era destinado era o lar, e as suas tarefas deveriam ser as domésticas. No entanto, ela ultrapassou as barreiras da divisão sexual do trabalho, das limitações entre as separações das esferas pública e privada e se destacou como liderança sindical.

A história de Margarida Alves estimulou várias mulheres rurais a assumir um protagonismo político em diversos espaços, principalmente na constituição dos diversos movimentos citados acima, ressaltando a sua capacidade de liderança em processos decisórios e na proposição de pautas em prol da visibilidade e especificidades das mulheres trabalhadoras rurais, reforçando, assim, a necessidade de novas práticas e pautas no movimento sindical e na política.

Organizadas por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da CONTAG, a Marcha é composta[107] por movimentos de mulheres rurais e urbanas e entidades sindicais de âmbito regional, nacional e internacional. Para citar algumas organizações mistas (CONTAG, CUT, Conselho Nacional dos Seringueiros), movimentos de mulheres (MMC, MIQCB), movimentos feministas (Marcha Mundial de Mulheres - MMM, MMRT-NE, Rede de Mulheres rurais da América Latina e Caribe – REDELAC).

A Marcha das Margaridas é uma importante ação coletiva, que reúne milhares de mulheres e já contou com cinco edições em Brasília. Em 2000, ocorreu a primeira Marcha das Margaridas, que aconteceu em integração com a Marcha Mundial de Mulheres, reunindo cerca de 20 mil mulheres trabalhadoras rurais, sob o lema "Contra a fome, Pobreza e Violência Sexista". Em 2003, a Macha adotou o mesmo lema e reuniu cerca de 30 mil mulheres, com o objetivo de fortalecer a reivindicação de políticas específicas para as mulheres. No ano de 2007, foram mobilizadas 40 mil trabalhadoras rurais, para reivindicar terra, salário, saúde integral e lutar contra a violência sexista, reunindo, indiretamente, mais de um milhão de pessoas em todo o país[108]. Em 2011, a Contag mobilizou cerca de 100 mil, que, partindo da constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e a violência predominam entre as trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas, a Marcha adotou o lema "Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade",

[107] A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas coordenada pela Contag, por meio de suas 27 Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e STTRS – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em parceria com a CUT – Central Única dos Trabalhadores, CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras , MMM – Marcha Mundial das Mulheres, UBM – União Brasileira de Mulheres, CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas, MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu, MMTR/NE – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, COPROFAM – Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado, GT de Mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia, Coletivo de mulheres da UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária e demais organizações que queiram integrar-se nos demais âmbitos, estaduais ou locais (Contag, 2015).

[108] A Contag estima que quase um milhão de mulheres trabalhadoras rurais participaram em algum momento das atividades preparatórias para a Marcha.

propondo um desenvolvimento atento para o respeito à diversidade racial, étnica, geracional e cultural, evidenciando a autodeterminação dos povos, na agricultura familiar e na soberania alimentar, como estratégia de romper com a hegemonia de um desenvolvimento centrado na concentração de terra e riquezas. Em 2015, foram mobilizadas cerca de 100 mil mulheres, com o lema “Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, com a proposta de romper com os padrões hegemônicos/patriarcais e conquistar uma nova cultura, na qual respeite as mulheres, uma sociedade sem violência, para que elas possam usufruir de autonomia, igualda de e liberdade (CONTAG, 2015).

Para todas as Marchas, foram elaboradas pautas com reivindicações específicas de interesse geral da categoria trabalhadora rural. As pautas foram construídas, debatidas e negociadas com ampla participação das mulheres, no âmbito local, estadual e nacional, por meio das mobilizações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações. Durante as Marchas, a pauta é entregue à presidente da República e negociada com o governo.

De acordo com Heredia (2006), as marchas são um marco porque permitem colocar em direta negociação com o governo federal as antigas e novas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais, podendo efetivar-se em políticas públicas. Além disso, as mobilizações permitem levar as discussões das relações de gênero e do papel da mulher dentro das famílias e da sociedade para um número mais amplo de mulheres rurais, atentando para mudanças na divisão sexual do trabalho e para a denúncia da violência de gênero no meio rural.

A agenda política e pautas de reivindicações de todas as edições da Marcha focalizam em questões estruturais e conjunturais, além das específicas das trabalhadoras rurais, buscando a superação da pobreza, da violência de gênero, o desenvolvimento sustentável com igualdade, liberdade e autonomia para as mulheres, a ampliação e o fortalecimento da participação das mulheres.

As questões historicamente levantadas desde as reivindicações das mulheres nos movimentos sindicais rurais, que motivaram a eclosão dos movimentos de mulheres rurais autônomos na década 1980, são frequentemente retomadas nas Marchas: o reconhecimento da mulher rural enquanto trabalhadora na agricultura.

As reivindicações referentes a uma efetiva reforma agrária e ao acesso à terra se somam à reivindicação pela ampliação das questões específicas das trabalhadoras rurais, algumas já alcançadas, como: as reivindicações de titulação

conjunta das terras para homens e mulheres; prioridade de assentamento das mulheres chefes de famílias; garantia e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, ampliação dos direitos sociais; acesso ao crédito (com a criação de uma linha especial de crédito agrícola voltado para as mulheres agricultoras familiares: o Pronaf – mulher); o acesso das mulheres aos programas de geração de renda e formação profissional; à assistência técnica; acesso aos programas de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar; participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental; programas voltados para a saúde da mulher no campo, à violência sexista e todas as formas de violência no campo e voltados para a educação da população rural (HEREDIA, 2006).

A Marcha das Margaridas também é um espaço de reafirmação identitária. Anunciamos, brevemente, em seção anterior, uma tensão identitária existente nos movimentos de mulheres rurais ao mencionarmos a permanência da identidade camponesa na denominação do MMC, a fim de abarcar as diversas identidades das mulheres rurais. Silva (2015) afirma que a autodefinição da categoria “trabalhadoras rurais” está diretamente relacionada à afirmação de sujeito político construída nas reivindicações por reconhecimento do trabalho executado no campo e por garantia de direitos trabalhistas para as mulheres.

A autora argumenta que essa categoria, ao mesmo tempo que afirma, esconde as diversidades e as diferenças das mulheres que participam das Marchas das Margaridas, conforme pode ser observada no depoimento abaixo:

> A nossa luta é pela floresta em pé. Eu sou de uma região do litoral paraense, onde temos reservas extrativistas marinhas [...]. Nós temos reservas marinhas e reservas florestais. Por que nós temos essas reservas florestais? Porque são reservas que existem a partir dos rios de água doce. Então, nós lutamos pela implementação dessas reservas porque as reservas extrativistas para nós é um modelo de reforma agrária em construção. (Entrevistada da Região Norte, representante do Conselho Nacional dos Seringueiros, 2006)[109].

No entanto, Cordeiro (2006) argumenta que o uso da categoria “mulher trabalhadora rural” não aponta para uma identidade fixa, como também não define o lugar da mulher nos arranjos sociais. Para a autora, a categoria “trabalhadora rural” corresponde a uma estratégia das mulheres rurais com o intuito de garantir direitos e também propiciar o empoderamento das mulheres.

[109] Entrevista cedida a Silva (2015).

> De forma ampla, os usos da nomeação mulher trabalhadora ruralparecem estar calcados, sobretudo, em um novo ideário, cujo ponto de partida é o 'direito a ter direitos', que vai além do acesso formal a direitos sociais, políticos e civis e inclui aspectos como a auto-estima, os aprendizados pessoais e políticos, a capacidade de realização e a aposta na ação coletiva como estratégia de reinvenção da vida e das relações sociais. Isso envolve a construção de uma nova forma de sociabilidade e de convivência e um desenho mais igualitário das relações sociais (CORDEIRO, 2006, p. 220).

Nesse sentido, é interessante observar os dados da pesquisa realizada na Marcha de 2011, que questiona a identidade de 611 mulheres participantes e apenas 6% se identificam como camponesas, apenas 10% como trabalhadoras rurais e prevalece a identidade de agricultora familiar com 67% (IPEA, 2013b). Em nossa pesquisa, no sertão pernambucano, também percebemos maior identificação com a categoria agricultora.Das 10 mulheres entrevistadas, 8 se identificaram como agricultoras e 5 como trabalhadora rural[110].

Acredita-se que as características específicas das mulheres que compõem a Marcha das Margaridas, associadas à importante mobilização da Contag, explicam a expressiva proporção de mulheres que se autoidentificaram como agricultora familiar. Além disso, essa categoria é definida por lei, por meio do Estado, como público destinatário de políticas públicas voltadas para a população rural.

> Isto não quer dizer, todavia, que as mulheres assumem passivamente uma identidade social ou política que lhes é determinada externamente: em primeiro lugar, a constituição dessas categorias em referência para a ação das políticas públicas resulta, ela própria, da mobilização e da luta de mulheres e homens pelo reconhecimento de sua condição de sujeitos políticos; além disso, uma vez institucionalizadas tais categorias, as formas pelas quais os grupos sociais as assumem ou delas se apropriam envolvem, amiúde, uma percepção ativa, inteligente, dessas categorias como estratégias de inserção em um processo político mais amplo, que diz respeito à luta pelo reconhecimento de seus direitos e pela afirmação de sua autonomia (IPEA, 2012b, p. 36-37).

[110] Para a questão da autoidentificação, as mulheres poderiam escolher mais de uma categoria.

Tabela 5 – Frequência das declarações sobre autoidentificação.

Com qual grupo social de mulheres trabalhadoras a senhora mais se identifica?	%
Agricultora familiar	67
Trabalhadora rural/boia-fria	10
Trabalhadora urbana	14
Extrativista	6
Pescadora/ribeirinha	6
Assentada	15
Acampada	4
Quilombola	4
Quebradeira de coco babaçu	5
Camponesa	8
Outra	6

Fonte: IPEA, 2012b.

Para Silva (2015), afirmar a identidade política na Marcha das Margaridas é uma estratégia para dar visibilidade às reivindicações, contudo, não significa desconhecer ou desmerecer as particularidades e diferenças entre as mulheres – afinal, trata-se de uma mobilização que envolve milhares de mulheres de todas as regiões do país.

A Marcha das Margaridas, além de ser um espaço de reivindicação, de visibilidade e de negociações políticas, em torno das questões das mulheres rurais, também é um espaço de afirmação das mulheres enquanto sujeitos políticos e de direitos, e, devido ao histórico de negação de direitos às mulheres do campo, conquistados somente a partir de 1980, a categoria trabalhadora rural reforça as conquistas e relembra uma história de luta.

Na próxima seção, faremos um balanço das políticas públicas percebidas como conquistas das reivindicações dos movimentos das mulheres rurais durante a década de 1990, primeira década após o início da organização dessas mulheres e, as políticas públicas criadas a partir de 2000, entendendo a Marcha das Margaridas como um mecanismo de mobilização e organização das mulheres rurais, que favorece a proximidade com o governo (Lula), levando em consideração a sua natureza de diálogo com os movimentos sociais e ampliação da participação política pela sociedade civil.

4.7 **Conquistas e avanços: um balanço das políticas públicas destinadas às mulheres rurais**

As desigualdades socioeconômicas, bem como de gênero, inscrevem-se num conjunto de outras desigualdades que se agravam no contexto rural brasileiro. O difícil acesso às políticas públicas nas zonas rurais aprofundam as desigualdades sociais, principalmente, no que tange às condições específicas das mulheres do campo.

No entanto, os movimentos de mulheres rurais, ao longo de sua recente história, têm tido um importante papel na conquista de políticas públicas destinadas às mulheres trabalhadoras rurais, pois, antes da década de 1980, os programas governamentais se voltavam para um suposto "cidadão indiferenciado" e, a partir de 1985, surgem programas e projetos que incorporam componentes de gênero (HEREDIA, 2006, p.11).

Em 1985, foi criado o "Programa de Apoio à Mulher Rural', com o apoio do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, no âmbito do Ministério da Agricultura, com o objetivo de desenvolver planos de ação para proporcionar à mulher trabalhadora melhores condições de trabalho, além de possibilitar maior participação desta no processo de Reforma Agrária. Em 1988, criou-se o "Projeto de Apoio à Organização da Mulher Rural", inserido no sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a proposta de treinar os técnicos extensionistas para que eles adquiram uma abordagem atenta a não reprodução das desigualdades de gênero em nível local[111].

O movimento sindical rural reivindica direitos trabalhistas (institucionalmente) desde a década de 1960, assim, diversas políticas que visam a população rural, de forma geral, uma vez aplicadas e tendo efeitos positivos, atenuam as desigualdades sociais e de gênero.

A Política da Previdência Social Rural é uma das mais importantes no que confere efetividade e universalização de direitos para trabalhadores e trabalhadoras

[111] Com o desmonte no governo Collor, essas ações não tiveram continuidade dos órgãos a que estavam vinculadas.

rurais. A partir da Constituição de 1988[112], as trabalhadoras passaram a ter por lei os mesmos direitos que os trabalhadores rurais, antes de 1988 o Pró-rural (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural) era concedido somente ao chefe ou arrimo da família, e, em geral, as mulheres ficavam excluídas. Contudo, o acesso a esse direito se deu somente em 1991, pois foram necessárias mobilizações dos movimentos das trabalhadoras rurais e, em 1992, houve uma expressiva entrada das trabalhadoras rurais no sistema de previdência, comportando 66% de mulheres como beneficiárias da lei (DELGADO, 2000; HEREDIA, 2006).

Heredia ressalta que o benefício da aposentaria rural provocou mudanças nas desigualdades de gênero e de geração, principalmente, na vida das mulheres idosas trabalhadoras, que, até então, viviam sob dependência dos "companheiros, filhos ou de outros parentes em idade ativa, contribuindo para o empobrecimento do domicílio rural a que pertenciam" (HEREDIA, 2006, p. 12). A autora ainda acrescenta que o direito à aposentadoria para as trabalhadoras rurais idosas passa a significar o reconhecimento – como cidadãs e trabalhadoras – de quem passou uma vida trabalhando sem remuneração.

Porém, há um grupo de mulheres que, apesar da nova lei, continua excluída da previdência social rural, como é o caso das mulheres assalariadas e daquelas que exercem as atividades de maneira informal e não se reconhecem enquanto trabalhadoras rurais, definindo a sua profissão como "do lar". A autoidentificação das mulheres que executam atividades agrícolas em seus quintais e nos cuidados com os pequenos animais, como trabalhadoras rurais, ainda é um entrave no acesso à aposentadoria rural.

Apesar do efetivo trabalho desempenhado pelos movimentos sociais de mulheres rurais em torno do reconhecimento e valorização das mulheres enquanto trabalhadoras, os imperativos da divisão sexual do trabalho ainda permanecem muito arraigados. Em pesquisa desenvolvida pelo IPEA (2013b), com mulheres participantes da Marcha das Margaridas em 2011, um dado que causou surpresa foi a proporção expressiva de 26% das mulheres entrevistadas (611), com domicílio no meio rural, identificarem pelo menos uma atividade agrícola (*cultivo de hortas e pomares, o trato e criação de animais e a participação na produção agrícola*) como

[112] A Constituição de 1988 ampliou o piso para um salário mínimo e reduziu o limite de idade para aposentadoria, para 60 anos, no caso do homem trabalhador rural e 55 anos, no caso da mulher trabalhadora rural; e, estendeu o direito ao recebimento dos benefícios a todas as mulheres trabalhadoras, independente de serem ou não chefes ou arrimos de família.

afazeres domésticos. Esse dado reforça a invisibilização do trabalho feminino na unidade de produção familiar, além de excluí-las de direitos trabalhistas, como mencionado anteriormente.

Outro direito sinalizado na Constituição de 1988 foi o salário-maternidade, porém só foi regulamentado em 1994 e dependeu da pressão do movimento sindical de trabalhadores rurais. Os sindicatos de trabalhadores rurais possuem um importante papel na efetivação das políticas públicas, no sentido de garantir a efetivação legal e operacional do benefício e também no sentido de informar às/aos trabalhadoras/es sobre a sua existência (HEREDIA, 2006).

Assim, percebemos que a efetivação de diversas políticas, sobretudo, no que tange aos direitos trabalhistas, só foram possíveis mediante as pressões dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos de mulheres rurais. A década de 2000 ganha mais um mecanismo de participação, que é a Marcha das Margaridas, alcançando diversas conquistas e avanços dos direitos das trabalhadoras rurais.

Somente em 2000, quinze anos após a criação do CNDM, houve a primeira nomeação de uma mulher trabalhadora rural (representante do MMTR-NE) para compor o Conselho, indicando a pequena participação das mulheres rurais nesse organismo. Em 2003, foram indicadas mais quatro representantes das mulheres rurais, que integram a Contag; a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras (ANMTR); o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas; e uma ONG com atuação junto a mulheres rurais na Amazônia. Atualmente, as representantes das mulheres rurais no CNDM integram: o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) e Contag[113].

Iremos enumerar algumas políticas e programas de caráter geral e específico que foram determinantes para a melhoria de vida das mulheres rurais. A limitação deste trabalho não permite o monitoramento e/ou avaliação de tais políticas, além disso, muitas delas são recentes e não proporcionam dados suficientes que permitam aferir a sua efetividade.

Em 2001, atendendo às pautas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, deu-se a criação do “Programa de Ações afirmativas para Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres”, vinculado ao

[113] Ver: http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/composicao.

MDA. Em 2003, esse programa foi renomeado como “Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia”, com o objetivo de promover e articular ações que fortaleçam a cidadania e a justiça social no meio rural brasileiro e estabelecendo parceria com o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Uma das ações de grande destaque do Programa é“Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural”, lançado em 2004, em parceria com a SPM e outros órgãos de governo, voltado para o fornecimento gratuito de documentação civil básica para trabalhadoras rurais, mulheres indígenas e quilombolas.

Como uma política de caráter geral e com iniciativas desde o início dos anos 1990, por meio das negociações entre o governo federal e a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), em 2002, inicia o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência no Semiárido: Um Milhão de cisternas (P1MC)[114]. Esse Programa possui um impacto direto na vida das mulheres, pois é delas a responsabilidade de percorrer longas distâncias em busca de água. Com as cisternas nos quintais, o esforço físico das mulheres é reduzido, preservando, assim, a sua saúde e garantindo uma melhor organização do tempo do trabalho feminino.

A partir de 2003, os diálogos entre movimentos de mulheres rurais e setores do governo federal são fortalecidos, resultando em espaços de participação como as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que contam com a participação das mulheres rurais e demais políticas com enfoque de gênero, visando ao empoderamento das mulheres.

Com o intuito de ampliar o acesso das mulheres ao crédito rural, sendo um dos pontos que compõem a pauta da Marcha das Margaridas, em 2003, foi criada uma nova linha de ação do Pronaf[115], chamado “Pronaf Mulher”. Essa linha é considerada um importante avanço em termos de conquistas das mulheres rurais, pois, até a sua criação, somente um membro da família e, em geral, o homem, poderia ter acesso ao crédito. Atendendo às múltiplas e diversas atividades que

[114] http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc.

[115] O Pronaf é um programa de crédito rural voltado exclusivamente para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, criado como resposta às reivindicações dos trabalhadores rurais representados pela Contag e CUT. Essa reivindicação do movimento sindical visava a minimizar as desigualdades históricas existentes na zona rural no acesso às políticas que levam à concentração do crédito rural nos setores empresariais e patronais da agricultura, excluindo os agricultores familiares. O Pronaf foi criado em 1995 e, desde então, é a política de crédito rural que mais impacto teve sobre a agricultura familiar (HEREDIA, 2006).

desenvolvem as mulheres do campo, essa linha de crédito pode ser investida em atividades agrícolas e não agrícolas (produção de queijos, bolos, biscoitos, doces, artesanatos etc.). O Pronaf Mulher é uma garantia de crédito a mais para as mulheres, independente do crédito contratado para o grupo familiar. O acesso ao crédito diretamente realizado pelas mulheres é uma política pública que valoriza e reconhece os trabalhos das mulheres rurais, garantindo-lhes autonomia e empoderamento.

Outro Programa que, mesmo sendo de caráter geral, sem se voltar para a questão específica de gênero, tem propiciado o empoderamento das mulheres é o Bolsa Família, criado em 2003. O Bolsa Família é uma política de justiça distributiva que agrega o âmbito econômico e social com alvo no combate à pobreza. Contudo, os efeitos do Programa têm revelado transformações sociais em favor da diminuição das desigualdades de gênero, educação das crianças, estrutura familiar e, até mesmo, impacto na redução da violência contra a mulher. O Bolsa Família desnaturaliza as relações patriarcais dominantes e, devido à renda monetária ser destinada diretamente às mulheres (em sua grande maioria), favorece a libertação das mulheres em relação ao controle familiar. O Bolsa Família trouxe dignidade e autonomia para muitas mulheres urbanas e rurais (REGO; PINZANI, 2014).

Ainda em 2003, foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), provocando importantes mudanças nas políticas de acesso à terra, com o objetivo de assegurar o direito de titulação às mulheres. A Constituição de 1988 já previa o direito à titulação conjunta do casal para lotes de assentamento, porém sem amparo de regulação específica que a tornasse obrigatória, favorecendo as práticas de subordinação das mulheres ao marido, pai ou irmão. No mesmo ano, o INCRA publicou a Portaria nº981, que instituiu obrigatoriedade da titulação conjunta da terra para mulher e homem casados ou em situação de união estável. Posteriormente, a lei passou a ser aplicada aos títulos de concessão real de uso e casais beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Outra importante conquista das mulheres rurais foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada em 2003, buscando incorporar a dimensão de gênero. Para garantir que a ação tivesse alcance necessário, o governo buscou apoio aos projetos de assistência técnica voltados para a igualdade de gênero. Butto (2011, p. 22) afirma que

> O principal desafio do governo era e continua sendo transformar o conteúdo familista dos serviços prestados, de maneira a alterar a divisão sexual do trabalho existente nas comunidades rurais, o que implica numa mudança que se inicia na formação dos profissionais que atuam na área, segue na definição da equipe e suas atribuições nas entidades e vai até o conteúdo e a metodologia dos serviços prestados pelas instituições parceiras.

O programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais[116] foi instituído em 2008 em resposta à demanda da Marcha das Margaridas, que reivindicava políticas para fortalecer a organização da produção e a comercialização das atividades econômicas nas quais estão inseridas as trabalhadoras rurais. O programa visaincentivar a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista[117].

A conquista de direitos acarreta mudanças que não alteram somente as relações de gênero, neste caso, mas também alteram as estruturas da organização da vida social. Silva e Portella (2010) reconhecem que a vivência desses direitos favorecem transformações sociais de ordem material e simbólica, interferindo na construção de valores e acesso à riqueza material, além disso, não se faz necessária apenas a consciência para exercer os direitos adquiridos, mas a existência das condições estruturais que possibilitem o seu exercício.

A proposta aqui não era abarcar todas as políticas públicas voltadas para as mulheres rurais criadas até os dias atuais, contudo, elegeram-se algumas políticas que expressam as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em movimentos e decorrentes de suas ações coletivas. E, apesar das diversas conquistas e avanços no plano dos direitos trabalhistas e iniciativas que propiciem melhores condições de vida para as mulheres rurais, para acabar totalmente com as desigualdades de gênero no meio rural, ainda será preciso que as Margaridas sigam em marcha!

---

[116] O Programa de Organização Produtiva de Mulheres e Ater para Mulheres Rurais, entre 2008 e 2010, apoiou 148 projetos, beneficiando mais 79 mil mulheres e suas organizações produtivas, redes e articulações. As chamadas públicas foram realizadas em parcerias com MDA, Incra, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Pesca e Aquicultura e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Os convênios com organizações feministas para ampliar e qualificar o acesso das mulheres assentadas e da agricultura familiar às políticas públicas do MDA propiciou a capacitação de 7.139 mulheres em 86 territórios da cidadania. Ver: http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/dpmr-org/result
ados.

[117] Ver: http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/dpmr-org/objetivos.

No próximo capítulo, iremos identificar quais as mudanças ocorridas nas vidas das mulheres rurais a partir da sua trajetória de participação política. São mulheres que exercem o papel de liderança em suas comunidades rurais, participam de vários espaços políticos e sociais há mais de dez anos e ocupam cargos de poder. A intenção é perceber como a sua trajetória participativa influenciou a esfera privada de sua vida. Aqui, mostramos como as mulheres se organizaram e se mobilizaram para entrar na esfera pública e política, o que as motivaram e quais eram as resistências. No próximo capítulo, faremos o caminho de volta, para identificar as implicações da vida pública na vida doméstica e familiar das mulheres rurais.

5 ENTRE AS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES RURAIS DO SERTÃO PERNAMBUCANO

A história de luta e participação política das mulheres rurais do sertão pernambucano tem sido questão de investigação de estudiosas que se interessam pelo processo de empoderamento das mulheres na esfera pública e política (CARNEIRO, 2004; BORDALO, 2011; JALIL, 2013). Como vimos, Pernambuco tem uma trajetória de participação política que se destaca nacionalmente. Em relação à história da inserção política das mulheres nos movimentos sindicais, o estado nordestino é pioneiro nas primeiras ações coletivas em prol do reconhecimento das mulheres rurais enquanto trabalhadoras (no Congresso da Contag, nas Frentes de Emergência), que desencadeou na formação do MMTR-SC.

No entanto, esses estudos se direcionaram ao processo de mobilização, organização e participação política das mulheres rurais do Sertão de Pernambuco, conflitos e desafios, à formação do MMTR-SC, à construção da identidade de trabalhadora rural e às ações coletivas na região do sertão pernambucano. Assim, o objetivo deste capítulo é discutir como as mulheres rurais sertanejas se veem atualmente, depois de dez anos de trajetória de experiências participativas (no caso, das nossas participantes); como elas se percebem nos espaços políticos; como o processo de participação influenciou as suas relações sociais com a família, com destaque para as questões da divisão sexual do trabalho, e quais mudanças ocorreram em suas vidas decorrentes da participação.

Veremos que a experiência de participação política dessas mulheres altera o curso de suas vidas, que, seguras de seus direitos e cientes das desigualdades sociais que sofrem, elas enfrentam e desconstroem as lógicas culturais e políticas que caracterizam tais localidades em sua essência histórica.

As mulheres rurais percorreram um longo caminho a fim de alcançar o reconhecimento de seu trabalho e de seus direitos. É inegável que a organização das mulheres em movimentos autônomos liderados por elas próprias deu outra “cara” a essa luta. Os movimentos autônomos, exemplificado pelo MMTR-SC, não obedecem a outros movimentos que não as suas integrantes, e suas decisões são tomadas de maneira horizontal, com abertura para reflexão.

Os grupos autônomos de mulheres se deparam com o desafio de fortalecer os princípios feministas a fim de embasar e formular as ações coletivas no campo da participação política e na construção de autonomia fora e dentro de casa.

As mulheres rurais, participantes da nossa pesquisa, são integrantes de grupos de mulheres do Sertão do Pajeú e são lideranças em suas comunidades. As organizações de mulheres (Grupo Produtivo Doce Esperança de Santa Cruz da Baixa Verde e Fórum de Mulheres de Mirandiba) possuem características e contextos específicos, que proporcionaram a mobilização para o surgimento das referidas organizações, que, ao longo dos anos, vêm modificando as vidas das mulheres rurais.

Contudo, não se trata de realizar uma análise comparativa entre os grupos dos dois municípios ou avaliar a participação política das mulheres em termos de efetividade e qualidade, mas evidenciar as mulheres rurais do sertão pernambucano, que, apesar de apresentarem características diferentes em sua origem (étnico-racial e geográfica), vivenciam a experiência da organização e da participação política diante das dificuldades estruturais de uma cultura machista e patriarcal. E, diante disso, conseguem enfrentar tais obstáculos mediante a necessidade e a crença em uma vida mais justa e igualitária.

O capítulo está dividido em duas partes: a primeira relata algumas dificuldades que as mulheres encontram para exercerem a participação política, e a segunda aponta para as implicações mais diretas da participação em suas vidas privadas.

5.1 As dificuldades, avanços e desafios da participação política das mulheres rurais

Historicamente, a participação nos espaços públicos e políticos foi (e ainda é) um processo de luta intensa das mulheres para se firmarem nesses espaços e para participarem efetivamente dos processos deliberativos. Além da insegurança de se expressarem, por não terem sido socializadas para ocuparem os espaços públicos, as mulheres vivenciavam (e ainda vivenciam) o cerceamento da fala por seus companheiros de luta.

Nesse sentido, Baraúna relatou um fator curioso, que diz respeito ao incômodo que seus companheiros de luta sentem porque, ao contrário das outras mulheres, ela sempre "*fala demais*". Ela justifica que, por ter sofrido muito preconceito racial em seu tempo de escola, ela "*busca sempre estar à frente*" nos espaços em que participa, sempre se posiciona, apresenta propostas e críticas.

Baraúna é uma importante liderança do seu município, que enfrentou as dificuldades e o preconceito transformando-os em luta e resistência. Ela adquiriu experiência de mobilização, organização e participação política em outros movimentos sociais, tornando-se uma personagem-chave para a criação de seu grupo e na formação política e feminista de suas companheiras. Dessa forma, Baraúna se destaca por participar de diversos espaços políticos e por conhecer com propriedade as necessidades e direitos das mulheres e da população quilombola.

A presença de Baraúna "incomoda" nos espaços onde ela participa, pois ela é uma mulher, negra, rural e quilombola e está inserida nos espaços deliberativos e ocupa cargos de poder. Baraúna pensa, critica, questiona, replica, discorda e, ainda, capacita as suas companheiras. Ela é um exemplo de mulher que enfrentou a exclusão, a subordinação e a invisibilidade das mulheres frente à cultura política que cria empecilhos para que as mulheres participem em situação de igualdade com os homens. Além de superar esses empecilhos, Baraúna afirma que, atualmente, já não se importa com os comentários depreciadores dos companheiros de luta, pois ela tem segurança de sua participação e afirma que não se cala, porque a sua voz é a voz de centenas mulheres do seu município.

Ao lembrar as dificuldades que as mulheres rurais possuíam, desde a década de 1970 e 1980, para se posicionarem e terem "voz" nos espaços mistos de participação política, perguntamos para as mulheres se elas sentem diferença em relação à sua oportunidade e/ou desenvoltura na fala quando participam dos grupos de mulheres em comparação aos espaços mistos (que integram mulheres e homens) que participam.

A dificuldade em relação à expressão oral nos espaços públicos de participação não aparece nas entrevistas como um obstáculo totalmente vencido. A maioria das lideranças afirma não apresentar dificuldade de fala atualmente, mas confessam que, nos primeiros anos de participação em espaços políticos, sentiam-se tímidas e não falavam em público. Elas ressaltam que as outras companheiras ainda ficam tímidas em espaços mistos e não participam com a mesma desenvoltura

de quando estão no grupo de mulheres. Mesmo diante de uma década de trajetória participativa de nossas entrevistadas, nem todas as mulheres adquiriram tamanha segurança nos espaços mistos.

> *Não, eles nunca falam mais que as mulheres. Lá no Conselho, esses que são presidente da associação, eles conversam, perguntam, mas na Câmera é difícil um homem falar pra se manifestar, a não ser aqueles secretários do prefeito, aí diz "a seção tá aberta, quem tem alguma pergunta?", aí o povo fica calado. Às vezes, as mulheres é que saem na frente e falam.* (Mandacaru)

> *Enfrentam, elas têm dificuldade.* [...] *Em relação ao modo de falar, às vezes, quer fazer uma pergunta e tem homem. Uma já disse pra mim "ali tem homem, eu não vou perguntar não", aí eu disse "não, mulher, pergunta, o mundo hoje é moderno, todo mundo estuda, todo mundo sabe das coisas* […]*". Eu mesmo pergunto, eu me sinto à vontade. Eu percebo que as outras mulheres têm dificuldade.* (Jurema)

> *Não, em relação a isso não. Na verdade, agora as mulheres é que fala mais, já foi do tempo das mulheres ficar calada. Na primeira reunião, é claro que a gente fica tímida, fica calada, quem tem vez é mais os homem, mas, com a continuação que a gente vai conversando com o outro, vai se adaptando, sempre as pessoas tão se vendo, não existe isso.* (Jurubeba)

> *O que eu percebo é que, nesses espaços, as mulheres se soltam mais, acho que as mulheres se sentem mais seguras* [nos grupos de mulheres]. [...] *É a diferença tem, não vejo muita, não, mas tem, porque sendo um espaço que tem homem, a mulher sempre fica, assim, mais envergonhada de perguntar certas coisas, de questionarsobre certos assuntos, mas, num vejo tanta diferença, não.* (Oiticica)

Conforme o relato de Aroeira, percebemos que as mulheres rurais ainda são intimidadas frente à participação dos homens em espaços mistos. Por mais que elas estejam num processo de organização, de fortalecimento e de construção de sua autonomia, o espaço público e político carrega uma cultura machista que lhe é intrínseca e, para quebrar essas barreiras, é necessária uma mudança na cultura política de uma forma mais ampla.

> *Eu encontro, porque, até hoje, eu sou tímida, não gosto de falar muito. E, com as meninas, eu me sinto como se tivesse em casa, na minha comunidade. Já as reuniões que eu participo no Sindicato, eu não tenho aquele contato.* [...] *Não dá muito espaço, tem muito homem, tem homem e mulher, sempre os homens tomam conta do espaço lá. No Sindicato tem mais homens, e na Associação tem mais mulheres.* (Aroeira)

Aroeira aponta para um fator interessante, percebido em estudos sobre a participação política de mulheres (RIBEIRO, 2010). A presença mais robusta das mulheres se dá nas reuniões da Associação, porque essas são realizadas dentro da comunidade rural, e as reuniões do Sindicato ocorrem na cidade. Indo além da realidade das mulheres lideranças, que se encontram em outro patamar de organização política e intrafamiliar, é válido ressaltar que a maior ocorrência das mulheres rurais nas reuniões da Associação se explica pelo fato de sua realização acontecer próximo à unidade doméstica. Assim, as mulheres ganham em tempo de deslocamento, conseguem se organizar com mais facilidade para deixarem as tarefas domésticas adiantadas e no recurso que seria dispendido para o deslocamento até à cidade. Esses fatores não aparecem como um impedimento aos homens, de participarem dos espaços políticos e sociais na cidade, já que não possuem a mesma preocupação e responsabilidade com as tarefas domésticas.

Elas relatam que participam dos espaços políticos locais ativamente, ou seja, falam, expressam as suas opiniões, escutam e compartilham as informações com as demais companheiras do grupo e da associação. Elas destacaram também o seu poder de decisão, por meio do voto, nos espaços em que participam.

> *Eu vou* [ao sindicato] *representando a associação, pegar todos os assuntos que se passa lá e trazer e passar pra comunidade no dia da reunião da assembleia da associação da gente.* [...] *Tenho, tenho voz de dizer os problemas que tão acontecendo na minha comunidade, botar lá na pauta deles pra tentar resolver. Eu participo da reunião da Câmara de Vereadores também.* (Mandacaru)

> *A gente tem* [voz] *e tem voto, porque se tiver uma dúvida, a gente levanta a mão e pergunta. Se a gente tá em dúvida naquele determinado assunto que eles tiverem conversando, se a pessoa não entendeu, a pessoa levanta, levanta a mão, que a pessoa explica novamente. Nessas reuniões do conselho que eu vou, eu vou escutar o que tem de benfeitoria nas associações. Vai para as reuniões escutar para repassar para os integrantes da associação.* (Jurema)

As mulheres se posicionam de maneira segura, elas se reconhecem enquanto sujeitos políticos nos espaços de participação e representação, valorizam as suas contribuições, a sua autonomia, reconhecem as dificuldades – mas não se deixam esmorecer.

O município de Santa Cruz da Baixa Verde apresenta uma particularidade em termos de participação, pois as mulheres desse município têm uma trajetória de

participação política desde a década de 1980, com a criação do MMTR-SC[118]. Assim, há uma predominância de mulheres nos espaços como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável nesse município. A participação política das mulheres no município de Mirandiba também se faz efetiva e consistente, pois o levantamento realizado pelo STR de Mirandiba apontou a presença de 56% de mulheres e 44% de homens associados[119].

Como sabemos, o sindicato é um espaço político historicamente masculino e machista, no qual os homens predominavam. Contudo, em Santa Cruz da Baixa Verde, as mulheres afirmaram que é diferente, conforme afirma Mandacaru:

> *Eu não sei, eu não sei se é comodismo, vergonha, lá no sindicato o povo tudo é mulher. A gente já perguntou "por que vocês homens não participam?". "Ah, eu não sei ler muito, ah, eu tenho cerimônia, ah, eu não tenho tempo." "Oh, existe uma coisa que vocês deviam botar na cabeça: a Associação é pra comunidade".*

Em Santa Cruz da Baixa Verde, nenhum dos companheiros das mulheres que entrevistamos participa das reuniões e dos espaços políticos. Em conversas informais, Mandacaru afirmou que seu esposo só teria "*interesse de participar se fosse pra ganhar alguma coisa*", "*se fosse pra ganhar dinheiro*". Oiticica também relatou que seu companheiro, além de não participar, ainda zomba da sua participação. Ela afirma: "[Ele] *Sempre tem alguma piadinha. 'E aí, ganhou o quê hoje? Estavam dando o quê lá?' Aí, eu: 'Meu filho, o que eu recebi lá, eu até poderia compartilhar com você, mas na sua mente não cabe, é muito pequena'* [Risos]".

A falta de compreensão dos companheiros frente à participação política das suas esposas é frequente. Ainda que, em Mirandiba, os homens participem mais dos espaços políticos, aceitar a participação das suas esposas e as responsabilidades que acumulam devido à ocupação em cargos de poder, ainda aparece como uma barreira difícil para eles superarem. Pois essas mulheres não só participam dos

[118]O MMTR-SC possui a sua sede no município de Serra Talhada, porém, o município de origem e habitação de Vanete Almeida, precursora do movimento, era Santa Cruz da Baixa Verde, onde ela organizava as primeiras reuniões e era sócia do sindicato.

[119] A presidenta atual do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mirandiba, Isabel Magalhães, informou-nos que o sindicato está recadastrando os sócios e sócias, mas, em 2016, a participação das mulheres já chega a 60% de associadas. A presidenta afirma que o sindicato é composto por uma diretoria com 16 integrantes, compreendendo 80% de mulheres. Isabel reconhece que nem todos os espaços políticos que integram trabalhadoras/res rurais apresentam essa realidade, como, por exemplo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é composto, em sua maioria, por homens.

espaços, como os representam, decidem e se expõem – subvertendo o papel da mulher, esposa e mãe restrita à esfera privada e aos seus papéis socialmente designados.

As mulheres lidam cotidianamente com esses conflitos e precisam negociar e criar estratégias para a sua saída para os espaços públicos, pois, apesar de estarem inseridas nesses espaços há uma década, romper com imperativos culturais que se refletem nas relações pessoais, afetivas e, principalmente, na organização do trabalho doméstico é algo desafiador que necessita de uma mudança cultural, que é construída lentamente.

Sobre a ausência dos homens nos espaços políticos de Santa Cruz, concluímos que a necessidade de migrar para outros municípios ou estados em função de adquirirem um trabalho não alimentou uma cultura da participação nos homens dessa localidade[120]. E, por não compreenderem a importância da participação e a dinâmica da organização, zombam das suas esposas que participam ativamente. Além disso, os homens costumam associar a participação das mulheres ao acesso a benefícios econômicos.

Contudo, é importante lembrar que o processo de sindicalismo das mulheres rurais foi um processo conflituoso, na medida em que o sindicalismo tradicional é um campo político imbricado de valores que privilegiam os homens nas esferas públicas. Como vimos, a história de mobilização e a luta das mulheres rurais para adquirirem espaço efetivo nos sindicatos são partes da luta pelo seu reconhecimento enquanto trabalhadora rural e, consequentemente, devido à redefinição do sujeito político admitido pelo sindicalismo, que foi fortemente questionado por elas. Assim, não podemos afirmar que a inserção das mulheres no STR de Santa Cruz da Baixa Verde foi um processo peculiar e sem obstáculos. A pesquisa de Jalil (2013) apresenta com detalhes os conflitos e apoios, de alguns companheiros sócios do sindicato, que as mulheres tiveram durante o processo de organização e reivindicação no interior do sindicato.

As mulheres rurais de Santa Cruz da Baixa Verde entraram no sindicato “alterando os mecanismos de subordinação e dominação”. E como estratégia para se legitimarem, as mulheres passaram a assumir cargos de direção de coordenação dentro do sindicato e se mostraram politicamente atuantes e capazes de discutir

[120] Em conversa informal com uma das integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde, ela relatou que, desde a formação da primeira diretoria, a presidenta era uma mulher, e segue sendo assim, ao longo de várias eleições.

frente a frente com os homens, sobre diversos assuntos de interesses comuns, como também reivindicando a igualdade de gênero nesse espaço.

A realidade vista hoje no STR de Santa Cruz e em outros espaços de poder, tomados pela presença feminina, não se deu de um dia para outro, foi necessária muita mobilização, organização e capacitação das mulheres para que elas se sentissem seguras em participar desses espaços mistos e, ainda, assumir cargos de poder. A participação das mulheres nas reuniões promovidas por Vanete Almeida e no MMTR-SC forneceu ferramentas para seu empoderamento, tornando as mulheres mais seguras em suas reivindicações, mais capacitadas para assumirem cargos e ampliarem a sua cidadania, assim como provocarem modificações em suas relações sociais.

> [...] *A maioria das pessoas que fazem parte das associações são mulheres. Tem dezenove associações aqui no município, se eu lhe disser que tem três presidente homem, é muito, é tudo mulher, mulheres tesoureiras, mulheres secretárias, mulheres presidentes, mulheres no Conselho Fiscal.* […] *Muito raramente, um homem ou dois na diretoria da associação. Na associação daqui tem um vice-diretor, porque eu insisti muito. Aí ele disse que não sabia ler, aí eu disse "você só vai me representar quando eu não tiver aqui". E do Conselho Fiscal tem um homem, o vice-presidente é homem.* (Mandacaru)

Em Santa Cruz, as mulheres afirmam que chegam a insistir para que os homens assumam cargos nos espaços de participação política. Dessa forma, percebemos o empoderamento das mulheres nesse município, por estarem presentes em diversos espaços ocupando cargos de poder (pelo menos nos espaços alternativos de participação) e ainda incentivando os homens do município à participação. No entanto, esse empoderamento para a ocupação de cargos dos espaços políticos pode se tornar uma armadilha, pois as mulheres ficam cada vez mais sobrecarregadas de atividades e convidam os companheiros do município a dividir as tarefas políticas, mas eles são resistentes.

As mulheres afirmaram que a participação abre a janela para outros espaços políticos, pois, à medida que elas vão se inteirando das necessidades de suas comunidades e municípios, acabam por ocupar novos espaços, como elas dizem: “*uma coisa leva à outra*”.

Das dificuldades expostas pelas mulheres, que dificultam a participação, está relacionada também a própria participação. Ou seja, com a sobrecarga que elas têm referente à quantidade de reuniões que possuem, por participarem de diversos

espaços e serem as mesmas que estão na maioria das reuniões. Elas afirmam que, algumas vezes, precisam escolher qual reunião estarão presentes, porque os horários coincidem. Por esse motivo, o esposo de uma delas chega a compará-la (ironicamente) com a presidenta da República e afirma que ela deveria escolher apenas as reuniões mais importantes.

> *É tipo assim, às vezes, consigo uma reunião no dia da outra, quando coincide uma com a outra. É coisa assim que a pessoa tem que descobrir um santo pra cobrir outro.* (Jurema)

> *Eu enfrento* [dificuldades]*, porque teve uma semana mesmo que as reuniões coincidiram, teve a da Câmara, teve a do Conselho, depois teve a do Garantia Safra*[121]*, teve umas quatro reunião. Aí meu marido disse "essa aí agora é Dilma".* (Mandacaru)

Além de participantes dos movimentos sociais, as mulheres fazem parte das pastorais da Igreja, de conselhos municipais, de grupos produtivos. São vários os espaços políticos e sociais que as mulheres estão inseridas e, além disso, ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas.

Já em Mirandiba, elas reconhecem uma maior dificuldade para participar do sindicato, de maneira mais efetiva, com voz e decisão. Elas afirmam que, para ter o poder de voto, basta estar em dia com a mensalidade, contudo, nem sempre as mulheres possuem condições financeiras para pagarem a mensalidade do sindicato, além disso, a dificuldade de fala que elas possuem frente aos homens limita e cerceia a sua participação. A falta de recursos financeiros também aparece como um fator crucial que impede a participação das mulheres, tanto em relação à mobilidade como para pagar a mensalidade do sindicato e garantir o seu poder de voto nas tomadas de decisão.

A participação nos espaços políticos parte do reconhecimento dos direitos e deveres que os/as cidadãos possuem em situação de igualdade. Esse processo deliberativo que deve garantir o direito de posicionar-se conforme o seu ponto de vista, passa pelo reconhecimento do “outro” (JALIL, 2013). Contudo, no que tange à participação das mulheres nos espaços públicos e políticos, como sindicatos,

[121] O Garantia-Safra é uma ação do Pronaf, inicialmente voltada aos agricultores e às agricultoras familiares localizados na região Nordeste, na área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na área norte do Estado do Espírito Santo — área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), majoritariamente semiárida — que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Ver mais: http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-oprograma.

deparamo-nos com relações de poder que, embasadas por valores da lógica patriarcal, subjugam, limitam, não reconhecem e excluem as mulheres. Além dos fatores culturais e históricos que limitam a participação das mulheres, estamos aqui diante do fator econômico que impede e restringe a sua participação, interfere no seu processo de empoderamento e reproduz as desigualdades de gênero. Segundo Deere e Léon, para se

> obter igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação do acesso pela mulher tanto aos bens quanto ao poder, transformação esta que depende de um processo de empoderamento da mulher. Ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher transforma as relações de gênero e é, portanto, uma precondição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres. (DEERE; LEÓN, 2002, p. 52).

A participação no Fórum de Mulheres de Mirandiba, apesar de ser um espaço somente de mulheres, também apresentam obstáculos que limitam a sua participação. Como o Fórum integra mulheres de várias comunidades, as suas representantes assumem a responsabilidade de convidar suas companheiras e multiplicar as informações para aquelas que não podem comparecer às reuniões. As mulheres também se responsabilizam com o transporte – quando a reunião acontece distante de suas comunidades – e com a alimentação.

As dificuldades com relação à mobilidade urbana e rural no município são um problema evidente, tanto em Mirandiba como em outras cidades do sertão pernambucano. O acesso à mobilidade é um fator de impedimento do trânsito das pessoas, principalmente para aquelas que residem em comunidades rurais, pois a falta de transporte público entre as comunidades rurais e da comunidade para a cidade dificulta o deslocamento das mulheres que moram distantes dos locais onde são realizadas as reuniões. Assim, a alternativa mais utilizada são os mototáxis ou carros particulares, que, além de cobrarem um valor elevado para a população, não possuem uma regularidade de horário e são desconfortáveis para as mulheres, principalmente para as senhoras de idade mais avançada, bem como para as mulheres que precisam se deslocar com seus filhos/as pequenos/as.

Para a participação das mulheres nas reuniões do Fórum de Mulheres de Mirandiba, essa organização, na maioria das vezes, responsabiliza-se pela mobilidade das mulheres e pela alimentação, contudo, no que se refere aos outros

espaços políticos que as mulheres participam, por vezes, elas se veem limitadas devido à dificuldade de transporte que atendam às comunidades rurais.

As mulheres do Fórum executam as suas reuniões na sede da Associação da Comunidade Quilombola de Feijão e Posse, que é um espaço pequeno e nem sempre acomoda todas as integrantes – considerando que o número de mulheres varia muito, dependendo do assunto da reunião. Quando se trata de cadastro para acessar políticas públicas ou cursos de capacitação oferecidos por organizações parceiras, a sede costuma receber dezenas de mulheres.

Além disso, como se trata de um espaço que pertence à Associação, a sede é utilizada para armazenar outros materiais, restringindo ainda mais o espaço e, tornando-o, assim, desconfortável e quente[122].Em Santa Cruz, as mulheres não costumam reclamar do espaço de reunião, não sendo identificado como um empecilho para a participação das mulheres[123].

Contudo, a participação política das mulheres depende de diversos fatores que podem ser obstáculos à sua efetividade. Para algumas mulheres sertanejas, sobretudo aquelas que tiveram uma formação política mais recente, a fala nos espaços públicos mistos ainda é um limitador, nesse sentido, os espaços de mulheres as ajudam a se fortalecerem, a se formarem e a acelerarem o seu processo de empoderamento.

Outro fator limitador da participação das mulheres, que, durante muito tempo, foi justificativa para a sua exclusão dos espaços públicos, é a divisão sexual do trabalho. Veremos como as mulheres rurais, que são lideranças em suas comunidades, que participam de mais de três espaços políticos e sociais e que ocupam cargos de poder nesses espaços, lidam com as relações sociais no âmbito familiar e doméstico.

---

[122] Na medida em que o Fórum é composto por mulheres de várias comunidades rurais do município, as mulheres enfrentam dificuldades para conseguir transporte para se deslocarem para as reuniões. Normalmente, o Fórum paga a locação do carro ou da moto ou, ainda, elas conseguem carona. Na maioria das vezes, as reuniões do Fórum acontecem na Comunidade de Feijão, na sede da associação.

[123] Vale lembrar que o município é bastante pequeno. O grupo de mulheres pesquisado possui um número de integrantes mais reduzido do que em Mirandiba, e as mulheres habitam na mesma comunidade rural, facilitando, assim, o seu deslocamento para participar dentro da comunidade e também nos espaços políticos da cidade. A sede da associação também é o local de encontro das mulheres e comporta todas as integrantes de maneira mais confortável. O clima de Santa Cruz da Baixa Verde, mais ameno, devido à altitude, também contribui para o conforto das mulheres.

5.2 **As mulheres rurais da esfera pública e as implicações na vida privada**

5.2.1 A divisão sexual do trabalho *ainda* como um entrave da participação

Dentre os váriosobstáculos que as mulheres ainda enfrentam e que limitam a sua participação está a divisão sexual do trabalho – como um fator histórico, cultural, social e econômico, que é base da divisão da esfera pública e privada que exclui as mulheres da vida social e política.

Assim, questionamos às mulheres se os horários das reuniões são fatores impedidores da sua presença nos espaços. As mulheres de Santa Cruz da Baixa Verde afirmam que não sentem dificuldades de participar das reuniões por causa dos horários marcados e asseguram que os horários são convenientes, desde que a mulher saiba administrar seu tempo, no sentido de cumprir com as tarefas de casa e estar disponível para as reuniões.

> [O horário] *É bom. A* [reunião] *da câmara é de 10 horas da manhã. Se 10 horas da manhã, uma dona de casa já não tiver organizado suas coisas e sair com disponibilidade de ficar até 1 hora, 2 horas da tarde, se terminar de 1 hora, chega em casa e tá disponível pra fazer o serviço. A* [reunião] *do conselho é de 12* [horas]. *De 12 horas, eu já tenho dado o almoço e almoçado, aí fico na reunião até 3h30 da tarde e chego umas 4 horas em casa.* (Mandacaru)

> *Eu me sinto bem, porque como eu sei dividir o meu tempo de trabalho, eu não me sinto mal, qualquer trabalho que eu fizer na parte da manhã eu não me sinto estranha não, tá tudo ok.* (Jurema)

> *Nem todas, algumas são e outras não são, mas a pessoa se planejando, sendo avisada antes, se for uma reunião que comece cedo, umas 8h, 9h, a pessoa tem que se organizar, porque a organização começa de casa.* (Jurubeba)

Esse fato é recorrente em diversas pesquisas sobre mulheres rurais e participação política (THAYER, 2001; JALIL, 2013), pois as mulheres, embora se apresentem dispostas para a participação política, continuam sobrecarregadas com as tarefas domésticas e, no caso das mulheres de Santa Cruz, também são elas as responsáveis por lutar por melhorias e acesso aos benefícios públicos que chegam por meio da Associação de Moradores.

Algumas mulheres afirmam que não se deparam com dificuldades em relação aos horários das reuniões, mas reconhecem que precisam de uma organização/esforço extra para darem conta da participação sem deixar que as suas responsabilidades domésticas sejam prejudicadas.

As mulheres acumulam várias tarefas, dentre elas, as atividades domésticas, atividades profissionais e também as atividades referentes à participação política. Assim, é importante ressaltar que o horário das reuniões dos espaços políticos que ocupam nem sempre são adequados à rotina das mulheres, dificultando a participação delas. Das dez mulheres entrevistadas, três reconheceram que os horários nem sempre são apropriados, mas que, apesar disso, elas nunca deixam de participar e afirmam que se esforçam para sempre estarem presentes.

> *Atrapalha, porque é um dia de semana, eu deixo de fazer o meu serviço.* […] *Encontro dificuldade, mas eu consigo.* […] *Mas eu sempre vou à reunião, só deixo de ir se estiver doente. Eu nunca deixo de ir por causa de serviço, não.* […] *Elas* [as mulheres] *dizem que não vai deixar seus serviços pra ir pra reunião, muitas dizem.* (Catingueira)

> *Não era tão bom assim não, mas a gente fazia um esforço pra tá lá, a gente nunca faltou, porque, se fosse de manhã, é ruim da gente sair de casa e deixar tudo em casa pra fazer, mas a gente nunca deixou de participar, sempre nós estamos juntas.* (Imburana)

Sabemos que as mulheres participam de diversos espaços sociais e políticos, logo, assumem várias responsabilidades e, consequentemente, participam de diversas reuniões. Assim, uma das mulheres afirma que uma grande dificuldade é“*encontrar alguém para deixar as crianças”*, pois, quando a reunião acontece na própria comunidade, é viável, ela nunca falta, mas quando acontece em outro lugar ou quando é necessário viajar, ela não consegue acompanhar “*como antes*”, uma vez que, atualmente, ela possui três crianças pequenas.

A divisão sexual do trabalho é um fator crucial nas desigualdades das relações de gênero, pois, ainda que as mulheres afirmem que seus companheiros saibam fazer comida, “*ajudama limpar a casa e a lavar a louça”* e “*até se servemquando a comida está pronta*”, eles não assumem a responsabilidade da divisão das tarefas domésticas no cotidiano, não assumem o cuidado com crianças, o que sobrecarrega as mulheres diante da sua participação, exigindo esforços extras para que possam permanecer na esfera pública.

Percebemos opiniões opostas em relação aos horários das reuniões como sendo um fator limitante da participação, e isso tem relação direta com o perfil das mulheres. Aquelas que afirmaram que basta organizar as tarefas domésticas que é possível garantir a participação, são mulheres que moram perto do local das reuniões e mulheres com filhas/os já adultos, as outras, aquelas que percebem maior dificuldade, possuem filhas/os mais novos e moram em comunidades mais distantes. Logo, percebemos que a divisão sexual do trabalho não é uma questão resolvida no âmbito familiar.

Contudo, as tarefas domésticas não chegam a ser um fator que impeça a participação dessas mulheres[124], mas é um fator que deixa as mulheres divididas entre a vontade de participar das reuniões e a responsabilidade de assumir as atividades domésticas cotidianas. Ainda que as mulheres não deixem de participar dos espaços políticos, devido às suas atividades domésticas, é necessário um esforço da parte delas para ocuparem esses espaços, e sabemos que, quando ocupam cargos de poder, os esforços duplicam devido a maior demanda de tempo e tarefas a serem executadas. Já os homens estão numa posição de privilégio frente às mulheres, pois o fato de não acumularem tantas tarefas no espaço doméstico, possuem mais facilidade para se organizarem para as reuniões políticas e se deparam com menos obstáculos para ocuparem cargos de decisão.

Assim, esbarramos novamente com as desigualdades de gênero frente à divisão sexual do trabalho, que garantem maiores privilégios e facilidades aos homens para ocuparem os espaços que lhes são próprios dentro da organização social – o espaço de fora, do político e do público. Na próxima seção, iremos discorrer mais especificamente sobre as estratégias e negociações que as mulheres desenvolvem frente aos seus familiares e comunidade, em relação à participação política *versus* as “obrigações” domésticas.

5.2.2 As estratégias, negociações e enfrentamento das mulheres rurais diante da organização doméstica e intrafamiliar

[124] É importante destacar que estamos nos referindo a um perfil específico de mulheres. Trata-se de mulheres lideranças, que já possuem um nível de negociação e autonomia um pouco mais consolidado com seus esposos e filhas/os. Pois as tarefas domésticas continuam sendo um fator que dificulta a participação política da maioria das mulheres rurais que se encontra em posição oposta.

De fato, a questão da divisão sexual do trabalho não é um tema resolvido nas relações de gênero, sobretudo, nas relações de gênero que envolvem as mulheres rurais, que muitas vezes não reconhecem nem possuem os seus trabalhos produtivo e reprodutivo reconhecidos.

As lideranças sertanejas entrevistadas não deixam de participar das reuniões devido às tarefas domésticas, porém possuem dificuldades de negociar a divisão das tarefas “mais pesadas” com os outros membros da família, como cozinhar, lavar as roupas, buscar lenha e água. No entanto, elas delegam outras atividades que também seriam de sua responsabilidade para suas filhas, filhos e marido, como molhar as plantas, dar comidas às galinhas, lavar a louça e servir a comida.

Assim, percebemos que, mesmo que as nossas entrevistadas sejam lideranças em suas comunidades, já tenham participado de diversas discussões, reuniões e oficinas que debatem a divisão sexual do trabalho, a exploração do trabalho da mulher e o não reconhecimento do seu trabalho são muito difíceis para elas estabelecerem um compartilhamento mais igualitário das tarefas domésticas. Contudo, o fato de elas dividirem as tarefas “mais leves” já configura um início de mudança na organização doméstica, uma mudança bem incipiente, como podemos constatar, por meio dos seus depoimentos.

> *Já começo a me organizar um dia antes. Deixo pra minha menina molhar as plantas. Deixo a comida pronta, e o marido esquenta.* (Catingueira)

> *Antes era assim, hoje não.* [...] *Quando eles eram pequenos, porque eu deixava a comida pronta, e eles iam só colocar. O mais velho colocava para os outros pequenos ou então o marido colocava. Hoje tá com 6 anos que eu não coloco comida pra ninguém, eu faço a comida, e eles vão lá e colocam. De manhã, eu acordo, se eu for pra escola sem tomar café, quem ficar em casa faz o café, hoje eu não tenho mais essa preocupação.* (Baraúna)
> *Levanto de madrugada, deixo comida pronta, dou comida à galinha, água, eu deixo tudo ok. Tem um menino com 16 anos, que ele varre e passa o pano, aí eu deixo a louça lavada e a comida pronta.* (Aroeira)

> *Se a pessoa não se planejar, então não faz nada, não vai a lugar nenhum, porque têm as ocupações em casa pra pessoa fazer. Se a pessoa se organiza, planeja, tem um planejamento, a pessoa consegue. É só se levantar cedo, cuidar do almoço, cuidar no que tem pra fazer, deixa pra fazer e vai. Não é inconveniente não, porque eu já deixo tudo pronto, tudo ajeitado.* (Jurubeba)

A responsabilidade pelas tarefas domésticas sequer é questionada pelas mulheres, o trabalho reprodutivo é naturalizado como o trabalho da dona de casa, como o trabalho da mulher. Elas até participam de reuniões e de inúmeras outras atividades, desde que o trabalho doméstico esteja adiantado e não atrapalhe o andamento da organização familiar.

Por outro lado, é válido reforçar a vontade dessas mulheres em estarem nos espaços públicos e políticos, elas assumem mais tarefas, acordam mais cedo para dar conta do trabalho doméstico, mas não deixam de participar. Diante da dificuldade de negociação da divisão sexual do trabalho, “levantar mais cedo e preparar tudo” também pode ser visto como uma estratégia para não ser questionada pelo marido.

Oiticica relata que seu marido não a impede de participar das reuniões, porém tenta usar os filhos, as atividades domésticas e produtivas como empecilho para a sua participação, e ela, assim como as demais mulheres, cria as suas estratégias para não deixar de participar e cumprir as suas responsabilidades políticas.

> *Assim, ele não é contra, sabe? Nem nunca disse “Não vai!”, mas fica “Ah, tu vai, e as coisas pra fazer? E os meninos? E as galinhas pra ajeitar? E num sei o quê?” Assim, como se tivesse botando obstáculo. Diretamente, ele nem diz nada, mas fica... Aí eu digo “Não, os meninos eu resolvo, eu levo, os outros estuda”, aí ele diz “Vai deixar os menino nas casas pra ir pra reunião, passar o dia todo, fica o menino jogado”, aí eu “Não, meu filho, o menino vai comigo, nem se preocupe que ele vai”, ele “Ah, e os bicho pra ajeitar?” “Ah, num tem poblema, eu me levanto cedo, ajeito e vou embora, quando chegar, vou lá de novo, de tarde”. Enfim, eu sempre dou o meu jeito, nunca digo “Ah, num vou não”. Eu vou driblando.* (Oiticica)

A maioria das mulheres que são mães que possui filhas/os adultas/os, alguns são casadas/os e não moram com elas. Para aquelas que possuem filhas/os adolescentes ou adultas/os e que moram com elas, questionamos como se organiza o trabalho doméstico diante delas/es. Baraúna afirma que depois que começou a participar dos espaços políticos, principalmente, aqueles que estabelecem uma discussão feminista, ela questiona a divisão sexual do trabalho em sua casa com seus filhos/as.

> *Interferiu sim, porque lá em casa não tem serviço de homem e nem serviço de mulher, eu já coloco isso pra eles, porque, a partir deles, é mais fácil mudar, do que com uma pessoa que já tá com o pensamento formado. Porque a criança só vai mudar o pensamento dela a partir de uma situação, se alguém colocar pra ela por que você não veste rosa, você não vai deixar*

> *de ser homem porque veste rosa. Não vai deixar de ser homem porque varre a casa. Você vai estar no seu ambiente que é seu, que é limpo, independente de você ser homem ou não.* (Baraúna)

Por negociação ou necessidade, a organização das atividades domésticas na casa de Imburana também sofreu alterações. Ela afirma que "*depois que comecei a viajar representando o grupo, eles começaram a fazer, porque, antes, não faziam nada*". Percebemos que a saída das mulheres para a esfera pública provoca mudanças na esfera privada. Mesmo que as mulheres deixem grande parte das tarefas domésticas prontas ou adiantadas, quem permanece em casa acaba se ocupando de algo que não faria se a mãe estivesse em casa. O mesmo ocorre na casa de Jurubeba:

> *É tipo assim, quando eu não tô em casa, eles tinham que fazer tudo, aí eu estando em casa, eu faço as coisas. Eu já deixo tudo feito. Eu cozinho, boto na geladeira, quando é na hora de esquentar, eles esquentam, deixo na geladeira, já quase pronto.* (Jurubeba)

Aroeira relata que a sua participação no grupo de mulheres proporcionou um avanço na construção da sua autonomia frente ao seu esposo, pois ela afirma que, antes de participar das reuniões do grupo, ela sequer argumentava, mas, atualmente, se vê com coragem para enfrentá-lo. Por outro lado, reconhece que ainda há um caminho para percorrer até que ela se sinta totalmente empoderada diante do seu esposo. O esposo de Aroeira se utiliza da mesma estratégia do esposo de Oiticica para tentar fragilizá-la e impedir a sua saída de casa. Entretanto, Aroeira não deixa de participar dos espaços políticos, mas acaba sendo influenciada pelos questionamentos do marido e admite que fica preocupada com a possibilidade de algo negativo acontecer com as crianças e que seu marido a culpe.

> Aroeira: *Foi dois dias.*
>
> Lorena: Seu esposo falou alguma coisa porque você saiu?
>
> Aroeira: *Falou, disse o que eu ia buscar, passar dois dias num lugar que eu nunca tinha nem andado, mas eu disse que ia e eu vou. Eu tinha vontade de conhecer essa experiência, eu nem tinha horta, não tinha galinheiro, foi tudo depois dessa experiência eu vi lá. Quando o projeto de galinha chegou aqui, ele disse que não dava certo, aí hoje ele já não diz nada. Quando é pra viajar, ele diz "quem vai ficar em casa?". Quando eu vou "pras" reuniões, fico pensando de acontecer alguma coisa, medo dos menino adoecer, ele dizer "você saiu e deixou só". Só é em que penso.*

A participação das mulheres em espaços sociais e políticos ainda não é totalmente aceita pelos seus maridos. Mesmo depois da trajetória de uma década, as mulheres relatam que eles ainda as interpelam, colocam dificuldades para a sua participação, no entanto, não conseguem evitar a sua saída de casa. Baraúna relata que

> Baraúna: *Eu comecei a criar eles já fazendo, não dizendo o que é trabalho de homem, trabalho de mulher, meus três filhos cozinham independente de eu estar em casa ou não, mas a negociação pra sair de casa todo dia é um martírio. Pela questão de ser muito cobrada por aquilo, eu me constrangia de chegar e dizer, mas eu decido que vou, independentemente da conversa que eu tiver em casa, eu vou cumprir porque eu decidi. Parece que não acostuma em ter uma mulher que participa, que é ativa nesses espaços, aí é bem complicado isso.*
>
> Lorena: *Como é que se dá essa negociação entre você e ele?*
>
> Baraúna: *Eu não sei bem se é uma negociação. Eu informo, tal dia eu vou pra uma reunião tal, vai acontecer isso, vai acontecer aquilo e volto dia tal.*
>
> *Lorena: E ele diz alguma coisa?*
>
> Baraúna: *Diz. "Por que tu só pode viver nas reuniões? Porque tu não escolhe as reuniões mais importantes pra ir? Toda reunião sem futuro tu quer ir."* [...] *Pra não abrir uma discussão, fico quieta, e ele fica conversando, aí diz "você não vai falar nada?". Aí eu nem falo, pra não gerar coisa pior. Até hoje eu ainda escuto algumas palavras, não é uma coisa que muda assim, é um processo. As mulheres* [do Fórum] *são trabalhadas pra que elas procurem um mecanismo pra superar isso dentro de casa, mas é um processo, até ela se empoderar disso. O maior desafio dessas mulheres que participam está dentro de casa mesmo, não está fora.*

Baraúna chama atenção para a aceitação dos maridos, que é um processo lento, que nem mesmo o seu marido se acostumou ainda, e lembra que os grupos têm o papel de trabalhar essa questão com as mulheres.

Os grupos de mulheres têm a função de empoderar as mulheres, mostrar para elas que a situação em que elas se encontram não é individual, não é uma realidade somente delas, mas sim que se trata de uma construção social e cultural que subjuga as mulheres a uma condição de opressão e inferioridade. O processo de empoderamento se dá por meio da ação coletiva e só se torna eficaz em um processo de coletividade e solidariedade, para então alcançar as mudanças pessoais.

Contudo, percebemos que diante às negociações e estratégias junto aos seus companheiros, nenhuma das mulheres entrevistadas afirmou deixar de ir para alguma reunião devido ao impedimento de seu marido e filhos/as. Porém, trata-se de

mulheres em processo de empoderamento, e não podemos estender essa realidade para as demais mulheres rurais, pois, em conversas informais durante algumas oficinas, houve relatos sobre mulheres que só foram uma vez ao grupo ou não participam devido ao impedimento dos maridos.

5.2.3 Sobre “ficar falada”: a vida pública e política das mulheres rurais diante dos olhos da comunidade

Entendemos por comunidade um grupo de pessoas localizado em área geográfica limitada, que interage a partir de instituições comuns e possui um senso de interdependência, integração e pertencimento (OLIVEIRA, 2011; ELIAS, 2000). As comunidades onde habitam as mulheres da nossa pesquisa são comunidades rurais que se caracterizam pelos grupos de vizinhança, relações de solidariedade e, principalmente, de parentesco.

Recorremos somente, neste momento, ao conceito de comunidade para explicitar as suas características e relacionar com as reações dos indivíduos sobre o comportamento das mulheres rurais (lideranças) que destoam do padrão esposa-mãe-dona de casa ao admitir outros papéis e diante da recusa de limitar-se aos espaços sociais que lhes foram pré-definidos (casa, grupo familiar e comunidade).

As comunidades rurais compartilham significados, valores, estabelecem laços sociais e um modo de vida. Dessa forma, as mulheres rurais relatam que, ao longo de sua trajetória participativa, elas foram alvo da circulação de fofocas e maus julgamentos, que chegava a interferir na sua família nuclear. No entanto, as fofocas, os maus julgamentos e desqualificações não são particularidades das comunidades de Mirandiba e Santa Cruz da Baixa Verde.

A literatura (CORDEIRO, 2010; ABREU E LIMA, 2010; BORDALO, 2011; JALIL; 2013) que versa sobre o processo de organização e participação das mulheres rurais nos movimentos sindicais, sociais e feministas menciona a preocupação das mulheres rurais sobre risco de ficarem “faladas” ou mesmo apresentam depoimentos de mulheres assumindo que ficaram “faladas” em suas comunidades, por ultrapassem os limites sociais estipulados às mulheres.

As mulheres rurais sertanejas confirmam a existência do controle moral em suas comunidades. Algumas mulheres, como Jurema e Aroeira, costumam dar satisfações, dizendo onde estavam e o que estavam fazendo, demonstrando certa preocupação em evitar comentários depreciadores.

> *"Oxe, aquela mulher só vive no mundo, só levando a cama pra onde ela vai...". Eu dizia "Não levo minha cama". Mas tem gente que fica com um olhão. Às vezes, tem gente que vai chegando, a gente percebe assim, quando a gente vai saindo com uma bolsa... "Oxe, que que aquela mulher vai sair fora de casa, que que ela vai sair pelo mundo, deixar marido, deixar filho". Já teve pessoas que olharam minha chegada e depois diz "já chegou em casa?", e eu digo "estava em tal canto." Às vezes pode pensar "aquela mulher só vive no mundo", isso é uma curiosidade, pensando que a gente tá fazendo coisa errada por aí, mas eu, como mulher adulta, tenho meu marido, meus filhos, não vou fazer coisa errada não, sei o que quero da vida.* (Jurema)

> *Não fala a mim mesma, mas eu sinto aquela coisa, diz "tu foi pra onde?", "fui pra uma reunião no Feijão.", "é tanta reunião!", aí eu digo o objetivo da reunião.* (Aroeira)

O espaço público sempre foi atribuído aos homens, a eles sempre foi garantida a liberdade de ir e vir e poder circular em outros lugares, outras comunidades e municípios. No momento em que as mulheres começam a adentrar nesses espaços, dá-se um conflito social na comunidade. Como estratégias de controle social e moral sobre sua atuação política, as mulheres ficam "mal faladas" e viram alvo de fofocas nas comunidades rurais. Cordeiro (2012) argumenta que as ordens morais de gênero, em torno da limitação da circulação nos espaços, apresentam-se como mais um dos diversos obstáculos que as mulheres rurais militantes se deparam em sua trajetória participativa.

> E a comunidade exerce vigilância para que assim continue, utilizando entre outros instrumentos, a fofoca. Ficar "falada", ser alvo de comentários dos vizinhos e conhecidos, "não ser considerada uma mulher direita" são algumas das artimanhas que homens e mulheres utilizam para impor limites ao ir e vir das mulheres (CORDEIRO, 2010, p. 161).

A comunidade exerce vigilância moral sobre as mulheres inseridas nos espaços públicos e políticos, pois isso significa que, se elas não estão em casa, elas estão rompendo com os padrões sociais que regem as relações (desiguais) de gênero, nas quais se perpetua a divisão sexual do trabalho. Ou seja, as mulheres lideranças rurais, devido às suas atribuições e responsabilidades políticas, precisam

circular em diversos espaços e ultrapassam cotidianamente os limites do espaço doméstico, ameaçando a organização doméstica e familiar. Oiticica relata que é frequentemente questionada sobre as suas saídas de casa em relação às suas obrigações domésticas e, normalmente, são “as mulheres da comunidade” quem mais a interpela.

> *Comentam, sempre tem aqueles que dizem “Uma pessoa com três filhos pequenos, marido pra cuidar, casa e tudo, ainda arruma tempo pra ir pra reunião, pra passar dia fora, num sei o que...” Eu num ligo muito, não. E ainda tem aqueles que dizem “Poxa, mas Oiticica tem força de vontade, porque pra ter aquele monte de preocupação que ela tem, ainda arruma tempo pra ir pra reunião, num falta uma reunião”. Porque é difícil eu faltar, tem os dois lados, né? Eu escuto o lado bom. (Oiticica)*

Oiticica também afirma que algumas pessoas reconhecem o seu esforço, diante da sua realidade familiar e doméstica e de sua ativa participação nos espaços políticos e sociais. Ela diz que, diante das críticas, prefere assimilar apenas as palavras positivas de reconhecimento.

Já Catingueira levanta dois pontos interessantes. Ela também reconhece as críticas que recebe e os maus julgamentos da comunidade e afirma que isso é um problema para a sua mãe, que se preocupa “*com o que os outros vão falar*”. Assim, muitas vezes, os comentários depreciativos atingem mais os outros familiares do que a própria mulher.

Baraúna relata que, logo que começou a participar dos espaços políticos, as pessoas “*falavam dela*”, principalmente para o seu marido, com a intenção de provocar conflitos conjugais. Contudo, apesar de ele reclamar, nunca a impediu de sair de casa, mas se preocupava se alguém o visse fazendo as atividades domésticas no lugar de sua esposa. Aqui, a inversão dos papéis – mulher-público; homem-privado – aparece, de certa forma, negociada. Mas, perante a comunidade, é algo inaceitável a ser exposto, pois se trata de um rompimento muito rigoroso com os padrões que regem a divisão sexual do trabalho no meio rural e infringe a “honra” do homem público, político e “de fora”.

> *Falavam principalmente pra ele “Ah, sua mulher vai com outras pessoas, não sabe nem quem é, o que tá fazendo, deixa você aí cuidando da casa, cuidando dos filhos”. Aí ele começou a se trancar dentro de casa pra fazer as coisas. Porque ele sabe cozinhar, sabe lavar, sabe passar, sabe limpar a casa. A questão é passar uma pessoa e ver. Quando ele quer, ele faz.* [...] *Acredito que uma minoria ainda fale, mas acho que por eu sempre viajar, eles acham que eu que tenho que assumir esta responsabilidade e*

> *continuar viajando. Elas dizem "ela quem vai, ela quem sabe fazer isso", mas eu tô mostrando que não, que todas nós sabemos e podemos.*

Outra questão que Catingueira ressalta é o seu próprio reconhecimento e valorização diante da importância política e social da sua militância, pois é por meio da sua luta junto às suas companheiras que elas conseguem levar projetos sociais para a comunidade e acessar políticas públicas[125]. Nesse sentido, Imburana também relata que, a partir do momento que as pessoas da comunidade começaram a ver os resultados "concretos" do trabalho político das mulheres, elas passaram a ser mais respeitadas.

> *O povo fala que é desocupada quem anda assim. Quem se preocupa muito é minha mãe. A mãe fala "Mulher, tu vai passar esse tanto de dia, acaba com essa reunião, isso não tem futuro não". O povo diz que isso é pra gente que não tem o que fazer. Só que quando adquire um projeto pra comunidade, não sabe como foi, pensa que o governo dá as coisas, é porque teve quem batalhasse!* (Catingueira)

> *O primeiro projeto nosso foi da associação, foi de caprinos, que veio pra todos os associados. Quando chegou, fez a compra, dividiu e todo mundo ficou feliz, alegre. Aí, depois veio o segundo, que foi do Fórum com a Casa da Mulher do Nordeste. Foi um projeto de galinhas, aí ficaram mais animados. Já tem esse outro do fogão e esse outro da ATER. Aí pronto, ninguém diz nada, tá é doido pra participar.* (Imburana)

Izaura Fischer constata que as mulheres pagam um preço alto diante do seu "desvio de identidade" – da mulher recatada, caseira e passiva – mesmo obtendo conquistas materiais para a família e para a comunidade por meio dos movimentos que participam.

> Estão inseridas no conservadorismo do mundo rural em que romper os preconceitos pode custar perdas de apoio, de afetividade, de amizade e de relacionamento que antecederam sua própria existência, como a vinculação com os pais. As mulheres [...] confrontam-se e rompem relações com os parentes mais próximos, e recebem um tratamento diferenciado na sociedade (FISCHER, 2006, p. 16).

[125] Em conversas durante as oficinas, uma das mulheres relatou que não é qualquer projeto que chega à comunidade que é bem-vindo. Em um projeto do INCRA para a população quilombola, elas questionaram o tamanho e a disposição dos cômodos das casas que seriam construídas nas comunidades, pois, de acordo com a organização familiar, aquele "modelo pronto" não atendia à realidade daquela população. Tal reivindicação foi feita e alcançada. Isso demonstra o grau de empoderamento dessas mulheres, pois, além de elas travarem uma "batalha" em casa, na comunidade e nos espaços mistos para se posicionarem, elas também questionam os gestores públicos e não aceitam qualquer projeto ou política pública.

O rompimento com as regras sociais provoca mudanças, no entanto, não há mudança sem rupturas, e as relações sociais estão impregnadas de valores que são continuamente reelaborados pela sociedade (JALIL, 2013).

As mulheres rurais sertanejas afirmaram que, no início da sua trajetória de participação política, os comentários eram mais frequentes e numerosos, com o passar dos anos, a comunidade passa a se acostumar, pois a movimentação de mulheres se torna mais frequente na associação, além de que os resultados de sua mobilização política se tornam “concretos” por meio de benfeitorias materiais, o que acaba agregando outras mulheres aos grupos. Em conversas informais durante uma oficina, uma das mulheres confessou que sua mãe sempre a convidava para as reuniões, mas ela só entrou no grupo depois que viu a sua mãe ser beneficiada por um projeto.

Os comentários que controlam a mobilidade das mulheres rurais nos espaços sociais não se extinguiram, contudo, para as mulheres lideranças, não chegam a ser um fator de impedimento para a sua participação, mas é válido lembrar que para a maioria das mulheres rurais, que ainda não se encontra em processo de empoderamento, a desaprovação coletiva e familiar pode ser um empecilho para a participação política.

5.3 **As portas da vida que se abrem a partir da participação política**

As mudanças que ocorreram nas vidas das mulheres rurais ao longo da sua trajetória participativa são inúmeras. Contudo, no que se refere à questão da divisão sexual do trabalho, o processo das transformações na organização doméstica se dá de maneira mais lenta, no entanto, as próprias mulheres reconhecem pequenas mudanças nas relações familiares. Conforme discutimos, o empoderamento se estabelece por meio de um processo, e, diante dos costumes e valores arraigados na cultura patriarcal ocidental (e rural), quebrar as regras sociais não se trata de uma tarefa fácil.

O depoimento de Aroeira é uma reflexão sobre o quanto ela avançou, mas também o quanto precisa avançar e o que gostaria que fosse modificado em sua

relação conjugal. Ela vê a separação (do marido) como uma forma de romper com as desigualdades nas relações de gênero dentro do seu lar.

> Aroiera: *Mudou o poder, que eu tenho mais autonomia. De 100%, mudou 70%, ainda tem 30 que eu não conquistei ainda.*
>
> Lorena: Em relação a quê você acha que tem de conquistar?
>
> Aroeira: *Em relação ao esposo.*
>
> Lorena*:* Na relação, na negociação?
>
> Aroeira:*Sim, porque assim: eu queria que as tarefas fossem divididas, no dia que eu saísse, ele fizesse. Ele ainda tem aquele preconceito que o homem não é pra fazer coisa de casa, quem tem que fazer é a mulher, o homem não é pra lavar roupa, quem tem que lavar é a mulher. Eu tenho que lavar roupa no domingo, porque tanto eu trabalho na horta de manhã, aguo as plantas* [...][126]*. E também a questão das despesas de casa, que não é dividida. Ele acha que porque trabalha na roça, não tem um emprego fixo, não tem obrigação de ajudar, e que como eu recebo o Bolsa Família, que é o no meu nome e que é pra família, ele pensa que já tá dando a parte dele. Eu não sei se vou viver muito tempo com ele por causa disso, porque se ele não mudar, não sei até quando vou aguentar.*

No entanto, destacamos as mudanças que aparecem com mais frequência nos depoimentos das mulheres rurais, e tais mudanças se referem à liberdade, autoestima, novos vínculos interpessoais, o acesso e interesse por novos conhecimentos, sentem-se mais inteligentes, mais "*desenvolvidas*", o acesso às políticas públicas e a aquisição do poder da fala e de liderança.

> *Abriu tantos horizontes… Eu acho que eu não consigo mais parar, abriu uma sede de estar participando, de estar adquirindo conhecimentos, melhorou muito a questão em relação à minha família, de compreender as outras mulheres, a questão de ter mais argumento pra deixar as pessoas mais informadas, me deixou mais empoderada pra abrir discussão com qualquer homem, pra explicar essa questão das mulheres, dos direitos das mulheres, mudou bastante, porque eu já tinha perdido a minha autoestima de voltar a estudar.* (Baraúna)

> *Aí depois que a gente entrou nessas reunião de associação, essas ONG, essas que a gente participa, aí foi o tempo que eu fiquei mais desenvolvida, foi muito bom pra mim, eu tive muitos conhecimentos, comecei a fazer amizade com muitas pessoas, muita gente maravilhosa. Hoje eu me sinto feliz! Eu nunca me arrependo de ter entrado nessas coisas. Mudou muito, muito, muito.* (Mandacaru)

[126] Suprimimos algumas tarefas muito específicas que poderiam identificar a liderança.

Participar dos espaços públicos e políticos implica em adotar posturas, comportamentos e compartilhar códigos não convencionais para “a mulher rural”, que foi socializada para ser mãe-esposa-dona de casa. E participar desses espaços numa posição de representação e de liderança é ainda mais desafiador para as mulheres. Assim, Jurema conta que, mesmo com muita vergonha de falar, assumiu cargos de decisão nos espaços em que participa e hoje ela se percebe “mudada” diante de suas experiências participativas.

> *Ah, mudou muita coisa, eu tinha vergonha de falar, hoje eu chego, falo em público e era presidente, dava reunião e também fui secretária, escrevia tudo, lia a ata lá na frente, tinha vergonha de ler lá na frente, era matuta, que nem diz a história. E, depois, fui a tesoureira e me desenvolvi muito bem. Eu achei que foi uma experiência de vida pra mim, me ensinou muita coisa.* (Jurema)

Jurubeba relembra a sua timidez e hoje incentiva as outras mulheres a se expressarem oralmente nos espaços públicos e políticos.

> *Mudou muito, mudou bastante. Em termos da pessoa falar. A pessoa é tímida, às vezes, não falava porque pensava que estava falando errado. Então, hoje em dia é assim, se a pessoa tiver falando errado, tem alguém que aconselhe, que diz “não faz assim, é assim”, então a gente vive pra dá conselho um ao outro.* (Jurubeba)

Percebemos que os relatos referentes ao “poder de fala” adquirido com sua experiência e trajetória participativa é algo muito relevante para as mulheres rurais, pois elas passam a ter mais segurança ao expressarem as suas opiniões e ideias nos espaços públicos. Cordeiro (2010) afirma que o “poder da fala”, no qual nos referimos, envolve reconhecer que há um modo de falar, e esse modo se aprende, implica em adquirir repertórios linguísticos e superar o medo de falar errado. Baraúna reconhece a sua “evolução” diante da fala e mostra segurança e empoderamento ao identificar que, às vezes, é testada por seus companheiros e, assim, é necessário que esteja preparada para a argumentação e decisão.

> *Mudou. Eu ganhei mais conhecimento, mais poder de fala. Mas algumas coisas viraram contra mim, coisa pra me testar, pra ver mesmo se eu tô fortalecida nas minhas decisões.* (Baraúna)

As mulheres se veem no processo da participação enquanto sujeitos de direito, ocupam espaços públicos e políticos, em sua maioria, não se inibem ao se

expressarem – mesmo que algumas companheiras ainda esbarrem nessa dificuldade, que faz parte de um processo histórico de permanência no âmbito privado, de dedicação às tarefas domésticas, que limitavam seu poder de negociação, expressão oral e contestação – ocupam cargos de direção, nos quais atuam, abrem-se para adquirir novos conhecimentos, novas informações por meio de cursos, intercâmbios (de experiências agrícolas), capacitações, ingresso na universidade etc.

Podemos verificar, no Apêndice A, que o grau de escolaridade das lideranças rurais da nossa pesquisa varia do Ensino Fundamental incompleto até o Ensino Superior. A baixa escolaridade entre as mulheres rurais (em geral) é uma realidade. De acordo com o Censo Demográfico 2010, 21% das mulheres rurais são analfabetas. Já a pesquisa da Marcha das Margaridas apontou um índice de 7,3% de analfabetismo entre as mulheres rurais. Esse índice na pesquisa da Marcha cai consideravelmente em relação ao Censo, pois se trata de um coletivo específico de mulheres, todas engajadas e vinculadas a movimentos sociais e sindicais (IPEA, 2012b), corroborando com a realidade da nossa pesquisa, que aponta a maioria (6) das mulheres com Ensino Médio completo e duas com Ensino Superior completo.

A participação em espaços públicos e políticos aguça o desejo das mulheres rurais de aprender, adquirir os mais diversos conhecimentos. Acima, Baraúna afirma que voltou a estudar depois que começou a participar dos espaços políticos, e o mesmo acontece com Quixabeira.

> [...] *Quando eu comecei a participar desses espaços, por exemplo, até mesmo a formação do grupo, essas capacitações que eu participava, seminários e tudo, abriu mais minha mente pra questão de ingressar numa universidade, eu não tinha, assim, esse pensamento. Eu achava "não, vou terminar o Ensino Médio e vou ver o que vou fazer." Não tinha tanto esse pensamento voltado pra uma universidade. Quando eu fui participando, vendo aquelas coisas, ai foi abrindo minha mente pra ingressar em um Ensino Superior. E foi a partir daí que eu tive esse interesse. É enriquecedor, muitas coisas que a gente faz, muitos acham besteira e tudo, só que pra gente é de extrema importância, depois a gente vai ver que é muito importante.* (Quixabeira)

Dentre as formas de adquirir conhecimento, por meio das articulações dos grupos de mulheres, das parcerias com as ONGs e sindicatos, as mulheres têm a oportunidades de participar de diversos cursos de capacitação agrícola e não agrícola. Para lembrar o processo histórico de participação das mulheres, este era um ponto de reivindicação, pois os cursos de capacitação técnica eram voltados

somente para os homens (CAPPELLIN, 1989; SILVA, PORTELLA, 2010). As mulheres não recebiam incentivos para participar de cursos de capacitação, pois sequer eram reconhecidas como trabalhadoras.

Jurema também ressaltou a importância e mudança na sua vida decorrentes dos cursos de formação e capacitação que participou e destaca o curso sobre gestão da água, que é uma das atividades do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Ela afirma que esses cursos foram fundamentais para a melhoria de sua produção agrícola, que fez com que ela aumentasse sua renda e melhorasse a qualidade de vida da família, além de possibilitar o acesso às políticas públicas. Imburana destacou o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[127] e à assessoria técnica rural, no que tange à oportunidade de alcançar autonomia econômica e política por meio das políticas públicas.

> *Mudou, que antes a gente não sabia como trabalhar em horta, teve capacitação, a gente aprendeu, fez a horta, vendeu muito e, pra mim, deu tudo certo. A gente começou a vender pro PAA, foi lá onde a gente teve acesso de comprar as coisa que não tinha, comer melhor, dormir melhor também, foi bom.* (Imburana)

Os grupos de mulheres, especificamente, assumem a responsabilidade de empoderar as mulheres, fortalecendo a sua autoestima, mas também levando informações que lhes são preciosas, que questionam as relações com os companheiros no que se refere às políticas públicas. Assim, Aroeira relembra das atividades do grupo de mulheres que faz parte, ao deixar explícitos os direitos das mulheres e fazer com que elas compreendam isso.

> *O* [dinheiro] *da escola ele não ficava, mas ele sempre dizia assim "vamos comprar uma ovelha, vamos comprar aquilo". E o Bolsa Família ficava com ele. Aí, depois das reuniões, que sempre batia na mesma tecla: o Bolsa Família é um direito da mulher, por isso tá no nome da mulher, então elas têm que dominar esse dinheiro, fazer as compras de casa, mas é da mulher!* (Aroeira)

[127] "O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação. Esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas ou famílias que precisam de suplementação alimentar (porque estão em situação de insegurança alimentar e nutricional) e também a entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. Os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos. O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)." Ver: http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/a
quisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar.

Diante do depoimento de Aroeira, ainda identificamos uma questão típica nas relações de gênero da população rural: “quem decide o destino da renda”. Ela afirma que, até participar dos grupos de mulheres, ela repassava o recurso do Bolsa Família para o seu marido. Os estudos acerca das relações de gênero da população rural têm levantado a questão do domínio da renda. Os homens, por serem aptos a circular nos espaços públicos, possuem o poder de decisão em relação aos gastos e ao consumo familiar.

Entretanto, essa questão só apareceu no depoimento de Aroeira, e ela reconhece que é algo que ficou no passado, pois, com o apoio das suas companheiras, agora ela tem a compreensão que esse recurso é um direito das mulheres – que são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo familiar. Cinco mulheres afirmaram que a decisão do emprego da renda familiar é feita em conjunto com o marido, e as demais afirmaram que elas decidem sozinha o destino da renda familiar. Como se trata de um grupo específico, não identificamos conflitos intrafamiliares em relação ao destino da renda. Algumas mulheres relataram que elas ficam com o dinheiro do Bolsa Família e com o recurso decorrente do que vendem na feira, e o seu companheiro com a diária do trabalho na roça, mas, no final, todo esse recurso se volta para o autoconsumo familiar.

As mulheres estão se instrumentalizando e aderindo as suas próprias formas de produção, que vão além do sentido economicista do mercado e que reforçam as estruturas do capitalismo e do machismo. Por meio dos cursos de capacitação, sobretudo, aqueles realizados pelas ONGs feministas, afirmam a importância da produção voltada para a economia solidária, para a propagação das relações sociais entre as mulheres, a valorização dos elementos culturais e, principalmente, o reconhecimento das mulheres rurais enquanto trabalhadoras.

Para finalizar, as viagens aparecem como um ganho fundamental para a vida das mulheres, além de elas conhecerem novas pessoas, conhecem novos lugares, circulam por espaços que vão muito além de suas comunidades rurais. As viagens que as mulheres fazem decorrentes das oportunidades proporcionadas pelos espaços de participação são relatadas com muita satisfação.

> *Mudou tudo, porque antes eu não sabia, não conhecia de nada, não assistia reunião, não viajava, não tinha liberdade pra viajar e, hoje, eu já faço tudo isso. Pra mim, foi um ponto positivo na minha vida, mudou tudo.* (Imburana)

As viagens requerem ainda mais disponibilidades de tempo das mulheres, requerem negociações e estratégias mais cautelosas com a família, mas elas afirmam que não deixam de ir, somente se o motivo for doença[128]. Assim, as mulheres ultrapassam os limites das suas comunidades, participam de eventos e feiras em outros municípios, de seminários e congressos em outros estados e até intercâmbios em outros países.

A participação política das mulheres provoca transformações em diversos âmbitos da vida, além das práticas políticas e das lutas coletivas que garantem acesso às políticas públicas e às informações que podem beneficiar a comunidade. A participação provoca principalmente mudanças e reconfigurações nas relações intrafamiliares. As mulheres não negam que não existam conflitos em casa e na comunidade, mas, diante de seu processo de empoderamento, elas não deixam de se deslocar para buscarem os seus interesses políticos e pessoais.

A saída para a participação política abre novas portas da esfera pública, as mulheres ampliam seus conhecimentos, seus interesses e seu desejo por transformações. Assim, elas rompem a "cerca" doméstica e se veem com liberdade e capacidade para estudar, trabalhar, viajar e conhecer novas pessoas. Essas mulheres, lideranças rurais, possuem uma trajetória política e estão em processo de empoderamento e não cabem mais nos limites da esfera privada, pois elas "*não conseguem mais parar de participar"!*

[128]Anotações do caderno de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo principal discutir as influências que a participação política das mulheres rurais provoca em suas vidas privadas, a partir do momento que elas deixam os seus lares para se inserirem nos espaços públicos e políticos e retornam para a esfera privada com novas informações, novos saberes e novos posicionamentos. A ideia deste trabalho era perceber como se dão esses impactos referentes ao retorno das mulheres rurais da esfera pública para a esfera privada.

A participação política das mulheres rurais, no que tange, principalmente, à participação em espaços alternativos, constrói-se por meio de uma cultura democrática participativa forte, que favorece a existência desses espaços de participação e a presença das mulheres. A participação se estabelece como um processo de vivência que se firma pelo sentido e pelo significado motivador de um determinado grupo social, no qual faz do indivíduo protagonista de sua história, desenvolvendo a sua consciência crítica e agregando forças para incidir na transformação social.

No entanto, as formas alternativas de participação, especialmente, aquelas organizadas pelas mulheres, não adquirem destaque nos estudos sobre participação política (exceto movimentos sociais, conselhos e conferências), uma vez que não geram impacto direto na organização política, sobretudo, no âmbito da representação e deliberação, porém a participação política nesta tese foi encarada como uma atividade democrática que propicia as transformações sociais nas diversas esferas da vida, na esfera privada e, também, referente às questões subjetivas.

Dentre as diversas modalidades de participação política e democrática, que se aliam aos nossos interesses de discussão e análise, destacamos os movimentos sociais, que, de acordo com a trajetória e contexto político das últimas quatro décadas, direcionam-se para as questões culturais e identitárias, indo além das questões classistas e trabalhistas, porém sem descartá-las. Percebemos, assim, que as mulheres rurais se organizaram em movimentos sociais, justamente para reivindicar questões trabalhistas, porém evidenciando as questões identitárias ao reivindicar o reconhecimento e a valorização das suas atividades enquanto *mulheres trabalhadoras rurais*.

Assim, as mulheres rurais, especificamente, ressignificam as demandas dos movimentos sindicais rurais, pioneiros em organização e mobilização política, atentando para a ampliação dos direitos que acobertassem as suas especificidades de mulheres trabalhadoras, que reproduzem, amamentam, possuem inúmeras tarefas e trabalham na produção agrícola. Porém, antes disso, a bandeira das mulheres se erguia pelo reconhecimento do seu trabalho, até então invisível e desvalorizado.

Diante das correntes teóricas que discutem a temática dos movimentos sociais, identificamos que a corrente *culturalista-identitária* estabelece relação com a nossa temática de interesse, pois, ao criticar as relações sociais, a injustiça social e as relações de poder que subalternizam as minorias políticas, coloca luz nas questões referentes às relações de gênero no meio rural diante da esfera do trabalho, até então invisibilizadas também no campo teórico. Portanto, as discussões que embasam essa corrente produzem novos significados e novas formas de vida, permitindo, assim, a crítica que embasa a nossa discussão sobre a separação entre as esferas pública e privada, à medida que os novos movimentos sociais passam a considerar as questões do âmbito privado e subjetivo como questões políticas.

As ações coletivas também são percebidas na literatura a partir de uma perspectiva histórica, que se transforma de acordo com o contexto, provocando mudanças nas posturas dos atores sociais e, consequentemente, nas questões que as motivam (TILLY, 2010).

Os movimentos sociais e as ações coletivas, organizados pelas mulheres rurais, realizam a interface das questões que integram as esferas públicas e privadas, pois as atividades que regem as suas vidas estão imbricadas nessas esferas, e pensá-las separadamente reforça as condições de opressão e de exclusão das mulheres na esfera pública, uma vez que os papéis sociais destinados às mulheres se estabelecem no âmbito do lar, condicionando e limitando as mulheres às tarefas domésticas e do cuidado. Desse modo, a inserção das mulheres na esfera pública implica automaticamente na restruturação da esfera privada, provocando, assim, uma ameaça aos padrões de gênero que são bem definidos para garantir a ordem de uma sociedade que não favorece as mulheres.

Nesse sentido, unidas por laços sociais estabelecidos entre si, sentimentos de pertença, solidariedade, identidades compartilhadas e frente a um contexto de ampliação das oportunidades políticas e democráticas, as mulheres rurais se

organizam em movimentos e se firmam a partir de suas demandas bem definidas, a fim de provocar uma transformação na sociedade (enquanto esfera pública), mas também em suas vidas privadas.

Tomar as mulheres rurais e suas formas de participação como elementos chaves desta pesquisa visa destacar este grupo específico de mulheres com as suas particularidades, que, de maneira organizada e efetiva, vem se destacando no cenário da participação política no Brasil. As mulheres rurais que colaboraram com a presente pesquisa participam de diversos espaços públicos e políticos, no entanto, tomamos como referência os grupos de mulheres. Ainda que não nos debruçássemos sobre a trajetória dos grupos de mulheres, tivemos a intenção de evidenciar esse espaço político, que é um espaço de mulheres, para as mulheres, formado e organizado pelas mulheres, como mais um espaço alternativo de participação.

Os grupos de mulheres, especificamente, não consistem em espaços deliberativos e de alta “efetividade” em termos de influenciar, controlar e decidir sobre as políticas locais. Isso não quer dizer que as mulheres que fazem parte desses grupos não possuam capacidade de influência política em outros espaços onde participam. No entanto, os grupos de mulheres se caracterizam por ser um espaço que propicia e valoriza o seu trabalho produtivo (comumente “engolido” pelo trabalho reprodutivo), seja na produção ou comercialização, como também um espaço de sociabilidade, onde se constrói a solidariedade e fortalece as mulheres a partir dos debates que ampliam as suas percepções frente às suas condições de vida, seus papéis na sociedade e suas relações sociais.

Os grupos de mulheres agregam um número considerável de mulheres, entre 20 e 30 mulheres, pois se adequam aos seus horários, diante dos afazeres domésticos, e também funcionam como um espaço que proporciona às mulheres a pensar sobre as questões políticas da sua localidade. Assim, percebemos os grupos de mulheres como um importante espaço de formação política que as insere em outros espaços públicos e políticos. Os grupos de mulheres reforçam a constatação da participação massiva das mulheres nos espaços que se concretizam próximos a suas residências e que se debruçam sobre as questões locais da política.

Diante dos diversos espaços democráticos de participação que surgiram a partir da redemocratização do Brasil, os grupos de mulheres vêm ganhando cada vez mais força, principalmente, a partir do seu fortalecimento por meio de políticas

públicas que priorizam os grupos produtivos. Contudo, as mulheres participantes diretas desta pesquisa apresentam perfis de lideranças políticas em suas comunidades e municípios e, portanto, integram outros espaços de participação – ocupando cargos de poder e de decisão – sejam eles tradicionais ou alternativos, como movimentos sindicais, movimentos sociais identitários e conselhos municipais.

Vimos que os espaços tradicionais da política, principalmente, os espaços representativos (referentes ao executivo e legislativo), decorrentes do voto e eleições, são espaços que avançam lentamente em relação à presença das mulheres, apresentando, ainda, majoritariamente, a presença masculina. Por outro lado, as mulheres têm ocupado os conselhos, as conferências, organizando-se em movimentos sociais, executado ações coletivas efetivas e criando outros espaços de participação, que propicia o empoderamento e a autonomia das mulheres, sobretudo na esfera local.

O tema tratado nesta tese, que concede destaque às questões da participação política de mulheres rurais e o trânsito delas nas esferas da vida, possui como base teórica principal o debate acerca da dicotomia entre as esferas pública e privada. Essa questão, que é levantada pela teoria feminista, amplia os horizontes discursivos e analíticos da teoria política e é compreendida como fundante das desigualdades de gênero, da reprodução das ideias patriarcais na nossa sociedade e como limitadora do empoderamento das mulheres.

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho aparece como um mecanismo basilar da separação entre o público e o privado. Uma vez condicionadas aos papéis sociais que se restringem à esfera privada – mãe, esposa, dona de casa – as mulheres foram historicamente excluídas da esfera pública. Porém, vimos que, por meio da luta política, as mulheres rurais (e urbanas) estão mudando esse cenário e redefinindo os seus papéis na sociedade.

Contudo, a inserção das mulheres rurais na esfera pública e política se constrói mediante os conflitos e enfrentamentos para romper com a ideia de que as mulheres são capazes apenas de cumprir atividades referentes à esfera doméstica e reprodutiva da vida. No entanto, desde a década de 1980, a luta das mulheres rurais se afirma diante do reconhecimento e da valorização das mulheres enquanto trabalhadoras, ou seja, as mulheres já se encontravam inseridas nas atividades produtivas, mas não eram reconhecidas.

O trabalho feminino das mulheres rurais é permanentemente desvalorizado e invisibilizado pelos homens, pela família e também por elas próprias. Na discussão sobre divisão sexual do trabalho, especialmente no que se refere à especificidade do meio rural, o trabalho das mulheres é diluído entre as atividades que caracterizam as esferas pública e privada. Ou seja, o trabalho doméstico, que compreende as tarefas do lar e do cuidado, estende-se ao trabalho produtivo desenvolvido na horta e na criação de pequenos animais, e o trabalho na roça desenvolvido pelas mulheres é percebido como “ajuda”. Assim, o trabalho doméstico, próprio do gênero feminino, considerado com pouco ou nenhum valor, encobre o trabalho produtivo das mulheres, que gera valor monetário (por meio da comercialização), porém não é reconhecida a autoria de quem o desenvolveu, mas sim destinada a quem cabe o reconhecimento daquilo que remete à esfera pública, o homem.

A percepção acerca do trabalho das mulheres rurais as impulsionaram para reivindicar por direitos e reconhecimento, pois os preceitos da esfera privada que condicionam as mulheres a papéis que se referem ao lar e à família impediam que as mulheres fossem encaradas como trabalhadoras e produtoras de mercadorias e de recursos. Diante da invisibilidade enquanto trabalhadoras, as mulheres eram privadas dos direitos trabalhistas, sobretudo, aqueles específicos às mulheres.

A fim de valorizar o trabalho das mulheres rurais, dá-se a expressiva inserção das mulheres à esfera política, trazendo consigo a problematização das questões da esfera privada, uma vez que o trabalho da mulher rural se estabelece de forma imbricada nessas duas esferas. À medida que as mulheres vão se formando politicamente, adquirem segurança e autonomia nos espaços públicos e passam a ocupar espaços de poder e de decisão. Assim, as mulheres rompem cada vez mais com o estereótipo da condição da mulher passiva, submissa e indefesa.

A pesquisa desenvolvida em uma unidade federativa de referência em termos de participação política, como Pernambuco, compreende uma microrregião – o Sertão do Pajeú – que apresenta um importante destaque para o movimento das mulheres rurais, com o surgimento e história do MMTR-SC. Esses fatores compreendem uma base formadora de lideranças políticas e favorecem um processo de mudança na cultura política da região, exemplificado pelos casos das diretorias dos STR de Mirandiba e Santa Cruz da Baixa Verde, que são presididas por mulheres. Esse fato mostra o poder de mobilização e participação das mulheres

nesses municípios, rompendo com uma cultura machista e patriarcal que caracteriza, prioritariamente, as relações do meio rural.

No entanto, percebemos, por meio das entrevistas realizadas com as mulheres lideranças nesses municípios, que a dificuldade de romper totalmente com os valores e costumes que regem as relações familiares, sobretudo, referentes à divisão sexual do trabalho é latente. As mulheres estão nos espaços público e políticos, mas ainda permanecem como as principais responsáveis pelas tarefas domésticas. Pudemos percebemos algumas mudanças nas relações intrafamiliares, com maridos e filhos/as, no entanto, as mudanças em torno da responsabilidade das atividades domésticas são muito incipientes.

Para garantir as atividades políticas, as mulheres costumam adiantar os afazeres domésticos, tornando-se sobrecarregadas. Contudo, alguns depoimentos apontam para negociações que refletem transformações no âmbito privado, pois algumas mulheres afirmam que, antes delas ocuparem os espaços públicos, permanecendo mais tempo em casa, seus filhos/as não executavam qualquer atividade doméstica; atualmente, diante da sua ausência frequente, passaram a executar. Nesse caso ocorre um rearranjo na organização familiar, e o trabalho doméstico, antes invisível e exclusivo da mulher-mãe-esposa, passa a ser redistribuído. Outras mulheres reconhecem que, para sair de casa, acordam mais cedo para deixar a casa arrumada e a comida pronta, demonstrando o acúmulo de atividades que as mulheres sustentam entre a vida pública e privada.

Ainda que essas mulheres possuam uma trajetória participativa construída ao longo de dez ou mais anos, percebeu-se que a transição da esfera privada para a esfera pública ainda acontece sob comentários depreciativos e desconfianças provenientes tanto dos familiares como dos membros da comunidade rural, com o intuito de controlar os limites de mobilidade das mulheres. Apesar disso, foi constatado, tanto em relação às mulheres por nós entrevistadas como na pesquisa da Marcha das Margaridas, que a maioria das mulheres rurais que estão nos espaços de participação é casada e possui mais de dois filhos, ou seja, o seu estado civil e a condição de mãe não impedem as mulheres de adentrarem na esfera pública e política.

Assim, percebemos um paradoxo, pois as mulheres rurais são criticadas e, por vezes, impedidas por seus familiares de participarem dos espaços públicos e políticos, no entanto, aquelas que participam, tomam conhecimento da luta política

por seus companheiros, pais, irmãos e outros familiares e, ainda assim, a sua circulação na esfera pública não ocorre de maneira totalmente aceitável. O rompimento das mulheres com as estruturas que definiram o seu papel na sociedade é um processo conflitivo e lento, que é construído paralelamente ao seu processo de empoderamento, e não dispõe de apoio daqueles que serão prejudicados com a reorganização dos papéis sociais.

Percebemos que o processo de empoderamento acontece de maneira coletiva e que os espaços políticos de participação destinados às mulheres atuam como local onde este processo se constrói e se estabelece. As relações de poder, de opressão e de submissão passam a ser reconhecidas como tal e deixam de reger a vida das mulheres de forma neutra ou natural, pois, mesmo aquelas mulheres que reconhecem permanecer em situação de submissão, passam a identificar tais situações e refletem em busca de mudanças para as suas vidas.

A saída do privado para o público provoca transformações na vida das mulheres no retorno do público para o privado, não somente nas relações intrafamiliares, mas principalmente na autoestima e na construção da autonomia das mulheres. A dinâmica participativa, que requer uma linguagem, posicionamentos e comportamentos específicos para encarar os demais companheiros e situações de disputa política, concede às mulheres novos posicionamentos também no ambiente doméstico. Pois as mulheres afirmam que antes da experiência participativa não tinham coragem para questionar, enfrentar e negociar com seus maridos.

A participação política é um exercício democrático que se estabelece para além da esfera pública, impactando a vida privada das mulheres, proporcionando meios de quebrar as barreiras da invisibilidade, da subalternidade e da inferioridade que a sociedade patriarcal condiciona às mulheres. A participação política na vida das mulheres rurais se materializa como um caminho que aponta para o questionamento das relações de gênero, alterando o cotidiano familiar e os valores comunitários vigentes do meio rural. A participação política proporciona sonhos, desejos e conhecimentos que as mulheres rurais sequer pensavam que poderiam desejar e alcançar. A participação política tem alterado os indicadores referentes à escolaridade das mulheres. A participação política influencia a vida privada das mulheres rurais na medida em que abre diversas janelas da esfera pública, deixando claro que a esfera privada não é o único espaço em que as mulheres podem transitar e sequer é um espaço exclusivo das mulheres.

Os valores patriarcais que caracterizam o meio rural são de fato bastante intrínsecos, não podemos afirmar que mesmo as lideranças rurais entrevistadas, que possuem uma década de trajetória participativa, estão livres e totalmente empoderadas, por isso, referimo-nos frequentemente que elas se encontram em processo de empoderamento. No entanto, percebemos mudanças em suas relações sociais, segurança em seus posicionamentos, mudanças em suas expectativas e planos e, principalmente, a capacidade de refletir sobre a sua condição de vida.

A participação política favorece uma expressãodialética entre as esferas pública e privada nas vidas das mulheres lideranças rurais, ou seja, elas se fortalecem na esfera pública para adquirir autonomia nas relações da vida privada, e a esfera privada é reorganizada e reestruturada mediante as conquistas políticas, pessoais e subjetivas que adquiridas na esfera pública.

Contudo, destaco,ainda, que as questões raciais, étnicas (identitárias e políticas), sobre a violência doméstica e política, a sexualidade e o uso social do tempo no meio rural são apontadas para possíveis desdobramentos desta tese, uma vez que essas questões também lidam intrinsecamente com as esferas do público e do privado.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o campo**: lutas, organização, contradições1962-1987. Tese de Doutorado em História, UFPE. Recife, 2003.

_____. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide**. Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas.Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____, Maria do Socorro. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. 2 ed. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 101-123.

AGACINSKI, Sylviane. **Política dos Sexos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.8. Brasília, maio-agosto de 2012, p.237-263.

ARAÚJO, Clara. **Mulheres e representação política**: a experiência de cotas no Brasil. Revista Estudos Feministas, v.6, n.1, 1998, p.71-91.

_____. Ações afirmativas como estratégias políticas. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002, p. 143-193.

_____. As mulheres e o poder político: desafios para a democracia nas próximas décadas. In: BASRTED, Leila Linhares; PITANGUI, Jacqueline (Orgs.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

_____. Cidadania democrática e a inserção política das mulheres**. Revista Brasileira de Ciência Política**, nº9. Brasília, set. 2012a, p. 147-168.

_____. Feminismo e poder político, uma década depois. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012b. p. 243-267.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ÁVILA, Maria Betânia; SANTOS, Joana; FERREIRA, Verônica. **Mulheres no orçamento participativo**: estudo da experiência de Recife, na gestão 2001-2004. Fundo do Desenvolvimento das Nações unidas para a Mulher. Department for International Development, 2006. (Relatório de Pesquisa).

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, nº 50, 2000, p. 25-46.

_____. New public spheres in Brazil. **International Journal of Urban and Regional Research,** 2006.

_____. **Sociedade civil, instituições participativas e representação**: da autorização à legitimidade da ação. Dados, Rio de Janeiro, vol.50, n.3, p.443-464, 2007a.

_____.(Org.). **A participação social do Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007b.

_____. (Org.). Introdução. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p.7-56.

_____. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. Introdução. In: PIRES, Roberto Rocha C. (Org.) **Diálogos para o desenvolvimento** - Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011. v.7

_____; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática: o orçamento participativo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, Participação e Instituições Híbridas. **Teoria e Sociedade**: Instituições HÍbridas e Participação no Brasil e na França, Número especial, p.16-41, 2005.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Teoria geral da política***.* A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2 Maio/Agosto, 2012.

BORDALO, Caroline Araújo. Os caminhos da política: o sindicalismo rural e osmovimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco.Rio de Janeiro:**Dissertação de mestrado**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

BOTTOMORE, Tom. **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 14ºed.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia republicana e participativa. **Novos Estudos Cebrap**, 71, março 2005. p. 77-91.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./ abr. 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: _____; DANTAS, Isolda (Orgs.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva par as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 11-34.

_____; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição (Orgs.). **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPPELLIN, Paola. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BUSCHINI Cristina (Orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Ed. Vertice/ Fundação Carlos Chagas, 1989. p. 225-298.

CARNEIRO, Maria José**.** Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho, 11-22,1994.

CASA DA MULHER DO NORDESTE (CMN). **Projeto Mulheres na Caatinga**. Financiado pelo Programa Petrobras Ambiental. Afogados da Ingazeira: CMN, 2013.

CASTRO, Mary; LAVINAS, Lena. Do Feminino ao Gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Editora Rosa dos Tempos, 1992.

COÊLHO, Denílson Bandeira. Gestão municipal e arranjos participativos em Pernambuco: entre racionalidade política e ajustes distributivos. In: AVRITZER,

Leonardo (Org.). **A participação social do Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CONTAG. Macha das Margaridas: 11 e 12 de Agosto de 2015. **Projeto para Captação de Recursos**. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 2014.

CORDEIRO, Rosineide. **Além das Secas e das Chuvas.** O uso da nomeação Mulher Trabalhadora Rural no sertão central de Pernambuco**.** Tese de doutorado defendida pelaPontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC. São Paulo, 2004.

_____. Empoderamento e mudanças nas relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. 2 ed. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 145-171.

COSTA, Ana Maria. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism). **Redesaúde**: presença da mulher no controle social das políticas de saúde. Anais da capacitação de multiplicadoras em controle social das políticas de saúde. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003, p. 82-101.

_____. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, ago.2009.

CUNHA, Eleonora S. M. A efetividade deliberativa dos conselhos municipais de saúde e de criança e adolescente no Nordeste. In: AVRITZER, Leonardo.(Org.). **A participação social do Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 135-162.

CYFER, Ingrid; NEVES, Raphael. Entrevista com Nancy Fraser. In: ABREU, Maria Aparecida (Org.) **Redistribuição, Reconhecimento e Representação**: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: IPEA, 2011.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1996.

DEERE, Carmen Diana.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO, Guilherme e CARDOSO Jr., José Celso. **A universalização de direitos sociais no Brasil:** a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000.

DELPHY, Christine. Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles. In: **Nouvelles Questions Féministes**, Paris, nº 2, p.59-74, 1981.

ESMERALDO, Gema Galgani. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**.** In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo engajamentos políticos. Niterói:Alternativa, 2013.

_____. Mulheres em movimento: da descoberta do corpo sexuado à invenção da existência social, política e profissional. In: GUETAT-BERNARD, Hélène; GRANIÉ, Anne Marie. **Genre & agriculture familiale paysanne Regards Nord-Sud**: Débates entre mondes académique, du développement et de la formation. Toulouse: Université de Toulouse II-Le Mirail. mai 2012.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Gênero e Desigualdade. **Cadernos Feministas**, São Paulo: SOF, 1997.

FERES JUNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. **Teoria política contemporânea**: uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Verbete: Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** Editora Unesp, 2009.

FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia atualmente existente. Revista Ecuador Debate. n. 46. Quito, abril, 1999, p.139-174.

_____. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e Status na sociedade contemporânea. In: **Revista Interseções**, n.1, ano 4, 2002a. PPCIS/UERJ

_____. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Trad. Teresa Tavares. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº.63, out. 2002b.

_____. Políticas feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002c. p. 59-78.

_____. Mapping the Feminist Imagination: from redistribution to recognition to representation. In BROWNE, Jude (Ed). **The Future of Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In: **Revista Mediações**, v.14, n.2, pp.11-33, julho-dezembro, 2009.

_____. Repensando o reconhecimento. **Revista Enfoques:** revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia

da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Em: http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A produção da autonomia:** os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Estud.soc.agric., Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007. p. 89-122.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Teorias dos movimentos sociais.** Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana In: **Repensando a Experiência Urbana na América Latina**: questões, conceitos e valores ed. Buenos Aires : CLACSO, 2000. p. 175-201.

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil**. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. (Org). **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2ªed. São Paulo: Loyola, 2009.

GUERRA, Isabel Carvalho**. Participação e acção colectiva:** interesses, conflitos e consensos. São João do Estoril: Princípia, 2006.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. Culturas brasileiras da participação democrática. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 13-26.

HABERMAS, Jürgen**. Teoría de la acción comunicativa**. Racionalidad de la acción y racionalización social. Tomo I. Madrid: Taurus, 1987.

_____. Três modelos normativos de democracia. In: **Lua Nova**, 1995, n. 36, p. 39-53.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de.; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. Revista **NERA**. Presidente Prudente, ano 9, n. 8, jan/jun. 2006. p. 1-28.

HERRERA, Karolyna Marin. Uma Análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva das multifuncionalidade agrícola.**Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**.(Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília, ano 1, dezembro, 2010, p. 45-49.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. 1ªed. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros**. Relatório de pesquisa. Brasília: IPEA, 2013a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Marcha das Margaridas:** perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 2013b.

JALIL, Laeticia Medeiros. **As flores e os frutos da luta:** o significado da organização e da participação política para as mulheres trabalhadoras rurais. 2013. 208 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. Revista**Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.
KERGOAT, Danièle. Verbete: Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009.

_____. Relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho. In: MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina; LOPES, Marta Júlia Marques (org.). **Gênero eSaúde.** São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1996.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007. 155p.

LAMOUREUX, Diane. Verbete: Público/privado. In: HIRATA et al. (Orgs.).**Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009.

LE DOARÉ, HÉLÈNE. Verbete: Paridade. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora Unesp, 2009.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, n. 13, 2001. p. 94-106.

LIPSON, Leslie. **A Civilização democrática**. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1966.

LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como processo político de conquista da cidadania e de inclusão social das mulheres. In: TORNQUIST, Carmen Susana. **Leituras de Resistência**: corpo, violência e poder. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 299-310.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da Abertura. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1983. 2ªed.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação**: Territórios em disputa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Apresentação. O feminismo e a refundação da teoria política. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras.** Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

MILBRATH, L. W. **Political Participation***.* Chicago: RandMcNally, 1965.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú.** Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2011.
MORENO, Renata (Org). **Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2012.

OFFE, Clauss. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
OKIN, Susan. Gênero: O Público e O Privado. **Revista estudos de gênero,** Florianópolis: 16(2), maio-ago. 2008.

OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. **Os espinhos, as flores e os frutos do mandacaru**: as transformações na configuração social de uma comunidade rural camponesa a partir da intervenção de atores externos. 2011. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999

PACHECO, Maria da Glória Costa. O feminino “bem comportado”: trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934). **História, imagem e narrativas**. n°5, ano 3, setembro/2007

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas***,* Florianópolis, UFSC, v. 12, n. 1, p. 229-252,jan./ abr. 2004.

PEDREIRA, Elena Beltrán. Público y privado (sobre feministas y liberales: argumentos em um debate acerca de los límites de lo político). **Doxa** 15-16. 1994, p. 389-405.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, Florianópolis:CFH/CCE/UFSC, v.9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PITKIN, Hanna. **The Concept of Representation**. San Francisco: University of California Press, 1967.

_____. Representação: palavras, instituições e idéias. In: **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, 2006, nº 67, São Paulo: CEDEC. p.15-47.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. Feminismo, história e poder. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 269-287.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional.**Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 2011, p. 259-305.

PUTNAM, Robert. **Making Democracy Work**: civic tradition in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**: trajectos. 5ed. Lisboa: Gravida, 2008.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2ed. São Paulo: editora Unesp, 2014.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. **As dimensões da participação política no Brasil.** Teoria & Pesquisa, v. 20, p. 11-36, 2011.

RIBEIRO, Uriella Coelho. Saúde é assunto para as mulheres: um estudo sobre a dinâmica participativa de Conselhos Municipais de Saúde do Brasil. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p.215-252.

RIOT-SARCEY, Michèle. Verbete: Poder(es). In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora Unesp, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político.** São Paulo: Almeida, 2010. 104p.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas"?**: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena***:* experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org**.). Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Cecília McDowell. Democracia participativa e gênero: notas para uma agenda de pesquisa feminista. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 237-254.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista.** I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, promovido pelo NEIM/UFBA. Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 253p.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elizabeth. **Lugar no Governo:** Álibi ou Conquista? Revista Estudos Feministas, Florianópolis. n.2, 348-364. 1993.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação de Cultura. Parte IV – "Socialismo e Democracia", 1961, p. 285-366.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal***.* As feministas francesas e os direitos do homem*.* Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). **Mulheres do Campo e da Floresta**: diretrizes e ações nacionais. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: SPM, 2011.

SEN*,* Amartya*.* **Desenvolvimento como liberdade***.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Berenice Gomes da. **Políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais:** análise sobre a Marcha das Margaridas. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015.

SILVA, Carmen. Crise do sistema político e participação das mulheres. In: SILVA, Carmen; ALVES, Mércia; ARANTES, Rivane. **Participação política das mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

_____; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. 2 ed. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2010. p.127-144.

SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, problemas e práticas**. nº 35, 2001, p.117-138.

SILVA, Marcelo Kunrath. A expansão do orçamento participativo na região metropolitana de Porto Alegre: condicionantes e resultados. In: AVRITZER, Lernardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática:** o orçamento participativo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Tarcício. Da participação que temos à que queremos: o processo do orçamento participativo na cidade do Recife. In: AVRITZER, Lernardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática:** o orçamento participativo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

SINGER, Paul. **São Paulo**: o povo em movimento. São Paulo: Cebrap; Petrópolis: Vozes, 1980.

TARROW, Sidney. **Power in Movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **As relações entre a sociedade civil e o estado**: uma comparação entre Cabo Verde e Guiné-Bissau (1994-2008). 2013. 314f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013**.**

THAYER, MILLIE. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão.**Estudos Feministas** [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 103-130. ISSN 1805-9584.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900 – 2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. London, Addison-Wesley, 1978.

_____. Os movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, 2010, p. 133-160.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América:** leis e costumes. Livro I. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

TOURAINE, Alain. **Podremos vivir juntos**? México, Fondo de Cultura económica, 1997.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, nº67. São Paulo, 2006, p. 191-228.

VARGAS, Virgínia. Participação política das mulheres no século que começa. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife: SOS Corpo. Ano III, n.2. dez. 2009.

VARIKAS, Eleni. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os gêneros. **Revista Estudos Feministas**, v.4, n.1, 1996, p.65-95.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2105**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.

WALBY, Silvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Brasil Blackwell. 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **Anais** do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, agosto, p.90-146, 1997.

WEBER, Max. **Economia y sociedade**. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.
_____. **Ciência e política***:* duas vocações. A política como vocação. São Paulo: Cultrix, 1970. 124 p.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas &Resistências**. Londrina, v.1,set. 2006, p. 60-75.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia hoje**. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001, p. 364-386.

_____. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, nº67. São Paulo, 2006, p. 139-190.

ZIMMERMANN, Silvia A.; FERREIRA, Ana P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. **Aun hay tiempo para el sol:** pobrezas rurales y programas sociales.Rio de Janeiro: Actionaid, 2008.

APENDICE A

Quadro:Perfil das mulheres lideranças rurais

Nome	Idade	Cor	Estado civil	Filhxs	Escolaridade	Ocupação	Renda	Titular da terra
Mandacaru	54	Parda	Casada	3	Ensino Fundamental	Dona de casa, Agricultora, artesã, presidente de associação, comerciante.	Vende material reciclado, faz crochê, recebe Bolsa Família	Sogra
Jurema	49	Branca	Casada	5	Ensino Médio	Agricultora	Bolsa Família (70 reais), comercializa na feira (600 reais)	Marido
Jurubeba	42	Morena	Casada	3	Ensino Médio	Agricultora	Bolsa Família (102 reais), faz artesanato, vende Avon	Marido
Quixabeira	29	Negra	Solteira	0	Ensino Superior	Agricultora	Bolsa de Apoio Acadêmico da Universidade	Tio (falecido)
Oiticica	27	Negra	Casada	3	Ensino Médio incompleto	Dona de casa, agricultora, artesã.	Bolsa Família (310 reais), é manicure e artesã, vende ovos. O marido recebe salário mínimo	Marido
Caroá	47	Negra	Casada	4	Ensino Fundamental incompleto	Agricultora	Recebe Bolsa Família e vende doces na feira. Marido e filho trabalham na roça, vende óleo de mamona.	Sogro
Catingueira	54	Parda	Casada	6	Ensino Médio	Agricultora	Recebe Bolsa Família e 300 reais do trabalho na creche. O marido ajuda na feira. Ele recebe aposentadoria	Avô
Imburana	49	Negra	Casada	4	Ensino médio	Agricultora	Recebe Bolsa Família (119 reais), faz bolo uma vez por mês e vende na própria comunidade, faz cocada para vender nas reuniões, mas não comercializa na feira. Esposo trabalha na roça, recebe	Sogro

							diária. Os filhos que moram com ela trabalham na roça, mas não ganham. E tem o Seguro Safra.	
Baraúna	41	Negra	Casada	3	Ensino Superior	Professora	1.500 reais	Avô (herdeira)
Aroeira	46	Parda	Casada	5	Ensino Médio	Agricultora e Professora	Bolsa Família e remuneração da escola	Avô (herdeira)

Fonte: A autora, 2016.

APENDICE B

Quadro: Número de mulheres por Comissão Permanente do Congresso Nacional Brasileiro

COMISSÃO PERMANENTE	Nº	COMISSÃO PERMANENTE	Nº
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR	2	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC	1
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI	4	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA	4
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC	3	**Comissão de Legislação Participativa - CLP**	**6**
Comissão de Cultura - CCULT	2	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS	0
Comissão de Defesa do Consumidor - CDC	3	Comissão de Minas e Energia - CME	0
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD	**7**	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN	3
Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU	3	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO	2
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS	0	**Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF**	**10**
Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM	3	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP	4
Comissão de Educação - CE	**8**	Comissão de Turismo - CTUR	1
Comissão do Esporte - CESPO	1	Comissão de Viação e Transportes - CVT	4
Comissão de Finanças e Tributação - CFT	1		

Fonte: A autora, 2016.

APÊNDICE C

QUADRO: Objetivos e temas das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres 2004-2016.

CONFERÊNCIAS	OBJETIVO	TEMÁRIO
I CONFERÊNCIA	Propor diretrizes para fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	I - Análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade; II - Avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres nas três instâncias de governo: municipal, estadual e federal frente aos compromissos internacionais - acordos, tratados e convenções; III - Proposição de diretrizes da Política Nacional para as mulheres numa perspectiva de gênero, apontando as prioridades dos próximos anos.
II CONFERÊNCIA	a) Analisar e repactuar os princípios e diretrizes aprovados na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM); b) Avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2004/2007 (PNPM) nos níveis federal, estadual e municipal; c) Apresentar propostas de alteração do conteúdo do PNPM e da sua forma de execução; d) Analisar a participação política das mulheres nos espaços de poder e elaborar propostas para ampliar sua inserção.	I – Análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do PNPM, avaliação das ações e políticas propostas no PNPM, sua execução e impacto; II – Participação das mulheres nos espaços de poder.
III CONFERÊNCIA	Discutir e elaborar políticas públicas voltadas à construção da igualdade, tendo como perspectiva o fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício pleno da cidadania das mulheres no Brasil.	I - análise da realidade brasileira: social, econômica, política, cultural e os desafios para a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, e que contribuam para a erradicação da pobreza extrema e exercício pleno da cidadania pelas mulheres brasileiras; II - definição de prioridades de

		políticas para o próximo período, tendo como base a avaliação, atualização e aprimoramento das ações e políticas propostas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sua execução e impactos.
IV CONFERÊNCIA	Fortalecer a Política Nacional para as Mulheres e por objetivos específicos: I - Promover, qualificar e garantir a participação da sociedade, em especial das mulheres, na formulação e no controle das políticas para as mulheres. II - Fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil para maior efetividade na execução e controle da Política Nacional para as Mulheres. III - Estimular a criação e o fortalecimento das organizações feministas e de mulheres. IV - Estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos municipais, estaduais e do Distrito Federal e Nacional dos direitos das mulheres. V - Estimular a criação e o fortalecimento dos organismos governamentais municipais, estaduais, do Distrito Federal e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. VI - Estimular a elaboração e o fortalecimento de Planos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e Nacional de Políticas para as Mulheres. VII - Apresentar balanço da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM. VIII - Discutir e definir subsídios e recomendações para a construção do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. IX - Discutir e elencar recomendações para um Sistema Político com participação das mulheres e com igualdade de direitos. X - Levar informações e estimular a atuação conjunta de municípios e estados em torno de planos e metas	I - Contribuição dos conselhos dos direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidade para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios. II - Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para as mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios. III - Sistema Político com participação das mulheres e igualdade: recomendações. IV - Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres: subsídios e recomendações.

	comuns para as políticas para as mulheres.	

Fonte: A autora, 2016.

APÊNDICE D

Tabela: Número de Conselhos Estadual e Municipal de Direitos da Mulher por estado e região.

Região Norte	**Conselho Estadual**	**Conselhos Municipais**
Amazonas	X	11
Pará	X	17
Acre	X	16
Rondônia	X	3
Roraima	X	-
Amapá	X	1
Tocantins	X	35
Total:	**7**	**83**

Região Nordeste	**Conselho Estadual**	**Conselhos Municipais**
Pernambuco	X	52
Ceara	X	7
Rio Grande do Norte	-	2
Maranhão	X	3
Piaui	X	1
Paraiba	X	4
Alagoas	X	7
Sergipe	X	9
Bahia	X	28
Total:	**8**	**113**

Região Centro-Oeste	**Conselho Estadual**	**Conselhos Municipais**
Mato Grosso	X	9
Mato Grosso do Sul	X	13
Goiás	X	4
Distrito Federal	X	-
Total:	**4**	**26**

Região Sudeste	Conselho Estadual	Conselhos Municipais
Rio de Janeiro	X	21
São Paulo	X	44
Minas Gerais	X	92
Espírito Santo	X	13
Total:	**4**	**170**

Região Sul	Conselho Estadual	Conselhos Municipais
Paraná	X	8
Santa Catarina	X	22
Rio Grande do Sul	X	45
Total:	**3**	**75**

Brasil	Conselho Estadual	Conselhos Municipais
Total:	**26**	**467**

Fonte: A autora, 2016. Com dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

APENDICE E

Quadro: Municípios do Sertão de Pernambuco destacados conforme a existência de Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Municípios de Pernambuco com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Altinho, Afrânio, Agrestina, Agua Preta, Belo Jardim, Bezerros, Bom Jardim, Bonito, Bodocó, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Caruaru, Catende, Cupira, Ingazeira, Igarassu, Iguaraci, Ipojuca, joboatão dos Guararapes, Jatobá, Joaquim Nabuco, Jupi, Lagoa dos Gatos, Lagoa Grande, Limoeiro, Moreno, Olinda, Palmares, Panelas, Parnamirim, Passira, Pesqueira, Petrolina, Petrolândia, Paudalho, Pombos, Quipapá, Recife, Ribeirão, são Bento do Una, São José de Belmonte, São José do Egito, São Lourenço da Mata, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Teresinha, Serra Talhada, Sertânia, Tamandaré, Tracunhaém, Verdejante, Vicência, Vitória de Santo Antão.
Polo Sindical Sertão do Pajeú	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, **Iguaraci**, **Ingazeira**, Itapetim, Quixaba, **Santa Terezinha**, **São José do Egito**, **Sertânia**, Solidão, Tabira, Tuparetama.
Polo Sindical Sertão Central	Betânia, Calumbi, Cedro, Custódia, Flores, Mirandiba, Salgueiro, Santa Cruz da Baixa Verde, **São José do Belmonte, Serra Talhada**, Serrita, Terra Nova, Triunfo, **Verdejante**

Fonte: A autora, 2016.

ANEXO A

Tese apresentada no IV Congresso da CONTAG em 1985.

A Comissão de Sindicalismo do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais

Proposta para aumentar a participação de nós mulheres Trabalhadoras Rurais, no nosso Movimento Sindical.

APROVADA

Resumo: No 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais-85

PROPOSTA DO POLO SINDICAL DA FETAPE NO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO

NOSSAS CONSIDERAÇÕES procurarão esclarecer alguns pontos importantes da realidade:

- a participação das mulheres no Mov.Sindical de Trabalhadores Rurais ainda não é suficiente. A participação das mulheres ainda é pouca diante das grandes necessidades das lutas do Movimento Sindical;
- há um grande potencial de participação sindical nas mulheres do campo, elas vivem diretamente todas as consequências das péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais;
- as mulheres têm importante papel, direto e indireto, na produção. As mulheres garantem as condições para o homem trabalhar.E muitas mulheres assumem a chefia da família sozinhas, e aí sofrem bem mais do que os homens;
- existe a absurda e injusta situação da mulher do campo fazer o mesmo trabalho do homem, quando assalariada, e receber metade do salário do homem;
- as mulheres vivem uma situação específica de discriminação como mulher. Muitas vezes são inseguras, sentem-se inferior aos homens. São maês, e sua saúde para gerar e amamentar os filhos, merece cuidados especiais. Têm uma responsabilidade mais direta com os filhos, basta juntarmos 30 mulheres do campo casadas e, se somarmos seus filhos, serão 240 filhos!
- as transformações sociais necessárias ao país necessitam da participação das mulheres. A verdadeira democracia para o povo necessita da participação organizada de todos os trabalhadores - homens e mulheres!

POR ISTO PROPOMOS:

- que, de forma organizada e planejada, com programação específica dirigi às mulheres, os Sindicatos assumam aumentar a participação das mulheres no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais;

COMO?

. que sejam encaminhados ENCONTROS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS: é preciso ouvir as mulheres e discutir com elas a sua participação;

. fazer levantamento e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres, tal como a do salário igual para trabalho igual, o aumento da participação sindical, etc.;

. promover treinamentos de lideranças femininas para que estas auxiliem Sindicato no desenvolvimento da participação sindical das mulheres;

SEM PARALELISMO SINDICAL . SEM COMPETIÇÃO COM OS HOMENS . SEM PERDER A REFERENCIA SINDICAL . RESPEITANDO O NÍVEL EM QUE SE ENCONTRAM AS MULHER

PARA O 4º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS

PROPOSTA DO POLO SINDICAL DO SERTÃO CENTRAL - PERNAMBUCO

SOBRE: *A Participação das Mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.*

Nossas considerações procuram esclarecer que:

- *a participação das mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais ainda não é suficiente, embora exista um grande potencial de participação sindical nas mulheres;*
- *as mulheres têm importante papel, direto e indireto, na produção;*
- *existe a absurda e injusta situação da mulher do campo fazer o mesmo trabalho do homem, quando assalariada, e, no entanto, receber metade do salário do homem;*
- *as mulheres vivem uma situação específica de discriminação como mulher;*
- *para a transformação social é indispensável a participação das mulheres.*

Vejamos então:

CONSIDERANDO:

- *que, apesar de existir dentro do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, a concepção de que as mulheres já são parte naturalmente integrada no Movimento Sindical, verificamos, mesmo sem necessitar de levantamento rigoroso, que a participação da mulher ainda não é suficiente .*

  É pouco:

  . *o número de MULHERES ASSOCIADAS (inclusive, sabemos que muitas mulheres, esposas e filhas de trabalhadores rurais, não se associam porque pensam que a associação do homem é suficiente);*

  . *o número de DELEGADAS SINDICAIS E REPRESENTANTES DE BASE;*

  . *o número de MULHERES DISPONÍVEIS PARA DIRETORIAS DE SINDICATO;*

  . *o número de MULHERES NAS ASSEMBLÉIAS, REUNIÕES E MANIFESTAÇÕES,*

  É pouco em relação:

  . *à participação dos homens;*

  . *ao número de mulheres;*

  . *às necessidades de luta do Movimento Sindical;*

- *que há, sem dúvida nenhuma, grande potencial de participação sindical nas mulhres trabalhadoras rurais como membros que são da classe trabalhadora rural, por causa da sua situação objetiva de vivenciarem, diretamente e indiretamente, todas as consequências das péssimas e injustas condições de vida dos trabalhadores rurais;*

- *que as mulheres têm um papel fundamental na reprodução da força de trabalho dos homens quando assumem todas as tarefas domésticas que dão condições concretas para o homem trabalhar, assim como cozinhar, limpar, arrumar, cuidar da saúde dos filhos, cuidar dos animais pequenos, remendar e costurar roupas e demais serviços domésticos;*

- *que as mulheres, além de garantirem a reprodução da força de trabalho dos homens, ainda auxiliam no trabalho geral da roça, contribuindo então diretamente na produção;*

- *que as mulheres trabalhadoras rurais, ao terem que assumir a chefia da família, passam por sofrimentos ainda maiores que os homens, pois não é valorizada sua capacidade de trabalho e, quando conseguem trabalhar, pagam-lhe metade do salário do homem pelo mesmo trabalho;*

- *que as mulheres vivem uma situação com características bem próprias do seu mundo de mulher, as quais pesam muito no seu modo de viver, pensar e participar; pois, vejamos:*

a. na vida familiar a autoridade é do homem; por ser assim, a mulher vive certos sentimentos de inferioridade e insegurança que necessitam ser discutidos e superados para um melhor desenvolvimento da mulher como pessoa e da sua participação sindical e política;

b. como mães, vivem situações de saúde que são só delas como mães e que trarão consequências também para os filhos; a gestação, a amamentação, a perda de filhos no ventre, são questões que merecem discussões e soluções, afinal estes problemas são vividos por todas as mulheres trabalhadoras e não são discutidos, principalmente no meio rural;

c. se reunirmos apenas 30 mulheres do campo, casadas, estaremos reunindo mães de uma média de 240 filhos: imaginemos então a responsabilidade real que têm as mulheres no cuidado e educação das crianças;

- que o nosso país atravessa momentos importantíssimos em que necessita da participação ativa e consciente de todos os seus cidadãos, homens e mulheres, principalmente dos homens e mulheres da classe trabalhadora e que, nesta situação atual do país, com o advento da democracia tão necessária aos trabalhadores brasileiros, o Movimento Sindical necessita recorrer a todos os seus potenciais para aprofundar sua solidez orgânica e sua ação sindical, no objetivo de enfrentar com segurança os novos tempos políticos do Brasil;

PROPOMOS:

dores Rurais, de forma organizada e planejada, para fortalecimento e enriquecimento do Movimento Sindical;

- que esta integração desenvolva-se de forma específica, que se dê incentivo e oportunidade para facilitar maior participação das mulheres no Movimento Sindical;
- que o trabalho específico com as mulheres se dê dentro da referência sindical, sem paralelismo de nenhuma forma, sem competição com a participação dos homens, sem divisões, guiando-se apenas pelos seus problemas e reivindicações específicas;
- é preciso, então, ouvir as mulheres, é preciso reuní-las, é preciso discutir com elas como elas pensam sua situação e como decidem participar: para isso, ENCONTROS DE MULHERES TRABALHADORES RURAIS é instrumento indispensável; estes Encontros de Mulheres Trabalhadores Rurais deverão constar de uma programação estruturada a nível de comunidades, municípios, regiões, estado, principalmente área de produção com mão de obra feminina, dentro de um processo de análise vivido pelos Sindicatos para que estes assumam a coordenação do trabalho com consciência e firmeza;
- é preciso desenvolver e capacitar lideranças femininas para a coordenação e o desenvolvimento da participação das mulheres no Movimento Sindical através de TREINAMENTOS DE CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS TRABALHADORAS RURAIS;
- é preciso fazer levantamento dos problemas e reivindicações específicas da mulher trabalhadora rural;
- é preciso assumir o estudo do desenvolvimento do trabalho específico de estímulo à participação sindical das mulheres trabalhadoras rurais, para ir definindo e aprofundando:
    - . sua importância
    - . sua necessidade
    - . sua metodologia
    - . suas pespectivas.

****

Fonte: BORDALO, 2011.

ANEXO B

Quadro de atividades MMTR- Sertão Central.

Evento / Local	Temas	Questões presentes	Data
1ª Reunião com mulheres trabalhadoras rurais / Serra Talhada	- iniciar um trabalho com mulheres trabalhadoras rurais *"Somos mulheres e trabalhadoras: temos valor!"*	-o trabalho realizado pela mulher -criando e fortalecendo vínculos entre as mulheres - o semi-árido e o fenômeno da seca	Dezembro de 1982
2ª Reunião com mulheres trabalhadoras rurais / Serra Talhada	- discutir sobre seca - as frentes de emergência e as mulheres	- elaboração de um documento pelos STRs denominado: "Mulher excluída do plano de emergência"	1983
1º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- Discutir a situação da mulher, como mulher e como trabalhadora - Definir e planejar a continuidade do trabalho no Pólo Sertão Central	- Elaboração de uma tese para o 4º Congresso da CONTAG, sobre o aumento da participação das mulheres no movimento sindical	Dezembro de 1984
2º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- Avaliação dos trabalhos dos grupos de mulheres - dificuldades do trabalho de se organizar mulheres	- expansão dos trabalhos para outras regiões do estado - Desenvolver a participação na luta sindical e trabalhista	Novembro de 1985
3º Encontro do MMTR-Sertão Central	- História do Brasil e do Sertão - Discussão sobre a situação da mulher -incentivo à participação no sindicato	- "Quem somos nós?" identificação das participantes - Realizar uma campanha de sindicalização - conhecer os direitos	Dezembro de 1986
4º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	-Aprofundar problemas vividos pelas mulheres - Discutir propostas de incentivo à participação sindical (22 sindicatos presentes) - afirmar-se como mulher e como trabalhadora	- Preparação do 1º Encontro Estadual (escolha de delegadas e de propostas de ação) - seca -dificuldades do alistamento nas	Novembro de 1987

		frentes de emergência	
5º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- Avaliar e planejar as ações do movimento -Discutir sobre o sindicato - avaliar a participação nas eleições e discutir a importância do voto	-articulações no estado e em outros estados - o semi-árido e o fenômeno da seca -violência de gênero -eu, mulher trabalhadora rural -movimento sindical	Dezembro de 1988
6º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- Avaliar as ações de 1980 a 1990 -planejar as ações futuras -Discutir seca e saúde	- eu, mulher trabalhadora rural -poder e acesso a direitos -conhecendo nosso corpo -fortalecimento dos vínculos no estado e na região -o semi-árido e o fenômeno as seca -movimento sindical	Dezembro de 1990
7º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- O nosso corpo e a nossa sexualidade -Violência de gênero -Movimento sindical	-eu, mulher trabalhadora rural -poder e acesso a direitos - segurança alimentar	Janeiro de 1992
8º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- Relação de poder entre homens e mulheres (na família, no trabalho agrícola, nos sindicatos) - Relação de poder entre mulheres	- o semi-árido e o fenômeno da seca - articulações no estado e na região	Novembro de 1993
9º Encontro do MMTR-Sertão Central / Serra Talhada	- Discutir com homens e mulheres a relações de gênero na área rural - Analisar as relações de gênero na família, na roça, no sindicato e na sociedade	- As relações de gênero nos vários espaços sociais -a organização das trabalhadoras rurais no sertão -Identificar transformações nas relações de gênero no campo	Novembro de 1995

Fonte: BORDALO, 2011.

ANEXO C

Quadro de atividades – MMTR NE.

Evento / Local	Temas	Questões presentes	Data
1° Encontro	- Como se organizam as mulheres? - Como elas têm participado nos sindicatos? - Campanha de sindicalização	- Em todos os estados os MMTRs estão ligados aos Sindicatos. - capacitar-se politicamente para assumir cargos. - Criação de uma Escola Sindical - O que é a CUT? - troca de experiências de lutas de sindicalização. - articular entidades e sindicatos para reservarem parte do orçamento para o movimento de mulheres (proposta baseada na experiência das mulheres rurais no Rio Grande do Sul)	Maio de 1987
2°Encontro/ João Pessoa Paraíba	- incentivo à sindicalização -Direito a participar nas frentes de emergência. -Engajamento nos partidos políticos. - Discutir a proposta da CUT	- Realização do 8 de março -Audiência com o Governador para o alistamento das mulheres nas frentes de emergência	Abril de 1988
3°Encontro/ Pernambuco	- articulação dos grupos e movimentos existentes. - participação nos acontecimentos importantes à nível regional e nacional.	- como consolidar ações articuladas nos municípios, regiões e estados - participação no sindicato: estratégias e propostas - necessidade de maior capacitação política das mulheres	Agosto de 1988
4°Encontro/ Piauí	- Unir as lutas e reivindicações, fortalecer os MMTRs e expandir os trabalhos. - A mulher e a política. - A mulher e o sindicato.	-Levantamento dos grupos de mulheres rurais existentes no nordeste - Como fazer reunião e participar no sindicato - Previdência	Maio de 1989

5°Encontro/ Rio Grande do Norte	- participação no sindicato e na política partidária. - Análise das eleições estaduais - Religião e política: organização das mulheres nos grupos de base	- a importância dos sindicatos -dificuldades de participação e organização das mulheres no MMTR-NE e nos sindicatos (marido, filhos, não ter como pagar o sindicato, etc)	Julho de 1990
6°Encontro/ Ceará	- Mulher e autonomia - Mulher e poder - Mulher, corpo e Produção - maior participação sindical	-Escolha da nova coordenação - discussões a partir dos conceitos de "gênero e classe" - Parceria com a ONG SOS Corpo	Julho de 1992
7°Encontro/Pernambuco	- Aumentar o intercâmbio entre os estados no nordeste - mapear a participação da mulher na produção agrícola - análise da conjuntura política (ano eleitoral)	- continuidade dos trabalhos de organização - documentação - previdência	Julho de 1994
8°Encontro/ Maranhão	- sensibilização dos homens quanto à organização das mulheres - Reunião do MMTR-NE e CEMTR - Fetape com Miguel Arraes pela campanha de documentação	- 30% de participantes homens - Corpo, gênero e preservação do meio ambiente - observam que aparece pela 1ª vez escrito nos cartazes da CONTAG trabalhador e trabalhadora rural - documentação - previdência	Setembro de 1998
9°Encontro/ Paraíba	- Participação das mulheres nos espaços de poder (sindicatos e	- agricultura familiar, gênero e meio ambiente - gênero no MMTR-NE - Previdência	Março de 2007

	partidos) - capacitação política das mulheres	-Marcha das Margaridas	